

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Dos trabalhadores, para o povo brasileiro:
*uma análise comparativa dos programas de governo do Partido dos Trabalhadores de 1989
e 2002*

SUELLEN NETO PIRES MACIEL

BRASÍLIA
2013

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Dos trabalhadores, para o povo brasileiro:
*uma análise comparativa dos programas de governo do Partido dos Trabalhadores de 1989
e 2002*

SUELLEN NETO PIRES MACIEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Área de Concentração: História Social, Linha de Pesquisa: Sociedade, Instituições e Poder – da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Professora Doutora Lucilia de Almeida Neves Delgado

BRASÍLIA
2013

SUELLEN NETO PIRES MACIEL

Dos trabalhadores, para o povo brasileiro:

*uma análise comparativa dos programas de governo do Partido dos Trabalhadores de 1989
e 2002*

BANCA EXAMINADORA

**Professora Doutora Lucilia de Almeida Neves Delgado – PPGHIS/UnB
Orientadora**

**Professora Doutora Cléria Botelho da Costa – PPGHIS/UnB
Examinadora**

**Professor Doutor Rodrigo Patto Sá Motta – PPGHIS/UFMG
Examinador**

**Professora Doutora Ione de Fátima Oliveira – PPGHIS/UnB
Examinadora Suplente**

Aos meus pais, Almir e Milsa, com amor, sempre.

AGRADECIMENTOS

Os dois anos de trabalho e dedicação ao mestrado foram mais intensos e mais coloridos com a presença de pessoas que, direta ou indiretamente, foram muito importantes. Apoio, incentivo, disponibilidade, orientação, trocas, amizade, amor, paciência, alegria e sorrisos são alguns dos sentimentos e sensações envolvidas nessa trajetória essencial da minha vida. Agradecer às pessoas que participaram desse período é também uma forma de reconhecer a importância delas para mim.

À minha orientadora, professora Doutora Lucilia de Almeida Neves Delgado que, desde o nosso primeiro contato, sempre foi muito solícita e me recebeu com muito carinho e sensibilidade, ouvindo as minhas propostas, dúvidas, inquietações e me incentivando a participar dos eventos da vida acadêmica. Sendo também muito paciente nas leituras de meus escritos, sugerindo, criticando, chamando a atenção para a necessidade da síntese e incentivando a pesquisa. Ao longo desses dois anos, mais do que orientadora, foi um exemplo e será sempre uma referência para mim. Foi um grande aprendizado ter a sua orientação e acompanhar suas aulas como monitora e como estagiária docente. Impossível me esquecer do primeiro dia que ministrei aula de História do Brasil III, em um sábado pela manhã, sob a sua supervisão. As orientações foram muito além da elaboração de uma dissertação. Foram momentos valiosos com conselhos e sugestões que me acompanharão.

À minha família, pelo amor, apoio e incentivo. Aqueles que são desde sempre os primeiros incentivadores dos meus projetos: meus pais, Almir e Milsa. Por cada olhar e palavra, pela leitura dos meus escritos, por acreditar e por me ouvir com a paciência que é própria dos pais, todos dias, falando sobre minha pesquisa. Ainda, por me mostrarem, durante esse período, o interesse que sempre tive por eleições e partidos políticos através da lembranças de momentos da minha infância. O gosto pela leitura e pela política foi fomentado por vocês desde aquela época. Não encontro adjetivos suficientes para qualificar o quanto o amor sincero que experimentamos nessa relação é importante para mim.

Às professoras Cléria Botelho da Costa e Ione de Fátima Oliveira, pela gentileza com que aceitaram o convite para participar da defesa do projeto de dissertação. O diálogo, a leitura atenta, as críticas e as sugestões contribuíram para as perguntas lançadas sobre o objeto pesquisado.

Às queridas amigas, Lawana Silva Fonseca, Natália Capistrano dos Santos Stanzani e Renata Carrilho Braz, pela amizade intensa que cultivamos há anos, por se fazerem presentes

e sempre interessadas em saber a respeito da dissertação e pela compreensão dos momentos em que eu não pude estar presente. A cada mensagem, ligação ou encontro com vocês, eu encontrava um grande incentivo.

À querida amiga Fabiana Francisca Macena, pela paciência e sensibilidade com que ouviu minhas dúvidas, pelos diálogos, pelas sugestões, pela maravilhosa companhia durante a ANPUH/MG em Mariana, na visita a Ouro Preto e por ser a grande incentivadora do nosso grupo de estudos. Mais do que uma colega historiadora, ganhei uma grande amiga, “de longa data”, com a qual sempre poderei contar para animadas conversas e debates acadêmicos.

A Claudio Ramos, pela gentileza e pelo cuidado com que fez a revisão textual desta dissertação. E também pela amizade que construímos desde os tempos em que fui sua aluna no Sigma.

Aos colegas da pós-graduação, pelos diálogos e experiências partilhadas nas atividades acadêmicas e extra-acadêmicas.

À Tatau Godinho, Secretária de Organização da Executiva Nacional do PT (1993-1995) e atualmente Secretária de Avaliação de Política e Autonomia Econômica das Mulheres da Presidência da República, que foi muito solícita em me receber em seu trabalho, disponibilizando para esta pesquisa o seu material pessoal sobre o PT, como o original do programa de governo de 1989 e a publicação *Resoluções de Encontros e Congressos*. É preciso lembrar também a gentileza com que fez contatos com os participantes da campanha de 1989 no intuito de contribuir com esta dissertação.

À Fundação Perseu Abramo, por disponibilizar as fontes e por atender gentilmente as solicitações feitas ainda na fase inicial de pesquisa.

Ao coordenador da Seção de Arquivo do Tribunal Superior Eleitoral, Yan Amaral Engelke, que disponibilizou, mesmo durante o processo de mudança de sede, o acervo sobre registro de partido político.

Por fim, não menos importante, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pela bolsa que me foi concedida desde o início do mestrado, o que possibilitou a realização desta dissertação.

Todo partido contém as limitações e as grandezas da sociedade em que emerge e das classes que representa.

Florestan Fernandes, 1991.

E, se calhar, acrescento agora eu, há quem tenha medo que o medo acabe.

Mia Couto, 2001.

Outra coisa muito boa no PT é que o partido quebrou a lógica dos partidos tradicionais. Superou aquela idéia de “vanguarda”, de formar politicamente quadros de fora da classe trabalhadora para colocá-los na produção. O PT, desde o seu surgimento faz o contrário: leva os trabalhadores a participar conscientemente da política. E participar com democracia, com discussões, debates, com vida política interna.

Luiz Inácio Lula da Silva, 2006.

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo as propostas para as áreas da economia, questão agrária, educação e trabalho contidas nos programas de governo apresentados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais brasileiras nos anos de 1989 e 2002. A partir da seleção dessas propostas, objetivou-se apresentar uma análise comparativa das proposições para essas áreas, evidenciando as mudanças e/ou permanências entre o que foi apresentado pelo partido em 1989 e em 2002. Buscou-se ressaltar o modo como essas propostas foram apresentadas, evidenciando, assim, o chamado *aggiornamento* político pelo qual o PT passou. A pesquisa das fontes revelou que, além de alcançar um programa de governo vitorioso em 2002, o PT moderou o discurso partidário e passou, dentro do espectro político, de um partido socialista para um partido mais próximo da social-democracia.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores, programas de governo, eleições presidenciais brasileiras

ABSTRACT

This research is aimed at analyzing the propositions on economy, agrobusiness, education and job market in the government programs presented by the Workers' Party (Partido dos Trabalhadores, or PT) for the Brazilian presidential elections in 1989 and in 2002. From the selection of such propositions, the goal was to present a comparative analysis for these areas, making it evident, thereby, the changes and/or continuities between what was presented by the party in 1989 and in 2002. It has also been tried to highlight how these propositions were submitted, making it also evident the so called political *aggiornamento* through which PT has undergone. A search through the sources has revealed that, besides achieving a victorious government program in 2002, they have moderated the partisan speech and made the transition, within the political spectrum, from a socialist party to one closer to the social democracy.

Keywords: Workers' Party (Partido dos Trabalhadores), government programs, Brazilian presidential elections

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABI: Associação Brasileira de Imprensa

AI: Ato Institucional

ALCA: Área de Livre Comércio das Américas

APEX: Agência Brasileira de Promoção de Exportações

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

BNDES: Banco Nacional do Desenvolvimento Social

CBA: Comitê Brasileiro pela Anistia

CDNP: Comissão Diretora Nacional Provisória

CEF: Caixa Econômica Federal

CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica

CEN: Comissão Executiva Nacional

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CNA: Confederação Nacional da Agricultura

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COFINS: Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

CONCLAT: Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DNTR/CUT: Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores

EAD: Educação à Distância

ENC: Exame Nacional de Cursos

FAT: Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FIES: Fundo de Financiamento Estudantil

FMI: Fundo Monetário Internacional

FUNABEM: Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GERA: Grupo Executivo da Reforma Agrária
IAPAS: Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
IBRA: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IES: Instituições de Educação Superior
IFES: Institutos Federais de Ensino Superior
INAMPS: Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
INCRA: Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
INDA: Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INPS: Instituto Nacional da Previdência Social
IPC: Índice de Preços ao Consumidor
ITR: Imposto de Transmissão Rural
IVA: Imposto sobre Valor Agregado
LBA: Legião Brasileira de Assistência
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NAFTA: Acordo de Livre Comércio da América do Norte
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MEC: Ministério da Educação
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul
MST: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OMC: Organização Mundial do Comércio
ONG: Organização Não Governamental
ONU: Organização das Nações Unidas
PAE: Plano Alternativo de Emergência
PAG: Plano de Ação de Governo
PAIUB: Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PCdoB: Partido Comunista do Brasil
PDS: Partido Democrático Social
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PET: Programa de Educação Tutorial

PFL: Partido da Frente Liberal
PIB: Produto Interno Bruto
PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIS/PASEP: Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PL: Partido Liberal
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN: Partido da Mobilização Nacional
PNE: Plano Nacional de Educação
PNRA: Plano Nacional de Reforma Agrária
PPS: Partido Popular Socialista
PROÁLCOOL: Programa Nacional do Álcool
PROER: Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
PRONAF: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PT: Partido dos Trabalhadores
PV: Partido Verde
SNI: Serviço Nacional de Informações
SRB: Sociedade Rural Brasileira
SUPRA: Superintendência de Política Agrária
TDA: Título da Dívida Agrária
UBES: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDR: União Democrática Ruralista
ULTAB: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE: União Nacional dos Estudantes
URV: Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 01 – Dos trabalhadores, para os trabalhadores	26
1.1 A transição política	29
1.2 As greves do ABC e o Novo Sindicalismo: os trabalhadores como protagonistas...34	
1.3 Um novo espaço: o Partido dos Trabalhadores	40
1.4 A campanha pelas Diretas Já	50
1.5 A posição no Colégio Eleitoral	53
CAPÍTULO 02 – O programa “Brasil urgente: Lula presidente”	56
2.1 O governo de José Sarney	58
2.2 O PT e o desafio da Assembleia Nacional Constituinte	61
2.3 Um caminho estratégico para as formulações de 1989: os Encontros Nacionais do Partido dos Trabalhadores	64
2.4 A questão econômica	72
2.5 A questão agrária	83
2.6 A questão educacional	94
2.7 A questão do trabalho	99
2.8 Um programa reformista forte	103
CAPÍTULO 03 – O programa de governo de 2002: a moderação necessária	109
3.1 Os posicionamentos do Partido dos Trabalhadores durante os governos Collor, Itamar e FHC	110
3.2 Dos Encontros Nacionais nos anos 1990 à Carta ao Povo Brasileiro em 2002	119
3.3 A questão econômica	128
3.4 A questão agrária	137
3.5 A questão educacional	146
3.6 A questão do trabalho	157
3.7 O reformismo possível no Brasil do século XXI	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
FONTES	171
BIBLIOGRAFIA	175
APÊNDICE – Principais tendências do PT (1989-2002)	185

INTRODUÇÃO

É muito provável que, passado bastante tempo dos resultados finais das eleições de 1989, grande parte dos que se empenharam para que Lula fosse vitorioso não se tenha dado conta das implicações da campanha e de suas conseqüências para a sociedade em que vivemos. Nem sempre é possível perceber as dimensões do que estava em disputa, ou o verdadeiro pânico que tomou conta das elites ao entenderem, subitamente, que o metalúrgico barbudo poderia tornar-se presidente. (POMAR¹, 2009: 07)

Ontem, o Brasil votou para mudar. A esperança venceu o medo e o eleitorado decidiu por um novo caminho para o país. [...] A nossa chegada à presidência da República é fruto de um vasto esforço coletivo, realizado ao longo de décadas. [...] Sinto que um novo Brasil está nascendo. (SILVA², 2002: 135-138)

Esta dissertação versa sobre o estudo dos programas de governo apresentados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais nos anos de 1989 e 2002. Por programa de governo entende-se o conjunto de proposições e diretrizes apresentadas pelo partido, por escrito, de forma sistematizada para áreas consideradas, à época, importantes e/ou essenciais para uma futura gestão. É importante ressaltar que os programas de governo analisados são de coligações eleitorais formadas pelo PT em conjunto com outros partidos aliados. Porém, devido à hegemonia petista na liderança das chapas propostas em 1989 e 2002, nesta dissertação, os programas apresentados pelo Partido dos Trabalhadores e seus coligados serão denominados “programas de governo do PT”.

Os programas de governo do PT apresentaram, em 1989 e 2002, propostas que evidenciavam um projeto de sociedade almejado pelo partido. De acordo com o *Manifesto*, lançado em 1980, o partido

pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 67)

¹ Wladimir Pomar, coordenador nacional da campanha eleitoral do PT de 1989.

² Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso após a divulgação do resultado da eleição presidencial de 2002.

A leitura dos documentos do pré-PT – *Tese de Santo André-Lins, Carta de Princípios, Declaração Política e Plataforma Política* – (vide Anexo A); de fundação – *Manifesto de Lançamento, Programa e Estatuto* – (vide Anexo A); das resoluções aprovadas nos Encontros Nacionais e das proposições apresentadas pelos programas de governo de 1989 e 2002 ressalta a importância das temáticas da economia, questão agrária, educação e trabalho para o partido. A escolha desses temas para uma análise comparativa relaciona-se, pois, com a relevância dessas áreas para o partido e a sua presença tanto no programa de governo de 1989 quanto no de 2002. A relevância e o espaço que essas temáticas apresentam nos programas de governo as tornam centrais para o projeto petista de 1989 e 2002.

No pleito de 1989, os brasileiros aptos a votar compareceram às urnas para eleger diretamente, pela primeira vez após 21 anos de regime de exceção, um presidente da República. Naquela eleição, em um cenário de baixa coalizão partidária, com vinte e dois candidatos presidenciais, Luiz Inácio Lula da Silva concorreu com um programa de governo que afirmava a necessidade de “radicalizar a democracia”, ultrapassou candidatos veteranos na política como Leonel Brizola e Ulysses Guimarães e disputou o segundo turno com Fernando Collor de Mello.

Em 1989, pela primeira vez, o partido pôde apresentar no plano nacional uma plataforma de governo para o país. Conforme destaca Lincoln Secco:

O ano de 1989 assinala a maioria do PT. Aquilo que ele já se tornara socialmente (a oposição de esquerda predominante na sociedade civil) ele se converteu no Estado: uma oposição dentro do aparelho de Estado político. (SECCO, 2011: 25)

Era, pois, o momento no qual o partido que surgiu dos trabalhadores e oriundo das transformações econômicas e sociais do final da década de 1970 pôde explicitar no plano nacional um conjunto de propostas para o Brasil. Após participar do segundo turno da eleição de 1989, ao longo da década de 1990 o PT passou por um *aggiornamento*³, compreendido nesta dissertação como uma atualização nas propostas do partido. Essas mudanças são expressivas no programa de governo apresentado em 2002. De acordo com Secco: “o ano de 2002 coincide com o *aggiornamento* completo do PT.” (SECCO, 2011: 25). Após a experiência de três sucessivas disputas presidenciais, o PT de 2002 apresentou o mesmo candidato e um programa de governo como uma alternativa de poder possível. Conforme

³ *Aggiornamento* é um termo italiano, cunhado pelo Papa João XXIII, no Concílio Vaticano II, como uma expressão que significava um desejo de atualização da Igreja. Nesta dissertação, *aggiornamento* é compreendido como a atualização das propostas do PT entre 1989 e 2002.

observa Secco, “o Brasil no qual o PT surgiu era muito diverso daquele em que Lula chegou à presidência.” (SECCO, 2011: 33).

Curiosamente, treze anos depois, o “metalúrgico barbudo” de 1989, que já não se vestia como um metalúrgico e nem ostentava uma barba tão robusta, discursava após a divulgação oficial do resultado eleitoral. Naquela ocasião, afirmou que a “esperança venceu o medo” e creditou a sua chegada à presidência da República ao “vasto esforço coletivo realizado ao longo de décadas” (SILVA, 2002: 138).

Em 1º de janeiro de 2003, Lula, o ex-líder sindical que havia despertado apreensão, em 1989, quando “o verdadeiro pânico tomou conta das elites ao entenderem que o metalúrgico barbudo poderia tornar-se presidente” (POMAR, 2009: 07), recebeu democraticamente a faixa presidencial. Em um contexto político eleitoral de ruptura, a chegada do PT à presidência da República representou uma

vitória espetacular. Sua posse em Brasília no dia 1º de janeiro de 2003 teve a maior participação popular do que qualquer outra posse de presidentes da República. Com essa vitória, o PT começava a encerrar um ciclo histórico no Brasil. (SECCO, 2011: 205)

A vitória do PT não foi um caso fortuito. Ela significou também uma ruptura histórica de circulação de elites e evidenciou a aproximação da população com a política institucional por meio da chegada de setores populares e médios ao governo da República. A eleição de 2002, além de mudar a composição da elite governante, também “popularizou” a classe política com a ampliação do acesso aos espaços institucionais. (RODRIGUES: 2006).

O cientista político Angelo Panebianco, a respeito dos partidos políticos, ressalta que:

a organização sofrerá, certamente, modificações e adaptações profundas, interagindo, durante todo o seu ciclo de vida com contínuas modificações no ambiente. [...] porém, [...] as escolhas políticas cruciais realizadas pelos fundadores, as modalidades dos primeiros conflitos visando ao controle organizativo e o modo como a organização se consolida deixarão uma marca indelével. Poucos aspectos da fisionomia atual e das tensões que se desenvolvem diante dos nossos olhos em tantas organizações parecem compreensíveis se não se retroceder à sua face constitutiva. (PANEBIANCO, 2005: XVII)

A partir desse entendimento, para compreender as propostas contidas nos programas de governo escolhidos, também é necessário considerar a trajetória partidária e os posicionamentos do partido tanto em sua fase constitutiva quanto durante a década de 1990. O acesso a esses posicionamentos foi possível através dos documentos oficiais do partido como

as resoluções aprovadas em sua fase constitutiva, em seus Encontros Nacionais, Congressos e Encontros Extraordinários.

O *Manifesto de Lançamento do PT* (vide Anexo A. 5), aprovado no Colégio Sion e lançado oficialmente em 21 de outubro de 1980, explicitou que o partido nascia ligado às lutas dos novos agentes sociais:

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá. [...] O Partido dos Trabalhadores nasce da decisão da vontade política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto da vontade das massas populares. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 65-66)

Desse modo, a fundação do PT expressou uma significativa mudança no movimento vivo e dinâmico que é a cultura política, compreendida como “o conjunto de normas, valores, atitudes, crenças, linguagens e imaginário, partilhados por determinado grupo, e tendo como objeto fenômenos políticos” (MOTTA, 1996: 95), traduzindo uma transformação no sistema político e social. De acordo com Rachel Meneguello, a criação do Partido dos Trabalhadores contribuiu com a mudança

do papel político dos atores mais modernizados da classe trabalhadora que, articulados em torno da luta pela conquista plena dos direitos sociais e políticos, deslocaram seu âmbito de ação restrito do universo das relações corporativas de trabalho para o universo político-institucional partidário. (MENEGUELLO, 1989: 15)

A fundação do PT promoveu o deslocamento do espaço de lutas do sindicato para um partido político, tornando-se, pois, espaço para o qual forças trabalhadoras e grupos de esquerda confluíram para que pudessem se inserir na política partidária institucional.

O nascimento do PT pelos trabalhadores e dos trabalhadores é uma das mais importantes novidades da Nova República. A existência de um partido como o PT é compreendida por Margaret Keck como um diferencial, pois:

Diferentemente de outros partidos criados nos anos 80, o Partido dos Trabalhadores tinha uma base sólida no meio operário e nos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que levava a sério a questão da representação [...] e formulava propostas em termos programáticos. (KECK, 1991: 13)

As características peculiares do PT, compreendidas por Keck (1991) como um diferenciador do partido, são apresentadas por Meneguello (1989) como novidades no sistema

político brasileiro. Essas novidades se encontram na origem, proposta e organização partidária. A partir de documentos como a *Carta de Princípios* (vide Anexo A. 2), de 1979, é possível destacar a preocupação do partido com as desigualdades sociais:

Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manterem organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 49)

A preocupação em minimizar as desigualdades, conforme pode ser inferida do documento inicial do partido, também foi enfatizada nas resoluções aprovadas nos Encontros Nacionais e nos Congressos do PT. Em 1991, em seu I Congresso, o Partido dos Trabalhadores destacou que:

entende que é preciso estimular o planejamento estratégico e democrático do desenvolvimento, diversificar as formas de propriedade, gestão e controle social, combinando diferentes formas de propriedade (estatal, coletiva, social, pública, particular, mistas), privilegiando as formas de propriedade de caráter social e estabelecendo limites à propriedade individual, de acordo com critérios vários, como setor de atividade, volume de lucro gerado, número de empregados [...] compreendendo que a eliminação das desigualdades herdadas do capitalismo demandará um longo, demorado e conflituoso processo, do qual, no momento, só podemos vislumbrar as formas mais gerais. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 501)

A ênfase dada pelo partido no tocante à preocupação em minimizar as desigualdades sociais permite identificar o PT como um partido à esquerda no espectro político. Na acepção de Norberto Bobbio:

A distinção entre esquerda e direita refere-se ao diverso juízo positivo ou negativo sobre o ideal de igualdade, que deriva em última instância na diferença de percepção e de avaliação daquilo que torna os homens iguais ou desiguais. (BOBBIO, 2001: 122-123)

O partido registrou preocupação, desde seus documentos fundadores, inclusive em seus programas de governo, para políticas que visavam tornar mais iguais os desiguais. Para isso, focou também em propostas voltadas para os direitos sociais, como o direito à educação e o direito ao trabalho, pois esses direitos conforme destaca Bobbio:

objetivam reduzir a desigualdade entre quem tem e quem não tem, ou colocar um número cada vez maior de indivíduos em condições de serem menos desiguais no que diz respeito a indivíduos mais afortunados por nascimento ou condição social. (BOBBIO, 2001: 125)

Além de ser compreendido, em seus primeiros anos, como um partido de esquerda, o PT também pode ser caracterizado como o primeiro partido de massas na história republicana brasileira, residindo aí também a sua novidade sob o aspecto organizacional conforme ressaltado por Meneguello (1989). A formação do partido ocorreu fora dos meios políticos tradicionais. (SECCO: 2011). A sua composição por sindicalistas, intelectuais, militantes de organizações de esquerda e pessoas ligadas à ala progressista da Igreja Católica lhe conferiu uma origem extraparlamentar.

A origem extraparlamentar do PT, a ampla composição de quadros do partido e a preocupação típica das esquerdas com a redução das desigualdades sociais remetem ao modelo de partido de massas elaborado por Maurice Duverger. De acordo com aquele cientista político, um partido de massas pode ser caracterizado por uma origem externa ao parlamento, pela centralização e articulação estrutural, pela disciplina que exige de seus parlamentares, pelos requisitos para filiação e pelo elemento ideológico. O PT nasceu de um meio exterior ao parlamento e também apresentou forte organização interna.

O *Estatuto* do partido é bastante representativo dessa organização (vide Anexo A. 7). Naquele documento, de 1980, estão descritas a forma pela qual o partido se dividira em órgãos e núcleos, seus objetivos e atuação, bem como a forma pela qual se daria a participação dos filiados nas decisões partidárias. A divisão do partido em núcleos se assemelhou a outra característica utilizada por Duverger para identificar os partidos de massas: as seções. Na aceção do autor:

os partidos baseados em seções são mais centralizados que os partidos alicerçados nos comitês. [...] A seção é uma invenção socialista. Os partidos socialistas que se organizaram numa base puramente política e uma estrutura direta naturalmente a escolheram como elemento fundamental de sua ação. (DUVERGER, 1980: 58-60)

Além disso, a articulação estrutural no modelo proposto de partido de massas também se coaduna com o PT, uma vez que:

os partidos socialistas encontram-se em toda parte mais fortemente articulados que os partidos conservadores, qualquer que seja o regime eleitoral. [...] o fato essencial parece ser a natureza dos elementos de base que constituem o partido. A análise mostra haver uma coincidência entre ela e a força ou fraqueza da articulação partidária. (DUVERGER, 1980: 81)

Os diversos Encontros Nacionais, Congressos e Encontros Extraordinários do PT foram expressivos da organização interna do partido e da forma como as decisões eram tomadas. Naquelas ocasiões, as propostas eram debatidas e votadas de modo que os filiados

seguissem a orientação partidária. Esse centralismo democrático, também característico de um partido de massas, supõe “que se produzam discussões muito livres antes que a decisão seja adotada, para esclarecer o centro, mas que a disciplina mais rigorosa seja observada por todos *depois* que ocorra a decisão” (DUVERGER, 1980: 93). Além do compromisso de respeito com as decisões partidárias e do forte controle sobre os parlamentares, os filiados também deveriam se comprometer com o partido por meio de contribuições.

Outra característica dos partidos de massas também presente no PT é o elemento doutrinário que, articulado com uma intensa atividade política, se encontra alicerçado na disciplina e em vários espaços de sociabilidade, tais como, escola, casa e trabalho. Conforme explicou Duverger, esse sistema doutrinário é representado, sobretudo, por forte dimensão ideológica:

o partido não lhe fornece apenas quadros para todas as suas atividades materiais: proporciona-lhe sobretudo um quadro geral de idéias, um sistema total de explicação do mundo. [...] O enquadramento material de todas as atividades humanas assume verdadeiro sentido pela sua unidade em torno duma doutrina fundamental. (DUVERGER, 1980: 155)

Os traços organizacionais apresentados nos documentos do PT possibilitam afirmá-lo, a partir da leitura de Duverger, como o primeiro partido de massas criado no Brasil república, residindo neste aspecto organizacional a sua novidade.

O estudo das propostas contidas nos programas de governo apresentados pelo PT nas eleições presidenciais de 1989 e de 2002 contribui para compreender o *aggiornamento* do partido, evidenciando mudanças e permanências nessa trajetória. Desse modo, o conceito de cultura política contribui para a compreensão das múltiplas faces do político, pois conforme destacou René Rémond, a cultura política “é um poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo.” (RÉMOND, 2003: 450).

Analisar as propostas presentes nos programas de governo apresentados pelo PT nas eleições presidenciais de 1989 e 2002 possibilitou compreendê-las como respostas às demandas sociais do período, ou seja, naqueles documentos estão expressas propostas consideradas fundamentais pelo partido, que possibilitam a compreensão dos “sentidos que determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribuiu a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar.” (GOMES, 2007: 48).

A utilização do conceito de cultura política como referencial teórico para a análise das propostas contidas nos programas de governo apresentados pelo PT nas eleições presidenciais de 1989 e 2002 também se revelou um palpante exercício no âmbito da história do tempo

presente. Esta é compreendida, segundo sugere Pieter Lagrou, como a: “unidade temporal do sujeito e do objeto, daquele que estuda e aquilo que estuda. O historiador é contemporâneo dos acontecimentos que estuda” (LAGROU, 2007: 36).

Evidencia-se, na abordagem da história do tempo presente, a situação de contemporaneidade entre o historiador e o seu objeto. Tal situação é percebida como vantagem, conforme destacou Marieta Ferreira. Em diálogo com o trabalho de Roger Chartier, a historiadora salienta que:

Rompendo com a concepção que defendia a necessidade do distanciamento para a realização da análise histórica, Roger Chartier (1993) sustenta argumento contrário, ao afirmar que, na história do tempo presente o “pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história”. Por outro lado, o estudo da presença do passado incorporada ao presente das sociedades, iniciado pelos historiadores do tempo presente, abre novas técnicas e abordagens para pesquisadores de outros períodos da história. (FERREIRA, 2000: 122)

O historiador do tempo presente não se encontra com mortos, mas com seres vivos que lhes são contemporâneos. (CHARTIER: 2006). Assim, o rigor para com a sua prática não deve ser menor. Logo, é necessária uma postura ética daquele que trabalha com a história do tempo presente tendo em vista a pressão exercida pela sociedade contemporânea em relação à escrita da História. (RÉMOND: 2006).

No dizer de François Bédarida, “a história do tempo presente é feita de ‘moradas provisórias’, para retomar a expressão de Santo Agostinho. Sua lei é a renovação. Seu *turnover* verifica-se muito rapidamente” (BÉDARIDA, 2006: 221). Assim, a possibilidade de constantemente ser reescrito e ressignificado é outra característica que torna o trabalho com o tempo presente instigante.

As possibilidades proporcionadas pela pesquisa nessa temporalidade se correlacionam com o “diálogo de vivos” ressaltado por Chartier, tendo em vista a possibilidade de diálogo com muitos dos sujeitos citados nesta dissertação. Ademais, a diversificada e abundante documentação disponível deve ser mediada por uma criteriosa seleção de fontes, pois o tempo presente costuma ser rico, dinâmico e rápido em fornecer amplo e diversificado corpus documental.

O trabalho com o recorte temporal voltado para o tempo presente e costurado pela noção de cultura política expressa por Motta (1996; 2009), Berstein (1998), Rémond (2003) e Gomes (2007), também encontra na Nova História Política o seu referencial teórico.

Desse modo, este estudo, além de estar inserido na história do tempo presente, também se relaciona com uma história política renovada, distanciando-se de uma história política tradicional que compreende “a promoção do Estado à condição de objeto por excelência da produção histórica.” (FALCON, 1997: 65). Nesse sentido, não se pretende com o estudo dos programas de governo fazer uma abordagem centralista e institucional do partido ou de seus líderes, mas, sim, abordar as múltiplas faces do político, compreendendo o *aggiornamento* político petista também por meio das propostas que o PT considerava, à época, fundamentais para uma eventual gestão, não ficando circunscrito ao aspecto institucional do partido.

A história política renovada possibilita ir além do estudo institucional do Estado. Inclui o estudo do poder e das concepções novas a respeito de temas variados, como os saberes enquanto poderes, as instituições não políticas e as práticas discursivas. (FALCON: 1997). Nessa perspectiva, a história política renovada possibilita também compreender as relações de poder que perpassam a elaboração dos programas de governo, distanciando-se de uma análise meramente institucional, centrada nas lideranças e na organização oficial do partido.

Nesta dissertação, a história política é compreendida em sentido amplo, englobando as diversas práticas relacionadas ao poder, ou seja, “o estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas, em nível de representações sociais ou coletivas, [...] bem como as práticas discursivas associadas ao poder.” (FALCON, 1997: 76), em uma perspectiva que, ao distanciar-se da história política tradicional, dialoga com outras disciplinas e volta-se para novos objetos e novas abordagens.

É preciso estar atento à especificidade do político, distinguindo-o de outras realidades tendo em vista que ele pode “ser determinante ou determinado, é dotado de certa autonomia e é capaz de imprimir sua marca e influir no curso da história; ou ainda, [...] é o acontecimento político que deve ser revisto, pois, nem é autônomo, nem é simples subproduto.” (FALCON, 1997: 80). Nesta perspectiva, passa-se do estudo do Estado para o estudo do poder, em uma concepção plural e interdisciplinar.

O núcleo estruturante da pesquisa que fundamenta a presente dissertação é a análise do conteúdo de tais programas, notadamente das propostas voltadas para a economia, a questão agrária, a educação e o trabalho. Buscou-se identificar as mudanças e permanências nessas proposições, considerando, ainda, a inter-relação delas com a conjuntura internacional e

nacional, com vistas a compreender como se deu o *aggiornamento* do PT. O partido não pode permanecer imutável, pois as concepções e as ideias mudam, podem ser ressignificadas, reatualizadas de acordo com novas demandas.

Em 1989, é possível identificar o PT como um partido alinhado às esquerdas e que possuía uma proposta de governo socialista. Em 2002, esse mesmo partido apresentou propostas mais próximas ao modelo social-democrata. Esse *aggiornamento* petista pode ser relacionado à influência de suas tendências nas definições partidárias. Quando se observa o programa de 1989 e o programa de 2002, é possível perceber que suas propostas são produtos de discussões e conformidades entre essas tendências. O “nós” expresso nessas fontes é significativo, pois além de representar um partido, também representava o consenso para se chegar até aquele ponto, ou seja, a proposta de governo falava em nome de um coletivo.

Desse modo, no decorrer da pesquisa, o objetivo geral foi analisar os programas de governo apresentados pelo PT nas eleições presidenciais de 1989 e 2002, com propósito de realizar comparação substantiva das permanências e mudanças nos conteúdos políticos e ideológicos das propostas selecionadas. Assim, objetivou-se analisar a conjuntura política de transição democrática e a formação do PT, bem como identificar como as trajetórias política e eleitoral do partido influenciaram na elaboração dos programas de governo, particularmente os temas economia, questão agrária, educação e trabalho. Por fim, compreender como se deu o *aggiornamento* pelo qual o PT e Luiz Inácio Lula da Silva passaram desde a primeira candidatura em 1989 até a chegada à presidência da República após a eleição em 2002.

Das diversas interpretações sobre o PT, é possível destacar: 1) as que o identificam como uma novidade e uma singularidade na política brasileira e relacionam essa inovação com as vinculações do partido ao movimento sindical e aos movimentos sociais⁴; 2) análises que afirmam ser essa singularidade apenas uma meia-verdade, pois consideram o partido como de classe média⁵; 3) interpretações que destacam a chegada do PT ao governo como representativa de rompimento de um ciclo histórico, representando, desse modo, um direcionamento do eleitorado para a esquerda⁶; 4) estudo de caso que entende que a votação obtida pelo PT não significou uma guinada à esquerda, apenas demonstrou a insatisfação do eleitorado com o governo anterior⁷.

⁴ Ver Meneguello (1989); Keck (1991) e Secco (2011).

⁵ Ver Rodrigues (1990).

⁶ Ver Sader (2010).

⁷ Ver Carreirão (2004).

Não obstante o número de trabalhos que se dedicaram a analisar o desempenho eleitoral do partido⁸, o papel da mídia nas eleições presidenciais, as divisões internas do partido⁹, e os mais recentes¹⁰ que tratam da trajetória petista e da chegada à presidência da República, com destaque para vitória em 2002¹¹, são pouco recorrentes na historiografia estudos voltados para a análise das propostas de governo do PT para o plano nacional.

As leituras da bibliografia a respeito da singularidade do PT desde seu surgimento, perpassando pelos grupos que o compunham tanto em 1989 quanto em 2002, confrontando com as leituras das fontes, suscitaram indagações. A questão central que se colocou diz respeito às mudanças e permanências contidas nos programas de governo apresentados pelo partido nas campanhas à presidência da República em 1989 e em 2002.

Compreender as propostas elaboradas em 1989 e 2002 implicou também as relacionar com a formação e trajetória do partido, com as mudanças em sua direção, com os diversos segmentos que o constituíram, motivo pelo qual as atas de convenções, congressos e reuniões do PT também foram de fundamental importância para esta dissertação.

A presente dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo analisa a conjuntura na qual o partido é formado, com destaque para o processo político de distensão e de democratização no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980. Foram considerados aspectos importantes como as eleições de 1974, a campanha pela Anistia, as greves do ABC e o Novo Sindicalismo – notadamente a projeção de Luiz Inácio Lula da Silva –, os antecedentes de fundação do PT, o fim do Ato Institucional nº 5, a criação de novos partidos políticos bem como as eleições para governadores em 1982. O posicionamento do partido na campanha das Diretas Já e no Colégio Eleitoral que elegeu indiretamente Tancredo Neves para a presidência da República também foi destacado.

O segundo capítulo aborda a conjuntura na qual o programa de governo foi elaborado pelo PT em 1989. Desse modo, destaca-se o posicionamento do partido durante o governo de José Sarney e na Assembleia Nacional Constituinte. Além disso, a trajetória do PT durante os seus Encontros Nacionais é relatada tendo em vista que durante esses Encontros as bases do programa de governo foram delineadas. O segundo capítulo também analisa as propostas contidas no programa de governo de 1989 para áreas da economia, da questão agrária, da educação e do trabalho.

⁸ Ver Azevedo (1995); Carreirão (2004); Miguel (2003); Silva (2001; 2003; 2008).

⁹ Ver Azevedo (1995); Silva (2001; 2003).

¹⁰ Ver Secco (2011); Singer (2012).

¹¹ Ver Rodrigues (2002); Sader (2011).

O terceiro capítulo apresenta a conjuntura na qual o programa de governo de 2002 foi elaborado, considerando, inclusive, o posicionamento do partido durante os governos Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Também os conteúdos aprovados nos Encontros Nacionais durante os anos de 1990 até a divulgação da Carta ao Povo Brasileiro em 2002 são destacados, pois são relevantes para a compreensão das mudanças pelas quais o partido passou. O terceiro capítulo analisa as propostas para áreas da economia, questão agrária, educação e trabalho e as compara com aquelas apresentadas no programa de 1989.

Por fim, nas considerações finais, foram sistematizadas comparações entre as propostas dos programas de governos de 1989 e 2002, apontando suas aproximações e distanciamentos de um modelo socialista e/ou social-democrata.

CAPÍTULO 01 – Dos trabalhadores, para os trabalhadores

Preciso de vós, trabalhadores do Brasil, meus amigos, meus companheiros de uma longa jornada; preciso de vós tanto quanto precisais de mim. Preciso da vossa união; preciso que vos organizeis solidamente em sindicatos; preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do governo para que este possa dispor de toda a força de que necessita para resolver os vossos próprios problemas. (VARGAS, 2011: 677)

As elites conservadoras brasileiras são hipócritas. Elas até admitem que o trabalhador saiba reivindicar. Mas não admitem que a classe trabalhadora se organize politicamente. Então quando eu era sindicalista, o tratamento era bom. Quando a gente começou a criar o PT, aí então é que começou a haver um divisor de águas neste país. (SILVA, 2006: 308)

As discussões em torno da criação de um partido político representativo dos trabalhadores, iniciadas em 1978, durante o período de distensão política do governo do general Ernesto Geisel, avançaram durante o governo do também general João Batista Figueiredo. Em 1979, o fim do bipartidarismo trouxe uma novidade: o nascimento de um partido político, organizado fora do meio parlamentar, surgido “em torno da articulação de setores do moderno operariado industrial e dos movimentos populares urbanos.” (MENEGUELLO, 1989: 21). A nova agremiação política que se formou, o Partido dos Trabalhadores, “*inicialmente* a expressão quase direta e espontânea desses movimentos sociais negados pela ditadura” (SECCO, 2006: 144), possibilitou a esses grupos o que necessitavam para sair da sombra: um meio institucional de organização e participação política.

Desse modo, a fundação do PT possibilitou a ampliação da esfera de participação política dos trabalhadores. À militância sindical, somou-se a inserção em um partido político, que por sua origem e composição pode ser considerado como novidade na cultura política brasileira. Entende-se cultura política como um:

conjunto de pressupostos socialmente partilhados a respeito dos comportamentos políticos, distintos daqueles que se manifestam por meio das instituições formais de governo ou por meio da distribuição em partidos políticos. (GRAHAM, 1991: 212)

Na década de 1980, com a criação do PT, observa-se a construção de uma nova cultura política na qual setores marginalizados confluíram esforços para a sua inserção de forma ativa na política partidária. Também a vitória eleitoral para a presidência da República, 2002, vinte e dois anos após a fundação do partido significou uma mudança expressiva na práxis política brasileira. Essa mudança foi marcada pela chegada de um operário ao posto máximo do Poder Executivo federal e pela transformação, mesmo com resistências, da esfera política em espaços menos excludentes nos quais setores populares poderiam participar de forma mais efetiva.

O pronunciamento de Getúlio Vargas no Estádio Vasco da Gama em comemoração ao Dia do Trabalho, em 1951, como exposto na epígrafe deste capítulo, é representativo do local delimitado pelo governante à participação política dos trabalhadores à época: os sindicatos. Na visão getuliana, o interior do sindicato deveria ser o espaço no qual os trabalhadores poderiam exercer algum grau de protagonismo político. Mesmo porque as organizações sindicais, conforme estabelecia o capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)¹², estavam submetidas a rigoroso controle governamental.

A mesma CLT, outorgada por Vargas em 1943, foi utilizada, após o golpe civil militar, para aprofundar o controle sobre o movimento sindical:

entre 1964 e 1970, o Ministério do Trabalho efetuou 536 intervenções em organizações sindicais, substituindo líderes eleitos por pessoas por ele nomeadas. Destas intervenções, 80,6% (ou um total de 432) ocorreram entre 1964 e 1965 e, dentre elas, 383 tiveram lugar em sindicatos, 45 em federações e 4 em confederações. (KECK, 1991:78)

Assim, no regime militar, as prerrogativas de controle do Estado sobre os sindicatos, somadas às políticas de arrocho salarial e ao fim da garantia de estabilidade no emprego – com a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)¹³ –, além da manipulação

¹² A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) entrou em vigor em 10 de novembro de 1943. Essa legislação, notadamente em seu capítulo V, buscou evitar o conflito entre empregados e patrões. A CLT estabeleceu um sindicato por categoria profissional, proibiu a união de sindicatos para reivindicações, para evitar articulações. Estes órgãos privados, mas diretamente subordinados ao governo, “seriam organizados no plano municipal, haveria federações no plano estadual e confederações no nível federal [...] o Ministério do Trabalho seria o agente regulador de toda essa rede organizativa.” (D’ARAÚJO, 2010: 220). Na medida em que reconheceu os sindicatos enquanto espaços de organização dos trabalhadores, o governo também criou restrições, pois “enquanto concedia benefícios e direitos aos sindicalizados, também estipulava que os sindicatos só poderiam servir aos trabalhadores desde que seus interesses fossem coincidentes com os do governo em vigor.” (D’ARAÚJO, 2010: 231).

¹³ Os empresários, em razão da lei de estabilidade, que estipulava indenização ao empregado com mais de dez anos de serviço em caso de demissão sem justa causa, adotavam a prática de demitir os empregados após nove anos e às vezes os recontratavam. Supondo sanar uma distorção no mercado de trabalho, o governo instituiu o FGTS pela lei nº 5.107, de 13 de dezembro de 1966. Desse modo, era “financiado compulsoriamente por contribuições do empregador e do empregado. O direito do empregado ao novo fundo representava o equivalente

dos índices de reposição salarial pelo governo, trouxeram dificuldades econômicas e políticas para os trabalhadores durante os anos de vigência do regime autoritário.

No final da década de 1970, mesmo sob pressão política governamental, os trabalhadores reivindicavam direitos e supressão da sua marginalização política, principalmente por meio das greves ocorridas no ABC paulista. Com o advento do novo sindicalismo, os sindicatos contribuíram para a abertura de novos espaços para participação política dos trabalhadores brasileiros.

Um dos mais importantes espaços foi o Partido dos Trabalhadores, surgido como desdobramento das mobilizações sindicais e das iniciativas que marcaram a transição política à época. A criação do PT é representativa também da construção de um novo espaço¹⁴ institucional para a organização política de trabalhadores e de outros segmentos da sociedade civil brasileira, como a intelectualidade de esquerda e segmentos da Igreja Católica progressista.

O novo quadro político partidário brasileiro, que surgiu com o fim do bipartidarismo, em 1980, abrigou múltiplas vozes. Nessa nova realidade, a representação dos trabalhadores exclusivamente por meio dos sindicatos de suas categorias não mais atendia às crescentes demandas de participação de segmentos expressivos da classe trabalhadora brasileira. A fundação do PT, em 1980, correspondeu a essas demandas de expressiva qualificação política.

A formação do PT agrupou alguns setores das esquerdas brasileiras. Para o seu interior confluíram, além de sindicalistas, setores progressistas da Igreja Católica, militantes oriundos da luta armada e intelectuais.

A articulação interna do partido e a necessidade de dar organicidade e identidade ao seu conjunto podem ser observadas nos seus documentos iniciais, nos posicionamentos do partido na campanha Diretas Já, bem como quando decidiu por ausentar-se da eleição indireta

à indenização, embora ele só pudesse retirá-lo nos casos, entre outros, de casamento, compra de casa, aposentadoria ou desemprego. Quanto mais tempo de serviço, maior a compensação.” (SKIDMORE, 1988: 128). A nova lei também garantiu a opção do candidato ao emprego pela estabilidade ou pelo FGTS. Entretanto, havia recusa em admitir candidatos que optassem pela estabilidade. Esta mudança foi denunciada pelos sindicatos: “afirmavam que os trabalhadores estavam perdendo a sua garantia de emprego (os empregados já com estabilidade podiam continuar neste regime) em troca de um duvidoso plano de poupança forçada que podia ser facilmente manipulado pelo governo.” (SKIDMORE, 1988:128).

¹⁴ A esfera sindical era compreendida até então como o espaço de participação política da categoria profissional que a compunha. O discurso difundido por Getúlio Vargas “se sustentava na perspectiva de que a política partidária não se constituía como um espaço adequado para a participação dos trabalhadores.” (DELGADO, 2010: 10). Desse modo, o trabalhador acompanhou um discurso que apontava o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como um partido que o representava enquanto classe. Sobre a relação dos sindicatos com o PTB, Delgado destaca que: “PTB e sindicatos eram estruturas diferentes, mas entrelaçadas. Essa relação era estimulada pelo Ministério do Trabalho, cujo objetivo principal era a mobilização dos trabalhadores em torno de diretrizes de ação e de um programa cujo suporte doutrinário se vinculava à questão de interesses de curto e médio prazo dos trabalhadores brasileiros.” (DELGADO, 2011: 73-74).

para a presidência da República em 1985, nas discussões durante as reuniões da Assembleia Nacional Constituinte e, também, nos programas de governo apresentados nas eleições.

A partir desses pontos destacados, este capítulo tratará da conjuntura na qual o PT foi formado, ressaltando o processo de distensão e de redemocratização brasileira nos anos de 1970 e início de 1980. Serão considerados processos importantes como as eleições de 1974, a campanha pela Anistia, as greves do ABC – o novo sindicalismo, notadamente a projeção de Luiz Inácio Lula da Silva e dos operários do ABC –, o fim do Ato Institucional nº 5 e a criação de novos partidos políticos. A trajetória inicial do PT é analisada a partir de seus documentos fundadores, das resoluções aprovadas em seus Encontros Nacionais, dos posicionamentos do partido na campanha pelas Diretas Já e na formação do Colégio Eleitoral. Esses posicionamentos contribuem para a melhor compreensão das propostas apresentadas nos programas de governo para as eleições presidenciais de 1989 e 2002.

1.1 A transição política

O que percebi de imediato, foi a cegueira das classes dirigentes, que supunham que a presença militar no governo poderia ser constitucionalizada. (FAORO, 2006: 66)

A posse, em março de 1974, do general presidente Ernesto Geisel, quarto presidente do regime autoritário que havia sido instalado em 1964, marcou a volta do grupo castelista¹⁵ ao poder. O projeto político do grupo de Geisel apresentava uma proposta de liberalização¹⁶ controlada pelo regime, conhecida também como distensão “lenta, gradual e segura”. Todavia, as pressões¹⁷ da linha-dura e o desejo do governo em controlar a liberalização

¹⁵ O grupo castelista e o general presidente tinham quatro objetivos principais: “o primeiro era manter o apoio majoritário dos militares, reduzindo ao mesmo tempo o poder da linha dura [...] a segunda meta era controlar os “subversivos” [...] a terceira meta era o retorno à democracia, embora de uma variedade indefinida [...] a quarta meta era manter altas taxas de crescimento.” (SKIDMORE, 1988: 319-321).

¹⁶ No projeto de liberalização por dentro havia uma barreira psicológica que necessitava ser ultrapassada. Tal barreira compreendia a possibilidade de passagem gradual de um autoritarismo absoluto para um regime mais aberto. Sobre o regime militar e seu processo de liberalização, ver: Stepan (1986), Skidmore (1988), Gaspari (2003) e Fico (2008).

¹⁷ Os órgãos de informação e segurança haviam crescido obstaculizando a volta ao Estado democrático de direito. Como exemplo, é possível citar as circunstâncias semelhantes dos “suicídios” do operário Manoel Fiel Filho e do jornalista Vladimir Herzog. Os “suicídios” no II Exército de São Paulo provocaram o afastamento do general Ednardo D’Ávila Mello. (GASPARI: 2004). O crescimento da repressão foi traduzido na frase do criador do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Golbery do Couto e Silva, ao deixar o governo em 1981, após a não apuração do atentado ocorrido no Riocentro: “Criei um monstro”.

política¹⁸ tornaram esse processo inseguro. Ou seja, se por um lado trabalhou-se para diminuir o caráter repressor do regime, por outro lado, também existiram esforços para adiar a volta do poder aos civis.

Desse modo, o percurso bastante delicado da liberalização e depois democratização foi permeado por avanços e inflexões. Isto ocorreu em razão de múltiplos fatores, como a pressão exercida pela linha dura¹⁹ do regime autoritário que desejava manter o controle da abertura e assim alcançar uma democracia conservadora alijando a oposição do poder.

O retorno ao Estado democrático de direito implicava mudanças. As instituições do país, desde a implantação do regime civil-militar, foram transformadas por meio dos Atos Institucionais (AI), editados como uma espécie de exercício pleno do Poder Legislativo por parte do governo federal. Das várias medidas autoritárias que afrontavam a democracia política representativa, podem ser destacadas: a redução do campo de atuação do Congresso Nacional, a supervalorização dos poderes e prerrogativas do Poder Executivo, a suspensão das imunidades parlamentares, os expurgos, as cassações, a instalação de inquéritos policiais militares, as suspensões de garantias constitucionais. Enfim, eram atos que visavam, sobretudo, perseguir os opositores do regime, incluindo-se no rol desses atos, também, a prática de tortura, tanto sob o aspecto físico quanto sob o aspecto psicológico.

A intimidação e a repressão aos opositores, praticada pelo regime autoritário, não conseguiu evitar os sinais de seu desgaste que se evidenciaram nas eleições de 1974. Naquele pleito, o partido legal de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)²⁰, venceu o partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)²¹, nas grandes capitais. Tal fato foi entendido como manifestação de insatisfação dos eleitores e da população brasileira frente ao regime implantado em 1964. Entretanto, “nem todos os emedebistas tinham perfil de oposição; alguns estavam mais para a linha do regime do que qualquer outra coisa” (MOTTA,

¹⁸ Sobre a abertura política, ver: Alves (2005).

¹⁹ Grupos reacionários rejeitavam o processo de abertura e desmonte do aparelho repressor estatal no interior das Forças Armadas. Já nos anos 1980, esses grupos promoveram atitudes terroristas, com uma série de atentados a bomba e sequestros. Em agosto de 1980 duas cartas-bombas explodiram no Rio de Janeiro. Uma delas explodiu na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, matando Lydia Monteiro da Silva em 27 de agosto. A outra, enviada à Câmara Municipal feriu gravemente José Ribamar de Freitas. Uma terceira bomba, enviada à Superintendência Nacional de Abastecimento não explodiu. Sobre o modo de operação dos repressores, ver: Fico (2001).

²⁰ A expressividade das votações recebidas pelo MDB pode ser inferida quando se observa que o partido elegeu 16 senadores: Adalberto Sena (Acre), Evandro Carneira (Amazonas), Mauro Benevides (Ceará), Dirceu Cardoso (Espírito Santo), Lázaro Barbosa (Goiás), Danton Jobim (Guanabara), Itamar Franco (Minas Gerais), Rui Carneiro (Paraíba), Leite Chaves (Paraná), Marcos Freire (Pernambuco), Saturnino Braga (Rio de Janeiro), Agenor Maia (Rio Grande do Norte), Paulo Brossard (Rio Grande do Sul), Evelásio Vieira (Santa Catarina), Orestes Quércia (São Paulo) e Gilvan Rocha (Sergipe). Também na Câmara dos Deputados, das 364 cadeiras disponíveis, o MDB conquistou 161 vagas. Sobre a trajetória do MDB, ver: Motta (1997).

²¹ Sobre a ARENA, ver: Grinberg (2004).

1997: 285). Contudo, após o processo de reorientação política e a mudança de sua imagem, o MDB se tornou uma legenda mais palatável para diferentes segmentos de oposição. O partido havia conseguido se aproximar tanto do movimento estudantil quanto de algumas organizações de esquerda. (MOTTA: 1997).

O triunfo do MDB em face da ARENA sinalizou uma mudança desfavorável ao governo federal. Desse modo, o governo Geisel, que preconizava a distensão lenta, gradual e segura, adotou simultaneamente medidas autoritárias, como a forte repressão sobre do Partido Comunista Brasileiro (PCB), acusado de articular a vitória do MDB, e também algumas medidas de tom liberalizante, como a suspensão da censura aos jornais.

No que se refere ao aspecto econômico, a internacionalização da economia nacional, principalmente no período do “milagre econômico” (1969-1974) havia tornado o país bastante dependente do capital internacional com o aumento de sua dívida externa. O milagre econômico deu sinais de alerta quando a alta no preço do barril de petróleo²² provocou tamanho desequilíbrio que o Brasil e alguns outros países passaram a ser identificados nos centros internacionais financeiros como *Non Developed Oil Importing Countries* (Países Não Desenvolvidos e Importadores de Petróleo). Esse desequilíbrio foi motivado também pelos

gastos com petróleo, somados aos gastos elevados que o Brasil sempre teve com royalties por uso de tecnologia estrangeira, fretes, remessas de lucros e juros da dívida externa levaram a economia brasileira à insolvência. (KUCINSKI, 2011:17)

Para contornar esse problema, Geisel empreendeu o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Para que o país pudesse crescer, foi necessário buscar recursos externos por meio do aumento dos empréstimos, o que elevava a dívida externa. Ademais, a indexação anual dos salários aumentou o descontentamento dos trabalhadores assalariados. Esse descontentamento foi reverberado por meio de protestos no âmbito das fábricas e nas inúmeras greves²³ de trabalhadores que aconteceram ao final da década de 1970.

O ciclo grevista inaugurado pela greve dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978 ganhou maior amplitude nos anos seguintes, envolvendo diferentes categorias profissionais, como peões da construção civil, médicos e trabalhadores da educação. Essas greves deram origem ao novo sindicalismo²⁴.

²² A Guerra do Yom Kippur, entre Israel e os países árabes, ocorrida no governo Médici, em 1973, provocou a primeira crise internacional do petróleo, afetando significativamente o Brasil, tendo em vista que o país importava cerca de 80% do petróleo consumido. Ver: Kucinski (2011).

²³ Sobre as greves dos trabalhadores entre 1970 e 1980, ver: Sader (1988).

²⁴ O novo sindicalismo emergiu principalmente em São Paulo quando novos líderes, dentre os quais Luiz Inácio Lula da Silva, denunciaram a estrutura corporativista das relações de trabalho. Havia nesse movimento “o

Também as denúncias e a circulação de notícias sobre a ação violenta e repressora do governo abalaram a sua fachada de legitimidade e “assim começou um processo de abertura também de baixo para cima e um período de mudanças, de transição, causados pelas ondas de choques desses dois abalos iniciais.” (KUCINSKI, 2011:15).

A preocupação de que a ARENA saísse derrotada das eleições municipais de 1976, sobretudo nas grandes cidades, se evidenciou quando em julho daquele ano a Lei Falcão²⁵ impediu a realização de debates entre os candidatos à eleição no rádio e na televisão. Mesmo assim, naquele pleito, o MDB obteve vantagem em face da ARENA, tanto na conquista de prefeituras quanto de cadeiras nas Câmaras Municipais.

Em 1977, com vistas a garantir a maioria no Colégio Eleitoral que escolheria o sucessor do presidente Geisel, o governo lançou o “pacote de abril”²⁶ que estabeleceu, dentre outras medidas, que um terço dos senadores seria nomeado diretamente pelo governo, mudando, também, a forma de representação proporcional dos deputados no Congresso Nacional, em uma tentativa também de aumentar as bancadas aonde a ARENA possuía mais representantes.

As eleições legislativas de 1978 foram fundamentais para a definição do Colégio Eleitoral. Embora ARENA e MDB tenham praticamente empatado no número de votos, o partido governista, em decorrência das medidas governamentais criadas pelo “pacote de abril”, obteve maioria, elegendo o último presidente do ciclo militar autoritário, João Batista Figueiredo.

O general Figueiredo, ao assumir a presidência da República em março de 1979, deu segmento ao processo de distensão que foi denominado “abertura política” por seu governo. Muitos fatores marcaram essa mudança. Entre eles, destacaram-se: a promulgação da Lei de Anistia²⁷, em agosto de 1979; as modificações na Lei de Segurança Nacional²⁸, em 1978; e a

impulso de superar a situação de esvaziamento e perda da representatividade de suas entidades e de estimular e assumir as lutas reivindicativas de seus representados” (SADER, 1988: 180).

²⁵ Integralmente disponível no sítio: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6349-7-julho-1976-357713-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

²⁶ O Pacote de Abril, outorgado em 1977, fechou temporariamente o Congresso Nacional, alterou a constituição e as eleições vindouras, de 1978, quando haveria a renovação de dois terços do Senado. Havia a preocupação de que, como em 1974, a ARENA não garantisse maioria naquela casa. Desse modo, metade das cadeiras seriam preenchidas pelo voto indireto do Colégio Eleitoral, ou seja, um terço dos senadores seriam confirmados pela indicação do presidente general. Havia sido criada a figura do senador biônico, com o intuito de garantir maior bancada aos militares no Congresso Nacional. Também ocorreu o aumento do mandato presidencial de cinco para seis anos assim, a manutenção das eleições indiretas para governador e a representação dos estados menos populosos foi aumentada, favorecendo a ARENA.

²⁷ A Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 está integralmente disponível no sítio <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>.

revogação do AI-5²⁹, no final do governo Geisel, em dezembro 1978. No último dia do mês de dezembro de 1978, a emenda constitucional nº 11 restaurou o *habeas corpus*, e, após meses de negociações, o país dava outro passo em direção à tão almejada democracia política.

A campanha pela Anistia³⁰ havia se intensificado como um grande projeto das esquerdas e de vários setores da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Igreja Católica e o Movimento Feminino pela Anistia. Ainda em 1974, após a convenção “O advogado e os direitos do homem”, realizada no Rio de Janeiro, a OAB manifestou seu comprometimento com a defesa dos presos políticos e lançou uma campanha a respeito da importância dos direitos fundamentais, da anistia e da revogação do AI-5. Assim, “desse momento em diante, a luta pela anistia cresceu e se diversificou, protagonizando os movimentos organizados ou servindo para organizar novos movimentos”. (IOKOI, 1997: 135), evidenciando a união das esquerdas e de democratas em torno da reivindicação de “anistia, ampla, geral e irrestrita”.

Em 1979, o governo, de certa forma, neutralizou uma das principais bandeiras da oposição quando o Congresso aprovou uma Lei de Anistia com inúmeras restrições e concessões a segmentos das Forças Armadas que se opunham ao modelo de anistia proposto pela sociedade civil. Entretanto, naquelas circunstâncias, a Lei de Anistia, tal qual foi aprovada, pode também ser considerada como uma vitória de todos que lutavam pelo retorno da democracia política ao Brasil. Foi uma lei possível para aquela conjuntura de transição inconclusa e possibilitou a libertação de milhares de presos políticos e o retorno ao país de lideranças como Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes e Miguel Arraes, além de tantos outros militantes da oposição que haviam deixado o Brasil desde 1964.

A modificação da Lei de Segurança Nacional e a revogação do AI-5 foram medidas liberalizantes que, embora fizessem parte da agenda da distensão política governamental, decorreram também da forte e crescente mobilização da sociedade brasileira. Mas, a adoção

²⁸ A Lei de Segurança Nacional, de setembro de 1969, reduziu as funções do Poder Judiciário tendo em vista que “autorizava o governo federal a intervir virtualmente em qualquer nível de atividade social se julgasse que a segurança nacional havia sido violada.” (SKIDMORE, 1988: 219).

²⁹ O AI-5 autorizava o presidente da República a decretar o recesso dos órgãos legislativos, incluindo o Congresso Nacional, a intervir de forma ilimitada nos estados e municípios, a cassar mandatos eletivos, a suspender direitos políticos, a confiscar bens e suspendia a garantia do *habeas corpus*. Tornou-se, então, um forte instrumento de intimidação dos críticos ao regime. (SKIDMORE: 1988).

³⁰ No ano de 1974, Terezinha Zerbini, em Brasília, rompeu a segurança e entregou ao senador norte-americano Ted Kennedy um documento que expressava as condições dos presos e dos exilados políticos pelo regime brasileiro. Esse ato, mais do que expor ao senador o que ocorria no país, expôs aos brasileiros e brasileiras uma realidade até então desconhecida por muitos e sistematicamente negada pelo sistema repressor. Ao convocar as mulheres brasileiras para lutarem pela anistia, Terezinha Zerbini impulsionou a formação dos Comitês Femininos pela Anistia. Em 1975, o Movimento das Mulheres pela Anistia contabilizou 16.000 assinaturas em apoio à anistia. Em fevereiro de 1978, o movimento foi ampliado com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), coincidindo com a morte do jornalista Vladimir Herzog.

dessas medidas em direção ao retorno do poder aos civis, não minimizou a insatisfação da oposição com o regime. A inflação, que havia crescido à época do milagre, escapou do controle do governo. Este, por sua vez, adotou uma política recessiva, aumentando as taxas de juros. Os trabalhadores mais humildes não tiveram como se proteger, o que ocasionou insatisfação e até reivindicações salariais em categorias profissionais melhor organizadas e estrategicamente importantes para a economia nacional. Entre elas destacaram-se os metalúrgicos do ABC paulista.

1.2 As greves do ABC e o Novo Sindicalismo: os trabalhadores como protagonistas

Nunca será demais sublinhar a importância social e política das greves operárias de 1979 e 1980, tanto as do ABC paulista quanto as de outras regiões do país. [...] contribuíram de modo decisivo para forjar uma nova etapa da vida brasileira. (DULCI³¹, 2006: 326-327)

A industrialização e a urbanização foram dois grandes processos estruturais pelos quais o Brasil passou entre os anos de 1930 e o início dos anos de 1980. (SECCO: 2006). A acumulação acelerada do capital e o aumento populacional concentraram-se sobremaneira na região Sudeste do Brasil. A indústria automobilística de grande porte se concentrou na região do ABC paulista. A classe trabalhadora que havia se formado naquela região era, conforme afirma Secco, “a *primeira geração* de trabalhadores urbanos oriundos do meio rural ou filhos de pais lá crescidos, de famílias de corte tradicionalista e com a memória de uma expropriação e expulsão do campo” (SECCO, 2006: 161). Foi, pois, da vanguarda produtiva e tecnológica do Brasil e de seu desenvolvimento econômico que o novo protesto sindical emergiu.

A insatisfação com o regime, tanto sob o aspecto político quanto sob o aspecto econômico, era crescente entre os trabalhadores das indústrias, notadamente dos setores automobilístico e metalúrgico. O espaço da greve³² tornou-se também um espaço de

³¹ Luiz Soares Dulci foi militante do movimento dos professores de Minas Gerais entre 1970 e 1980. Foi fundador do PT.

³² Salvador Sandoval (1994) ao tratar as greves no Brasil entre os anos 1945 e 1990, destacou que o nível da atividade grevista se relaciona com as condições políticas tendo em vista que essas se inter-relacionam com as condições econômicas que, em grande medida, produzem descontentamentos na classe trabalhadora. Assim, é possível inferir que as transformações na atividade grevista se inter-relacionam com as condições políticas do momento no qual elas estão inseridas.

mobilização contra o regime, opondo de um lado os trabalhadores e, do outro lado, os empregadores e o governo.

A notícia veiculada em 31 de julho de 1977 pelo jornal *Folha de São Paulo*³³ afirmando que o governo havia manipulado os índices inflacionários utilizados para aferir o aumento do custo de vida provocou fortes repercussões. De acordo com o jornal, a manipulação ocorreu quando o governo divulgou que a variação de preços internos e por atacado no ano de 1973 havia sido de 22,6%, diferentemente do índice oficial que havia marcado 11,9% e 12,6%, respectivamente³⁴.

A manipulação desses números foi admitida pela equipe governamental em agosto de 1977, aprofundando a insatisfação dos trabalhadores com o governo, em especial os mais organizados como os metalúrgicos do ABC. Os trabalhadores das cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema se uniram para promover uma campanha de reposição salarial, organizaram grandes assembleias, divulgaram abaixo-assinados e romperam o silêncio imposto ao movimento sindical. Ao mesmo tempo, “líderes sindicais fizeram pronunciamentos públicos que encontraram destaque na imprensa, contrastando com o anterior silêncio a respeito dos conflitos trabalhistas.” (SADER, 1988:182). A campanha para a correção dos salários impulsionou as movimentações para as greves de 1978 e 1979³⁵. Em entrevista concedida à época, Lula, então presidente dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, afirmou que o movimento grevista era:

uma demonstração de que a classe trabalhadora está preparada para tomar posições, está preparada inclusive para participar da vida política da nação. É uma demonstração de que nós trabalhadores resolvemos dizer um não à exploração a que somos submetidos há algum tempo. É uma demonstração de que a classe trabalhadora, não só de São Paulo, mas de todo o Brasil – e isso é uma questão de meses – se manifestará de uma forma ou de outra para que seja atendido o mínimo de suas aspirações. (SILVA, 1978: 81)

O movimento protagonizado pelos metalúrgicos também se expandiu para outros setores. No ano de 1979, mais de 3 milhões de trabalhadores brasileiros, entre eles professores, operários, peões da construção civil e médicos, pararam suas atividades. Foi, pois, um movimento vivo e dinâmico, que com lideranças jovens, forjadas no interior de indústrias automobilísticas e metalúrgicas, deu origem ao novo sindicalismo, diferenciando-se

³³ Disponível para consulta em <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1977/07/31/2/>>.

³⁴ Sobre o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, ver: Keck (1991) e Chaia (1992).

³⁵ Após anos de repressão sistemática, no governo Figueiredo, os trabalhadores do cinturão industrial da grande São Paulo decidiram parar. O protesto era contra os baixos salários e o alto custo de vida. Além do descontentamento econômico, os trabalhadores também expressaram oposição ao regime.

do sindicalismo antigo no que diz respeito à forma de condução do conflito entre capital e trabalho, com alguma autonomia em face do setor produtivo. (MENEGUELLO: 1989).

O novo sindicalismo adotou um discurso político a partir de um lugar social que era o sindicato. Isto, entretanto, não significou uma limitação ao seu discurso. Consoante destacou Secco,

O movimento do ABC adquiriu uma amplitude que superou suas motivações locais e imediatas, porque ali ocorria a fermentação larvar e concentrada das contradições da sociedade capitalista do país todo, particularmente dos grandes centros industriais. (SECCO, 2006: 163)

Desse modo, esse movimento potencializou o seu alcance para além da região do ABC no estado de São Paulo e repercutiu em outros estados da federação, contribuindo para dar nova força política às classes trabalhadoras. Naquela conjuntura, Luiz Inácio Lula da Silva salientou em seu discurso que:

De um lado vemos o homem esmagado pelo Estado [...] tolhido de seus mais mezinhos ideais de liberdade [...] E no reverso da situação encontramos o homem escravizado pelo poder econômico, explorado por outros homens, privados da dignidade que o trabalho proporciona, tangidos pela febre do lucro. (SADER, 1988: 184)

Um discurso como o de Lula, que se repetia em outros lugares do Brasil, chamando os trabalhadores para uma atuação central na discussão de seus interesses, os trouxe para uma situação de protagonismo que também contribuiu para abalar a legitimidade do regime. O governo tentou frear esses movimentos com diferentes medidas repressivas, inclusive com prisões dos líderes sindicais. Mas o estrago era definitivo e às forças sindicais se somaram inúmeras iniciativas, como campanhas populares, publicações de jornais alternativos³⁶ e manifestações de parlamentares da oposição³⁷ que objetivavam a democratização do país.

³⁶ Na década de 1970, os principais jornais alternativos de esquerda eram *O Pasquim*, *Movimento*, *Opinião*, *Versus* e *Em Tempo*. O jornal *O Pasquim*, publicado entre 1968 e 1991, se tornou bastante politizado após o AI-5. O jornal *Movimento* circulou entre 1975 e 1981, em várias cidades do país e “funcionou como um espaço de reaglutinação de militantes e de grupos políticos” (ABREU, 2001: 2774). Já *Versus*, que circulou entre 1975 e 1979, trazia em suas páginas discussões teóricas que se faziam na Europa e, a partir de 1977, quando foi administrado por militantes da Convergência Socialista, “passou a ser um jornal político, praticamente o órgão divulgador das posições da Convergência.” (ABREU, 2001: 2775). O jornal *Em Tempo* circulou a partir de 1978, inicialmente foi composto por uma frente de organizações de esquerdas como militantes do Movimento de Emancipação do Proletariado (ABREU: 2001).

³⁷ O MDB, outrora visto como uma “oposição consentida” ao regime, passou a ser percebido “como um canal de participação política possível e aceitável. [...] o impulso renovador associado à atuação dos autênticos, cujo coroamento foi a anticandidatura presidencial de 1973, amainou um pouco a mácula de partido ‘consentido’ que envolvia o MDB.” (MOTTA, 1993: 105-106). Desse modo, o êxito obtido nas eleições de 1974 contribuiu para a sua legitimação enquanto oposição com aumento das esquerdas no interior do partido. (MOTTA: 2007).

As manifestações públicas nas cidades contavam com o apoio crescente da população, dando novo colorido de esperança à oposição. Em editorial no *Jornal Tribuna Metalúrgica*, publicação dos trabalhadores de São Bernardo do Campo, o líder sindical Paulo Vidal expressou essa nova esperança: “o que queremos é ver reconhecido o direito de podermos participar no processo de desenvolvimento que a nação experimenta e do qual somos parte. Não queremos ser meros espectadores ou omissos.” (VIDAL *apud* SADER: 1988:182).

O caráter inovador do novo sindicalismo composto por jovens líderes³⁸ enfatizou a necessidade da democratização do sistema político com maior autonomia, ampliação e garantia das liberdades sindicais. (MENEGUELLO: 1989). Os pilares do novo movimento delinearam-se por maior autonomia em relação ao Estado, pelo alto índice de organização e pela independência em relação à esquerda tradicional, representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esse movimento, também conhecido como sindicalismo autêntico, absorveu as pressões das bases e as direcionou para o interior dos sindicatos. Assim, as articulações entre os trabalhadores durante a década de 1970 marcaram também a reanimação da classe operária, apesar de sua atuação ter acontecido em uma margem ainda estreita da legalidade.

A passagem do movimento sindical de um discurso de negociação para uma perspectiva de contestação pôde ser observada nas páginas da *Tribuna Metalúrgica*³⁹. Também os discursos de Lula durante as greves são significativos dessa mudança, pois

ele partilha das modalidades operárias de expressar-se no seu cotidiano ao mesmo tempo em que as projeta no cenário público, onde polemiza de igual para igual com os demais interlocutores (SADER, 1988:189),

exortando à participação política, relacionando a dignidade dos trabalhadores à sua postura reivindicativa e evidenciando a sua importância pública.

Devanir Ribeiro, integrante da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo durante o ciclo grevista do final da década de 1970 entende que: “as greves dos metalúrgicos do ABC nos anos 1978, 1979 e 1980 serviram para o amadurecimento não só dessa categoria, mas de todo o movimento sindical do Brasil.” (RIBEIRO, 2006: 319). A expressividade e a insatisfação dos trabalhadores durante as greves abriram espaço também para o encontro com

³⁸ O núcleo dos dirigentes sindicais que impulsionou essa nova corrente e estimulou as reivindicações e as lutas por representatividade de seus grupos era: no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Lula; no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Benedito Mercílio; no Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Henos Amorina; no Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Arnaldo Gonçalves e no Sindicato dos Petroleiros de Paulínia, Jacó Bittar.

³⁹ O estudo de Laís Abramo a respeito da mudança do discurso sindical no jornal *Tribuna Metalúrgica* destacou o rompimento com o binômio merecimento e reciprocidade: “sentindo-se interpelado pelo projeto desenvolvimentista, o Sindicato dispõe-se a oferecer sua colaboração e assumir seus objetivos. Ao mesmo tempo e por conta disso, sente-se interlocutor do governo, e desde o começo, reclama o reconhecimento dessa condição.” (ABRAMO, 1986: 146).

outros movimentos e grupos de oposição, com a construção de novas perspectivas de participação política para os trabalhadores brasileiros.

A classe operária em breve se mobilizaria em torno de um partido político “por ela” e “para ela”, conforme Lula destacava, durante o ano de 1978, “a organização da classe operária num partido era só questão de tempo [...] a idéia de um Partido dos Trabalhadores ganhou apoio da principal categoria do país.” (SECCO, 2006: 162).

Naquelas circunstâncias de início de uma transição política, o novo sindicalismo encontrou formas legítimas de ação para a defesa dos interesses de seus associados. Nesse sentido, as mobilizações sindicais trouxeram para o âmbito da imprensa os conflitos trabalhistas, retirando-os de uma situação circunscrita às fábricas. As lideranças sindicais, articulando-se nos limites da distensão política, tornaram-se polos de mobilização dos trabalhadores com

a emergência de uma corrente sindical a ser reconhecida como “sindicalismo autêntico” ou “novo sindicalismo”. Na origem, pois, dessa corrente, encontramos o impulso de um grupo de dirigentes sindicais no sentido de superar uma situação de esvaziamento e perda da representatividade de suas entidades e de estimular e assumir as lutas reivindicativas de seus antepassados. (SADER, 1988: 180)

Esse sindicalismo tornava-se presente nos espaços políticos possíveis, retirando da sombra os conflitos trabalhistas. Nessas circunstâncias, dirigentes sindicais e trabalhadores atuaram como uma nova oposição política.

Em relação ao ano de 1978, no qual foram intensas as lutas pela reorganização da vida sindical no país, Lula, que se destacava como dirigente sindical da Villares, recorda que:

Já em 1979, tínhamos tudo organizado, com comissões bem montadas, espaços para assembleias de massa no Estádio de Vila Euclides, fundo de greve e campanha de solidariedade com alimentos e demais produtos da cesta básica do trabalhador. Tínhamos também muito apoio externo de estudantes, parlamentares, de artistas e, mesmo com tudo isso, a repressão aumentou. Tivemos que levar nossas mulheres e crianças para enfrentar os canhões. (IOKOI, 1997: 134)

As articulações das mobilizações sindicais salientadas por Lula também contaram com a participação de outros segmentos da sociedade civil, como estudantes e artistas. É importante mencionar também a atuação da Pastoral Operária⁴⁰, que disponibilizava os salões da Igreja-matriz na cidade de São Bernardo para que os trabalhadores articulassem, naquele espaço, os delineamentos das greves.

⁴⁰ Sobre a atuação da Igreja Católica entre 1974 e 1985, ver: Kruschke e Mainwaring (1986).

O processo de abertura política continuou durante o governo Figueiredo, a partir de março de 1979. Naquele contexto, o aprofundamento da crise econômica decorrente do segundo choque do petróleo⁴¹ e a elevação de preços desestabilizaram a balança de pagamentos. O país entrou em um período de recessão, o que influenciou também os caminhos da abertura.

O Estado brasileiro tornara-se estagnado, inflacionado e insolvente, tendo de recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para buscar ajuda financeira. No campo político, a abertura prosseguia a lentos avanços. A inflação já estava em crescimento desde a época do “milagre econômico”. A ideia propagada pelo então ministro Delfim Netto da necessidade de se “fazer o bolo crescer para, em seguida, dividi-lo” teve péssima repercussão. A indexação anual para cálculo do aumento de salários também aumentou o descontentamento entre os assalariados. Desse modo, as greves de 1978

vieram minar as bases de regulamentação das relações de trabalho, quando viabilizaram propriamente o direito de greve e de manifestação, e possibilitaram certo reajuste salarial em negociação direta entre sindicatos e trinta empresas do setor metalúrgico, num processo onde não houve intervenção do Ministério da Justiça. (MENEGUELLO, 1989: 46)

A respeito das greves, Lula declarou que:

a luta que aconteceu no ABC foi por salário, mas a classe operária, ao brigar por salário, teve um resultado político na sua movimentação. [...] eu acho que o trabalhador conseguiu perceber o quanto vale a sua força de trabalho. (KECK, 1991:81)

É importante registrar que o novo sindicalismo não era a única corrente política do movimento sindical brasileiro. Havia ao menos duas outras frentes: as oposições sindicais, constituídas por militantes católicos e pequenos grupos de esquerda e a chamada unidade sindical, vinculada ao PCB.

O novo sindicalismo, formado no interior dos sindicatos oficiais, contribuiu para uma transformação radical do sistema e das relações no mundo do trabalho, redimensionou o papel do sindicato e da classe trabalhadora no processo de redemocratização, tornando-os protagonistas da luta pela democracia. Nessas condições, a construção de um novo instrumento de luta política, para além do sindicato, tornou-se necessário.

⁴¹ O segundo choque do petróleo ocorreu em 1979, quando o Irã, sob a revolução fundamentalista liderada pelo aiatolá Khomeini, paralisou a produção desse produto. No Brasil, esse choque elevou o preço da gasolina e do diesel nos postos. O preço do barril permaneceu alto até 1986.

1.3 Um novo espaço: o Partido dos Trabalhadores

Surge, de forma cada vez mais clara para mim e para o povo com quem convivia, aprendia e lutava, a importância de ter uma ferramenta para a luta política sob o controle dos sujeitos sociais que efetivamente querem mudanças e são capazes de visualizar um mundo diferente, de igualdade, sem exploração, sem preconceitos de caráter algum e baseado nos princípios do humanismo e da solidariedade. (DUTRA⁴², 2006: 376)

A mobilização da classe operária nas greves de 1978 e 1979 evidenciou a necessidade de dar uma formulação política para além dos sindicatos às suas reivindicações. Segundo Florestan Fernandes:

O PT procede das profundezas do modo de produção capitalista oligopolista [...] A greve de 1978 efetuou uma ruptura, que punha o grande capital, a contra-revolução e seu governo ditatorial de um lado, os operários e o movimento sindical de outro. (FERNANDES, 1991: 40)

Desse modo, o novo partido também correspondeu à necessidade de uma organização na qual os trabalhadores, por si mesmos, pudessem se expressar. Esta organização se constituiu na criação do Partido dos Trabalhadores que, ao ser fundado, expressou uma nova proposta de engajamento político dos movimentos sociais daquela conjuntura⁴³.

O desejo e a previsão de uma reforma político-partidária estimularam debates entre intelectuais a respeito da criação de novos partidos e da forma pela qual essa situação contribuiria para o retorno da democracia, “dentre os participantes dessa discussão estavam intelectuais que terminariam por ajudar a fundar o Partido dos Trabalhadores”. (KECK, 1991: 71). Havia um forte receio de que os militares retardassem a passagem do poder aos civis, mantendo o processo de distensão sob seu controle estrito. Exemplo dessa postura foi o “pacote de abril” lançado em 1977, editado com o intuito de frear o avanço do MDB.

Nessa conjuntura de insegurança e esperança, a reforma trouxe mudanças políticas expressivas, mas que não retiraram do governo as rédeas do processo de transição política. Foi por meio da Emenda Constitucional nº11 que a reforma política tomou forma. O artigo de

⁴² Olívio Dutra foi presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre no final dos anos de 1970. Foi fundador do PT.

⁴³ Sobre os movimentos sociais do período, ver: Sader (1987).

número 152⁴⁴ tratou da formação dos novos partidos políticos. Em uma tentativa de estender a duração do regime,

os estrategistas governamentais visavam, além de enfraquecer a oposição, diminuir a tensão política com uma concessão de natureza democrática. Ao fim e ao cabo o retorno ao pluripartidarismo era uma tentativa de reduzir as pressões sobre o Estado militar, com o objetivo de garantir-lhe a permanência. (MOTTA, 1999: 105)

Desse modo, a reforma partidária não ocorreu em razão do esfacelamento do regime, mas sim de uma tentativa de prolongamento do mesmo. Não houve um salto para a democracia, embora um passo fundamental tenha sido dado em sua direção.

A reformulação do quadro político-partidário em 1979 apresentou novos atores formais e um rearranjo de outros. O partido governista, ARENA, deu lugar a uma sigla ideológica e programaticamente vazia, o Partido Democrático Social (PDS), que embora com a mudança de nome, agrupava políticos simpatizantes do regime autoritário. Na ala oposicionista, certa fragmentação pode ser observada quando parlamentares do extinto MDB migraram para diferentes partidos como: o Partido dos Trabalhadores, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). (MOTTA: 1999). Dentre os partidos acima mencionados, o PT se constituiu como o de maior singularidade e originalidade que, oriundo de uma base extraparlamentar, traçou uma trajetória de sucesso eleitoral.

Fruto de uma sólida base operária, o PT se diferenciou e se singularizou em face de qualquer outro partido da República brasileira, considerando a questão da representação e formulando propostas em termos programáticos:

o PT e a central sindical com a qual está organicamente (embora não jurisdicional ou institucionalmente) vinculado, a CUT, constituem os novos, coerentes e institucionalizados atores políticos que surgiram durante a transição brasileira. (KECK, 1991: 13)

Desse modo, a fundação de um partido, por lideranças sindicais, chamado Partido dos Trabalhadores, foi significativa, pois

essas mesmas lideranças, a maioria das quais sem vínculos com organizações políticas anteriores ou movimentos políticos de caráter internacional, tiveram um peso decisivo na própria definição do caráter do partido que se propunham a criar. (FORTES, 2005: 196)

⁴⁴ O artigo 152 estabelecia que, para ser formado provisoriamente, o partido deveria ter 10% dos representantes de cada casa do Congresso. Os partidos se tornariam definitivos caso obtivessem 5% dos votos para o Congresso, com 3% de votos em cada unidade da federação.

A fundação do PT, fortalecido em um novo espaço político, significou uma iniciativa de lideranças em um movimento de nova configuração da classe trabalhadora nacional, expressava então uma nova cultura política, partilhando ideias comuns, dentre as quais a necessidade de inserção dos trabalhadores na política institucional. Isto se daria por meio de um partido político. Conforme Weber destacou, o partido político é

uma associação [...] que visa a um fim deliberado, seja ele ‘objetivo’ como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja ‘pessoal’, isto é destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINHO, 2010: 898)

Assim, com ação orientada para conquista do poder político, os grupos que se reuniram em torno da formação do PT, como os:

antigos militantes das organizações guerrilheiras, acrescidos agora de organizações trotskistas que ressurgiram em meados de 1970 (embora inicialmente também fossem contrárias ao PT), as CEBs e o novo sindicalismo, o principal vetor do processo (SECCO, 2006: 162-163),

embora heterogêneos, possuíam zonas de interesses comuns. Em síntese, um desses interesses era a conquista do poder político pelos trabalhadores. O *Manifesto* publicado em 1980 salientou que:

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 65)

Muitos são os registros que remetem ao Congresso de Petroleiros em Salvador, ocorrido em 1979 ou ao XI Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo de 1979, como os momentos mais significativos de discussão a respeito da ideia de criação de um partido organizado pelos trabalhadores. Foram os passos iniciais para a formação de um partido que, embora ligado organicamente aos trabalhadores e operários, teve uma composição mais diversificada que incluiu outras categorias como: trabalhadores rurais, intelectuais, jornalistas, profissionais liberais, professores e médicos.

Assim, fundado a partir “da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do País”, o novo partido relacionava-se com as reivindicações dos novos agentes sociais e políticos surgidos no Brasil ao final da década de 1970.

Além disso, o seu nome *Partido dos Trabalhadores* é bastante significativo. Em uma análise semântica, a partícula “dos” que integra o nome do partido mostra, simultaneamente, a quem ele se endereçava e a quem ele pertencia. Não se trata de um partido *pelo* trabalhador ou de um partido *de* trabalhadores. Foi, pois, um partido endereçado aos trabalhadores e também por eles constituídos, com objetivo de conquista do poder político.

Pelos trabalhadores e para os trabalhadores, o partido expressou uma nova cultura política, identificada como de inclusão e participação de segmentos sociais até então bastante alijados da política institucional.

A complexidade da cultura política compreendida como “uma espécie de códigos e de um conjunto de referentes formalizados no seio de um partido” (BERSTEIN, 1998: 350), também apresentava uma projeção comum, ousada e inovadora, de futuro. Evidentemente, é preciso falar em “culturas políticas” como plurais, mas com valores comuns partilhados entres os grupos formadores desse partido. No caso do PT, essa projeção, em última instância, seria a conquista do poder Executivo Federal e a formação de um governo socialista democrático.

O novo modo de pensar os problemas da sociedade brasileira e de propor soluções para eles não se impôs de forma abrupta, pois, conforme lembra Berstein, “da nova solução que propõem à sua transformação em corrente estruturada, que provoca o nascimento de uma política normativa, o prazo pode ser muito longo” (BERSTEIN, 1998: 355). Desse modo, a leitura dos documentos de sua fundação, das resoluções aprovadas nos Congressos e Encontros Nacionais, relacionando-os com a conjuntura à época, contribui para a compreensão das propostas do partido e de como elas foram incorporadas a seus programas de governo uma vez que eles se inserem no movimento vivo e dinâmico de formação e consolidação de uma nova cultura política, que aos poucos vem transitando entre o partido e segmentos da sociedade civil e sociedade política⁴⁵. Assim, a compreensão da dimensão coletiva da cultura política possibilita ao grupo petista uma expectativa comum de futuro, com valores semelhantes ou comuns partilhados. É, pois, a partir da dimensão coletiva da cultura política como “uma chave que permite compreender a coesão” (BERSTEIN, 1998: 362) do

⁴⁵ A categoria sociedade civil é utilizada por Gramsci de forma recorrente em seus escritos buscando compreender o mundo pós-Revolução Russa. Esta categoria se relaciona com a concepção ampliada de Estado e também com o conceito de hegemonia elaborados deste teórico. Em síntese, Gramsci salienta que “podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode se chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico” (GRAMSCI, 2004: 20-21). A sociedade civil, para Gramsci, está na superestrutura e, antes de buscar a inserção econômica, ela busca a inserção política, político-institucional e cultural. Desse modo, a sociedade civil se relaciona com a sociedade política e o partido político desempenha um papel fundamental, pois para Gramsci o Estado era o somatório da sociedade política (coerção) com a sociedade civil (hegemonia). (COUTINHO: 1989).

partido em torno de suas propostas para uma futura gestão que as resoluções provenientes dos Encontros Nacionais devem ser compreendidas.

São inúmeras as interpretações sobre as características do PT na sua origem. Entre elas, destacam-se a de Rachel Meneguello (1989), que analisou o partido enquanto uma novidade no sistema partidário brasileiro tendo em vista que ele mudou o papel político de setores mais modernizados da classe trabalhadora e proporcionou a eles uma organização autônoma. Já Margaret Keck (1991), em uma interpretação na qual não fez distinção entre os sindicalismos dos trabalhadores fabris e dos trabalhadores das classes médias, compreendeu o seu diferencial no sistema político nacional, exatamente por “vir de baixo”, ou seja, dos movimentos sociais e locais de trabalho. Esta compreensão é destacada por José Álvaro Moisés ao afirmar que: “não só o PT rompeu com a velha tradição elitista de partidos organizados de cima [...] como também rompeu a tradição de partidos que nasciam dentro do Estado ou por iniciativa do Estado.” (MOISÉS, 1986:182). Também Francisco Weffort apontou a singularidade do partido afirmando: “que eu saiba, não há nenhuma experiência similar a de um partido como o PT.” (WEFFORT *apud* RODRIGUES: 1990). Em sua interpretação, Leôncio Rodrigues (1990) ressalta que o PT é efetivamente singular quando se observa que esse partido uniu institucionalmente

setores de trabalhadores industriais, das classes médias e altas assalariadas, professores, notadamente, e trabalhadores rurais. Com exceção dos pequenos proprietários rurais, as classes proprietárias são praticamente inexistentes no interior do PT. (RODRIGUES, 1990: 28-29)

A presença de intelectuais e trabalhadores, ainda que em número restrito, não era novidade em partidos de esquerda. Contudo, o PT apresentou ao menos duas novidades: a ligação já citada com um movimento sindical expressivo e a presença de militantes do segmento progressista da Igreja Católica. Na formação do partido, “institucionalmente, há algo pouco comum: a presença concomitante de associações católicas ao lado dos sindicatos que integram o sistema corporativo das relações de trabalho.” (RODRIGUES, 1990: 29). Essa pluralidade de concepções alimentou conflitos internos ao partido e dificultou a definição de uma orientação política estritamente homogênea. Entretanto, sob o ponto de vista social, um partido dirigido por setores fabris é, certamente, uma novidade no Brasil.

A aprovação da *Declaração Política do PT* (vide Anexo A. 3), em 13 de outubro de 1979, bem expressou a multiplicidade de suas forças:

o movimento pelo Partido dos Trabalhadores pretende se constituir em uma organização nacional de massas, formada por todos os setores interessados

na transformação da atual ordem econômica, social e política. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 56)

Também, ao relatar as origens do PT, esse documento o caracterizou como um partido de massas, ressaltando que a sua criação não havia se dado exclusivamente em razão da reformulação partidária. Não foi por acaso que a referência ao termo “partido de massas” apareceu em sua *Carta de Princípios de 1979* (vide Anexo A. 2). Neste documento, o partido se autocompreendeu enquanto:

partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóia-frias, profissionais liberais, estudantes etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 54)

O sentido dado ao PT em seus documentos fundadores como “partido de massas” e o conjunto de sua formação, a sua dinâmica organizacional se coadunou com o modelo teórico que Maurice Duverger sugere sobre o que chamou de partido de massas, tendo em vista que esse modelo apresentava:

uma origem extraparlamentar; forte articulação estrutural; uma organização interna intensa; centralização nacional; rigorosos requisitos para filiação; presença de certo doutrinário e uma relação entre as lideranças do partido e seus parlamentares. (DUVERGER, 1990: 26-207)

Essas características podem ser compreendidas quando da leitura do funcionamento do partido em seus *núcleos de base*, ou nas mobilizações e articulações em seus Encontros Nacionais. A intensa organização interna do PT conferiu a ele um caráter democrático no qual todos os filiados tinham a oportunidade de participar de votações e decisões sobre a sua linha de atuação.

A *Carta de Princípios do PT*, apresentada em março de 1979, expressou que:

Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 49)

A perspectiva de um espaço organizado de resistência também foi apresentada em seu *Manifesto de Lançamento* (vide Anexo A. 5), quando o partido salientou que:

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em

conseqüência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 66)

Ao se apresentar enquanto um partido “amplo e aberto” e de massas, conforme pode ser inferido de seus documentos iniciais, a organização reconheceu que além de ser impulsionada pela vontade dos trabalhadores alcançarem o poder político, havia também interesses diversos, tendo em vista os vários grupos que a compunham. Essa diversidade foi apresentada por Keck (1991) como um tripé: sindicalistas, intelectuais e políticos. Embora simplificador, esse tripé representava os principais eixos do partido que uniu diversos setores das esquerdas em busca de alguma identidade partidária. De forma mais específica, a pluralidade que integrou o partido à época de sua fundação pode ser agrupada em pelo menos seis frentes: o novo sindicalismo, o movimento popular influenciado pela Igreja Católica, alguns políticos do MDB, intelectuais, militantes trotskistas e pessoas oriundas da luta armada. (SECCO: 2011).

A pluralidade do PT, representada nas seis diferentes alas mencionadas, prenunciava a multiplicidade de preocupações que os programas de governo desse partido apresentariam nos anos seguintes em um longo e minucioso caminho para conformar os interesses diversos que o compunham.

Nesse sentido, a plural formação do partido que originou as diversas tendências em seu interior possuiu também importância significativa nas formulações de seus programas de governo. O “nós” expressos nas linhas de seus programas são, portanto, muito significativos. Representaram o consenso para se chegar até aquela proposição e, dessa feita, as propostas de governo falavam em nome de um coletivo.

É importante destacar, neste ponto, que, embora seja instigante, não se pretende apresentar nesta dissertação uma análise das clivagens entre as diversas tendências⁴⁶ petistas, pois conforme destacou André Singer:

é secundário estabelecer aqui distinções entre vertentes petistas oriundas da inspiração revolucionária leninista ou trotskista e aquelas originárias das tradições católicas ou socialistas democráticas. Salvo engano, todas convergiam, por razões táticas ou estratégicas. (SINGER, 2012: 186)

A novidade do PT, em razão de sua origem extraparlamentar e por constituir-se como um partido de massas está no fato de que a estrutura interna do partido se fundamentava em órgãos de núcleos de base, de trabalho e de integração partidária. (MENEGUELLO: 1989).

⁴⁶ Informações relativas às tendências estão no Apêndice.

Em seu *Estatuto* (vide Anexo A. 7), aprovado pela *Comissão Diretora Nacional Provisória* (CDNP)⁴⁷ em 1980, o PT assegurou a existência de vários órgãos com vistas a garantir a democracia no interior do partido, conforme descrito no artigo 11:

Art. 11º - São órgãos do partido:

- I. de deliberação: as Convenções Municipais, Regionais e Nacionais;
- II. de direção e ação: os Diretórios Distritais, Municipais, Regionais e Nacional;
- III. de ação parlamentar: as bancadas municipais, estaduais e federais;
- IV. de execução: as Comissões Executivas Distritais, Municipais, Regionais e Nacional;
- V. de cooperação: o Conselho de Ética, o Conselho Fiscal e as Secretarias Municipais, Regionais e Nacional e os Núcleos de Base. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 77-78)

Foi por meio desses órgãos, em especial os *Núcleos de Base*, que o partido assegurou o espaço para a participação e organização dos filiados. Conforme dispunha o artigo 35: “os filiados de um mesmo domicílio eleitoral organizar-se-ão em Núcleos de Base, por local de moradia, por categoria profissional, por local de trabalho ou por movimentos sociais” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 82), incumbindo aos Núcleos de Base a apreciação das filiações que “no prazo de 15 dias será encaminhada ao Diretório, pelo Núcleo de Base onde o candidato atuará como filiado do Partido dos Trabalhadores – PT” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 76). Dessa feita, o filiado estava apto a participar de todas as convenções, inclusive daquelas nas quais eram decididas questões sobre a linha política, conforme os seguintes artigos:

Art. 13º - A Convenção Municipal, para eleição do Diretório Municipal e dos delegados e suplentes da seção à Convenção Regional, compõe-se de **todos os filiados** do Partido no âmbito do município, obedecidas as prescrições legais.

Art. 14º - À Convenção Municipal composta dos membros do Diretório Municipal, dos parlamentares com domicílio eleitoral no município, dos delegados à Convenção Regional e dos representantes de Diretórios Distritais, compete:

- a) de acordo com as instruções da Justiça Eleitoral, escolher os candidatos a cargos eletivos na esfera municipal;
- b) examinar e decidir sobre a (sic) relatório da gestão do Diretório Municipal;
- c) eleger a Comissão de Ética do Município;
- d) decidir, em grau de recurso, sobre as deliberações tomadas no Diretório;
- e) propor ao Diretório Regional a dissolução do Diretório Municipal ou a destituição da Comissão Executiva Municipal, nos casos previstos em lei e neste Estatuto;

⁴⁷ Sobre a composição da Comissão Diretora Nacional Provisória, vide Anexo B.

- f) destituir a Comissão de Ética do município, nos casos em que ela haja atuado de maneira parcial ou em desacordo com os princípios partidários;
- g) aprovar os planos e metas de ação do Partido no âmbito municipal, inclusive diretrizes políticas para prefeitos e vereadores, com estrita observância do Programa, deste Estatuto e das diretrizes emanadas dos órgãos superiores.

§1º - Poderão comparecer às Convenções Municipais a que se refere este artigo, além dos convencionais, membros dos Núcleos de Base para cooperar nas discussões pertinentes, sendo as decisões tomadas na forma da lei.

§2º - Nos municípios de mais de 1 milhão de habitantes compõe a Convenção Municipal, para escolha de candidatos. (sic) os parlamentares com domicílio eleitoral do município e os delegados à Convenção Regional dos Diretórios Distritais ou Zonais;

Art. 15º - Em caráter extraordinário, a Convenção Municipal reunir-se por convocação da Comissão Executiva Municipal nas hipóteses previstas em lei. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 78-79, grifo nosso)

Desse modo, os filiados poderiam, ainda, intervir junto aos representantes eleitos pelo partido e decidir sobre questões do interesse partidário bem como a respeito de sua disciplina interna. Essas características presentes no *Estatuto do PT* deram ao partido uma convicção democrática bastante peculiar.

Assim, com a participação da militância, o 1º Encontro Nacional do PT ocorreu entre os dias 8 e 9 de agosto de 1981 na Assembleia Legislativa de São Paulo em uma conjuntura de crises econômica e política da ditadura militar, além de revigoração dos movimentos populares, sindicais e operários no Brasil⁴⁸. Naquele Encontro foi eleito o primeiro Diretório Nacional⁴⁹ e a Comissão Executiva Nacional. Na ocasião, os fundadores do partido se empenharam em denunciar o milagre econômico brasileiro salientando “o estímulo ao lucro, ao crescimento acelerado a qualquer custo e a rendição das autoridades à pressão dos banqueiros”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998). Também foram aprovadas cinco resoluções a respeito do Regimento Interno do Partido que regulamentavam seus núcleos e os encontros partidários.

Na esteira do 1º Encontro Nacional, o partido realizou em Brasília, em 27 de setembro de 1981 a sua primeira Convenção oficial que contou com o discurso de Lula afirmando que “a Lei de Reforma Partidária, com todos os seus detalhes não conseguiu esfriar o nosso entusiasmo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 105). A afirmação de Lula adquire sentido quando se observa as exigências impostas pela Lei Eleitoral, para o registro de

⁴⁸ As greves ocorridas no final da década de 1970, na indústria paulista, contribuíram para a ampliação e a consolidação dos movimentos sindicais. A respeito desses movimentos ver: Sader (1988) e Sader (1987).

⁴⁹ O Diretório Nacional era composto por 92 membros de diferentes estados da federação, conforme Anexo B. Comissão Executiva Nacional eleita neste Encontro, ver Anexo C.

novos partidos. Ainda, em seu discurso, aprovado como documento básico do partido, Lula ressaltou que:

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem estar em nosso horizonte, adotar a idéia de socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que esse sistema econômico se encontra. Sabemos também que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados, que os trabalhadores e o povo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 114)

Ali, Lula caracterizou o PT como um partido socialista democrático, ou seja, uma concepção de um socialismo que se constituiria por todos os filiados, das “lutas do dia a dia” e da “obra dos próprios trabalhadores”, não se tratando, pois, de uma ideia⁵⁰ inédita para o Brasil. O socialismo democrático pretendido pelo PT distanciava-se de uma prática autoritária e seria conquistado pela autonomia da classe trabalhadora.

Em seu 1º Encontro, o partido posicionou-se em contraposição às práticas autoritárias governamentais e destacou como as suas principais bandeiras a luta contra o desemprego, o comprometimento com a reforma agrária e a necessidade de apresentar candidatos próprios para as eleições a todos os cargos e em todas as regiões do país.

Em uma conjuntura de intensificação dos movimentos sociais e aprofundamento da crise política do governo militar, foi realizado o 2º Encontro Nacional do PT, nos dias 27 e 28 de março em 1982, no Instituto Sedes Sapientiae em São Paulo. Nesse encontro foram aprovadas a *Plataforma Política* (vide Anexo A. 4) e a *Carta Eleitoral do PT*.

A *Plataforma Política* foi aplicada nacionalmente à campanha para governador de 1982. Trazia como principais reivindicações os anseios dos trabalhadores das cidades e do campo, e salientava que:

Uma reforma agrária, controlada pelos próprios trabalhadores do campo, não pode ser mais adiada. Temos de garantir a posse da terra a quem nela trabalha, não a latifundiários, grileiros e aproveitadores, que especulam com títulos de propriedades que nem conhecem. Não podemos mais tolerar a existência de grandes latifundiários e terras devolutas que nada produzem. Devemos lutar pela distribuição das terras devolutas aos pequenos produtores. Devemos lutar pela intervenção nas grandes empresas agrícolas, de modo a orientar a política agrícola conforme os interesses dos trabalhadores. Devemos garantir ao camponês o crédito para a compra de equipamentos e adubos. Os atravessadores têm de ser combatidos, com a instalação pelo governo de uma rede nacional de silos, armazéns e frigoríficos.

⁵⁰ Sobre o tema, ver: Chacon (1981).

Devemos assegurar a todos os assalariados rurais condições dignas de remuneração, transporte e direitos trabalhistas e previdenciários.

Em resumo, precisamos de um governo que se coloque firmemente ao lado dos que trabalham a terra, não este governo comprometido com as multinacionais, os latifundiários, grileiros e atravessadores. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 121)

Desse modo, com uma plataforma eleitoral diretamente relacionada com os anseios dos trabalhadores, o partido participou das eleições de 1982 com projetos norteados pelas diretrizes do lema nacional “trabalho, terra e liberdade”. A disputa eleitoral de 1982, com a participação da nova força política que era o PT, causou preocupação no governo federal. Com um discurso eleitoral diferenciado em relação aos demais partidos, o PT pretendia alcançar o eleitorado identificado com suas propostas. Entretanto, “alguns casuísmos foram dirigidos, principalmente contra sua organização, tais como [...] a proibição de apelidos nos registros de candidatos, atingindo especialmente a figura de Lula” (MENEGUELLO, 1989: 123-125). Mas, diferentemente do almejado, o resultado das eleições de 1982 não lhe foi expressivo.

O partido elegeu apenas oito deputados federais. No plano estadual, elegeu um deputado em Minas Gerais, nove em São Paulo e dois no Rio de Janeiro. No plano municipal, obteve vitória em duas prefeituras e elegeu 117 vereadores. Delineou-se então a necessidade de uma nova reorganização em termos de atuação política mais diretamente com o momento político vivido pelo país: a união em torno da realização de eleição direta para a Presidência da República.

1.4 A campanha pelas Diretas Já

Caminhando com dificuldades naquele mar de gente, pude, como raras vezes na vida, me sentir muito mais brasileiro. Os rostos eram plenos de esperança e de entusiasmo. A euforia ultrapassava qualquer expectativa que pudesse ter tido. O grito “Diretas Já” havia tempo engasgado em nossas gargantas era a bandeira que representava os que sofreram nas mãos da ditadura e a busca por um caminho mais justo e nosso. (OLIVEIRA⁵¹, 2006: 421)

⁵¹ Médico e jogador de futebol pelo Corinthians, Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira, o Doutor Sócrates, liderou, durante a década de 1980, a “democracia corintiana”. Esse movimento lutou para que as decisões consideradas mais importantes para o clube fossem decididas por meio do voto.

O depoimento de Sócrates é representativo da efervescência vivida pelo Brasil entre os meses de fevereiro e abril de 1984. A campanha pelas eleições diretas⁵² foi a mais marcante mobilização de massas da história republicana brasileira e expressou o clamor de vários setores da sociedade civil e política para que os brasileiros pudessem votar diretamente.

A mobilização provocada pela campanha das Diretas Já ultrapassou as esferas partidárias e se traduziu em um movimento nacional, portador de anseios da população tais como representação política democrática e resolução de problemas que se haviam tornado cotidianos, como inflação, baixos salários e insegurança. Estes anseios foram sintetizados na vontade de eleger diretamente um presidente da República.

Na conjuntura em que ocorria a expansão do movimento pelas Diretas Já, foi realizado o 3º Encontro Nacional do PT, entre os dias 6 e 8 de abril de 1984, no Pampas Palace Hotel, em São Bernardo do Campo, São Paulo. Naquele encontro, o partido aprovou também nota à imprensa na qual se comprometia a apoiar a vigília cívica, que ocorreria no dia 25 de abril em razão da votação da Emenda Dante de Oliveira⁵³, considerada pelos petistas “como fundamental para a conquista das Eleições Diretas Já, comprometendo-se a mobilizar o conjunto do Partido para garantir o pleno êxito do movimento de paralisação” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 173). A vigília cívica mobilizou brasileiros de diferentes orientações partidárias, mas com a vontade comum de escolher, de forma direta, o chefe do Poder Executivo federal. Um dos ápices desse movimento,

a vigília cívica do dia 25 de abril sintetizou uma profunda aspiração democrática da população brasileira, traduzida de imediato pela proposição de fim do Colégio Eleitoral e retorno às eleições diretas para presidente e vice-presidente no pleito eleitoral marcado para 1985. (DELGADO, 2007: 411-412)

Entretanto, a empolgação popular deu lugar à decepção, pois com 298 votos a favor, 65 votos contrários, 113 deputados ausentes e 3 abstenções, a Emenda Dante de Oliveira não alcançou *quorum* suficiente para que pudesse ser aprovada e o voto direto para presidente da República foi adiado para o ano de 1989. Embora derrotada, não representou um ponto final na transição. Os espaços públicos continuaram ocupados por pessoas que exigiam o retorno do Estado democrático de direito:

⁵² Sobre a campanha Diretas Já, ver: Kotscho (1984).

⁵³ A Proposta de Emenda Constitucional nº5 de 1983 (PEC nº5/1983) foi apresentada pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB/MT) e propunha eleições diretas para presidente da República.

Legitimavam-se pelo eco das vozes de milhões de brasileiros, que fizeram das ruas e praças das cidades o espaço privilegiado para defesa de importantes aspirações republicanas, tais como: democracia política, representatividade, eleições periódicas para cargos do Poder Executivo e preocupação prioritária com os interesses públicos. (DELGADO, 2007: 414)

O movimento suprapartidário como se caracterizou a campanha pelas Diretas Já uniu: o PMDB, o PDT e PT, que formaram o Comitê Nacional Pró-Diretas. Dela também participaram o PCB e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). A mobilização também contou com a participação da sociedade civil, abarcando as seguintes organizações: Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Comissão Justiça e Paz de São Paulo, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), União Nacional dos Estudantes (UNE), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Ordem dos Advogados do Brasil, além de várias outras associações e sindicatos. (DELGADO: 2007). Assim, a campanha pelas Diretas Já alcançou significação ímpar, visto que foi capaz de congregiar partidos com orientações programáticas distintas, associações diversas, todos em torno de aspirações democráticas. O movimento pelas Diretas Já se projetou na afirmação da luta pelo voto direto, sinalizando que a mobilização pela democracia não se concentrava apenas nos partidos políticos. Foi, pois, um movimento que contribuiu para fragilizar o regime de exceção.

Embora estivessem mobilizadas pelo objetivo da aprovação da Emenda Dante de Oliveira, as lideranças partidárias que participaram do movimento, em sua multiplicidade, como Airton Soares (PT), Dante de Oliveira (PMDB), Fernando Henrique Cardoso (PMDB), Fernando Lyra (PMDB), Franco Montoro (PMDB), Freitas Nobre (PMDB), Humberto Lucena (PMDB), Jacó Bittar (PT), Leonel Brizola (PDT), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Miguel Arraes (PMDB) e Ulysses Guimarães (PMDB) adotaram estratégias de negociação diversas com o Poder Executivo. Conforme destaca Delgado:

Nenhum político de carreira ou líder partidário em particular sobressaiu na condução do movimento. Mesmo porque não era homogênea a compreensão das diferentes entidades da sociedade civil e dos partidos sobre qual seria a melhor estratégia para conduzir a relação com o governo. Havia divergências, especialmente quanto à questão relativa ao grau de negociação que se deveria estabelecer com o Poder Executivo. (DELGADO, 2007: 415)

De um lado, políticos do PT eram contrários a uma estratégia de negociação e, do outro lado, os políticos do PMDB pensavam que a melhor estratégia consistiria em aliar mobilização das ruas com interlocução com o governo. Essa posição foi defendida em particular por Tancredo Neves (PMDB), que avaliava que: “a transição democrática ainda não

estava garantida e que, portanto, cautela e negociação constantes eram fundamentais para que não houvesse retrocesso político.” (DELGADO, 2007: 416).

Embora não fosse a principal força política do movimento heterogêneo que havia sido aquela campanha, o PT tornara-se um protagonista nas ruas. Neste contexto, o partido realizou entre os dias 6 e 8 de abril de 1984 o seu 3º Encontro Nacional, ocorrido em São Bernardo do Campo. Naquela ocasião, foram aprovadas as *Teses Para a Atuação do PT*, constituídas por um conjunto de orientações para os filiados, com destaque para o posicionamento do partido em face do Colégio Eleitoral, que elegeria o novo presidente da República:

A luta pelas diretas deve ser conduzida na perspectiva de frustrar as tentativas de conciliação, o que inclui um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral, que consideramos espúrio e ilegítimo. O PT deve conclamar todos os partidos da oposição a boicotarem o Colégio Eleitoral e a não participarem de qualquer processo de eleições indiretas. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 151)

Dessa forma, o PT recomendou que seus deputados se ausentassem do Colégio Eleitoral. Contudo, essa orientação não teve boa receptividade por parte de alguns integrantes. O partido dividiu-se entre aqueles que desejavam participar da eleição indireta e aqueles que preferiram boicotá-la, seguindo a tese aprovada.

1.5 A posição no Colégio Eleitoral

Sofri muito. Foi desesperador porque o partido era a minha paixão, mas eu não abria mão dessa divergência. Na época, achei mais correta a posição do PDT, que era contra o Colégio Eleitoral, mas deixou a decisão para cada parlamentar. Fiquei magoada porque alguns companheiros verbalizaram dúvida quanto à minha correção ideológica. (MENDES⁵⁴, 2008:15)

O PT, embora tivesse aprovado no 3º Encontro Nacional a recomendação de boicote ao Colégio Eleitoral, se dividiu quanto à participação de seus deputados naquele pleito. O partido havia responsabilizado a Aliança Democrática, liderada pela Frente Liberal (FL) e pelo PMDB, pela não ocorrência de eleição presidencial direta. A discussão a respeito do comparecimento ou não à eleição indireta mobilizou o partido em mais de 450 encontros em

⁵⁴ Elizabeth Mendes de Oliveira, conhecida com Bete Mendes, atriz e militante de esquerda. Foi eleita deputada federal pelo PT. Recusou-se a cumprir a orientação partidária e compareceu ao Colégio Eleitoral.

todo o país para consultar as bases e “dos mais de 290 mil filiados, apenas 19.916 compareceram para definir se os parlamentares do PT deveriam ir ao Colégio Eleitoral votar em Tancredo Neves” (SECCO, 2011: 115). A votação se deu entre as propostas de Airton Soares e a que havia sido aprovada pelo Diretório Nacional, conforme destacou Secco:

Airton Soares era o deputado que apresentou a proposta de ida ao Colégio (5,7% dos votos). Proposta de ida condicionada a um acordo programático foi promulgada por Paul Singer e outros militantes (8,3%). Venceu aquela que já tinha o apoio da maioria do Diretório Nacional com 86% dos votos. (SECCO, 2011: 116)

Dias antes da reunião do Colégio Eleitoral, o PT realizou um Encontro Extraordinário, entre 12 e 13 de janeiro, na cidade de Diadema, São Paulo, para ratificar a decisão de ausência na participação no pleito indireto. Na ocasião, o partido avaliou a campanha das Diretas Já e a situação política e econômica do país na resolução *Contra o continuísmo e o pacto social: por uma alternativa democrática e popular*. Destacou que a mobilização pelas Diretas Já

representou o retorno das classes populares ao palco da luta institucional, questionando a forma de sucessão presidencial em vigor e colocando nas ruas suas reivindicações por transformações econômicas e sociais. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 179)

Reconheceu o protagonismo e a expressividade da mobilização popular e chamou atenção para a necessidade de manutenção dessa mobilização quando destacou que a derrota da Emenda Dante de Oliveira havia significado

a senha para a desmobilização e a retomada do controle pelos setores conservadores, que, tornando-se majoritários no Congresso, [...] regulamentaram o Colégio e consideravam golpe aprovar qualquer emenda por Diretas Já. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 183)

O PT entendeu que, em coerência com os anseios populares expressos na campanha pelas Diretas, o partido não deveria comparecer ao Colégio Eleitoral, por ele compreendido como um pacto continuísta.

Nesse sentido, considerou que “levar a campanha das Diretas até as últimas consequências” consistiria em se ausentar da votação no Colégio Eleitoral que ocorreria dois dias após o Encontro Extraordinário do partido, em 15 de janeiro de 1985. Evidencia-se também a tentativa de disciplinar seus parlamentares, característica própria do modelo de partido de massas proposto por Maurice Duverger.

Embora tenha prevalecido a primeira orientação de não comparecimento ao Colégio Eleitoral, os deputados Airton Soares (SP), que integrava os “autênticos” oriundos MDB à

época de formação do PT; Bete Mendes (SP), atriz e ex-presca, política e José Eudes (RJ), que havia atuado na Ação Popular, insistiram em comparecer e em votar no candidato da oposição, desobedecendo à orientação partidária. Em razão disso, debateu-se, então, se eles deveriam ser expulsos. Em reunião do Diretório Nacional, foi decidido, por meio de votação, que eles seriam convidados a renunciar. A decisão foi contestada por outros deputados. Entretanto, os três renunciaram. Tal fato abriu uma ferida no PT. (KECK: 1991).

A reunião do Colégio Eleitoral, para a escolha do primeiro presidente civil pós-1964 chegou ao fim com a eleição de Tancredo Neves (PMDB) presidente da República e José Sarney (PFL), vice-presidente, derrotando, por 480 votos favoráveis, 180 votos contrários e 26 abstenções, o candidato Paulo Salim Maluf (PDS).

A eleição de Tancredo Neves marcou o início da “Nova República”. Após o resultado do Colégio Eleitoral, ainda no dia 15, o presidente discursou em Brasília, reafirmando a legitimidade do resultado:

Em todo o País foi o mesmo entusiasmo. De Rio Branco a Natal, de Belém a Porto Alegre, as multidões se reuniram, em paz, cantando, para dizer que era preciso mudar, que a Nação, cansada de arbítrio, não admitia mais as manobras que protelassem o retorno das liberdades democráticas. Não vamos nos dispersar. Continuaremos reunidos, como nas praças públicas, com a mesma emoção, a mesma dignidade e a mesma decisão. (NEVES, 2010: 828)

O resultado eleitoral foi recebido com entusiasmo pela população. Contudo, Tancredo Neves faleceu antes de ser empossado, em 21 de abril de 1985 e o vice-presidente da República, José Sarney, tornou-se presidente. Naquele momento de comoção, quando milhares de pessoas saíram às ruas, o PT, embora com suas características de partido de massas, não conseguiu ser um partido coparticipante das expectativas políticas que se expressavam na política nacional. O partido, que havia declarado oposição ao presidente eleito, isolou-se.

CAPÍTULO 02 – O programa “Brasil urgente: Lula presidente”

Na luta contra as injustiças e a miséria, aprendi que sem democracia não chegaremos a uma sociedade nova e solidária. [...] Todas as nossas propostas podem ser resumidas numa só palavra: democracia. [...] Para a classe trabalhadora, para o povo, a democracia é um objetivo central. É um pré-requisito para uma sociedade justa, equilibrada e solidária. (SILVA⁵⁵ In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Democracia*, 1989: 01)

O Partido dos Trabalhadores concorreu à eleição presidencial de 1989 como uma alternativa eleitoral capaz de apresentar soluções para as questões brasileiras. As críticas do PT ao governo Sarney, o posicionamento do partido na Assembleia Nacional Constituinte e as resoluções aprovadas em seus Encontros Nacionais são representativos da orientação petista no plano nacional.

O PT, desde sua fundação, já havia apresentado uma linha de atuação que o colocava em destaque como um partido que propunha o amálgama de diretrizes da democracia política com a democracia social, conforme registrado em seu *Manifesto*, aprovado em fevereiro de 1980:

lutará pela extinção de todos os mecanismo ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 66)

Essa postura oposicionista também foi expressa quando da recusa à participação no Colégio Eleitoral de 1985 e na declaração de oposição ao presidente eleito. Ainda durante o governo de José Sarney, o partido permaneceu na oposição. Durante a Assembleia Nacional Constituinte sua posição de independência se confirmou. Naquela ocasião, o PT recusou-se a votar a Constituição aprovada pelo plenário.

Em 1989, os posicionamentos singulares do PT foram sistematizados em uma plataforma de alcance nacional que, sob o título de *Brasil urgente: Lula presidente* (vide Anexo I), apresentou propostas consideradas pelo partido como fundamentais para uma futura gestão governamental.

⁵⁵ Luiz Inácio Lula da Silva na abertura do fascículo *Democracia*, do programa de governo *Brasil Urgente: Lula Presidente*.

A primeira eleição presidencial direta após o golpe civil-militar de 1964 ocorreu em um cenário de baixa coalizão partidária, com cerca de 20 partidos⁵⁶ em um amplo espectro político de representantes das esquerdas e das direitas. Em um cenário de multiplicidade de projetos apresentados para o país, a *Revista Veja*⁵⁷, de 11 de outubro de 1989 ressaltou que:

Naquele grupo de sete candidatos que estão em campanha com chances de vencer, onde se encontra desde o líder das pesquisas, Fernando Collor de Mello, até o deputado Ulysses Guimarães, que se arrasta na sétima posição, não há nenhum concorrente que ainda não tenha aquela papelada que se chama “Programa de Governo”, onde se pode tomar conhecimento das propostas que cada um deles possui para tirar o país do buraco e promover uma melhora no bem-estar da população. Existem calhamaços com letra miúda e farta numerologia. (REVISTA VEJA, 1989: 54)

A “papelada” à qual a *Revista Veja* se referiu em 1989 era muito mais do que um “calhamaço com letra miúda e farta numerologia”. Programas de governo apresentavam um conjunto de proposições e diretrizes elaboradas pelos partidos políticos, por escrito, de forma sistematizada para áreas que foram consideradas, à época, importantes e/ou essenciais para uma eventual gestão governamental. Desse modo, esses programas de governo apresentavam um projeto político para o Brasil, alguns mais e outros menos adensados. Mais do que um instrumento que eventualmente pudesse ser utilizado em palanque eleitoral, um programa de governo pode também ser compreendido como um documento no qual o partido declara as suas preferências e escolhas.

A afirmação de Raymundo Faoro de que “a tendência que nós temos é achar que aquilo é realizado para efeito meramente eleitoral, não tendo maior significação” (FAORO, 2008: 37), corrobora o entendimento de que um programa de governo, distante de significar apenas “calhamaço” ou uma “farta numerologia”, expressa também um projeto político específico e bem definido para o Brasil, capaz de dizer bastante a respeito do partido que o

⁵⁶ Mais de 20 partidos apresentaram candidaturas em 1989, dentre eles: Partido da Reconstrução Nacional (Fernando Collor de Mello), Partido Democrático Trabalhista (Leonel Brizola), Partido da Social Democracia Brasileira (Mário Covas), Partido Democrático Social (Paulo Salim Maluf), Partido Liberal (Afif Domingos), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Ulysses Guimarães), Partido Comunista Brasileiro (Roberto Freire), Partido da Frente Liberal (Aureliano Chaves), Partido Social Democrático (Ronaldo Caiado), Partido Trabalhista Brasileiro (Affonso Camargo Neto), Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Enéas Ferreira Carneiro), Partido Social Progressista (José Alcides Marronzinho de Oliveira), Partido Progressista (Paulo Gontijo), Partido Comunista Nacional (Zamir José Teixeira), Partido Nacionalista (Lívia Maria de Abreu), Partido Verde (Fernando Gabeira), Partido da Mobilização Nacional (Celso Brant), Partido do Povo Brasileiro (Antônio dos Santos Pedreira), Partido Democrata Cristão do Brasil (Manoel de Oliveira Horta), Partido Municipalista Brasileiro (Armando Correa da Silva) e Partido Liberal Progressista (Eudes Oliveira Mattar).

⁵⁷ Fundada em 1968, pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta, a *Revista Veja* possuía circulação semanal no Brasil, tratando de temas relacionados a questões políticas, econômicas, culturais e variedades. À época da eleição de 1989, a direção de redação era de José Roberto Guzzo e os redatores-chefes eram Mário Sérgio Conti e Tales Alvarenga.

propôs e da conjuntura na qual foi elaborado e apresentado. Nesse sentido, essas propostas podem ser compreendidas como respostas às necessidades de seu tempo e como expressão de projetos políticos partidários. A respeito do programa de governo, o coordenador nacional da campanha *Lula Presidente*, Wladimir Pomar, destacou que:

outra novidade positiva da campanha presidencial brasileira de 1989 foi a inusitada importância ganha pelos programas de governo dos candidatos. As pesquisas indicavam tanto o fato de o eleitorado votar preferencialmente em nomes, não em partidos, quanto o de exigir que o perfil do candidato ideal contemplasse suas propostas em relação aos principais problemas percebidos pela população. (POMAR, 2009: 50-51)

O programa de governo apresentado pelo PT, sob o título de *Brasil Urgente: Lula presidente*, era composto por cinco fascículos: *Democracia*, *Economia*, *Questão Urbana*, *Questão Agrária* e *Sociedade*. Esse programa é a expressão de uma concepção que propõe uma maior participação dos trabalhadores na esfera pública. Expõe, no plano nacional, propostas consideradas essenciais para uma futura gestão presidencial. Estas proposições, além de constituírem um projeto político para o Brasil, também significavam, para o candidato Lula, “um debate de verdade no país, entre capital e trabalho, entre os que comem e os que não comem, entre os despossuídos deste país e os que possuem muito.” (REVISTA VEJA, 1989: 05).

As proposições contidas no programa de governo petista de 1989 foram elaboradas em uma conjuntura de crítica ao governo de José Sarney, tanto em face da crise econômica pela qual o país passava quanto pela falta de legitimidade do chefe do Poder Executivo federal que, oriundo da ARENA e, à época, filiado ao PMDB, havia sido empossado em decorrência do falecimento do presidente eleito, herdando um ministério já formado.

O presente capítulo dedica-se a apresentar e analisar as propostas para a economia, a questão agrária, a educação e o trabalho, contidas no programa de governo intitulado *Brasil urgente: Lula presidente*, apresentado pelo Partido dos Trabalhadores na campanha presidencial de 1989. O estudo desenvolvido identifica que, no ano de 1989, o PT apresentou propostas orientadas por uma concepção de “radicalização da democracia”, que propunha uma reforma geral do Estado para torná-lo forte e sustentado em uma participação ativa dos trabalhadores na esfera pública.

2.1 O governo de José Sarney

Não tinha partido político que me apoiasse, vinha de uma dissidência, não conhecia o ministério que recebi, não tinha participado dos planos de governo, não tinha sustentação partidária dentro do Congresso. E os militares me olhavam com muita desconfiança, achando que tinha sido um homem que os tinha traído, passando para o outro lado. (SARNEY, 2011: s/p)

A conjuntura na qual José Sarney assumiu a presidência da República era bastante delicada⁵⁸. Conforme ele mesmo admitiu posteriormente, encontrou dificuldades para demarcar seu governo, pois recebera uma equipe⁵⁹ formada por Tancredo Neves. Além disso, o próprio Sarney reconhecia que tinha dificuldades no Parlamento ao declarar que “não tinha sustentação partidária dentro do Congresso”, explicitou a percepção de sua baixa legitimidade⁶⁰.

Nessas circunstâncias de dificuldades para o governo federal, o PT, durante a realização do seu 5º Encontro Nacional, em 1987, aprovou o documento intitulado *Resoluções Políticas* no qual ressaltou o que chamou de “esgotamento” do governo Sarney:

seja pela resistência política e social dos trabalhadores e da *oposição* à Nova República, seja pelas acentuadas divisões dentro da burguesia, onde ainda convivem vários modelos de ordenação constitucional e diferentes vias para o novo processo de acumulação, o fato é que o governo se decompõe. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 303)

O partido, ao salientar que “o governo se decompõe”, expunha a sua baixa legitimidade e criticava os últimos acontecimentos econômicos e políticos da gestão Sarney, como o fracasso dos sucessivos planos econômicos⁶¹ destinados a conter a alta inflacionária, o

⁵⁸ Entre a eleição indireta de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, e a posse inesperada do vice-presidente, José Sarney, em 15 de março do mesmo ano, se passaram apenas dois meses. Em um processo sucessório permeado pelas bases políticas e institucionais do regime autoritário, “este foi um dos principais condicionantes da articulação da Aliança Democrática e da candidatura de Tancredo Neves, um político de oposição moderada ao regime autoritário, e uma indicação considerada consensual para uma ampla gama de setores políticos.” (MENEGUELLO, 1998: 81), uma proposta eleitoral possível que garantiu a transição aos civis.

⁵⁹ A equipe ministerial que havia sido articulada por Tancredo Neves possuía um caráter eminentemente partidário, traduzindo a coalizão PMDB-PFL: “com uma distribuição de 13 cargos (59%) destinados ao PMDB, 7 (32%) ao PFL e apenas dois (9%) ocupados por nomes sem vinculação partidária. (MENEGUELLO, 1998: 84).

⁶⁰ Em todos os regimes, em doses diferentes, há alguma personalização do poder, então, “pode acontecer que a pessoa que chefia o governo seja ela mesma objeto da crença na legitimidade.” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010: 676), ou seja, a legitimidade pode ser também compreendida como a capacidade do chefe de governo de reunir em torno de si algum grau de consenso.

⁶¹ Durante o governo Sarney (1985-1990), foram aplicados diversos planos econômicos com vistas a controlar a inflação. Em fevereiro de 1986 foi anunciado o Plano Cruzado. A seguir, em 21 de novembro foi decretado o Plano Cruzado II. Em junho de 1987, foi adotado o Plano Bresser. No ano seguinte, um novo conjunto de medidas entrou em vigor. Era o Plano Verão. Este plano não logrou sucesso. Sarney e sua equipe atribuíram a

desabastecimento alimentício, a suspensão da moratória, o retorno do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a falta de articulação política junto aos empresários que pressionavam pelo fim do “gatilho salarial”.

A publicação trimestral *Teoria e Debate*⁶² era um dos veículos pelos quais o PT discutia e apresentava críticas à gestão de José Sarney. Em 1988, por meio dessa publicação, o partido denunciou a política econômica e social governamental afirmando que “no começo de 1986, o Planalto perpetra o espetacular golpe do Plano Cruzado, amparado pelas grandes empresas jornalísticas.” (ABRAMO, 1988: 03). A leitura do PT de que este plano econômico era um golpe se dava em razão da previsão de forte arrocho salarial. O partido considerava que, embora controlasse os preços, o novo plano econômico não diminuiria o lucro dos empresários e não seria capaz de inserir novos setores no mercado consumidor. Ainda destacou que:

para aplicar esse pacote, Sarney passa por cima do Congresso e dos partidos, e se compõe diretamente com o alto empresariado. Diretamente, também, dirige-se ao povo falando pela TV com cada cidadão em particular. (ABRAMO, 1988: 03)

Desse modo, o PT chamou também atenção para a estratégia utilizada pelo presidente para recuperar o seu prestígio político ao conclamar brasileiros e brasileiras para serem fiscais do governo. Para o partido, essa convocação traduzia uma visão individualista de participação popular, pois “diante da TV ou das tabelas impressas nos jornais, o telespectador se transforma num indivíduo, desvinculado de sua classe, do sindicato, do partido. A população é fragmentada e fica desarmada.” (ABRAMO, 1988: 03).

O partido criticou, ainda, a falta de articulação e de diálogo do governo Sarney com os partidos e com os movimentos sociais, observando que:

o Planalto já não pode mais prescindir dos partidos e de seus representantes. Já não há mais lugar para lances individualistas, carismáticos e populistas. Projetos, decretos e pacotes têm de ser negociados. (ABRAMO, 1988: 04)

Expressou, assim, seu entendimento sobre a necessidade do governo se abrir para o diálogo e para as negociações com todos os partidos políticos, inclusive os de oposição.

aceleração inflacionária à proximidade das eleições. (ABREU: 2001). Sobre os planos econômicos ver: Leitão (2011).

⁶² A revista *Teoria e Debate* foi criada em 1987 pelo Diretório Regional do PT de São Paulo. À época, a publicação trimestral circulava nas cinco regiões brasileiras, afirmando seu enfoque nacional para discussões das esquerdas. O seu editor era Eugênio Bucci, que integrava também o Conselho de Redação, composto ainda por Eder Sader, João Machado, Paulo de Tarso Venceslau, Perseu Abramo, Ricardo de Azevedo e Rui Falcão.

A perspectiva do partido era de que o Brasil passava por uma crise estrutural, que se manifestava tanto na recessão quanto no descontrole cambial e expressava, sobretudo, as dificuldades da economia brasileira. Além disso, “seus prolongamentos sociais, serviam de moldura para uma crise política maior, onde se reforçava a ilegitimidade crescente do atual governo.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 377). Diante desse cenário, o PT, em seu 5º Encontro Nacional, ocorrido em 1987, aprovou a resolução de defesa de antecipação das eleições de 1989, salientando que “a redução do mandato de Sarney, com a realização de eleições diretas em 1988, significa a possibilidade de aglutinar, em torno de um Programa de Governo, com candidato próprio (o Lula)” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 304).

Assim, o partido dava indícios de que pretendia unir tanto os trabalhadores quanto os pequenos empresários para a mobilização em torno de um programa de governo voltado para “o horizonte de um novo sistema econômico, político e social: o socialismo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 304). Além do PT, outros partidos políticos e organizações da sociedade civil se empenhavam em criticar a política econômica governamental, como o PDT de Leonel Brizola e a CUT.

Em face das críticas, o governo recordou o compromisso assumido quando da divulgação do *Manifesto da Aliança Democrática*⁶³, orientando-se pela não alteração dos acordos políticos e objetivos ali expressos.

2.2 O PT e o desafio da Assembleia Nacional Constituinte

Chegamos! Esperamos a Constituição como o vigia espera a aurora. Bem-aventurados os que chegam. Não nos desencaminhamos na longa marcha; não nos desmoralizamos capitulando ante pressões aliciadoras e comprometedoras, não desertamos, não caímos no caminho. (GUIMARÃES⁶⁴, 1988: 01)

⁶³ Este manifesto, de 7 de agosto de 1984, apresentou os objetivos e os princípios da futura gestão. Dentre os objetivos estavam o combate à inflação, ao desemprego, à dívida externa, realização de mudanças na área tributária, atenção para a reforma agrária para que as desigualdades regionais e a injustiça social fossem superadas. Além disso, previa a elaboração de um programa de governo que seria assinado por Aureliano Chaves, Marco Maciel, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães. O manifesto estabeleceu a coalizão entre o PMDB, com a candidatura oficial de Tancredo Neves, e a Frente Liberal, com a candidatura de José Sarney. O *Manifesto da Aliança Democrática* encontra-se publicado na íntegra em Meneguello (1998).

⁶⁴ Ulysses Guimarães, político, teve participação importante na campanha pelas Diretas-Já. Foi presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

O Brasil, após a “longa marcha” pela democracia política, enxergava na “aurora” da Constituinte, em 1987, a possibilidade de remover a legislação autoritária e promulgar uma nova ordem constitucional. A Constituinte trazia em si o poder para constituir. Constituir nova ordem, novos poderes, novos direitos, novos deveres.

As eleições para a Constituinte foram realizadas em 15 de novembro de 1986. A bancada petista eleita era formada em sua maioria por sindicalistas⁶⁵. Num total de dezesseis integrantes, era composta por Luiz Inácio Lula da Silva (SP), José Genoíno Neto (SP), Benedita da Silva (RJ), Eduardo Jorge (SP), Luiz Gushiken (SP), Florestan Fernandes (SP), Vítor Buaiz (ES), Irma Passoni (SP), Olívio Dutra (RS), Paulo Delgado (MG), Paulo Paim (RJ), Gumercindo Milhomem (SP), Virgílio Guimarães (MG), Vladimir Palmeira (RJ), Plínio de Arruda Sampaio (SP) e João Paulo Pires (MG).

O primeiro pronunciamento de Lula, líder da bancada, reafirmou o seu vínculo com os setores populares:

o PT assume o trabalho constituinte com espírito de construção e de diálogo e vê nesse trabalho uma oportunidade de avanços importantes na luta do povo. [...] O PT convoca o povo para declarar-se em assembleia geral permanente, a fim de acompanhar passo a passo a elaboração do texto constitucional e de exigir, para todos os brasileiros, perspectivas reais de uma vida mais livre, mais confortável, mais digna e humana. (REVISTA PERSEU ABRAMO, 2011: 117-118)

Além de evidenciar o compromisso daquela bancada com os trabalhadores, os deputados constituintes petistas articularam-se junto a políticos do PDT e do Partido Socialista Brasileiro (PSB) para a formulação de proposições relacionadas à defesa dos direitos das minorias e dos direitos sociais.

O PT defendeu a autonomia sindical e o fim da estrutura confederativa, responsável pela manutenção da verticalidade no sindicalismo e também o fim da contribuição sindical. O partido se esforçou por garantir a jornada de seis horas para turnos de revezamento e o direito

⁶⁵ Os constituintes petistas eram, em sua maioria, ligados a sindicatos e associações: Virgílio Guimarães (Sindicato dos Economistas de Minas Gerais), João Paulo Pires (Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade-MG e Direção Nacional da CUT), José Genoíno Neto (professor-SP), Paulo Delgado (fundador e vice-presidente do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais), Paulo Paim (vice-presidente da CUT-RS), Vladimir Palmeira (economista-RJ), Irma Passoni (professora-SP), Eduardo Jorge (médico-SP), Gumercindo Milhomem (presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo e vice-presidente regional sudeste, da Confederação de Professores do Brasil), Luiz Gushiken (presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo), Benedita da Silva (presidente do Departamento Feminino, Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro), Luiz Inácio Lula da Silva (presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema), Plínio de Arruda Sampaio (advogado e professor-SP), Olívio Dutra (secretário-geral do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre-RS), Florestan Fernandes (professor-SP) e Vítor Buaiz (vice-presidente da Federação Nacional dos Médicos-ES).

de greve. Nos trabalhos constituintes, a bancada petista protagonizou o encaminhamento de propostas de sindicatos, movimentos sociais, entidades da sociedade civil e setores marginalizados da sociedade brasileira.

A Assembleia Nacional Constituinte instalada em 1º de fevereiro de 1987, em meio a inúmeras expectativas, encerrou seus trabalhos em 5 de outubro de 1988, e “galvanizou as esperanças radicais da sociedade que se viram canalizadas institucionalmente por uma constituinte congressual e não exclusiva” (SECCO, 2011: 128). Portanto, em mais um passo em direção ao fortalecimento da democracia, a Carta de 1988 consagrou direitos individuais e políticos, ampliou os direitos sociais, gerando pilares para uma democracia formal, simbolizou o fechamento formal da experiência ditatorial. A respeito da Constituição Federal de 1988, Olívio Dutra afirmou que:

Ela avança quanto aos direitos individuais e coletivos; avança também quanto aos direitos sociais, coloca o Estado e o governo sob um controle maior da sociedade organizada; amplia os espaços democráticos e de participação direta do povo na defesa de seus direitos, na elaboração das leis e na fiscalização de políticas. Mas é inegável que a Constituição de 1988 é um texto comprometido com uma determinada conjuntura e resultado da Constituinte de maioria conservadora. Nosso partido tem muito a ver com os modestos, mas significativos avanços contidos nesse texto; mesmo porque a CUT (Central Única dos Trabalhadores), os sindicatos, os trabalhadores rurais sem terra, as entidades democráticas fizeram fluir por nosso intermédio suas propostas, reivindicações e demandas. (DUTRA, 1988: 03)

A nova Constituição Federal ampliou a autonomia administrativa dos estados e previu a separação de poderes no sistema de freios e contrapesos, reforçando a harmonia e a independência entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; estabeleceu eleições diretas para os cargos executivos federal, estaduais e municipais, além de dois turnos eleitorais, no caso de nenhum candidato obter maioria absoluta em primeiro turno; previu a obrigatoriedade do voto para as pessoas com idade entre 18 e 70 anos, facultando-o a analfabetos; ampliou os direitos dos trabalhadores; proibiu a intervenção nos sindicatos; colocou fim à censura prévia e instituiu o *habeas data*. Por fim, reservou, também, algumas atividades econômicas para as empresas nacionais.

Todavia, quando da votação do texto constitucional, o PT se recusou a votá-lo, argumentando que aquele texto estava em desacordo com o seu programa partidário, pois era contrário à reforma agrária, estabelecia cinco anos de mandato presidencial e mantinha intocada a estrutura militar. A recusa do PT a votar⁶⁶ favoravelmente o texto constitucional, de

⁶⁶ Sobre o PT na Constituinte, ver: Gadotti; Pereira (1989).

acordo com o partido, foi devido ao entendimento do partido de que havia trechos conservadores na Carta de 1988. Ao final, mesmo tendo votado contra o texto constitucional, a bancada petista não se recusou a assinar a nova Carta, reconhecendo, desse modo, a legitimidade daquele processo.

2.3 Um caminho estratégico para as formulações de 1989: os Encontros Nacionais do Partido dos Trabalhadores

O programa tem de ser, ao mesmo tempo, um instrumento de mobilização e organização dos trabalhadores para a vitória eleitoral e um instrumento de governo no caso de que venhamos a vencer as eleições. Ele deve conter medidas que apontem para o desencadeamento de um radical movimento de mudanças econômica, social e política do Brasil, mas, igualmente, dar respostas aos problemas que afligem, hoje, a imensa maioria dos brasileiros. Sua capacidade de atrair dezenas de milhões de eleitores não pode se dar sobre a base de concessões de princípios, nem de chamamentos demagógicos. Tudo o que o Programa propuser tem de aparecer como razoável, a partir, evidentemente, da mobilização popular. A discussão sobre o caráter da candidatura e o programa do PT (e da Frente) é fundamental. (PARTIDO DOS TRABALHADORES⁶⁷, 1998: 384)

Os Encontros Nacionais eram momentos nos quais o PT discutia e votava as linhas de atuação teórica e estratégica do partido. Entre a sua fundação e a campanha presidencial de 1989, o partido realizou seis Encontros Nacionais. Ocasões de intensas mobilizações, sintetizadas por Lincoln Secco como:

eventos que duravam meses entre a convocação e realização efetiva. [...] Havia também a busca de entendimento entre as tendências para a formação de alianças ou tese conjunta. [...] Por fim, o processo envolvia praticamente toda a militância, pois as pré-teses eram distribuídas (publicadas) e debatidas nas instâncias de base em muitas reuniões [...] Os encontros de todo tipo (não só os nacionais) eram também culturais. Bancas de livros e jornais eram obrigatórias, mas também de suportes da simbologia do partido: broches e camisetas principalmente. (SECCO, 2011: 96-99)

⁶⁷ Trecho da resolução *As eleições e a candidatura de Lula*, aprovada no 6º Encontro Nacional do PT, em junho de 1989.

A forma pela qual as teses eram votadas nos Encontros Nacionais corrobora a percepção do caráter de partido de massas do PT. A tese-guia era compreendida no âmbito do regimento interno do PT como

a denominação dada ao texto inscrito que obtém o maior número de votos no início dos Encontros do PT. A pauta a ser discutida e votada é aprovada com antecedência e é sobre ela que são elaboradas essas teses. Aprovada a tese-guia, iniciam-se os debates sobre cada ponto da pauta, seguidos pela apresentação, defesa e votação das emendas, que podem, inclusive, alterar o texto original do documento, desde que não afetem seus eixos centrais. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 140)

A elaboração dessas teses e suas votações envolviam a participação de centenas de militantes, pois:

Realizavam-se debates públicos e, por fim, as pré-teses eram divulgadas depois de “fechadas” internamente nas tendências. Havia também a busca de entendimento entre as tendências para a formação de alianças ou teses conjuntas. Em geral o acerto envolvia os chamados “capas pretas” (dirigentes), dotados de grande poder pessoal. [...] O partido seguia a tradição de lançar teses e manifestos assinados primeiro por pessoas política ou intelectualmente significativas e, em seguida, pelos quadros intermediários que estavam mais próximos da base do agrupamento. (SECCO, 2011: 96-97)

Os Encontros Nacionais, enquanto momentos de discussão da atuação estratégica do partido, também são relevantes para a compreensão das propostas petistas contidas nos programas de governo. Foi também a partir dos Encontros Nacionais que o PT articulou as bases desses programas.

Embora a trajetória de construção e afirmação do pensamento petista seja uma constante desde os documentos aprovados em seus encontros anteriores, são as resoluções e teses aprovadas no quinto e sexto Encontros Nacionais que mais influenciaram a topografia das propostas do programa de governo de 1989.

O 5º Encontro Nacional, realizado entre 04 e 06 de dezembro de 1987, no Senado Federal, deu continuidade ao amadurecimento político do partido e concentrou-se na análise conjuntural da política brasileira. No documento *Resoluções políticas*, o partido criticou o governo Sarney, principalmente os seus planos econômicos, salientando:

o fracasso visível do Plano Bresser, em conflito com setores decisivos do empresariado, como foi o caso do embate com a Autolatina; o agravamento da crise internacional, provocado pelo *crash* financeiro, que precipitou a suspensão da moratória e o retorno ao FMI (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 303)

Naquela ocasião foram aprovadas várias *Resoluções*⁶⁸ e também a tese-guia *Por um PT de massas, democrático e socialista*, apresentada por José Dirceu. Para a proposta de *Resolução sobre Tendências*, foi aprovada a tese intitulada *Articulação*, apresentada por Luiz Gushiken.

O 5º Encontro Nacional pode ser considerado um dos mais importantes da história do PT. Naquela ocasião, quando “o clima de fim de ano ajudava a olhar para dentro e menos para fora” (SECCO, 2011: 121), marcou uma fase de nova formulação programática. Naquele Encontro, houve uma “revolução no discurso quanto aos objetivos finais, os meios e a ação política” (BAIA, 1996: 54). Foi aprovado um programa democrático e popular que apresentou, dentre outros, os seguintes pontos básicos:

- Reforma administrativa**, saneando os serviços públicos, aumentando sua eficiência através de concurso público e de um plano de carreira e escala de vencimentos.
- Liberdade de associação, organização, manifestação de opinião, organização partidária e autonomia sindical com direito de greve;
- Pelo rompimento com o FMI; pela realização de auditoria interna e contra o pagamento da dívida externa;
- Reforma tributária** como instrumento para aumentar a arrecadação de impostos e distribuir renda, gravando o capital, a grande propriedade territorial, as heranças e as doações; [...]
- Direito ao ensino público e gratuito em todos os níveis para todos, com a proibição de o Estado destinar verbas para escolas privadas;
- Criação de um sistema único de saúde estatal [...] estatização da indústria farmacêutica;
- Estatização dos serviços de transportes coletivos; [...]
- Estatização do sistema financeiro, garantindo crédito ao pequeno e médio produtor agrícola e industrial;
- Reforma agrária sob controle dos trabalhadores**, com fixação de módulo máximo da propriedade rural regional e definição de planos agrícolas com a participação dos trabalhadores; [...]
- Direito aos trabalhadores de se organizarem em comissões de empresas e acesso dos trabalhadores às informações econômicas e contábeis das empresas;**
- Política de elevação dos salários** [...]
- Jornada semanal máxima de 40 horas, sem redução dos salários;**
- Estabilidade no emprego.** (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 309-311, grifo nosso)

A partir da leitura do documento *Programa Democrático Popular*, produzido no 5º Encontro Nacional, é possível perceber que para o PT o conceito de “governo democrático e popular” aproximava-se de uma postura socialista. Desse modo, aquele Encontro não representou uma ruptura com o pensamento inicial petista, mas sim um desenvolvimento mais

⁶⁸ Foram aprovadas as seguintes resoluções: *Resoluções Políticas*; *Resolução sobre Tendências* e *Resolução sobre Proporcionalidade*.

elaborado das propostas iniciais do partido (CERQUEIRA: 2010). Centradas nos interesses dos trabalhadores, essas propostas também encontrariam eco no programa de governo de 1989.

Além de manifestar um posicionamento contrário em face da política econômica praticada pelo governo Sarney, o PT identificou uma crise no que considerava ser uma transição conservadora vivenciada pelo país. A partir dessa crise, o partido procurou mostrar-se como uma alternativa viável e capaz de eleger candidatos populares e socialistas. Em dezembro de 1988, o PT apresentou o Plano Alternativo de Emergência (PAE), coordenado por Aloizio Mercadante, José Dirceu e Plínio de Arruda Sampaio.

Para a eleição municipal de 1988, o PT aprovou uma resolução que apresentava como meta “a conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 312). Para alcançar esse objetivo, o partido realizou reflexão a respeito da política de alianças eleitorais. Tomando-as como complexas, entendeu ser “necessário construir nossa própria força eleitoral e eleger candidatos petistas, mas não afastamos a hipótese de coligações, alianças eleitorais, frentes ou coalizões.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 327).

Ainda no ensejo desses preparativos, o partido admitiu que a mobilização para essa eleição deveria relacionar-se também com os preparativos para a campanha nacional de 1989, como pode ser ressaltado quando aprovou que:

A preparação para as eleições municipais de 1988 deve estar integrada à campanha nacional do PT pela consolidação das eleições gerais (ou presidenciais). Confirmadas as eleições em 1988, a candidatura do companheiro Lula e nossa plataforma para a Presidência tenderá a polarizar as disputas locais, o que não nos libera (mas ao contrário obriga) de apresentar plataformas municipais alternativas. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 341)

Naquele momento, o partido conectava eventuais propostas que pudessem fazer parte da campanha de 1989 com o nível municipal. Pela primeira vez, em documento escrito, Lula foi apontado como presidenciável. Também a resolução *A construção do PT* reafirmou o perfil do partido como de massas, democrático e socialista. Retornando, desse modo, ao *Manifesto de Lançamento do PT* que afirmava que partido “pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 66).

Entretanto, pensar o PT somente como um “braço parlamentar do movimento sindical” é uma visão reducionista de seu projeto partidário. O próprio partido nas resoluções de seus

Encontros Nacionais destacava que era preciso desvinculá-lo de um movimento “abecedista” ou “paulista”. Por isso, indicava a necessidade de lançar candidatos em todos os níveis e, principalmente, em todos os estados da federação.

A leitura da realidade brasileira, expressa nos documentos do PT a partir do 5º Encontro Nacional, de acordo com Secco, foi bastante influenciada por Gramsci:

Até o V Encontro Nacional do PT, a fundamentação numa teoria marxista clássica e abstrata das classes sociais se fazia muito presente. O PT, mais tensionado pelas correntes doutrinárias, era presa fácil dos conceitos abstratos de Marx e Lênin, sem a devida mediação com a realidade concreta do país. Depois disso, a análise empírica se aliou a conceitos gramscianos, aparentemente mais adequados ao processo político de sociedades civis mais desenvolvidas, como a brasileira. (SECCO, 2006: 165)

A necessidade de apresentar um conceito de socialismo no plano teórico e metodológico de atuação partidária relacionou-se também com o surgimento da tendência denominada Articulação dos 113, liderada por Lula, e que:

Demonstrou grande capacidade de agregar aqueles que não tinham um passado de militância em grupos de esquerda e provocou, por outro lado, a resistência das tendências de corte político mais tradicional na esquerda (trotskistas, ex-stalinistas, maoista etc.), embora também sofresse críticas de pequenos grupos regionais pouco definidos ideologicamente. (SECCO, 2006: 166)

O desejo de não se enfraquecer organizacionalmente em razão das diferentes tendências internas ao partido levou, em um exercício de democracia interna, à aprovação da *Resolução sobre tendências*. Definindo tendências como:

um agrupamento de filiados do PT, com atividade estritamente circunscrita ao Partido e cuja existência, funcionamento e atuação obedecerão rigorosamente a esta regulamentação. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 360)

A *Resolução sobre tendências* (vide Anexo E) expressou o desejo de unidade interna partidária, reconhecendo os múltiplos grupos que compunham o partido (vide Apêndice). Desse modo, o PT salientou que tais grupos não eram organizações políticas autônomas e deveriam se submeter às diretrizes partidárias. Ainda naquela ocasião, foi eleita a Comissão Executiva Nacional⁶⁹.

O 6º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores foi realizado em 1989, entre os dias 16 e 18 de junho, no Colégio de Campos em São Paulo. Naquele encontro, após a eleição

⁶⁹ Eleito no 5º Encontro Nacional, o Diretório Nacional contava com 82 membros de várias unidades da federação. A lista com os membros está no Anexo D.

de 1988, o PT, que se consolidava como o principal partido de oposição política no Brasil, elegeu prefeitos em três importantes capitais: Porto Alegre com Olívio Dutra; São Paulo com Luiza Erundina; Vitória com Vítor Buaiz. O partido também venceu as eleições em outras trinta e três prefeituras. Segundo avaliação partidária, o eleitorado havia feito uma guinada à esquerda, pois:

candidatos do PDT, do PSB e do PSDB, que independentemente de sua substância, eram identificados com alternativas progressistas pelo eleitorado, obtiveram resultados importantes para todo o Brasil. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 376).

Essas eleições também contribuíram para a projeção nacional de Lula como alternativa política para a eleição presidencial de 1989. O partido compreendia o desfecho das eleições municipais como o resultado de sua capacidade em captar “a insatisfação popular e dirigi-la para um programa de transformações econômicas, sociais e políticas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 369). Naqueles dias, também foram aprovadas as resoluções *As eleições presidenciais e a candidatura Lula, Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo* e *As bases do Plano de Ação de Governo*.

Naquela ocasião, o partido observou, com preocupação, o surgimento da candidatura de Fernando Collor de Mello, lida como “expressão de uma variante populista do neoliberalismo, que poderá se tornar uma alternativa política realmente competitiva.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 371). Naquela conjuntura, delineava-se um cenário de disputas de projetos políticos não só entre Lula e Collor, mas também com candidatos como Leonel Brizola e Ulysses Guimarães.

As resoluções aprovadas nos Encontro Nacionais anteriores indicam que o PT buscava a inserção e a consolidação no plano político com um projeto de viés socialista. A inserção e a consolidação desse projeto nos planos municipais e estaduais tornaria menos complexa a tarefa de atingir o plano nacional. Para tanto, em uma política de alianças bastante restrita com o PSB e com o PCdoB, o PT integrou a Frente Brasil Popular. Segundo Wladimir Pomar:

A formação da Frente Brasil Popular, em aliança com o PSB, PCdoB e PV (que depois a abandonou e lançou candidato próprio por discordar da escolha do candidato a vice), constituiu porém o patamar inicial para a política de frente da campanha presidencial. A elaboração de um programa de governo, contemplando as aspirações da maioria da população [...] completou o arcabouço necessário para vencer no primeiro turno, ampliar as alianças e disputas para vencer no segundo. (POMAR, 2009: 50)

A possível vitória eleitoral em 1989 representaria a possibilidade de colocar fim a uma transição compreendida pelo PT como conservadora. Este era um dos aspectos fundamentais para nortear a construção de seu programa de governo, pois, de acordo com o partido:

o problema que as classes trabalhadoras e as esquerdas têm de resolver nos próximos meses é o de mostrarem-se capazes de pôr fim ao ciclo histórico aberto pelo golpe de Estado de 1964 e prolongado em 1984/85 com a alternativa do Colégio Eleitoral. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 376)

Desse modo, o 6º Encontro Nacional teve um caráter estratégico e revelou o conteúdo socialista da candidatura de Lula, em propostas que:

são as reivindicações dos trabalhadores, de que estes são a força social fundamental das mobilizações sociais e da luta eleitoral e de que a hegemonia política da aliança social que apóia o candidato, sustentará o governo, é e será de trabalhadores. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 384).

Sob tal perspectiva, o PT assumiu a candidatura de Lula de forma ofensiva com um programa que, buscando a vitória, ensejou também alcançar uma experiência sem precedentes no Brasil. Talvez o partido almejasse algo próximo da experiência chilena com o governo de Salvador Allende⁷⁰ (1970-1973).

O 6º Encontro Nacional aprovou as *Bases do Plano de Ação de Governo* (PAG). Embora não haja menção textual à forma pela qual essa aprovação se deu, Tatau Godinho⁷¹, fundadora do PT e participante da campanha presidencial de 1989, salientou, durante conversa em seu gabinete, que as bases do PAG foram votadas “linha por linha” e que, depois, cada equipe ficou responsável pela elaboração dos cadernos de suas respectivas áreas. No caso dela, movimentos sociais e mulheres. A votação “linha por linha”, ressaltada por Tatau Godinho, é representativa da preocupação do partido em apresentar um programa democrático. De acordo com o coordenador da campanha nacional, Wladimir Pomar, o programa de governo:

⁷⁰ Salvador Allende foi o primeiro socialista eleito democraticamente presidente da República (1970-1973). Allende concorreu à eleição presidencial chilena pela coalizão Unidade Popular, com o apoio das classes populares e de setores marginalizados. Após sua eleição, empenhou-se em fortalecer o planejamento estatal da economia chilena.

⁷¹ Tatau Godinho foi fundadora do PT, participou da elaboração das propostas para as mulheres tanto no programa de governo de 1989 quanto no programa de governo de 2002. É doutora em Ciências Sociais, atuando desde os anos 1980 no movimento de mulheres. Foi Secretária de Organização da Executiva Nacional do PT (1993-1995). Em 2011, assumiu a Subsecretaria de Planejamento e Gestão Interna da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

O método de elaboração do programa, estava, portanto, associado ao seu conteúdo democratizante. Seria uma incoerência propor a democratização da sociedade [...] sem contar com um mínimo de participação popular e debate democrático em torno das medidas que deveriam ser adotadas como plano de governo. (POMAR, 2009: 51)

O PT assumiu um compromisso de construção da democracia com a mais ampla participação popular possível no governo, com vistas a configurar um poder que fosse expressão da vontade dos trabalhadores, considerando que “a defesa de uma democracia real e efetiva apoia-se na convicção, também, de que o socialismo se constrói com democracia, com pluripartidarismo e com ação decisiva dos trabalhadores.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 404), que se evidenciou em alguns itens aprovados do PAG:

I. Democratização do Estado e da sociedade

1. Estímulo à **mais ampla participação popular** nas decisões do governo, criação de mecanismos de controle social sobre os órgãos da administração pública e empresas estatais; 2. Promoção da plena soberania do poder civil, extinção da tutela militar; [...] 4. Democratização dos meios de comunicação de massa; 5. Democratização do Poder Judiciário; 6. Incentivo à criação de mecanismos de controle social sobre a cidadania

II. O novo modelo de desenvolvimento econômico

1. **Política de rendas;** 2. **Mudança no papel do Estado, com a recuperação das suas funções de planejamento e orientação da vida econômica;** [...] 4. **Contra o pagamento da dívida externa;**

III. Programa agrário;

XIII. Defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores;

XIV. Ecologia e meio ambiente;

1. **Questão agrária;** (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 404-426, grifo nosso)

Desse modo, a partir dessas orientações, o PT elaborou um projeto alternativo de sociedade que não pretendeu representar apenas o interesse corporativo dos trabalhadores. Ao nascer, o PT apresentou uma proposta de luta democrática em sentido amplo, englobando o econômico, o social e o político. Desse modo, conforme afirmou o coordenador nacional da campanha de 1989, o partido preocupou-se em apresentar

um programa de governo que contemplasse as aspirações e os sonhos da maioria da população brasileira. Por isso mesmo, deveria ser resultado de um amplo processo de discussão no PT, nos diversos partidos aliados à candidatura Lula e na sociedade. (POMAR, 2009: 51)

O resultado dessa discussão foi a publicação do programa de governo de 1989, em cinco fascículos intitulados *Democracia, Economia, Questão Agrária, Questão Urbana e Sociedade*. Todos os cadernos trouxeram em sua capa a foto de Lula (vide Anexo G). É interessante notar que, diferentemente dos fascículos de 2002, em 1989, não houve menção a

quem eram os autores/redatores das propostas contidas nos cadernos. A contracapa trazia apenas a seguinte informação:

os textos deste fascículo resultam de trabalho coletivo e não têm copirraite. Podem e devem ser reproduzidos e divulgados, por pessoas de boa fé, interessadas no futuro do Brasil. Pede-se citar a fonte: Lula 89. Jornalista responsável: Apolônio de Carvalho. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989, s/n)

Este aspecto coletivo do partido também foi lembrado por Tatau Godinho. Quando perguntada por que razão não havia menção à autoria, ela afirmou que “naquela época o PT tinha um caráter mais coletivo”. Nesse sentido, tendo em vista a trajetória dos posicionamentos petistas e o seu pensamento, os cadernos selecionados foram analisados e considerados também a partir da perspectiva de construção coletiva de proposições que representam a unidade do Partido dos Trabalhadores.

2.4 A questão econômica

Tenho andado por todos os estados. Vejo como, em meio às dificuldades do país, se comportam os homens e mulheres do povo. Fazem hora extra e biscate. Esforçam-se para construir mais um cômodo e acomodar melhor a família que cresce. Aguardam notícias dos parentes que viajaram para muito longe, equipados com a simples coragem de trabalhar, como fizeram meus pais quando eu era criança. Vêm, desapontados, seus filhos fora da escola para ajudar no orçamento. Adiam a compra de uma bicicleta ou de um aparelho de rádio e se esforçam para que a comida não falte. Mas não perdem alegria de viver e têm, represada, uma esperança que é a nossa esperança. (SILVA In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Economia*, 1989: 01)

A elaboração do programa de governo de 1989 teve como eixo central a proposta econômica. Foi a partir dos direcionamentos deste eixo que os demais fascículos foram elaborados. Desse modo, justifica-se uma análise mais acentuada do caderno *Economia* do programa de governo *Brasil Urgente, Lula presidente*.

Esse caderno, além de mostrar em sua capa uma foto (vide Anexo G) de Luiz Inácio Lula da Silva discursando, traz em sua página inicial uma apresentação em primeira pessoa, assinada também pelo candidato Lula. Essa apresentação vinculava sua trajetória pessoal aos

problemas enfrentados pelos brasileiros e brasileiras à época. Ao lembrar sua trajetória de vida⁷², Lula identificava-se com as pessoas que “viajaram para muito longe, equipados com a simples vontade de trabalhar, como fizeram meus pais quando eu era criança”.

Identificou também essas pessoas como as mais prejudicadas pelos sucessivos e malsucedidos planos econômicos do governo Sarney. E afirmou que, enquanto os setores mais carentes “se esforçam para que a comida não falte”, os setores mais ricos:

vivendo em ambientes onde o egoísmo é a regra, são tão ricas quanto as mais ricas elites do mundo. [...] A taxa de juros, o preço do dólar, a negociata esperta, o subsídio estatal – é este o seu universo. Não tem solidariedade e sequer se dão conta disso. Aumentar os números de gordas contas bancárias, aqui e no exterior, é o que confere sentido a seus atos e forma a base de seus valores morais. (SILVA *In*: PARTIDO DOS TRABALHADORES. Economia, 1989: 01)

Nessa perspectiva, o fascículo que tratou das propostas para a economia brasileira subdividiu-se em sete eixos, com os seguintes subtítulos: *Dívida Externa, Inflação, Política Salarial, Política Industrial, Empresas Estatais, Sistema Financeiro e Energia*. A discussão a respeito da questão da dívida externa, da inflação e da política salarial, debatidas já nos últimos Encontros Nacionais do PT, foram temas centrais do programa de governo de 1989 e nas suas considerações no caso de uma futura gestão petista.

Durante o governo Sarney, mais precisamente em 1988, foi adotado o Programa Federal de Desestatização, que pretendeu passar ao controle privado atividades até então exploradas pelo setor público. Esta compreensão de que o Estado deveria ter a sua ação reduzida relacionava-se também com as diretrizes do Consenso de Washington⁷³ que, formuladas na década de 1980, forneciam subsídios para propostas de privatizações, de desregulamentação do mercado e de abertura econômica.

Em sentido oposto à política econômica governamental em vigor, o PT propôs um novo modelo econômico para o país que versava pela não subordinação ao sistema capitalista internacional, desvinculando-se, desse modo, das diretrizes neoliberais. Ao apresentar outro tipo de padrão econômico, sugeriu que o Brasil teria, à época, condições de suspender o

⁷² Sobre a trajetória de Lula, ver: Betto (1989) e Paraná (2008).

⁷³ Os princípios basilares do Consenso de Washington se encontravam em uma fase de inicial de aplicação na América Latina. As teses desse pensamento iniciado nos anos 1980 foram resumidas pelo economista John Williamson em dez aspectos estratégicos: “disciplina fiscal; priorização do gasto público em saúde e educação; realização de uma reforma tributária; estabelecimento de taxas de juros positivas; apreciação e fixação do câmbio para torná-lo competitivo; desmonte das barreiras tarifárias e pára-tarifárias, para estabelecer políticas comerciais liberais; liberalização dos fluxos de investimento estrangeiro; privatização das empresas públicas; ampla desregulamentação da economia e proteção da propriedade privada.” (JINKINGS; MARTINS; NOBILE; SADER, 2006: 345).

pagamento da dívida, estimando que uma vez ocorrendo tal suspensão, no ano de 1990 o Brasil poderia acumular

uma poupança de cerca de 15 bilhões de dólares que, somados aos cerca de 20 bilhões previstos para o saldo comercial é suficientemente grande e diversificado, permitiriam a adoção de um programa de interno de estabilização e retomada do crescimento. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 10)

O setor externo da economia constituiu-se na primeira grande linha de política macroeconômica e consistiu, sobretudo, nas seguintes propostas:

- a) Suspender os atuais acordos com o FMI e o pagamento do serviço da dívida externa, interrompendo assim a drenagem de recursos para o exterior. Adotar, de forma articulada, medidas para estancar a fuga de capitais, para consolidar nossas reservas em moeda forte e para retomar o crescimento econômico, com a definição de um pacote de investimentos estratégicos, a retomada de gastos sociais e a redistribuição progressiva de renda.
- b) Colocar a dívida *sub judice*, iniciando uma cuidadosa auditoria, com a participação do Poder Legislativo e de organizações representativas da sociedade civil. Entre outros objetivos, essa medida visa a identificar os mecanismos de formação da dívida, seus modos de utilização, a legalidade dos procedimentos, as perdas decorrentes de aumentos abusivos das taxas de juros e os motivos que levaram à estatização da dívida do setor privado. Com base nessas informações, deve-se definir a composição justa da dívida, convocando, se necessário, um plebiscito para decidir a questão. O processo de auditoria deverá denunciar eventuais contratos irregulares, cláusulas ilegais, imposições draconianas, práticas financeiras abusivas, comissões e outros mecanismos ilegítimos.
- c) Priorizar os fóruns internacionais legítimos e a negociação política de governo a governo, criando nela os parâmetros que sirvam para condicionar nossa posição junto aos bancos privados. Articular com outros países devedores, especialmente os da América Latina, estratégias comuns de negociação, se possível discutidas numa conferência internacional convocada para esse fim.
- d) Congelar as operações de reempréstimo (*relending*) e suspender a conversão da dívida em investimentos, reestudando posteriormente estes mecanismos à luz dos novos termos de negociação. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 06)

Desse modo, para o setor externo da economia, as propostas eram:

- a suspensão dos acordos com o FMI e do pagamento do serviço da dívida externa, colocando-a *sub judice*;
- realização de auditoria em parceria com o Poder Legislativo e organizações da sociedade civil;
- renegociação da dívida em fóruns internacionais que fossem “legítimos”;
- articulação de estratégias comuns de renegociação com outros países devedores.

O não pagamento da dívida, na compreensão do partido, era uma condição para que o Brasil pudesse exercer ativamente a sua soberania, sendo um importante meio de inserção no mundo contemporâneo e, simultaneamente, uma forma de direcionar recursos para as políticas sociais. Considerada ilegítima, a dívida externa não deveria ser quitada tendo em vista o entendimento de que o seu pagamento enviaria para fora grandes somas de riquezas que, segundo orientação partidária, poderiam ser aqui investidas.

O programa também mostrava a preocupação do partido com os vizinhos latino-americanos. Ficou implícita a proposição da formação de um bloco de devedores internacionais que, ao propor questionamentos a respeito do montante de suas dívidas, pudessem adquirir maior legitimidade e peso para evitar retaliações dos credores internacionais. Cabe destacar que o programa não definiu o que considerou como “fóruns legítimos de negociação”.

Quando tratou do não pagamento da dívida, não havia menção a um “calote” internacional, mas a proposta era “colocar a dívida *sub judice*” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Economia*, 1989: 11), diferentemente de um dos itens aprovados no PAG que explicitava a posição do partido contrária ao “pagamento da dívida externa” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Economia*, 1998: 405).

Além disso, ao manifestar a intenção de convocar a população para, em plebiscito, decidir a respeito da questão da dívida, o PT buscava distanciar a proposta de “desendividamento externo” de um viés que poderia ser percebido como autoritário. Convocar os brasileiros e as brasileiras para opinarem remete à dinâmica dos Encontros Nacionais do Partido, nos quais os filiados votavam e discutiam propostas. No caso da dívida externa, a decisão do governo de colocá-la *sub judice* e suspender o seu pagamento poderia adquirir maior legitimidade com a participação da população.

Apresentar soluções ousadas para a questão econômica não era uma atitude cotidiana, conforme destacou Carlos Eduardo Carvalho, coordenador de economia do programa de governo de 1989, “há um fio condutor na política econômica desde o início dos anos 80: a recusa em adotar decisões drásticas para resolver o impasse. Não se conseguiu reciclar o modelo econômico. Espera-se que as ‘forças do mercado’ mostrem alguma luz.” (CARVALHO, 1988: 47). Por isso, a ênfase dada ao aspecto legal do “desendividamento” proposto.

O segundo grande eixo da política macroeconômica tratou da inflação, compreendida pelo PT como “aumento generalizado e persistente nos preços” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Economia*, 1989: 07), prejudicial aos trabalhadores. “Os

assalariados são os que mais perdem, e os grandes capitalistas, especialmente os do setor financeiro, são os que mais ganham.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 07). No programa de governo o partido redimensionou o problema da inflação e o retirou exclusivamente do plano econômico. Em razão de sua leitura do processo inflacionário, o PT se opunha à receita do FMI para o Brasil, buscando demonstrar que tal receita não era neutra:

ela propõe que se reduza o preço da força de trabalho (salários), aumente o preço do dólar (câmbio), aumente o preço do salário usado como mercadoria pelo sistema financeiro (juros) e assim por diante. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 07)

O processo inflacionário com a elevação dos preços em descompasso com o aumento dos salários era compreendido pelo partido como uma situação que colocava em oposição os trabalhadores assalariados e os empresários. É possível notar que, de acordo com a orientação partidária, de um lado perdiam os trabalhadores e, do outro lado, ganhavam os grandes capitalistas. Esse processo foi, então, observado sob dois aspectos que se destacaram no decorrer do programa: “salários/preços” e “lucros/preços”. Sobre os “salários/preços” o programa salientou que havia uma relação desigual, uma vez que enquanto os salários dos trabalhadores eram reajustados tendo como referência a inflação do ano anterior, os preços subiam constantemente e em descompasso com o reajuste salarial, pois:

em situações de alta inflação, as empresas modificam a forma como calculam os seus preços. Não se trata mais, apenas, de repor (com lucro) os custos da produção que está sendo realizada. É preciso que os preços incorporem também aquilo que a empresa espera gastar a mais, no futuro, com as compras de novas matérias-primas e insumos, que dia a dia se tornam mais caros. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 08)

Já sobre o binômio “lucros/preços”, o programa destacou que:

No modelo proposto pelos conservadores, uma queda no consumo força uma redução nos preços das mercadorias. Isso não é verdade nos setores dominados por poucas empresas (oligopólios), em que é alto o grau de concentração do capital. Neles, a concorrência entre as poucas empresas dominantes não se dá através de rebaixamento de preços, mas através de lançamento de novos produtos, de estratégias publicitárias e de outros sofisticados mecanismos. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 09)

A partir de dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o programa afirmou que, embora a produtividade houvesse

aumentado consideravelmente na última década, a participação dos rendimentos do trabalho não seguia a mesma progressão, pois

decreceu de forma sistemática a participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional: 56% em 1960, 50% em 1970, 48,4% em 1980. Em nenhum país moderno é tão baixa essa participação. Note-se que segundo o IBGE, os empregadores (pequenos, médios e grandes), que recebem rendimentos do capital, somam 3,5% da população economicamente ativa (PEA), os empregados somam 71,3% e os trabalhadores por conta própria 25,2% (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 08)

As propostas do PT se distanciavam então das diretrizes do FMI e da política de arrocho salarial do governo. Para promover a recuperação salarial dos trabalhadores, o partido repensou a política econômica e afirmou que a solução, além de demandar a utilização de políticas emergenciais como “o controle de preços e uma ativa política de abastecimento de certos produtos” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 11), dependia também de:

- a) Rejeição de qualquer receita econômica recessiva e de qualquer condicionalidade, imposta por organismos internacionais, que fira a nossa soberania.
- b) Combate aos abusos dos grupos que controlam setores inteiros da economia nacional. Reestruturação dos organismos de controle e fiscalização, com abertura de negociações transparentes (setoriais e gerais), envolvendo produtores, distribuidores, trabalhadores e consumidores, para a fixação dos principais preços e de sua margem de variação. Proposição de leis mais rigorosas efetivas para combater os crimes contra a economia popular.
- c) Modificação da estrutura agrária e do modelo agrícola, de modo a inverter a tendência de queda da oferta interna de alimentos.
- d) Intervenção estatal para regularizar certos mercados e desestimular movimentos especulativos, especialmente no que diz respeito aos produtos de primeira necessidade. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 11)

O PT considerou que os custos de uma política anti-inflacionária submetida aos organismos internacionais superavam os seus benefícios, rejeitou esta perspectiva e apresentou proposta de combate aos oligopólios e de reestruturação da relação com os organismos internacionais, optando pela abertura para a participação da sociedade civil. Propunha, ainda, a modificação da estrutura agrária e do modelo agrícola. Estes temas foram também apresentados no caderno *Questão Agrária*.

O segundo eixo do fascículo *Economia* refere-se à inflação. Estruturou-se em propostas de combate aos abusos dos oligopólios, ao controle de preços e à reestruturação dos organismos responsáveis pelo controle e fiscalização de crimes contra a economia popular.

Este eixo apresentou uma compreensão do papel central do Estado para a atuação econômica. O modelo econômico proposto tem nesta atuação o seu pilar e, na participação de setores da sociedade civil, as suas colunas de sustentação e legitimidade.

O terceiro eixo do fascículo *Economia* trata de políticas macroeconômicas direcionadas ao crescimento e à distribuição de renda. Propõe três frentes de atuação: o “choque da democracia”, o “choque de salários” e o “choque de produtividade”. Também relaciona as propostas de crescimento e de redistribuição de renda para o que chama de “crescimento autossustentado”. Nesta perspectiva, o crescimento econômico é entendido como diretamente vinculado à valorização dos salários dos trabalhadores.

Sob o ponto de vista social, o documento considera que a distribuição de renda pouco havia avançado:

Segundo indicadores internacionalmente aceitos, ocupamos o 94º lugar. Nossa distribuição de renda é das piores: 1% da população se apropria da mesma parcela que os 50% mais pobres; 35% das famílias vivem com uma renda de até meio salário mínimo por pessoa, ou seja, quatro cruzados novos por pessoa e por dia em setembro de 1989, para todos os gastos. Em termos absolutos, esta percentagem significa 11 bilhões de famílias, diretamente responsáveis por 52% das crianças brasileiras. Uma delas em cada três está fora da escola. Somos o quarto país do mundo em volume de produção agrícola e o sexto em desnutrição infantil. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 12)

Nessa conjuntura, a elaboração de uma política de distribuição de renda é entendida como fundamental. Seria uma política articuladora das demais, capaz de combinar um crescimento autossustentado com o objetivo de combater as desigualdades e melhorar as condições de vida da população. Para isso, o partido propôs:

Dobrar o valor real do salário mínimo de forma gradativa ao longo do mandato [...] propomos medidas indiretas, que influenciam a distribuição de renda disponível na sociedade como um todo e, por isso, possam melhorar a vida inclusive de pessoas submetidas a relações informais, que não contam com a proteção das leis trabalhistas e do sistema de segurança social. Incluem-se aí iniciativas de natureza fiscal e tributária, programas sociais e outras. O fundamental é articular um vasto programa nacional de erradicação da miséria absoluta, disseminada entre nós, como vimos, em níveis totalmente incompatíveis com os atuais padrões de produção e de renda da sociedade brasileira. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 12-13)

A modernização do parque industrial, também estava no rol dos grandes desafios. Segundo o PT, atualizar o parque industrial era uma forma de mudar a médio e longo prazo a forma de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, pois:

no mundo atual, atividade intelectual, criativa, bem remunerada, não poluente, produtora de projetos, controle, organização e planejamento tende a ser concentrar nos países desenvolvidos. Fica para os países industrializados do Terceiro Mundo o trabalho rotineiro, repetitivo, alienado, mal remunerado e poluente. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 13)

Para que o Brasil pudesse crescer, era necessário atentar para a tecnologia aqui produzida, aumentando o grau de autonomia tecnológica nacional. Desse modo, a tecnologia foi traduzida como o “calcanhar-de-aquiles dos países do Terceiro Mundo”, âmbito no qual o Brasil foi enquadrado, pois havia se tornado mero montador de equipamentos, relegando o papel de produtor a outros países. Isto, conforme expresso no programa, havia trazido para a indústria tecnológica nacional uma situação consideravelmente negativa. Esta avaliação se expressou na forma pela qual o partido compreendeu o que chamou de “esquema de proteção industrial”. Este seria montado a partir de três pilares:

atender objetivos setoriais específicos (para realizar etapas já esgotadas, como a substituição de importações e a implantação de alguns novos segmentos industriais); fazer face a necessidades conjunturais (como restrições a importações para conter o desequilíbrio do balanço de pagamentos); e favorecer grupos empresariais com influência junto ao governo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 12)

Nesse sentido, o partido observou que os segmentos empresariais participantes desse modelo haviam conseguido a manutenção de sua proteção econômica e, o ônus dessa proteção recaiu sobre todos os setores da população. Evidenciava-se a necessidade de dar transparência às políticas de governo de relação com a iniciativa privada. Partindo dessa premissa e considerando a perspectiva outrora salientada de “crescimento sustentado”, o PT propôs políticas econômicas capazes de apoiar:

- a) Setores que empregam direta ou indiretamente maior número de pessoas, como alimentar, têxtil, de vestuário, beneficiamento de minerais não metálicos e outros.
- b) Setores que produzem bens de maior consumo popular, cujos ganhos de produtividade devem ser repassados aos preços.
- c) Atividades necessárias para induzir aumentos de produtividade nos demais setores da economia, como bens de capital, fertilizantes e informática. [...]
- d) Setores que desenvolvem tecnologias de importância estratégica no país. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 14)

Recordava-se, desse modo, o lema da resolução *Plataforma eleitoral nacional* do partido, aprovada em seu 2º Encontro Nacional, *Terra, Trabalho e Liberdade*, e rejeitava a compreensão de que o Estado deveria retirar-se da atuação econômica, adaptando políticas de

privatização e de corte de gastos sociais. Desse modo, para o crescimento e a distribuição de renda, o programa, em síntese, propunha: dobrar o valor real do salário mínimo no prazo de um ano; e a desoneração de setores que produzissem mais empregos, bens de consumo e tecnologias estratégicas com aumento de produtividade.

Dessa forma, o PT propôs a adoção de uma política econômica diferente da implementada pelo governo Sarney, que havia sido caracterizada pelo ajuste monetarista “descarregado sobre os setores mais desprotegidos e desfavorecidos da população.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 24).

Não vamos perder um só minuto do nosso tempo para defender o Estado que aí está. Não foi o povo que o montou e não é o povo que o controla. Centralizado, corrompido, ineficiente e inchado, ele resulta de várias décadas em que o poder tem sido exercido por uma aliança em que se misturam elites industriais e financeiras, ávidas de lucros fáceis, com elites agrárias, antirreformistas até a medula. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 24)

Ao salientar a falta de legitimidade do governo, observou que o Estado corrompido e ineficiente não desenvolvia uma relação republicana com empresários e governo. Nesse sentido, no eixo *Empresas Estatais*, destacou-se que durante a crise dos anos de 1980 a participação exercida pelo setor público na renda nacional havia diminuído em prol do fornecimento de proteção ao capital privado e de garantia dos encargos da dívida externa. Desse modo, a proposta do PT era a de que o Estado se afastasse das empresas que não prestassem serviços públicos essenciais⁷⁴.

De acordo com a compreensão do partido, o ajuste monetarista do governo Sarney se complementava com “a proposta de privatização das estatais, cortes nos gastos sociais, demissões de funcionários públicos e enfraquecimento geral do Estado” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Economia, 1989: 15).

Quanto às empresas estatais, defendeu a ideia de que governo juntamente com trabalhadores e a sociedade civil deveriam acompanhar seu desempenho:

a) Recuperação das funções governamentais de planejamento e orientação da estratégia econômica de longo prazo, mantendo o controle sobre os setores produtivos e financeiros fundamentais. Suspensão e revisão da política de privatização indiscriminada.

⁷⁴ De acordo com o artigo 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, serviços públicos são: tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; assistência médica e hospitalar; distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos; funerários; transporte coletivo; captação e tratamento de esgoto e lixo; telecomunicações; a guarda, o uso e o controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares; processamento de dados ligados a serviços essenciais; controle de tráfego aéreo e compensação bancária.

- b) Criação de uma *holding* do sistema produtivo estatal, tendo como objetivo imediato o saneamento e a recuperação das empresas que o constituem. Adoção de uma política realista de tarifas para as estatais, com revisão concomitante das diferentes formas de subsídios a empresas privadas grandes e consolidadas.
- c) Democratização da gestão das estatais, garantindo-se a participação dos trabalhadores e da sociedade (usuários) na definição das políticas e no acompanhamento de sua aplicação. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Economia*, 1989: 17)

O partido também salientou a sua posição contrária às privatizações. Entretanto, nota-se que não havia uma proposta de revogá-las. A proposta apresentada era de “suspensão e revisão da política de privatização indiscriminada”.

As propostas para uma política fiscal compreenderam três eixos básicos: a suspensão das privatizações, a adoção de uma política de tarifas estatais e a recuperação da carga tributária líquida.

O último eixo que tratou da política macroeconômica, sob o título de *Bancos e Déficit Público*, ressaltava a necessidade de redução das taxas de juros para que as aplicações financeiras se tornassem rentáveis. O partido reforçou a urgência de mudança na forma de financiamento do setor público e de reforma do sistema financeiro. Para tanto, propunha:

- a) Alongamento do perfil da dívida interna através de medidas como a colocação compulsória de títulos de longo prazo junto a bancos comerciais e instituições de crédito. Realização de negociações para definir um pacote de investimentos estratégicos capaz de carrear recursos hoje estacionados nos títulos da dívida pública. Recomposição da capacidade de financiamento das estatais, dos estados e dos municípios.
- b) Reforma do sistema bancário de modo a estimular a sua desconcentração e o reforço do financiamento a investimentos produtivos. Combate aos usos da inflação como fonte de lucros. Fortalecimento do Banco do Brasil, do BNDES e da Caixa Econômica e recuperação do papel fiscalizador e disciplinador do Banco Central.
- c) Proposição de uma reforma do sistema tributário que contemple um aumento de impostos diretos sobre as diversas formas de riqueza, com alívio de carga sobre os rendimentos do trabalho e sobre micros, pequenas e médias empresas.
- d) Adoção de um programa de emergência contra a sonegação e a evasão tributária, combinando medidas administrativas legais. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Economia*, 1989: 20)

O PT não propôs a estatização imediata dos bancos privados, mas sim a imposição de que os mesmos, em uma gestão petista, seguissem as orientações governamentais para aplicações e crédito. Haveria, pois, esforço no sentido de recuperar o papel disciplinador do Banco Central. Se o PT não propunha uma privatização dos bancos, deixou, ao menos, implícito que o seu governo atuaria no sentido de discipliná-los.

Em relação ao déficit financeiro, o partido compreendeu que era necessária a realização de cortes, mas salientou que os mesmos deveriam ser feitos de forma racional, para que não fossem “injustos”. A carga tributária possuía papel central na formulação dessas propostas. Quando salientou que “a maior parte dos rendimentos do capital não é tributável e, oficialmente, existem 179 diferentes tipos de incentivos fiscais” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Economia*, 1989: 32), considerou que esse sistema tributário necessitava de uma revisão ampla, pois sua condição desigual atingia diretamente o trabalho através dos impostos diretos, ou seja, aqueles que incidiam sobre a renda e a propriedade adquiriam papel secundário. Nesta perspectiva, era importante a construção de uma base de arrecadação sustentada que se daria pela correção do sistema tributário com a redução dos elevados tributos sobre o trabalho e a tributação das grandes empresas e produtores agropecuários.

Nesse sentido, a proposição para o sistema financeiro e monetário delineou-se pelo alongamento do perfil da dívida interna⁷⁵, reforma do sistema bancário de modo que ele pudesse se tornar desconcentrado e combate ao aferimento de lucros por meio da inflação. Ainda, havia objetivo de fortalecimento do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES), bem como do papel fiscalizador e regulador do Banco Central. Outra importante proposta era a de promover uma reforma tributária que incidisse de forma direta sobre a riqueza. Ademais, o programa contemplou a necessidade de um plano emergencial para combater a sonegação e a evasão tributária.

Portanto, as proposições econômicas apresentadas em 1989 combinavam a abertura de novos espaços para a realização de investimentos produtivos, aumento da carga líquida tributária, reforma financeira, suspensão e auditoria das privatizações, suspensão do pagamento da dívida externa para análise *sub judice* e a adoção de medidas para a sustentação das transações comerciais brasileiras no exterior.

O planejamento da política econômica também previa o fim do controle dos grandes grupos privados sobre o Estado. Eram, pois, propostas nas quais o Estado adquiria um papel ativo. Também, em todos os quesitos, a sociedade seria chamada a colaborar para a atuação central deste Estado, seja para legitimá-la, como nos casos de auditoria, seja para atuar na

⁷⁵ A dívida interna refere-se aos débitos do governo. Quando o valor das despesas supera o das receitas, a alternativa do governo é: emitir papel moeda, lançar títulos ou aumentar a carga tributária. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA: 2007). Como alternativa, o PT, ao propor o alongamento do perfil da dívida interna, destacou colocar títulos de longo prazo junto a bancos comerciais e instituições de crédito, negociar para definir estratégias capazes de carrear recursos e recompor a capacidade de financiamento das estatais, dos estados e dos municípios.

gestão das empresas. Além disso, as propostas se inter-relacionavam, pois compreendiam a questão econômica em sua dimensão social, buscando demonstrar que a elevação dos salários poderia aumentar a demanda por bens de consumo e proporcionar melhoria nas condições de vida da população. Assim, o PT apresentou um projeto econômico para o Brasil que apostava em expansão do mercado interno, adoção de uma política industrial voltada para o consumo, modernização do parque industrial e redução dos desequilíbrios regionais.

Por meio da desconcentração de renda, do pleno emprego e do controle da inflação, o partido afirmava ser possível o retorno às taxas históricas de crescimento. Em síntese, o projeto de política econômica se estruturava em quatro eixos: gestão macroeconômica, políticas de suporte à desconcentração de renda, investimentos de suporte ao ciclo expansivo de longo prazo e suporte à eficiência estatal. O programa apresentava propostas profundamente reformistas, que pretendiam democratizar o capital por meio de uma intensa distribuição de renda.

2.5 A questão agrária

Tocado de um lado para o outro em busca de moradia e trabalho, nosso povo acaba como “invasor” de seu próprio país. Precisa ser assim? Uns dizem que a culpa é do crescimento da população. É mentira: são muitas as terras vazias e boas, que podem ser usadas para gerar, com fartura, o emprego e a comida que faltam. Outros dizem que falta apenas crédito e tecnologia. Mentira: se não mexermos na propriedade da terra, a política agrícola continuará concentrando a riqueza e reproduzindo a pobreza. [...] Terra, trabalho e alimentos é o que os trabalhadores querem. Menos migrantes nas estradas e menos gente chegando nas cidades é o que todo o país precisa. (SILVA, PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 01)

A questão agrária no Brasil é complexa. Relacionada também ao desenvolvimento do capitalismo, resulta de problemas tanto do processo de acumulação quanto do desenvolvimento da agricultura e pecuária e, “na América Latina, está relacionada com a estrutura fundiária intensamente concentrada e com os processos de expropriação e exclusão dos camponeses, nas diversas modalidades em que produzem suas condições de sobrevivência” (JINKINGS; MARTINS; NOBILE; SADER, 2006: 46).

A questão da propriedade agrária no Brasil, ao longo de sua história, permaneceu quase inalterada:

Talvez seja o único “grande” país que vivenciou um profundo complexo processo de crescimento e desenvolvimento econômico sem promover substanciais mudanças na questão da propriedade fundiária. Desde a colonização portuguesa, passando pela Lei de Terras de 1850 e por todo o processo de industrialização vivenciado no século XX. (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012: 214)

Durante o governo de José Sarney, foi lançado, em 1985, o I Plano Nacional de Reforma Agrária, que além de gerar expectativa de que seria realizada uma ampla reforma agrária com a participação dos trabalhadores, também contou com a resistência de alguns proprietários de terra. Esse conflito também ficou explicitado nas discussões da Assembleia Nacional Constituinte, quando as pressões dos trabalhadores eram respondidas pelos proprietários rurais, organizados na Confederação Nacional da Agricultura (CNA), na Sociedade Rural Brasileira (SRB) e representados pela União Democrática Ruralista (UDR).

Ainda no final dos anos de 1980 houve a ampliação de um modelo de desenvolvimento agropecuário pautado nas inovações tecnológicas, que avançou durante aos anos de 1990. Tratava-se do agronegócio, que dava uma nova face à agricultura e ao modo de exploração da terra, pois grupos econômicos rurais passaram a impor políticas agrícolas, restringindo o protagonismo do Estado. (JINKINGS; MARTINS; NOBILE; SADER: 2006).

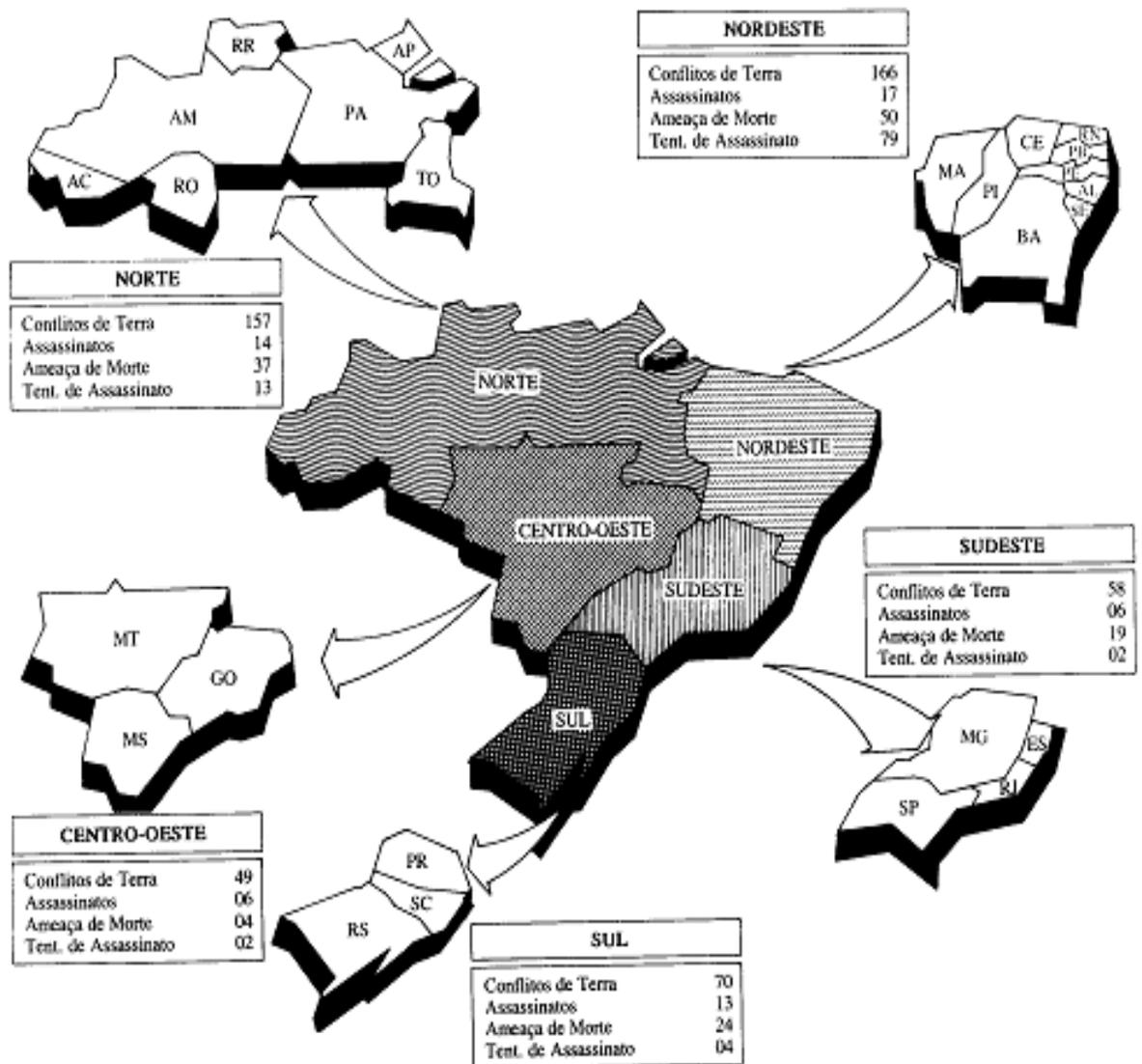
Desse modo, no momento em que o PT apresentou suas propostas para a questão agrária, processava-se um refluxo nos programas do governo federal para a democratização do acesso à terra. Conforme diagnosticado pelo partido, a concentração de terras alcançava números elevados: “1% das propriedades detém cerca de 45% da área cadastrada, e os cem maiores latifúndios somam sozinhos 30 milhões de hectares” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 02). Embora os governos anteriores tenham produzido ampla legislação a esse respeito, a concentração de terras havia permanecido. A questão agrária, oriunda das desigualdades e contradições da posse e do uso da terra, foi um dos aspectos centrais no programa de governo do PT de 1989.

A partir dessa perspectiva, o PT elaborou o caderno *Questão Agrária* (vide Anexo I.2), subdividido em oito eixos: *Agricultura, Meio ambiente, População, Assalariados rurais, Nordeste, Amazônia, Violência e Extração mineral*. Neles, as propostas apresentadas possuíam dois eixos estruturantes: realização da reforma agrária com objetivo de colocar fim ao grande latifúndio e elaboração e aplicação de um modelo de produção agrícola popular e democrático, sob o controle dos trabalhadores desse setor.

O PT afirmava que a gestão Sarney havia realizado uma “contra reforma agrária”, pois em quatro anos havia assentado somente 40 mil famílias. Segundo o partido, essa “contra reforma agrária” também havia ficado expressa na Assembleia Nacional Constituinte que “definiu como não desapropriáveis terras vagamente consideradas ‘produtivas’”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 03).

O crescimento das grandes propriedades ocorria à medida que os posseiros e pequenos arrendatários tinham sua renda diminuída, levando a uma situação de tensão social no campo, conforme expresso no seguinte gráfico:

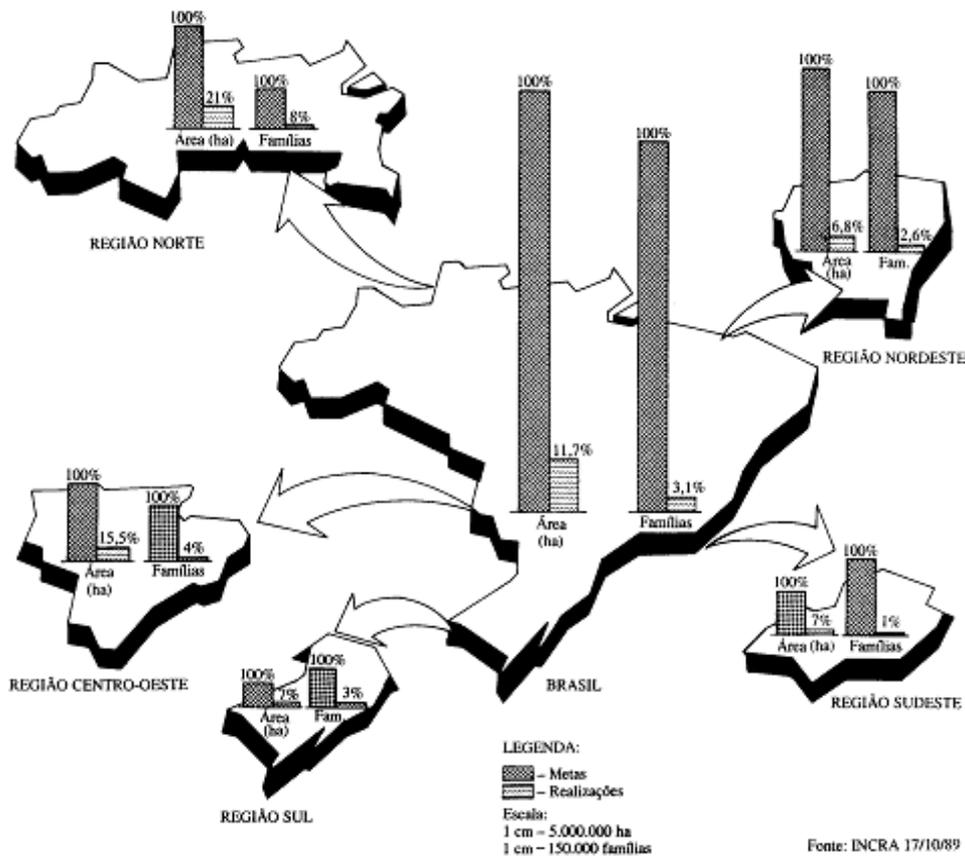
Violência nos conflitos de terras por regiões



Fonte: *Rompendo o cerco acerca dos conflitos no campo/89*, da Comissão Pastoral da Terra.

A Constituição Federal de 1988 incorporou o conceito de função social da propriedade, anteriormente constante do Estatuto da Terra⁷⁶ de 1964. Esta incorporação conceitual não traduziu mudanças substantivas na distribuição da propriedade fundiária. Além disso, o governo Sarney não havia avançado nas propostas do PNRA, conforme pode ser observado no gráfico abaixo, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra, no qual as metas e as realizações do PNRA foram comparadas. Nas cinco regiões do Brasil, as realizações do PNRA ficaram aquém do esperado:

Metas e realizações do PNRA



Fonte: *Rompendo o cerco acerca dos conflitos no campo/89*, da Comissão Pastoral da Terra.

⁷⁶ O Estatuto da Terra, sancionado 30 de novembro de 1964 pelo general presidente Castelo Branco, foi o primeiro instrumento institucional e formal destinado a regular a estrutura agrária brasileira. De acordo com o artigo 2º, parágrafo primeiro do Estatuto, a propriedade da terra desempenha função social quando simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam. A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 que trata do Estatuto encontra-se disponível no sítio <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>.

O PNRA motivou o debate em torno da reforma agrária. Havia, de um lado, proprietários rurais, contrários a qualquer mudança na estrutura fundiária do país, e as entidades que os representavam e, de outro lado, os trabalhadores rurais, organizados em torno do PT, da CNBB, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Dois anos depois, em 1987, o governo Sarney extinguiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ao final do governo, os objetivos⁷⁷ do PNRA fracassaram, pois foram cumpridas somente 6% da meta de assentamentos de famílias.

O programa de governo do PT, observando a continuidade da concentração de terra, criticou o texto constitucional afirmando que a nova Carta não contribuiu para solucionar o avanço do monopólio da terra. Ao contrário, favoreceu a manutenção de milhões de trabalhadores no campo como cidadãos de segunda classe.

De acordo com o PT, havia ocorrido no campo uma modernização conservadora, que “mudou a figura do ‘coronel’ por representantes de grandes empresas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Questão Agrária*, 1989: 04). Essa modernização conservadora também evidenciava o favorecimento dos grandes proprietários agrícolas,

os grandes beneficiários foram sem dúvida os setores industriais, entre os quais se destacam as empresas multinacionais produtoras de máquinas e insumos ou processadoras de matérias-primas de origem agrícola. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Questão Agrária*, 1989: 05).

Em uma conjuntura na qual já havia sido aprovada a Carta Constitucional, as propostas do PT propunham a ampliação da propriedade da terra e a desconcentração da riqueza. Estas proposições estavam em contraposição aos interesses expressos pelos grandes proprietários rurais organizados na UDR.

Ao longo das décadas que antecederam o pleito de 1989, a atividade produtiva agrícola brasileira havia aumentado consideravelmente, mas a concentração de terra ainda permanecia alta, elevando, assim, as desigualdades regionais. No programa de governo argumentava-se que:

⁷⁷ O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) visava alterar a estrutura fundiária do Brasil, “distribuindo e redistribuindo a terra, eliminando progressivamente o latifúndio e o minifúndio e assegurando um regime de posse e uso [da terra] que atenda aos princípios da Justiça Social e aumento da produtividade, de modo a garantir a realização socioeconômica e o direito de cidadania do trabalhador rural [...] a) contribuir para o aumento da oferta de alimentos e de matérias-primas buscando o atendimento prioritário do mercado interno; b) possibilitar a criação de novos empregos, no setor rural, de forma a ampliar o mercado interno e diminuir a subutilização da força de trabalho; c) promover a diminuição do êxodo do campo, procurando atenuar a pressão populacional sobre as áreas urbanas e os problemas dela decorrentes.” (MIRAD/INCRA: 1985).

as condições de vida da população rural são dramáticas: 6,5 milhões de famílias sobrevivem sem terra ou com terra insuficiente, e 3,3 milhões entre elas vivem abaixo da linha da pobreza absoluta. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 04),

Com base neste diagnóstico, o PT compreendia que o problema da questão agrária havia gerado uma situação de exclusão no Brasil. Como decorrência, era preciso executar reformas substanciais capazes de promover uma vida digna para as pessoas do campo.

No eixo programático referente ao meio ambiente, o programa de governo do PT considerou que o consumo em larga escala de adubos químicos e pesticidas, em consonância com a mecanização do campo, contribuiu para reforçar a concentração da terra para os que possuíam mais recursos. Também está registrado no programa que a opção por um modelo basicamente de monocultura colocava a agricultura em uma situação de dependência em face do setor industrial e do mercado externo. Essa escolha também fragilizava o solo e desestabilizava o ecossistema ao redor, pois

O modelo, que reforçou a concentração da propriedade, do acesso a recursos financeiros e do aconselhamento técnico, resultou no estímulo às monoculturas, que hoje ocupam imensa porção do território nacional. [...] É bem conhecido o processo de fragilização das regiões ocupadas por monoculturas. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 11)

A dependência em face dos mercados externos tornava, então, a agricultura brasileira vulnerável às oscilações de preços internacionais. De acordo com o PT, o governo federal orientava-se pela compreensão de que para compensar a diminuição no valor das exportações era necessário aumentar o volume dos produtos exportados. Ao concentrar esforços na exportação, o governo federal prejudicava a agricultura de produção e favorecia a alta de preços, repercutindo na dinâmica nutricional dos brasileiros e das brasileiras.

O diagnóstico do PT considerava que a manutenção da concentração de terra e o seu uso especulativo contribuía para o deslocamento da população rural para as margens das propriedades, em terras de baixa qualidade ou para as grandes cidades, ficando exposta a uma situação de vulnerabilidade social.

Ainda, no terceiro eixo intitulado *População*, o partido salientou que seria errôneo relacionar o aumento da pobreza exclusivamente à movimentação populacional brasileira, tendo em vista que o Brasil havia experimentado constantes desacelerações em seu crescimento. Desse modo, o Estado deveria dar especial atenção à maneira pela qual a população estava espacialmente distribuída, pois o desenvolvimento agrário desigual havia produzido o deslocamento em direção às cidades transformando o Brasil em um país de

migrantes e diminuindo a porcentagem da população rural. Em áreas com grande concentração de atividades como Belo Horizonte, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro e São Paulo, havia ocorrido a diminuição do espaço nas cidades e a expansão de regiões pobres ao seu redor.

A partir deste diagnóstico, o PT se comprometeu a promover tanto a desconcentração espacial das atividades agrícolas quanto da população rural e, para isso, defendeu a criação de políticas direcionadas à modificação da estrutura agrária brasileira por meio de investimentos e planejamentos públicos a médio e a longo prazos na agricultura familiar. Nesse sentido, o desenvolvimento territorial era compreendido em uma perspectiva inclusiva que se inter-relacionava com um local de trabalho, de moradia, de produção e de lazer.

Em diálogo com o eixo acima apresentado, o quarto eixo, *Assalariados rurais*, tratou dos “deserdados da terra”, identificados como “bóias-frias”, em razão do seu tipo de alimentação. Devido à inacessibilidade da terra, o seu número havia crescido em várias regiões. Como alternativa à situação de vulnerabilidade e semiescravidão às quais essas pessoas estavam submetidas, o partido propunha uma parceria entre o governo e o movimento sindical para exigir e fiscalizar a aplicação e o cumprimento das leis trabalhistas.

No quinto eixo, *Nordeste*, permaneceu a discussão a respeito da questão da terra. O programa afirma que, embora houvesse um discurso governamental no sentido de que o país havia se modernizado, a estrutura agrária e as redes locais de poder no Nordeste permaneceram intocáveis. Não havia, no entendimento do partido, condições estruturais para o cultivo da terra pelo pequeno agricultor. Nesse sentido, o programa salientou que:

o drama do sertanejo não se resume à falta de água, Aos deserdados, falta terra, e a todos faltam condições para cultivá-la. De seus sítios, dentro dos latifúndios ou de seus diminutos latifúndios, os camponeses percebem com facilidade a verdadeira dimensão do problema: é com a produção que eles se preocupam e é sobre ela que eles sempre falam. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 24)

Esse entendimento salientava que os programas⁷⁸ criados para o Nordeste durante os governos militares não haviam logrado sucesso. Ao contrário, essas experiências contribuíram para a manutenção da estrutura fundiária e, ao invés de beneficiarem os pequenos produtores, seus recursos, sob a ótica do partido, beneficiaram os grandes proprietários de terras.

⁷⁸ Experiências como o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste, o Polonordeste; o Programa Especial de Amparo ao Desenvolvimento da Região Semi-árida do Nordeste (projeto Sertanejo); o Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos do Nordeste, Pró-hidro; o Programa Especial de Apoio às Populações Pobres da Zona Canavieira do Nordeste, Procanor e o Projeto Nordeste não conseguiram alcançar os seus objetivos de desenvolvimento para as regiões nas quais foram aplicados.

Para o PT, as propostas para o uso e a propriedade da terra deveriam se estruturar a partir de discussões com a sociedade. Desse modo, era preciso distanciar-se do discurso que apontava a região do Nordeste como vítima do clima, como “região problema” e explorada pelo restante do país. No programa petista, a proposta de reforma agrária adquiriu bandeiras amplas, segundo as quais a democratização da propriedade da terra e a redistribuição de renda deveriam ocorrer sem fronteiras regionais.

O sexto eixo, *Violência*, ao abordar questões referentes à violência no meio rural, considera que as políticas governamentais adotadas durante o governo Sarney, notadamente após a divulgação do PNRA, contribuíram para a marginalização de milhões de agricultores, pois:

O 1º PNRA, anunciado em um congresso de trabalhadores rurais, deu início à movimentação contrária dos setores ruralistas que faziam parte do governo da Nova República visando a impedir sua implantação. A violência no campo cresceu brutalmente, com a reação latifundiária emergindo liderada por Ronaldo Caiado. Para proceder a leilões de gado foi criada a UDR, que praticamente "militarizou" os latifundiários visando frear a implantação do plano. (OLIVEIRA, 2001:200)

Desse modo, a ampliação da concentração fundiária resultou no aumento da violência no campo. Segundo o partido, “enquanto houver latifúndio em várias regiões, o poder local estará baseado nele e a violência partiria de várias frentes”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 29).

O sétimo eixo, *Amazônia*, privilegiou propostas voltadas para os povos das florestas, índios, caboclos, seringueiros, castanheiros. Também criticou o padrão de ocupação da Amazônia que advinha das políticas do período militar, baseado em princípios geopolíticos e em questões de segurança nacional. A Amazônia não poderia, segundo o entendimento do PT, continuar a ser compreendida como uma fonte inesgotável de recursos. O partido se comprometeria a “ouvir a voz dos povos da floresta. [...] É grande a dívida que a sociedade brasileira tem para com eles. Resgatá-la é uma promessa que assumimos solenemente, junto do túmulo de Chico Mendes.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 35).

O oitavo eixo do fascículo *Questão Agrária*, trata da *Extração mineral* e expressa o entendimento de que o subsolo brasileiro necessitava de atenção. Considerando que a atividade de mineração era indispensável ao desenvolvimento econômico nacional, o Estado deveria participar da mesma, mas não a serviço dos grandes grupos empresariais. De acordo com o partido, no Brasil ocorria o inverso, pois na área de extração mineral apenas duas

empresas eram nacionais. Em seu programa, o PT comprometeu-se a examinar em profundidade as exportações de minerais brutos e atuar de forma central nessa atividade.

Assim, considerando os oito eixos norteadores das proposições para a questão agrária, o Partido dos Trabalhadores se comprometia a realizar a reforma agrária, por considerá-la indispensável para a construção de uma sociedade “mais justa e democrática”. Nesta perspectiva, também se comprometeu a assegurar a terra para quem nela trabalha e impedir especulação fundiária. Propunha ainda atuar no sentido de rever o Imposto Territorial Rural e o cadastro rural, além de punir a propriedade ociosa. Executaria também as dívidas dos bancos e dos grandes proprietários. Promoveria, desse modo, o desenvolvimento de um novo padrão tecnológico adequado às pequenas e médias propriedades, de modo a não trabalhar contra a natureza. Ainda, estava no horizonte de orientação dessas propostas que a produção no novo modelo agrícola se voltasse para o mercado interno.

No que concerne aos direitos dos trabalhadores rurais, o Estado adquiriria um papel fiscalizador, com a aplicação de multas, desapropriação e a realização de cortes no crédito para exigir o cumprimento desses direitos. Desse modo, o novo modelo proposto pelo PT propunha alterar substancialmente as relações campo-cidade. Ademais, o Estado estimularia a descentralização da agroindústria com financiamento e em parceria com grupos de associações de pequenos e médios produtores. Também haveria a eliminação dos subsídios para os grandes produtores agrícolas.

No que diz respeito ao Nordeste, ali se daria a desapropriação de terra dos grandes proprietários. Havia a intenção de criar um fundo nacional para encaminhar a discussão sobre a Amazônia. Assim, os eixos norteadores deste fascículo compreenderam a questão agrária como problema também de política territorial, ou seja, ela ultrapassava a questão econômica e social e se relacionava à organização do território. Desse modo, quanto à realização da reforma agrária, o partido pretendia tornar a estratégia para o acesso à terra uma política pública de Estado.

O entendimento do partido a respeito da construção de uma sociedade democrática pressupunha a realização da reforma agrária, que deveria se constituir como uma decisão política de:

romper o monopólio da terra e lançar as bases de um novo padrão para a agricultura e toda a economia brasileira [...] a possibilidade de incorporar à cidadania milhões de trabalhadores rurais, quebrando o poder exercido pelos grandes proprietários. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão agrária, 1989: 22)

O objetivo principal da reforma agrária seria o de garantir a terra para quem nela trabalha, evitando assim a especulação. Para tanto, “a reforma preservará a pequena e a média propriedades, e será complementada por uma política agrícola que as beneficie.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 22). Segundo o PT, seria impossível modificar as condições de vida dos trabalhadores do campo apenas por meio de assentamentos em terras públicas ou devolutas que “embora possam ser usadas de forma criteriosa, não são suficientes nem adequadas para viabilizar assentamentos em larga escala e abrir nova etapa de desenvolvimento para a agricultura brasileira” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 22).

Considerando a diversidade brasileira, o PT não propunha apenas um único padrão de reforma agrária, pois

as condições em que se encontram a produção e os trabalhadores rurais em cada região devem determinar o estatuto das novas unidades produtivas, aparecendo a propriedade familiar, a multifamiliar e a cooperativa como alternativas viáveis. Respeitaremos a vontade dos trabalhadores organizados, estimulando sua autodeterminação e seu controle direto sobre o processo de mudança. Serão assentados de preferência os trabalhadores da região desapropriada, evitando deslocamentos. A ocupação se fará no âmbito de processos coletivos e organizados, para garantir maiores ganhos econômicos, sociais e de consciência e impedir a depredação do ambiente. Os assentamentos serão integrados em políticas de apoio que beneficiem o conjunto dos pequenos produtores da área. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 22-23)

A respeito dos impostos rurais, o Partido dos Trabalhadores afirmou que faria a revisão do Imposto Territorial Rural e do cadastro rural para aplicar punições às propriedades sem uso. Além disso, retiraria “os privilégios bancários que beneficiam latifundiários e grandes empresas, executando suas dívidas ou negociando refinanciamentos em troca da cooperação com a reforma agrária.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 23).

A respeito do desenvolvimento tecnológico no campo, o partido demonstrou preocupação com a questão ambiental, salientando que “o objetivo é trabalhar com a natureza, não contra ela” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 23). Desse modo, propôs que

A produção deverá explorar as potencialidades de cada ecossistema, numa relação cuidadosa com o solo, a vegetação e a fauna, que devem ser protegidos. As atividades de pesquisa e extensão serão fortemente estimuladas para apoiar o novo modelo, libertando a agricultura do uso abusivo de agrotóxicos e produtos afins. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 23)

As propostas para a questão agrária também se relacionavam com aquelas que foram apresentadas no caderno *Economia*. Nesse sentido, o novo modelo agrícola deveria voltar-se para o mercado interno, pois

alimentar adequadamente toda a população e abastecer as indústrias brasileiras com matérias-primas é a grande meta, que não é incompatível com a busca de excedentes exportáveis. Num período de transição, antes que os efeitos da introdução de novos padrões tecnológicos acarretem a redução dos custos de produção, o Estado garantirá preços compensadores aos pequenos produtores, subsidiando o consumo das camadas urbanas mais carentes (merenda escolar, sacolões, cantinas comunitárias, etc.). (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 23)

No que tange ao cumprimento dos direitos trabalhistas, a proposta salientava:

Interviremos no funcionamento do mercado de trabalho de certas regiões, criando barreiras à substituição de mão-de-obra permanente por temporária e inibindo a ação dos agenciadores de bóias-frias. Impediremos os abusos cometidos por barracões, armazéns e supermercados que detêm o monopólio de abastecimento dentro das grandes propriedades. A medição da produção de cada trabalhador terá de seguir regras que impeçam as manipulações. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 23)

Desse modo, aqueles que não cumprissem a legislação trabalhista, estariam sujeitos à desapropriação de suas terras e ao pagamento de indenização.

O novo modelo agrícola proposto pelo PT pretendia modificar substancialmente as relações entre o campo e a cidade, para diminuir o êxodo rural, criando novos centros dinâmicos no território nacional, desconcentrando tanto terras quanto o poder político e o poder econômico. Para isso:

O Estado estimulará a descentralização da agroindústria, financiando a criação de unidades de beneficiamento, armazenamento e transformação próximas a áreas diversificadas e sob o controle de grupos associativos de pequenos produtores. Na política para a indústria processadora de matérias-primas agrícolas serão consideradas as diferentes relações que se estabelecem entre essas indústrias e os produtores agrícolas. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária, 1989: 24)

Se o governo Sarney subsidiava e incentivava, sob o ponto de vista fiscal, os grandes produtores agrícolas de produtos exportáveis, uma eventual gestão petista trabalharia em sentido oposto, pois segundo as definições do partido:

o Estado não mais arcará com exportações que dão prejuízo [...] o governo alterará a política exportadora de produtos agrícolas de forma articulada com as modificações que pretende introduzir na economia brasileira. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Agrária a, 1989: 24)

Para a região Nordeste, a prioridade seria a desapropriação dos grandes latifúndios localizados às margens de rios, objetivando “impedir a apropriação privada das fontes de água do sertão, garantindo o livre uso dos reservatórios construídos com recursos públicos.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Questão Agrária*, 1989: 24). Era, ainda, recorrente na proposta do PT uma perspectiva de ação colaborativa com a sociedade civil, conforme destacado nesse trecho a respeito da Amazônia:

Criaremos um fórum nacional, que dotado de inquestionável legitimidade, encaminhe ampla discussão sobre a Amazônia, passando a exercer influência decisiva sobre a estratégia de ocupação e sobre a avaliação de obras que tenham apreciável impacto social. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Questão Agrária*, 1989: 24)

As proposições apresentadas pelo PT para a questão agrária podem ser adjetivadas como ousadas, tendo em vista a realidade da propriedade da terra. Ao tratar da posse da terra, o partido expressamente referiu-se à necessidade de desapropriação, sem, contudo, explicar como seria realizada. Registra ainda uma posição incisiva em face do desrespeito aos direitos trabalhistas, com a definição de aplicação de multas. Compreendida em sua complexidade e multiplicidade, o partido não apresentou uma “receita” para a reforma agrária. Distante disso, o programa salientou que essa ação deveria abarcar a diversidade territorial e ambiental do país, priorizando a realização de atividades cooperativas e associativas.

O PT apresentou proposições destinadas aos produtores de alimentos. O Estado os apoiaria com linhas diferenciadas de crédito, garantindo infraestrutura para que a produção pudesse ser escoada e comercializada. Embora tenha elaborado propostas gerais para essa questão, o partido apresentou, em seu conjunto, proposições que não se coadunavam com a estrutura fundiária à época. Assim como o caderno *Economia*, este é um caderno composto por propostas de profundas mudanças na estrutura vigente à época. Essas proposições se orientavam para provocar uma contração no fosso social existente. (SINGER: 2012). Tratava-se, pois, de propostas de profundas reformas.

2.6 A questão educacional

Da educação: se a rede pública é ruim e insuficiente, não se constrói uma sociedade na qual as oportunidades sejam iguais. (SILVA, PARTIDO

DOS TRABALHADORES *In: Questão Urbana*,
1989: 01)

As propostas para a educação, diferentemente das propostas para a economia e para a questão agrária, que possuíam cada qual um caderno próprio, encontravam-se inseridas em um caderno macro, intitulado *Questão Urbana* (vide Anexo I. 3), que além da questão educacional, também abordava os seguintes eixos *Metrópoles*, *Cidades médias*, *Uso do solo*, *Habitação*, *Sub-habitação* e *Transportes*.

O programa de governo do PT apresentou um diagnóstico bastante pessimista da educação no país até aquele momento. Enfatizava o descumprimento pelo Estado do dever de garantir educação a todos e afirmava que sem educação de qualidade “não se constrói uma sociedade na qual as oportunidades sejam iguais”. Portanto identificava o acesso à educação como um dos pilares de diminuição das desigualdades sociais. A elevada taxa de analfabetismo e o modelo educacional compreendido como excludente foram apontados como as grandes questões educacionais que o país deveria enfrentar.

A reivindicação da democratização da educação e a ampla defesa do direito à escolarização foram marcantes nas lutas pelo retorno ao Estado democrático de direito no Brasil. A proposta de uma “educação para todos” fez parte da *Carta de Compromissos* da Aliança Democrática. Contudo, na avaliação do PT, no governo Sarney “nenhuma alteração significativa foi realizada”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Questão Urbana*, 1989: 18). Para corroborar essa avaliação negativa, o partido explicitou em seu programa que:

A taxa de analfabetismo permanece elevada, mesmo comparada à outros países da América Latina reconhecidamente mais pobres que o nosso. Em 1980, havia 13% de analfabetos na Nicarágua, 6% no Uruguai, 2,2% em Cuba, 6,7% na Argentina, 7% na Costa Rica e 6% no Chile. No Brasil, sete anos depois a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/87) mostrou que taxa estava em torno de 20%. Cerca de cinco milhões de crianças entre sete e 14 anos permanecem fora do sistema educacional. Somam 26 milhões as pessoas com mais de dez anos de idade que nunca freqüentaram a escola ou o fizeram por no máximo um ano. A metade das crianças que entram no primeiro grau não conclui a quarta série. São dados oficiais. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Questão Urbana* 1989: 18)

Para o partido, o compromisso de “escola para todos” compunha o rol dos interesses dos trabalhadores e a garantia desse direito era um desafio estratégico para o Brasil. O programa de governo do PT apresentava-se em consonância com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 que ressalta:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988: 134)

Nesta direção, o Partido dos Trabalhadores compreendia a educação como um dever do Estado a ser promovida em colaboração com a família. O programa de governo do PT enfatizou sua importância para o desenvolvimento pleno da pessoa e para seu preparo para o exercício da cidadania. Somente em seguida foi destacada a sua função na qualificação para o trabalho. Esta compreensão foi corroborada pelas resoluções aprovadas nos Encontros Nacionais. Dessa forma, a proposta de governo do PT em 1989 apresentou uma concepção de educação inclusiva e integral e enfatizou a necessidade de uma gestão democrática e participativa da sociedade.

O partido, ao observar as condições de trabalho dos profissionais da educação e as instalações das escolas, salientou ser fundamental a criação de um sistema nacional de educação. A partir desse sistema, haveria a integração entre as redes estaduais, municipais e federal. À época, o PT considerava que estas redes estavam desarticuladas, sendo essa desarticulação responsável pelas discrepâncias da qualidade do ensino entre as escolas. Desse modo considerava ser

Imperativo que se constitua um Sistema Nacional de Educação, dando fim a um modelo onde as redes municipais, estaduais e federal coexistem sem integrar, numa esdrúxula distribuição de tarefas. Hoje, cada instância cuida de si, com prioridades e modos de distribuição dos recursos que não se harmonizam com os das demais. A desarticulação das redes e as discrepâncias regionais produzem escolas extremamente díspares em qualidade, em detrimento das regiões mais pobres, dos estados mais pobres, e, em todos eles, sobretudo da população mais pobre. Enquanto isso, subsidia-se fortemente o ensino privado. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Urbana, 1989: 19)

Pela concepção petista, a integração entre as três redes de ensino aperfeiçoaria a gestão da educação no país, possibilitando a definição de mecanismos de planejamento, de articulação e de integração de ações, além de proporcionar a racionalização do uso dos recursos para as diferentes realidades. Desse modo, ao propor a democratização do ensino, o partido também destacava a criação de um sistema de ensino unificado, mas também em consonância com as especificidades de cada região do Brasil.

O PT, embora reconhecesse a importância da educação, entendia não ser ela a responsável pela solução dos múltiplos problemas da realidade brasileira. Segundo o partido:

a escola não é a grande panacéia, a salvação para os problemas da delinqüência, da violência, ou mesmo do fator básico capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico e gerar uma melhor distribuição de renda. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Urbana, 1989: 19)

Dessa feita, a escola não poderia ser a fiel depositária da esperança para a solução de todos os problemas brasileiros. De acordo com o programa petista, a fonte geradora desses problemas era a “concentração desmesurada de riqueza, oportunidades, dos privilégios e dos direitos nas mãos de minorias.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Urbana, 1989: 20). Logo, o investimento isolado em educação não seria capaz de solucionar os problemas brasileiros, mas contribuiria fundamentalmente para minimizá-los, pois prepararia o estudante para um melhor exercício da cidadania.

Para o PT, a democratização do ensino deveria considerar a qualidade do sistema educacional e a permanência dos alunos em sala de aula. A democratização da educação e do sistema educacional proposta pelo PT significaria “o acesso universal a ela, a garantia da permanência para os que nela ingressam, seu controle pela população a que deve servir.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Urbana, 1989: 20), distanciando-se de uma compreensão de mercantilização do ensino.

Nesse sentido, o PT comprometeu-se em seu programa de governo a analisar, de forma detida, a expansão dos serviços educacionais privados, promover a matrícula de todas as crianças na faixa etária que compreendia o primeiro grau e diminuir a evasão escolar. Além disso, a capacitação e os salários dos professores eram, de acordo com o partido, prioridades absolutas. Também havia a proposta de formação de um Conselho Nacional de Desenvolvimento da Educação. Este seria composto por representantes tanto do governo quanto da sociedade civil. Outra proposta do programa era a criação de uma rede pública extensiva a todos e que também capacitasse os profissionais da educação.

Ao tratar da permanência no sistema educacional, o partido também compreendeu a necessidade de uma transformação interna da escola que

vai desde a recuperação e o reaparelhamento das instalações, do fim do terceiro e quarto turno diários com garantia de um mínimo de cinco horas/aula diárias para cada aluno, até a revisão dos métodos, currículos e conteúdos ministrados. É preciso valorizar o profissional de ensino, por meio de sua qualificação e remuneração digna, inclusive via criação de um plano nacional de cargos e salários para todos os integrantes do Sistema Nacional de Educação proposto. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Questão Urbana, 1989: 21)

O ensino de primeiro grau foi eleito como prioridade para os trabalhos de uma futura gestão:

é necessário elevar os recursos aplicados do ensino básico, mas também no pré-escolar, no segundo grau e na universidade. Ainda que o objetivo imediato seja a universalização do primeiro grau, isto não pode significar o descaso pelos outros níveis, mesmo porque todos estão profundamente interligados. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Questão Urbana*, 1989: 21)

Assim, o PT propunha:

a alternativa de construção de um Sistema Nacional de Educação, universal, democrático, voltado para os interesses dos trabalhadores e submetido a seu controle e direção é revolucionária neste país, onde o 'saber' é excludente e serve ao opressor. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Questão Urbana*, 1989: 21)

Nesse sentido, ao final do caderno *Questão urbana*, o PT apresentou oito medidas sob o título *Direito à cidade e à vida*. A última dizia respeito à educação e sistematizou a proposta do partido:

Na educação, partimos de uma realidade assustadora: 20% de analfabetos, 68% de adultos sem primeiro grau, cinco milhões de crianças fora da escola básica, 50% de evasão nos primeiros anos. É o resultado de muitos anos em que não se pode identificar uma política nacional de educação, com objetivos amplos e prioridades claras. A ampliação da rede pública de ensino, com democratização de sua gestão e melhoria de sua qualidade, são objetivos nacionais inadiáveis. Matricular todas as crianças na faixa etária do primeiro grau, tornar residual a evasão escolar nesse nível, alfabetizar a população, capacitar os professores e melhorar seus salários são prioridades absolutas. Recursos públicos devem ser alocados, em quantidade suficiente, para esses fins, sob orientação de um Conselho Nacional de Desenvolvimento da Educação formado por representantes de governos e de associações civis. Queremos uma rede pública onde todos possam entrar, permanecer e participar de sua orientação, capacitando-se como profissionais e cidadãos. Sem ela, grandes contingentes de brasileiros permanecerão excluídos da vida política, econômica, social e cultural do país. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Questão Urbana*, 1989: 23)

O programa criticou a política educacional do governo à época, afirmando que a educação no Brasil excluía a maioria da população, pois havia se transformado em mercado. Desse modo, o PT registrou a necessidade da construção de uma escola pública que significasse não apenas um local de entrada, mas de permanência e conclusão de estudos, capaz de capacitar os estudantes cultural e politicamente. A perspectiva de construção de um sistema educacional inclusivo e de qualidade direcionava-se para que o sujeito, uma vez inserido nesse sistema, pudesse ser capaz de buscar, tanto individual quanto coletivamente, estratégias de superação das condições de desigualdade cultural e material e, também, a resolução de conflitos de maneira democrática.

Em síntese, as diretrizes para a educação propostas pelo PT em 1989 não soaram tão ousadas quanto aquelas propostas para a *Economia* ou para a *Questão Agrária*, mas não deixaram de evidenciar o projeto de reforma social profunda planejado pelo partido.

2.7 A questão do trabalho

De fato, a Constituição de 1988 trouxe alguns avanços em questões como o direito de greve, jornada de trabalho, férias, licença-maternidade e outras. Mas uma grande parte das injustiças que marcam as relações de trabalho no Brasil podiam e deviam ser combatidas através do novo texto constitucional, e não o foram, por força da intransigência das forças conservadoras. (SILVA. PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma nova sociedade, 1989: 01)

O programa de governo do PT, respeitando o ordenamento constitucional de 1988, contemplou a questão do trabalho no caderno intitulado *Uma Nova Sociedade* (vide Anexo I.4). Naquele caderno, estavam inseridas propostas de defesa da liberdade de organização dos trabalhadores, como o direito irrestrito à greve e sua participação nas definições governamentais referentes às políticas econômicas e sociais.

O entendimento do Partido dos Trabalhadores era o de que a implementação de sucessivas políticas econômicas e sociais para administrar a crise da dívida externa durante a década de 1980 produziu a proliferação de um segmento que enriqueceu absorvendo substanciais parcelas do setor público e favoreceu a desvalorização do trabalho:

o enfraquecimento do setor produtivo e, por consequência, a maior desvalorização do trabalho no Brasil. O anacronismo neoliberal fez prevalecer no Brasil, por certo tempo, um verdadeiro paraíso da improdutividade de ricos rentistas montados em cima da desvalorização do trabalho. (POCHMANN, 2010: 07)

A crise da dívida externa no início da década de 1980 desencadeou a primeira recessão no país depois da Depressão de 1929, conforme recorda Márcio Pochmann:

Concomitantemente à queda no consumo interno, houve reorientação da política macroeconômica para o mercado externo (exportações), cujo destino final terminou sendo o abandono do projeto desenvolvimentista. Apesar dos constrangimentos impostos ao dinamismo econômico nacional a partir da década de 1980, os sinais de interrupção do movimento de estruturação do mercado de trabalho não se mostraram tão evidentes. O surgimento do desemprego aberto urbano de grande proporção entre os anos de 1981 a

1983 foi fortemente contido no período subsequente de 1984 a 1986, mantendo-se relativamente estável até o final de 1989. (POCHMANN, 2010: 27)

Embora o índice de desemprego tenha se mantido estável, a pobreza e a desigualdade aumentaram, sobremaneira, no período da superinflação. Naquela fase, o poder de compra dos salários diminuiu e o ajuste no mercado de trabalho foi feito pela redução do custo de trabalho, com favorecimento da expansão do trabalho informal.

Sob essa perspectiva, o PT registrou a necessidade de modificação da política salarial governamental e da distribuição de renda pela adoção de iniciativas que garantissem as conquistas até então obtidas, bem como a ampliação das mesmas:

O governo [...] não será conivente com o desrespeito generalizado à lei que começa pelo fato de apenas 40% dos assalariados possuírem carteira de trabalho assinada. Não conciliará também com a inoperância que se verifica na fiscalização a cargo das Delegacias Regionais do Trabalho, nem com caos instalado há muito tempo na Justiça Trabalhista, onde as Juntas de Conciliação e julgamento estão abarrotadas de vícios e processos. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma nova sociedade, 1989: 02)

Quanto à participação dos trabalhadores na administração dos fundos, ressaltava:

Defendemos que representantes dos trabalhadores participem da gestão de todos os fundos constituídos com seus recursos. Entre eles destaca-se o FGTS, cuja destinação, desde a década de 60, foi desvirtuada: apenas 20% do montante arrecadado se dirigiram para a construção de moradias populares. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma nova sociedade, 1989: 03)

Havia, ainda, a defesa da participação dos representantes dos trabalhadores nas gestões dos fundos formados pelos seus recursos. As propostas para a questão do trabalho se estruturaram em torno de sete eixos:

- auditoria do FGTS e do Programa de Integração Social (PIS)/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP);
- implementação e regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos aos trabalhadores;
- elaboração de um novo Código do Trabalho para a substituição da CLT e consequente elaboração de um Código de Processo do Trabalho;
- aumento da eficiência das Delegacias Regionais do Trabalho;
- criação de um programa nacional de prevenção a acidentes do trabalho;
- regulamentação para que os infratores da legislação trabalhista sejam responsabilizados administrativa e judicialmente;

- reestruturação de todo o sistema previdenciário brasileiro.

O partido ressaltava que:

a Frente Brasil Popular considerava que a adoção de um profundo compromisso com a ampliação de todos os direitos desses 50 milhões de brasileiros que constroem a nação com seu suor, é a pedra mais central do programa voltado para a democratização de nossa vida social. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Uma nova sociedade*, 1989: 02)

Assim, a Frente Brasil Popular apresentou seis propostas para a ampliação dos direitos dos trabalhadores:

1. auditar imediata e rigorosamente o FGTS e o PIS/PASEP;
2. implementar, através do Congresso Nacional, a regulamentação de todos os dispositivos constitucionais relativos aos trabalhadores;
3. elaborar um anteprojeto de novo Código do Trabalho, em substituição à CLT, e de um Código de Processo do Trabalho;
4. tornar as Delegacias Regionais do Trabalho órgãos eficientes de fiscalização do cumprimento da legislação e das condições de trabalho a que são submetidos os assalariados;
5. estabelecer um programa nacional de prevenção aos acidentes de trabalho, implementando uma fiscalização rigorosa das condições de segurança e saúde no trabalho.
6. regulamentar as penalidades aos transgressores da legislação do trabalho, com sua responsabilização administrativa e judicial. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Uma nova sociedade*, 1989: 03)

Também é importante destacar que a área da Previdência recebeu especial interesse, pois foi proposta a sua inteira reestruturação. Segundo o partido:

O Ministério da Previdência responde hoje por 32 milhões de segurados e está estruturado em cinco entidades principais, que consomem os seguintes percentuais orçamentários, segundo dados de 1986: INPS (70,0%), INAMPS (25,2%), LBA (1,6%), FUNABEM (0,3%) e IAPAS (2,9%). Paga mensalmente 12 milhões de benefícios, utilizando-se de 184 mil funcionários, o que corresponde a quase 1/3 de todo o funcionalismo federal. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Uma nova sociedade*, 1989: 03)

Desse modo, a Frente Brasil Popular propunha as seguintes medidas para a Previdência:

Gestão: participação dos trabalhadores, usuários, aposentados, pensionistas e empregadores nas decisões e no controle da Previdência Social;
 Benefício: garantir a toda a população, independente de sua capacidade de contribuir, os meios necessários para uma proteção em caso de doença, velhice, invalidez, morte, encargos familiares e desemprego; extinguir a diferenciação entre os benefícios concedidos aos trabalhadores rurais e urbanos;
 Financiamento: diversificar a base de incidência da contribuição dos empregados, de modo que as receitas fiquem menos expostas às oscilações

da economia. A contribuição do empregador com base no lucro e faturamento são alternativas a serem consideradas. Garantir o cumprimento das obrigações do Estado junto à Previdência. Cobrar todas as dívidas particulares e de organismos públicos. Reduzir alíquotas de contribuição dos trabalhadores em faixas salariais mais baixas e ampliar o teto de contribuição, como forma de corrigir a forte regressividade que se constata nesses descontos.

Fiscalização: estabelecer imediatamente uma comissão de auditoria que, auxiliada pelo Tribunal de Contas da União, levantará o montante da dívida da União para com a Previdência, bem como a relação de todos os devedores da iniciativa privada. Implementar a fiscalização da arrecadação, com penalização dos sonegadores;

Administração: agilizar o processo administrativo de arrecadação e pagamento de benefícios, através de sua completa informatização. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma nova sociedade, 1989: 03)

Substancialmente, o programa de governo do PT, em suas proposições para os trabalhadores, apresentou como foco central sua liberdade de organização, autonomia no interior de suas organizações e apoio ao direito irrestrito à greve. Essas prioridades foram consideradas como fundamentais para a inserção dos trabalhadores enquanto cidadãos na realidade nacional e para que pudessem atuar no sentido de incorporar os seus interesses à agenda das políticas governamentais. Além disso, os trabalhadores deveriam “ocupar o Estado” e participar da definição de políticas públicas e das prioridades econômicas e sociais do governo. Deveriam também fiscalizar a atuação estatal no cumprimento da Constituição Federal e da CLT.

Desse modo, reconhecendo também os avanços advindos com a Constituição Federal de 1988, o PT propôs uma mudança tanto na política salarial quanto no perfil de distribuição de renda, com vistas a garantir e ampliar as conquistas já obtidas pelos trabalhadores brasileiros. Para isso, defendeu a implementação das seis iniciativas já citadas.

O PT, portanto, inovou no tratamento de questões referentes ao trabalho. A proposição de realização de auditorias e de participação ativa dos trabalhadores nos assuntos governamentais era muito mais do que uma simples alteração no modelo vigente. Mais do que um ajuste, o PT propunha uma nova política do trabalho a ser constituída, segundo entendimento do partido, *dos trabalhadores para os trabalhadores*.

2.8 Um programa reformista forte

O ano de 1989 pode ser considerado o “ano do PT”. Aquele no qual o partido reuniu as condições objetivas para o seu amadurecimento organizativo e teórico. Não que alcançasse sua plenitude nas

duas direções: conseguiu ser testado positivamente em ambas. (FERNANDES, 1990: 02)

O “ano do PT”, 1989, de acordo com Florestan Fernandes, destaca um contexto no qual o partido se projetou nacionalmente no cenário eleitoral. Nesse cenário também foi testado no que se refere ao seu amadurecimento organizativo e teórico. Ao apresentar ao país um programa de governo construído de forma democrática e popular com a participação dos núcleos de base e, com esse programa, disputar o segundo turno eleitoral, o Partido dos Trabalhadores cravou sua marca na história republicana brasileira.

Desde sua fundação no Colégio Sion, em 1980, na cidade de São Paulo, o PT apresentava substantivas propostas de mudança na realidade brasileira (vide documentos de fundação do partido). Entretanto, a expressão “reforma” não é, por si só, suficiente para compreender o que o programa do partido apresentou em 1989. É preciso, pois, qualificar o tipo de reforma proposta.

A plataforma de governo apresentada pelo PT em 1989 previa, entre outras medidas:

- tributação do patrimônio das grandes fortunas;
- colocar a dívida externa *sub judice*;
- garantia do trabalho agrícola por meio da distribuição de terras;
- diminuição da jornada de trabalho sem corte salarial;
- revisão das privatizações e adoção de um Programa de Garantia de Renda Mínima

Esse conjunto de políticas foi definido por André Singer (2012) como “forte reformismo social”:

Devido ao retardo secular do Brasil, havia a expectativa de que um presidente eleito por um partido de orientação socialista tomasse medidas para provocar rápida contração do fosso social, mesmo que ao preço de haver confronto político. Tratar-se ia da adoção do que poderíamos chamar de “reformismo forte”: “intensa redistribuição de renda num país obscenamente desigual”, nas palavras de Francisco de Oliveira. (SINGER, 2012: 186)

Em consonância com os documentos originais do partido, o PT defendeu uma “radicalização da democracia”. Conclamou os trabalhadores a ocuparem um lugar central nas atividades do governo e propugnou uma mudança no papel de Estado orientada pela intenção do partido de consolidar uma cultura política participativa.

Lula, onze anos após aparecer nas greves do ABC, lançava sua candidatura “sem pedir licença”, conforme noticiou a *Revista Veja* (1989). Foi qualificado por aquela publicação como o “primeiro cidadão brasileiro que saiu daquela fatia da geografia do país onde residem

os milhões de deserdados que formam a maioria da população para concorrer ao cargo máximo da República.” (REVISTA VEJA, 1989: 34). Mais do que isso, surpreendeu nas pesquisas. Conforme destacou Wladimir Pomar, “ao contrário de todas as descrenças, o operário venceu inimigos e aliados bons de voto e mostrou que era irreal o sonho de vê-lo abatido desde o início” (POMAR, 2009: 11).

Em uma campanha protagonizada pelo empresário das comunicações Fernando Collor de Mello (PRN), por quatro engenheiros, Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS) e Aureliano Chaves (PFL), por vários outros políticos de carreira e bacharéis, além do médico Ronaldo Caiado (PSD), as propostas altamente reformistas do Partido dos Trabalhadores, apesar do desempenho político do candidato Lula, alcançaram um grau de rejeição de 29% no início de novembro de 1989.

Gráfico: Intenção de voto presidente – rejeição (em %)

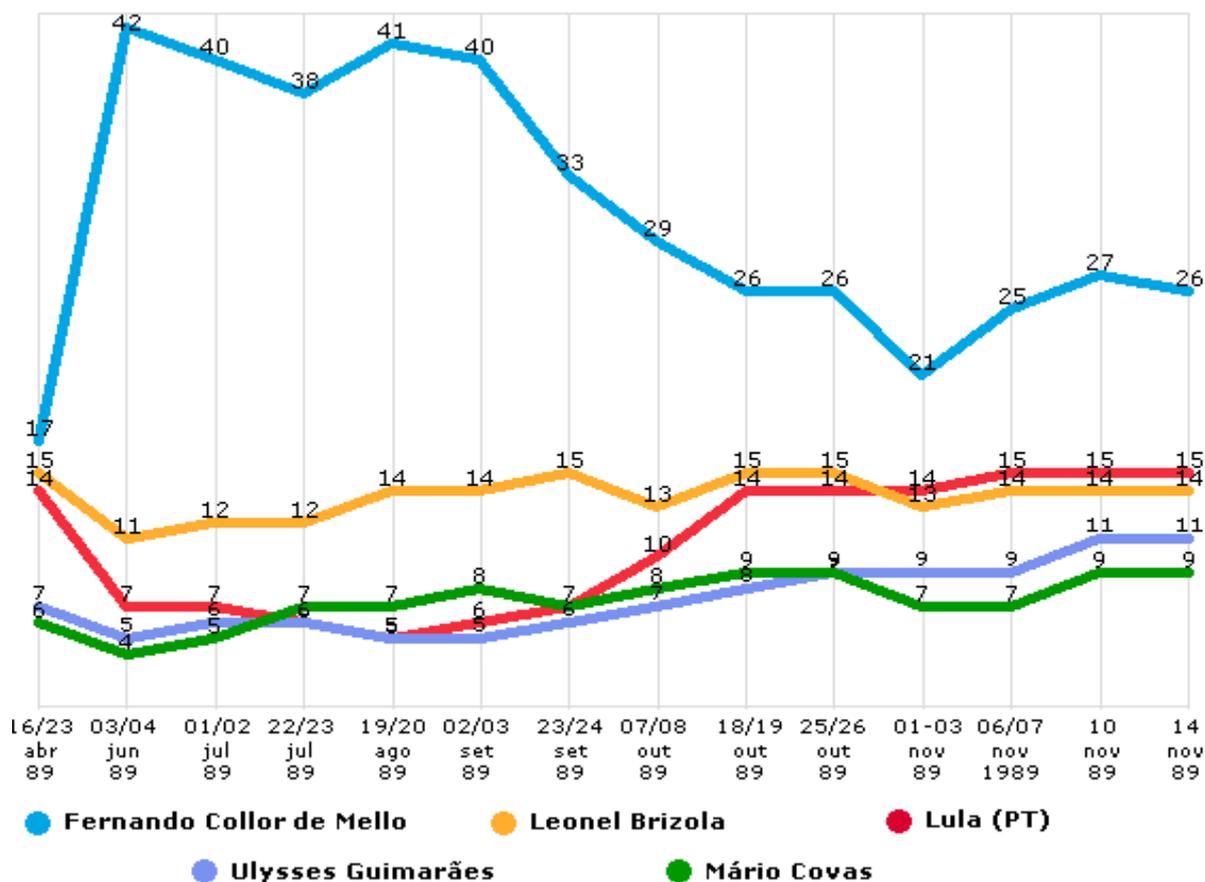
Categorias	19 e 20/08/89	02 e 03/09/89	23 e 24/09/89	18 e 19/10/89	25 e 26/10/89	01, 02 e 03/11/89
Ulysses Guimarães (PMDB)	52	48	47	41	40	38
Paulo Maluf (PDS)	36	33	32	32	32	33
Leonel Brizola (PDT)	27	27	26	30	30	32
Lula (PT)	26	26	23	25	26	29
Aureliano Chaves (PFL)	23	21	21	22	22	22
Ronaldo Caiado (PDC)	18	17	18	20	21	24
Roberto Freire (PCB)	17	17	16	20	20	21
Mário Covas (PSDB)	16	14	14	14	13	15
Afif Domingos (PL)	15	12	13	20	22	27
Fernando Collor (PRN)	18	19	22	29	30	30
Não rejeita nenhum	6	6	7	3	3	4
Não sabe	14	13	12	10	9	8

Fonte: Datafolha (03/11/1989). Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=103>.

Ainda, acompanhando a pesquisa sobre intenção de votos, no gráfico *Evolução de intenção e voto para presidente da República*, é possível perceber que Lula iniciou a disputa eleitoral no terceiro lugar, com uma diferença de 1% em relação ao segundo colocado, Leonel Brizola (PDT) e com 2% de diferença do primeiro colocado, Fernando Collor (PRN). A seguir, passou por um período de declínio entre os meses de junho a setembro, com intenções de voto na média de 7%. Contudo, a partir do mês de outubro, o candidato petista cresceu nas

pesquisas, ultrapassou Leonel Brizola nos três primeiros dias de novembro, e chegou a ocupar em 14 de novembro de 1989 o segundo lugar na intenção de votos, com o percentual de 15%, Collor manteve-se em primeiro, com 26% das intenções de votos.

Gráfico: Evolução de intenção e voto para presidente da República (em %)



Fonte: Datafolha (14/11/1989). Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=100>.

O primeiro turno presidencial chegou ao fim com dois projetos de governo distintos entre si. À pergunta “*Por que o senhor acha que vai vencer o segundo turno?*”, feita pela *Revista Veja* e publicada em 29 de novembro de 1989, dezoito dias antes do segundo turno eleitoral, Collor respondeu que:

É simples. Meu programa de governo está mais adequado à realidade brasileira. É um programa que tem a cara do candidato, um social-democrata. As propostas que fazemos são mais consistentes anos-luz à frente do que prega o PT. Meu programa não foi elaborado com a importação de idéias falidas. O crescimento econômico, por exemplo, estará sempre atrelado à justiça social e ao bem-estar. (REVISTA VEJA, 1989: 04)

Já Lula, enfatizou que:

O que me dá a certeza de que vamos vencer é o fato de que pela primeira vez vai haver um debate de verdade no país, entre capital e trabalho, entre os que comem e os que não comem, entre os despossuídos e os que possuem muito. Vamos mostrar que é possível criar uma sociedade onde todos possam ter o mínimo para viver. (REVISTA VEJA, 1989: 05)

As respostas dos candidatos relacionam-se com o que Norberto Bobbio compreende por direita e esquerda. De acordo com Bobbio, políticos identificados como de direita, consideram as desigualdades naturais e, portanto, não elimináveis. Assim, a “direita está mais disposta a aceitar aquilo que é natural, ou seja, o habitual, a tradição, a força do passado.” (BOBBIO, 2001: 121). Nesse sentido, embora Collor ressaltasse que seu programa era “o mais adequando à sociedade brasileira”, sendo “social-democrata” e capaz de promover a “justiça social”, pode-se inferir o contrário. Collor apresentava, nos meios de comunicação, propostas⁷⁹ típicas das direitas, orientadas, conforme destaca Bobbio, pela compreensão de que as desigualdades entre os homens não podem ser eliminadas. Identificando a si e a seu programa como “novos” e “modernos”, ressaltava que o PT apresentava um programa com ideias falidas – referindo-se à crise do socialismo⁸⁰ – e destacava que o programa de governo do PT de 1989 havia sido elaborado com a “importação de idéias falidas”.

Já Lula, ao salientar que “pela primeira vez haveria um debate de verdade no país, entre capital e trabalho”, demonstrou a linha reformista de suas propostas. Nos cadernos do programa, o PT apresentou suas propostas orientadas pela dicotomia “capital/trabalho”, “possuídos/despossuídos”. Além disso, quando afirmou que “vamos mostrar que é possível criar uma sociedade onde todos possam ter o mínimo para viver”, explicitava uma compreensão que é própria das esquerdas, qual seja, a de não compreender e nem aceitar as desigualdades como naturais e, portanto não passíveis de mudanças. (BOBBIO: 2001)

O PT de 1989 compreendia que as desigualdades não poderiam ser identificadas como parte de uma paisagem natural e caso não pudessem ser extirpadas, deveriam ao menos ser minimizadas. Com propostas que tratavam de fornecer diretrizes para a diminuição das desigualdades no Brasil, o PT essencialmente apresentou um ousado programa de reformas. O que diferenciava o programa do PT das propostas de Collor de Mello é o reconhecimento explícito da desigualdade e o compromisso em combatê-la.

⁷⁹ O acesso às propostas do candidato Fernando Collor se deu exclusivamente pelos meios de comunicação, notadamente, o programa veiculado durante o horário eleitoral gratuito, que se encontra disponível na biblioteca do Tribunal Superior Eleitoral e suas entrevistas à *Revista Veja* ao longo do ano de 1989 e que se encontram integralmente disponíveis na seção Acervo do sítio <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>.

⁸⁰ Em 1985, Mikhail Gorbachev, à frente da União Soviética, implementou projeto de reestruturação econômica e transparência política, a *perestroika* e a *glasnost*. Entretanto, esses projetos não foram capazes de conter a crise soviética que se espalhou pelos países do bloco socialista.

O programa de governo de 1989 dedicou partes específicas à economia e à questão agrária. As propostas para educação e trabalho, ao contrário, estavam inseridas em cadernos que também tratavam de outras temáticas, não havendo um fascículo exclusivo para essas questões.

Essas propostas analisadas evidenciaram um partido que se contrapunha explicitamente ao capital e à economia de base capitalista. Em 1989, portanto, a orientação do PT era bastante radical, sendo definida por André Singer (2012) como “reformismo forte”, coadunava-se com a cultura política petista, com os documentos fundadores do partido e com a “alma do Sion”, expressiva dos ideais petistas na origem do partido. Eram propostas direcionadas para os trabalhadores em sentido amplo. O PT apresentou, em 1989, um programa de governo fortemente vinculado à figura de Lula, brasileiro, nordestino, retirante e saído dos meios sindicais, sem mencionar a autoria das propostas, talvez porque representasse coletividade e porque quisesse aliar a imagem de Lula à imagem que representava o brasileiro “típico”. É possível destacar que os beneficiários diretos das propostas por Lula enunciadas eram aqueles que se encontravam em situação de miséria, pobreza e atingidos pelas desigualdades vivenciadas no país.

Assim, com um programa que explicitamente apresentou propostas a favor dos setores menos favorecidos e com um discurso eleitoral traduzido em uma linguagem simples, o PT chegou perto da vitória no segundo turno com 31.076.364 (44,23%) votos, enquanto Collor obteve 35.089.998 (49,94%) dos votos válidos, em uma diferença de apenas 4.013.634 (5,71%), pois

A onda democrática dos anos 1980 – época em que o reformismo forte se constituiu enquanto perspectiva da classe trabalhadora organizada no país – esbarrou no obstáculo [...] a vasta fração subproletária, a metade mais pobre da população brasileira, que desejava (e deseja) integrar-se à ordem capitalista e nela prosperar, e não transformá-la de baixo para cima, até porque isso não está ao seu alcance. (SINGER, 2012: 196)

Originalmente um partido de esquerda, o PT em 1989 não mudou seus objetivos políticos e sociais e também não se furtou a apresentar um programa com fortes proposições de mudanças na realidade brasileira. Também fiel aos seus princípios socialistas, permaneceu alinhado às resoluções do seu 5º Encontro Nacional. O PT de 1989 explicitou que:

A ausência de democracia, do direito à livre organização dos trabalhadores é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos. [...] O PT rejeita a concepção burocrática de socialismo, a visão do partido único, por considerar incorreta a idéia de que cada classe social é representada por um único partido, e que outros partidos existentes na sociedade que emergirem

de uma revolução serão necessariamente partidos que representarão interesses de classes diferentes dos da classe trabalhadora. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 316-317)

Portanto, é possível afirmar que em 1989 a marca fundamental do PT era o radicalismo expresso pelo compromisso partidário com os mais pobres, com a diminuição de desigualdade e com enfrentamento ao capital. O programa do PT tratava de um forte reformismo, permeado pela perspectiva de construção do socialismo no Brasil.

CAPÍTULO 03 – O programa de governo de 2002: a moderação necessária

Trata-se, pois, de propor para o Brasil um novo modelo de desenvolvimento, economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Concepção e diretrizes do programa de governo do PT para o Brasil, 2002: 01)

Treze anos após lançar um programa de governo com uma proposta reformista forte, em 2002, o Partido dos Trabalhadores apresentou um programa de governo e um candidato à presidência da República mais moderados. Obteve, após o pleito, uma vitória histórica. Lula alcançou a maior votação nominal para o cargo em disputa: 52.793.364 votos, o equivalente a 61,27% dos votos válidos segundo dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral.

Após a divulgação do resultado oficial do segundo turno, Lula discursou afirmando que “o Brasil votou para mudar. A esperança venceu o medo e o eleitorado decidiu por um novo caminho para o país” (SILVA, 2002: 135). De fato, em 2002, o candidato operário que despertou medo nos setores conservadores da sociedade brasileira no final da década de 1980 reconhecia-se e ao PT como portadores de um novo projeto político social-democrata para o Brasil. Este novo projeto político expresso em um programa de governo mais moderado do que o de 1989 é representativo também de mudanças na cultura política.

André Singer (2012) identifica o projeto petista de 2002 como reformista. Mas diferentemente do reformismo forte dos primeiros anos do partido, o novo projeto petista foi por ele qualificado como reformista fraco:

os quadros do PT que anteriormente defendiam o programa “intensamente reformista” se tornaram agentes de um reformismo fraco, comprometidos com a decisão de não causar a radicalização que pregavam na origem. (SINGER, 2012: 45)

Essa modificação da proposta petista de um reformismo forte para um reformismo fraco é significativa do que Secco (2011) chamou de *aggiornamento* político. Entre 1989 e 2002, após a experiência de três derrotas eleitorais para a presidência da República e de inúmeras vitórias em administrações estaduais e municipais, o PT protagonizou mudanças programáticas que refletiram na elaboração do seu programa de governo no ano de 2002.

A compreensão do *aggiornamento* petista e das propostas apresentadas no programa de governo de 2002 estão expressas em documentos oficiais do partido, como as resoluções de seus Encontros Nacionais e Congressos. O *Programa de governo 2002- Coligação Lula*

Presidente pode ser considerado a síntese do *aggiornamento* vivenciado pelo PT até aquele momento.

O entendimento desenvolvido no presente capítulo é de que o Partido dos Trabalhadores passou por um *aggiornamento* entre a apresentação do primeiro programa nacional em 1989 até a vitória presidencial com novo programa de governo em 2002. O capítulo analisa as propostas do programa de governo apresentado em 2002 e tece comparações com o de 1989.

A compreensão das mudanças e permanências contidas nas duas propostas petistas sugere uma análise preliminar sobre as posições do partido frente aos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002).

3.1 Os posicionamentos do Partido dos Trabalhadores durante os governos Collor, Itamar e FHC

Diferentes setores da sociedade foram se conscientizando da natureza do Plano Collor, dos seus efeitos antipopulares e de seus objetivos a longo prazo, contrários aos interesses do povo e do Brasil. (PARTIDO DOS TRABALHADORES⁸¹, 1998: 455)

Apesar das críticas à modernidade *collorida*, dos discursos em defesa dos interesses nacionais e das declarações simpáticas aos sofrimentos dos “homens e mulheres simples”, Itamar vem praticado, no essencial, a mesma política econômica adotada por Collor. (PARTIDO DOS TRABALHADORES⁸², 1998: 565)

O modelo neoliberal patrocinado por FHC é a versão local de um conjunto de reformas conservadoras internacionais centradas na liberalização comercial e financeira, na desregulamentação econômica, nas privatizações, na quebra de direitos trabalhistas, na guerra fiscal, postas em prática desde meados dos anos 80.

⁸¹ Trecho da resolução *Conjuntura e tática*, aprovada no 7º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em 1990.

⁸² Trecho da resolução *O momento político*, aprovada no 8º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em 1993.

(PARTIDO DOS TRABALHADORES⁸³, 2001: 03)

O PT, após os seis primeiros meses do governo Collor, concluiu durante o 7º Encontro Nacional do partido, realizado entre 31 de maio e 03 de junho de 1990, no Palácio das Convenções no Anhembi, em São Paulo, que:

A recessão se aprofunda e o governo, além de perder o controle da liquidez da economia, insiste numa política salarial que levará a um arrocho nunca visto. O congelamento de preços não passa de uma declaração política e faz parte do jogo publicitário do governo. A própria reforma administrativa, anunciada com grande estardalhaço, não resolverá o problema de caixa do governo, que a reforma fiscal pretendia eliminar. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 454)

O partido referia-se ao Plano Collor que, anunciado no dia seguinte à posse presidencial, pretendeu combater a inflação e promover a redução do déficit público, por meio de medidas como extinção de órgãos públicos e da redução da presença do Estado na economia com a privatização de empresas estatais. O PT se posicionou criticamente em face desse plano, acusando-o de desorganizar a economia, de impor perdas salariais e de renda e de abalar a credibilidade do sistema financeiro brasileiro. Para o partido, o plano causou “surpresa”, pois também bloqueou, pelo prazo de dezoito meses, contas correntes e aplicações com saldo igual ou superior a 50 mil cruzeiros. Popularmente, essa medida governamental ficou conhecida como confisco da poupança.

Os objetivos do governo Collor estavam em consonância com as diretrizes do Consenso de Washington, tais como: redução das atividades econômicas de Estado, combate à inflação ainda que à custa da recessão, elevação do desemprego, contenção salarial, liberalização dos mercados nacionais à importação e aos capitais de risco e redução dos investimentos governamentais na área social. Todavia, essas medidas não redundaram no controle da inflação que voltou a crescer.

Embora o governo insistisse que as medidas adotadas eram fundamentais para que o Brasil se libertasse de uma mentalidade do século XIX e para que pudesse ingressar no século XX (ABREU: 2001), o impacto negativo do confisco da poupança e os precários resultados do “Plano Collor” comprometeram a popularidade do presidente, que entrou em declínio. Antes da posse, a expectativa favorável ao governo Collor marcava 71% pontos percentuais. Essa expectativa chegou a apenas 9% ao final de dois anos e meio de mandato, enquanto que

⁸³ Trecho do item *FHC: crise, corrupção e desgoverno*, aprovado no 12º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em 2001.

a avaliação como ruim/péssimo fez o caminho oposto, saltando de 19% nos três meses iniciais para 68% pontos percentuais ao final da efêmera gestão.

O contínuo fracasso da política econômica⁸⁴, com a redução do crédito, queda das vendas, demissões juntamente com o surgimento de denúncias de improbidade no primeiro escalão do governo, levou à gradativa perda de legitimidade do chefe do Executivo⁸⁵, engendrando manifestações populares de protesto⁸⁶.

Em 30 de junho de 1992, a manchete do jornal *Folha de São Paulo*: “Isolado pelo ‘Collorgate’, presidente tenta salvar o mandato hoje na TV” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1992: 01) destacou a situação de ingovernabilidade do Brasil. Essa situação também havia sido ressaltada pelo PT um ano antes, em seu I Congresso, realizado em São Bernardo do Campo, São Paulo, entre os dias 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991. O partido salientou em uma das resoluções aprovadas que

Os mínimos padrões de responsabilidade e idoneidade no trato da coisa pública são quebrados. [...] Pior ainda: quando a crise social atinge proporções catastróficas, prossegue sua política infamante de arrocho salarial, de confisco dos aposentados, de descalabro da Previdência Social. Por isso mesmo, cresce entre a população o sentimento legítimo de que é preciso dar um basta à política de Collor. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 539)

A amplitude da crise política culminou em instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em 1º de junho de 1992. O relatório final da CPI que identificou irregularidades graves praticadas pelo então presidente foi aprovado por ampla maioria em 26 de agosto de 1992. No dia 29 de setembro foi aprovada a admissibilidade do processo de *impeachment* e o afastamento de Collor de Mello da presidência. Em 29 de dezembro, data marcada para seu julgamento no Senado Federal, Collor renunciou. Com o *impeachment* do presidente, o vice-presidente, Itamar Franco, assumiu o governo federal.

⁸⁴ Em 31 de janeiro de 1991 foi apresentado o Plano Collor II, com várias medidas de ordem financeira, como a elevação do Imposto sobre as Operações Financeiras (IOF) e das taxas de juros, congelamento de preços e salários. Em março de 1991 foi lançado o Projeto de Reconstrução Nacional que visava ajustar a economia e a dívida social e retirar o monopólio estatal das atividades econômicas. Sobre os planos econômicos, ver: Leitão (2011)

⁸⁵ O presidente Collor “foi acusado de corrupção pelo seu irmão Pedro Collor. Seu tesoureiro [...] – o PC Farias – foi denunciado pelo uso de arrecadação paralela de fundos para viabilizar projetos e créditos governamentais, assim como para livrar grandes empresas privadas de sanções por sonegação.” (JINKINGS; MARTINS; NOBILE; SADER, 2006: 320).

⁸⁶ As notícias veiculadas pela imprensa sobre as investigações de corrupção do governo levaram à articulação, por meio de entidades civis como a ABI, a CUT e a OAB, do Movimento Cívico contra a Impunidade e pela Ética na Política. Ainda, os estudantes, liderados pela UNE e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), saíram às ruas com o movimento que ficou nacionalmente conhecido como “caras pintadas”.

O governo Itamar Franco buscou construir uma coalizão ampla de partidos⁸⁷ para garantir algum grau de governabilidade. Havia uma expectativa positiva em relação ao mandato de Itamar Franco em razão de sua trajetória política sóbria.

Embora muitos petistas demonstrassem simpatia ao governo, a posição oficial do partido foi de oposição, conforme expressou, em 1993, durante seu 8º Encontro Nacional:

preocupados em dar sustentação a um governo originado do impeachment, acreditando na possibilidade de reverter a política econômica *collorida* e ansiosos em contribuir para a melhoria das condições de vida de nossa população, diversos partidos e personalidades comprometidos com o povo têm emprestado seu apoio ao governo federal. O PT está na oposição a esse governo, e fará gestões para que nossos aliados potenciais dele se afastem. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 566)

O PT destacou que não participaria do que entendia ser uma cooptação de partidos e de políticos realizada pelo novo governo. Contudo, houve dificuldade para manter a unidade frente a essa orientação partidária, pois também havia um grupo de petistas que definia ser correta a participação no governo Itamar⁸⁸. Entre eles estava Luiza Erundina, que assumiu o Ministério da Administração.

Em uma postura diferente do liberalismo que grassava no mundo, Itamar Franco “afastou o perigo de medidas voluntaristas ou ‘pacotes’ político-administrativos, insistindo, porém, ser necessária a continuidade das reformas, sobretudo aquelas voltadas à abertura econômica”. (LOPEZ; MOTA, 2008: 922).

A elaboração do Plano Real foi o mais importante destaque do governo Itamar. Esse plano foi coordenado por seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que em seguida foi eleito presidente da República. Direcionado para o controle inflacionário e a estabilização econômica, o Plano Real cuidou também da criação de uma nova moeda sobrevalorizada em relação ao dólar.

O PT reagiu negativamente ao Plano Real. Quando a Unidade Real de Valor (URV), que funcionaria como indexador único da economia, entrou em vigor, em 1º de março de 1994, a oposição liderada pelo PT e pela CUT ressaltou que essa seria uma nova política de arrocho salarial em razão do “novo indexador da economia ter alinhado desigualmente salários – calculados pela média dos quatro meses anteriores – e preços – calculados pelo

⁸⁷ Esta fórmula de cooperação partidária é “própria dos cenários multipartidários, observada na busca da construção de apoio ou de unidade em torno de questões críticas. A reconstituição do equilíbrio entre poderes e o preenchimento partidário da condução do governo [...] definiu uma composição política ampla: a coalizão PSDB-PFL-PMDB-PTB-PSB abrangeu forças partidárias de esquerdas de centro e de direita.” (MENEGUELLO, 1998: 122).

⁸⁸ A esse respeito, o jornalista Ricardo Kotscho (2011) recorda que o presidente Itamar Franco recebeu sugestões de Lula para um ministério de caráter suprapartidário.

ponto máximo”. (ABREU, 2001: 2334). Esta crítica também foi destaque no 9º Encontro Nacional, ocorrido no Congresso Nacional, em Brasília, entre os dias 29 de abril e 1º de maio de 1994, quando o partido afirmou que

a inflação é um problema grave e que demanda a implantação imediata de um programa de estabilização. Tal programa, no entanto, não se resume a uma mera reforma monetária ou simples ajuste fiscal, mas passa, necessariamente, por um vasto programa de reformas estruturais da economia e do Estado, que traga em seu bojo as bases de um novo padrão de crescimento, de desenvolvimento social e inicie o processo de distribuição de renda, assim como um novo tipo de inserção soberana no cenário internacional. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 582)

Considerando as definições e primeiros resultados desse plano econômico, o PT deliberou e aprovou o seu programa de governo para concorrer à eleição presidencial de 1994. A chapa apoiada por um arco de alianças que incluía o PSB, o PCdoB, o PPS, o PV e o PSTU foi formada por Lula como candidato a presidente e Aloizio Mercadante (PT) como vice. Naquela ocasião, o programa de governo do partido teve como principais focos o combate à pobreza e críticas ao Plano Real.

O Plano Real, embora criticado pelo PT, diminuiu os índices de inflação bem como os dos preços no comércio e apresentou eficácia e êxitos em seus objetivos. Esses êxitos foram capitalizados para a candidatura de FHC. Desse modo, em 1994, o PSDB lançou o nome de Cardoso para concorrer à presidência da República em coligação que incluiu o PFL e o PTB.

A eleição de 1994 terminou com a vitória de Fernando Henrique Cardoso em primeiro turno, obtendo 55,22% dos votos válidos. Lula foi o segundo colocado com 27,04% dos votos válidos.

A política econômica e social adotada pelo governo FHC foi criticada pelo PT em seu 10º Encontro Nacional realizado em 1995:

expõe à concorrência internacional e predatória o sistema produtivo nacional, debilita o necessário papel regulador do Estado na economia e ameaça extinguir as já precárias garantias sociais das classes trabalhadoras. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 615)

O governo FHC empreendeu uma política econômica e social sintonizada com as diretrizes do Consenso de Washington, que previa: redução dos gastos públicos e privatização de empresas estatais. O programa de privatização governamental foi abrangente. A venda de maior impacto foi a da Companhia Vale do Rio Doce que, concluída em 1997, gerou

protestos⁸⁹. O jornalista Amaury Ribeiro Jr. destaca que, à época, o discurso governamental conferia à desestatização um aspecto de modernização do Brasil. De acordo com ele, “nos anos 1990, o que hoje é estigma era então condição inexorável para ser aceito na modernidade.” (RIBEIRO JR., 2011: 36).

Em 1997, durante o 11º Encontro Nacional do Partido, ocorrido entre 29 e 31 de agosto no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, o PT demarcou sua oposição ao governo FHC e afirmou que:

É contra esta estratégia econômica inconsistente e insustentável, e em oposição frontal ao autoritarismo que caracteriza o Governo FHC, que o PT vem lutando através das grandes mobilizações populares e ações institucionais de suas bancadas parlamentares. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 656-657)

Em face do que o PT caracterizou como desestruturação produtiva e exclusão social, o partido aprovou, em 1998, durante o Encontro Nacional Extraordinário, a candidatura de Lula para fazer frente à candidatura de Fernando Henrique Cardoso à reeleição. O PT coligou-se, dessa vez, com PSB, PCdoB, PCB e PDT que apresentou Leonel Brizola como candidato a vice-presidente.

A eleição de 1998 teve como foco a questão econômica. O candidato FHC repetiu o discurso da eleição de 1994, focado na defesa do Plano Real com o argumento da internacionalização do mercado para explicar os resultados apresentados pela economia brasileira (RENNO: 2006). O PT, para se contrapor à política econômica e social vigente, criticou o desemprego, o aumento da dívida pública e dos juros, as privatizações e a inserção “subordinada” do Brasil nos mercados internacionais. Ao final da eleição de 1998, FHC foi reeleito em primeiro turno, com 53,06% dos votos válidos enquanto Lula alcançou 31,71%.

Em seu segundo mandato, iniciado em 1999, Cardoso não conseguiu realizar o projeto que havia dado sustentação à sua candidatura em 1998: sair de uma agenda econômica estabilizadora para um crescimento sustentado. (COUTO; ABRUCIO: 2003). No primeiro ano do segundo mandato, o crescimento econômico foi próximo de zero. Diante disso, a imagem positiva que FHC construiu durante a campanha da reeleição esvaiu-se, provocando queda em sua popularidade, pois, embora a inflação estivesse controlada, não havia

⁸⁹ O livro de Amaury Ribeiro Jr. (2011) apresentou documentação a respeito das privatizações ocorridas nos anos 1990 e realizadas pelo governo FHC. No livro, há indicações de como as estatais brasileiras foram vendidas a baixos preços. Ao destacar a relação entre a esfera pública e a esfera privada, o livro mostrou que estatais como a Vale do Rio Doce, a Light e a Companhia Siderúrgica Nacional foram vendidas a preços duvidosos, contando com o apoio de dinheiro público do BNDES e dos fundos de pensão de estatais.

crescimento e tampouco geração de empregos no país, reduzindo o “encanto” do Plano Real (COUTO; ABRUCIO: 2003).

Em 2001, houve desconfortável mal-estar governamental em razão da crise energética ocorrida naquele ano. Conhecida como “apagão”, levou à adoção de medidas de racionamento de energia. Este episódio

atingiu uma das facetas mais prezadas do período FHC, qual seja, a da eficiência técnica, o que minou seu prestígio e, conseqüentemente, a confiança da população na capacidade de o governo resolver os problemas do país. (COUTO; ABRUCIO, 2003: 18)

A análise de Perry Anderson a respeito dos oito anos de governo de FHC é significativa dos avanços na área administrativa, das repercussões de sua política macroeconômica e dos custos desse projeto:

O aparelho do Estado passou por uma modernização genuína, sob alguns aspectos, tornando-se menos opaco e mais eficiente. [...] Seria um erro menosprezar esses avanços. Mas eles são muito modestos quando comparados à escala dos danos provocados pelas políticas macroeconômicas do governo. A característica que define o governo de FHC tem sido o neoliberalismo light, do tipo que predominou nos anos de 1990. [...] A conquista da qual o governo mais se orgulha, a estabilidade monetária, está em ruínas. (ANDERSON, 2002: s/p)

O esforço empreendido por FHC para “virar a página do getulismo [...] instaurar a era neoliberal no Brasil” (SADER, 2010: 25) provocou, todavia, o aumento das desigualdades sociais e econômicas. Isto pode ser observado no gráfico *Principal problema do país*, destacado abaixo:

**Principal problema do país
(Resposta espontânea e única, em %)**

Categories	10 e 11/ 12/98	14 e 15/ 09/99	13 a 15/ 09/99	19 e 20/ 06/00	12 a 15/ 12/00	21/ 03/01	25 a 28/ 06/01	12 a 14/ 12/01	20 e 21/ 02/02	04 e 05/ 07/02	19 e 20/ 09/02	09 a 11/ 02/02
Desemprego	49	51	53	48	39	37	33	31	32	35	42	34
Fome/Miséria	5	5	5	4	9	6	14	13	9	6	5	15
Violência/segurança	3	6	8	13	12	10	7	10	21	19	18	14
Saúde	16	12	9	10	12	12	9	11	10	10	8	7
Inflação	*	*	1	1	2	1	1	1	1	2	1	5
Educação	7	4	4	6	6	7	4	5	5	5	6	3
Corrupção	1	2	3	3	3	2	5	7	3	1	1	2
Salário	2	3	2	2	4	3	2	3	3	3	2	2
Economia	4	2	2	2	2	3	2	2	2	3	2	3
Habituação	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	1
Desigualdade	*	*	*	*	*	*	*	*	1	*	*	*
Reforma Agrária	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Tráfico	*	*	*	*	*	*	1	*	0	*	*	*
Crise de energia	*	*	*	*	*	*	6	*	*	*	*	*
Outro problema	2	6	6	6	7	14	11	9	6	9	7	9
Não sabe	8	6	7	5	4	6	4	6	7	6	6	6

Fonte: Datafolha. Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=598>

O desemprego havia se tornado marca negativa do governo e, juntamente com a fome, foi considerado o principal problema do país. O binômio fome/miséria, notadamente, adquiriu maior relevância, passando nas indicações de 5% em 1998 para 15% em 2002.

O Brasil entrou no século XXI com aceleração na concentração de riquezas e aumento da exclusão social. O presidente, que indicava o tamanho do Estado como um problema para o governo⁹⁰, perdeu apoio após a crise econômica de 1999⁹¹. Ao final do segundo mandato, Cardoso tinha sua imagem abalada pelas privatizações, pela desvalorização da moeda e pelo descontentamento do funcionalismo público.

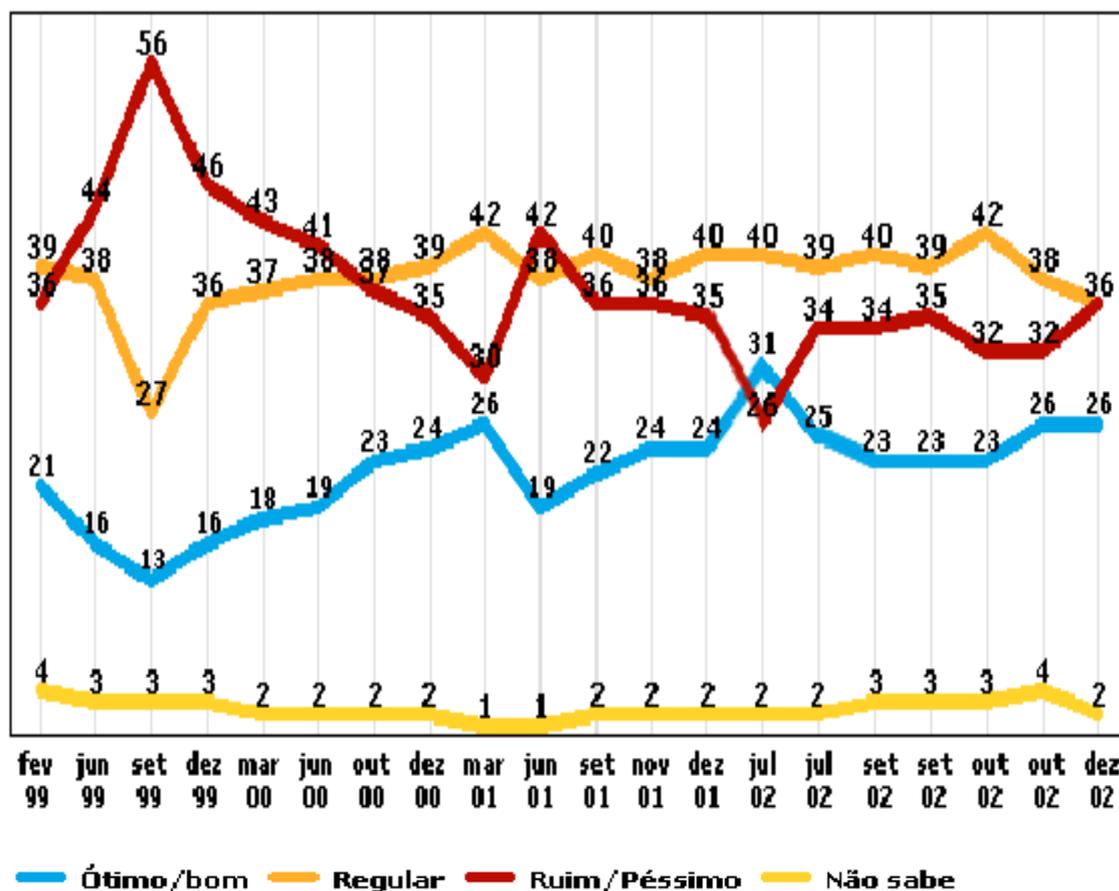
A insatisfação refletiu em alto índice de reprovação, conforme pode ser inferido do gráfico abaixo, intitulado *Evolução da Avaliação do presidente Fernando Henrique Cardoso*, em termos percentuais:

⁹⁰ Em entrevista, FHC afirmou: “uma vez eu escrevi que ‘nós não somos neoliberais, nós somos neossocialistas, neossociais’. Eu já disse, mas vou reiterar: eu só soube do Consenso de Washington depois de estar na presidência. Eu nunca tinha lido o livro do Williamson. O neoliberalismo é completamente alheio ao meu horizonte intelectual e político.” (FAUSTO; SORJ, 2010: 51).

⁹¹ Em de janeiro de 1999, ocorreu o chamado efeito samba, ou seja, a desvalorização do real quando o Banco Central abandonou o regime de câmbio fixo e passou atuar operando o regime de câmbio flutuante, o que fez a moeda cair.

Evolução da Avaliação do presidente Fernando Henrique Cardoso

Segundo Mandato
(estimulada e única, em %)



Fonte: Datafolha. Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=598>.

O período de oito anos de Cardoso à frente da República foi encerrado com taxa de reprovação superior à de aprovação. Na pesquisa realizada pelo Datafolha, entre os dias 9 e 11 de dezembro de 2000, com 14559 pessoas em 365 cidades, 36% dos brasileiros avaliaram o desempenho do presidente como ruim ou péssimo, sendo que avaliação como regular também obteve o mesmo percentual. Apenas 26% dos entrevistados o avaliaram como ótimo ou bom.

Às portas da campanha de 2002 e com pesquisas que apontavam a questão social como uma das maiores preocupações da população, o PT e Lula se empenharam, mais uma vez, para mostrar que possuíam propostas viáveis para o Brasil. Em 2002, sob a presidência de José Dirceu, o PT se apresentou como um partido mais pragmático. Suas propostas já não se encontravam associadas fundamentalmente aos desejos dos trabalhadores operários, mas aos anseios do povo brasileiro. Foi a este “povo brasileiro” que o PT se dirigiu em 2002.

3.2 Dos Encontros Nacionais nos anos 1990 à Carta ao Povo Brasileiro em 2002

Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. [...] Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral. [...] apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Carta ao Povo Brasileiro, 2002: 01-02)

O trecho da *Carta ao Povo Brasileiro*, acima reproduzido, divulgada em junho de 2002, afirmou a necessidade de direcionar o Brasil para um novo caminho e afastar-se de uma “estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral”. O novo caminho e o projeto alternativo aos quais essa *Carta* se referia podem ser sintetizados no programa de governo apresentado pelo PT na eleição presidencial de 2002.

Sob o título de *Programa de governo 2002 – coligação Lula presidente – Um Brasil para todos*, as propostas contidas nesse “projeto nacional alternativo”, vencedor em 2002, foram construídas, assim como em 1989, a partir das resoluções aprovadas em Encontros Nacionais e Congressos do partido.

A *Carta ao Povo Brasileiro* é bastante significativa do *aggiornamento* político do PT. Embora não seja, nesta dissertação, compreendida como a causa da vitória petista em 2002, é a partir de sua análise que se torna possível extrair indícios para a compreensão das propostas programáticas e do *aggiornamento* protagonizado pelo PT até aquele ano.

Entre 1994 e 2002, o PT passou por uma significativa transformação que não se encontra ratificada em atas de Encontros ou de Congressos. Por meio de uma transformação que não foi abrupta, o PT se tornou um partido mais pragmático. A mudança foi captaneada pela liderança de figuras políticas como José Dirceu, definido como o “arquiteto moderno do PT e estrategista da vitória de Lula” (SECCO: 2011). Essa estratégia acabou por moderar “os grupos de esquerda que não concordassem com a mudança” (SECCO, 2011: 199).

Em 2002, após transformações políticas e programáticas, o PT tornou-se um dos mais influentes atores políticos no plano eleitoral e institucional brasileiro. Esta realidade pode ser traduzida na moderação de suas propostas.

Surgido vinte e dois anos antes da eleição de 2002, ainda sob a égide do regime militar, o partido inspirou a reorganização da sociedade civil e possibilitou a inserção na política institucional de setores outrora marginalizados. Nascido à esquerda do espectro político brasileiro, o PT apresentou em 1989, como demonstrado, um programa de governo com expressas linhas socialistas.

As transformações pelas quais o partido passou podem ser explicadas, entre outros fatores, pela tese de Robert Michels, segundo a qual os partidos de esquerda e de massas, à medida em que se tornam influentes no jogo eleitoral e institucional, afastam-se de suas bases sociais iniciais. (MICHELS: 1982). Em análise realizada em 1941 a respeito do Partido Social Democrata Alemão, Robert Michels destacou o que chamou de Lei de Ferro da Oligarquia. Esta pode ser observada, segundo Michels, quando uma minoria de líderes impõe sua vontade em face dos demais membros de um partido. Embora o sociólogo tenha feito uma análise própria à sua época, as reflexões sobre a Lei de Ferro da Oligarquia contribuem para a compreensão do que ocorreu no PT durante a década de 1990, pois segundo a reflexão de Michels, à medida que um partido político aumenta a sua importância no cenário eleitoral, tende a centralizar o poder e a se afastar de suas bases.

A partir da identificação dos quadros de dirigentes nacionais do PT, é possível observar o crescente afastamento de muitos militantes oriundos da fundação do partido. Observa-se que a partir desse afastamento, o grupo Articulação dos 113, liderado por Lula, e do qual José Dirceu fazia parte, impingiu ao PT uma estratégia eleitoral de moderação que contribuiu para a vitória eleitoral em 2002. Diversas análises, dentre as quais as de Rodrigues; Sadek (2004) e Secco (2011), afirmam que a vitória eleitoral em 2002 modificou significativamente o diretório nacional do partido que havia sido basicamente paulista por muitos anos:

Dos 46 membros do primeiro Diretório Nacional, onze eram de São Paulo [...] A sua direção nacional funcionou por longos anos na cidade de São Paulo e quando a direção política mudou-se para Brasília, a parte administrativa permaneceu em São Paulo. (SECCO, 2011: 209)

A presidência nacional⁹² do PT foi ocupada, entre 1995 e 2002, por José Dirceu, um dos líderes da Articulação. Enquanto setores mais à esquerda do partido consideravam as suas práticas como pouco democráticas, a maioria, mais moderada, as observava como estratégia eficiente para afastar os setores mais radicais do centro do partido. (SECCO: 2011). Entretanto, é importante destacar que o PT não se distanciou totalmente de suas bases primeiras. Isto fica claro quando se observa a presença de sindicalistas no alto escalão do governo. Como analisa Leôncio Martins Rodrigues, tal presença indica a mudança no que ele chama de elite governante:

Os elementos indicativos da popularização da representação política e recuo da participação das classes altas não vêm somente da ocupação de altos postos do Executivo federal por sindicalistas da CUT e do PT. Esse fato indicaria, sobretudo, uma mudança, ainda que parcial na natureza da elite governante. Como salientamos, esse é o aspecto que mais chamou a atenção dos meios de comunicação e da opinião pública, se mais não for pela ascensão à Presidência da República de um ex-sindicalista vindo muito de baixo e, como consequência, pela nomeação de um número muito elevado de ex-sindicalistas para seu ministério. (RODRIGUES, 2006: 04)

As análises de Gramsci sobre política também fornecem uma chave de leitura apropriada a compreensão do *aggiornamento* petista. Esse *aggiornamento* também refletiu os acontecimentos políticos ocorridos no Brasil e no mundo durante os anos de 1980 e 2002. Gramsci explica que:

Os partidos nascem e se constituem em organizações para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para as suas classes; mas nem sempre eles sabem adaptar-se às novas tarefas e às novas épocas; nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de força [...] no país a que pertencem ou no campo internacional. (GRAMSCI, 1989: 56)

Desse modo, as mudanças e permanências no PT também foram frutos das adaptações do partido a novas conjunturas. O entendimento de Gramsci é de que “uma é a democracia de partido, e outra a democracia no Estado: para conquistar a democracia no Estado pode ser necessário (ou melhor, é quase sempre necessário) um partido fortemente centralizado.” (GRAMSCI, 1989: 108).

A partir dos documentos oficiais do PT é possível constatar que a transformação do partido também aconteceu em face da conjuntura internacional. Os acontecimentos ocorridos no Leste Europeu como o fim da União Soviética, a queda do Muro de Berlim e a transformação de países do bloco socialista em países de economia mista foram discutidos no

⁹² Lista com os presidentes do PT entre 1980 e 2005, vide Anexo F.

7º Encontro Nacional, realizado entre 31 de maio e 03 de junho de 1990, no Palácio das Convenções do Anhembi em São Paulo. Naquela ocasião, mudanças de orientação ficaram bem definidas pelo partido. Notadamente, no documento denominado *O socialismo petista*, o PT afirmou sua compreensão de democracia enquanto um valor universal e enfatizou que o partido

já nasceu com propósitos radicalmente democráticos [...] Em dez anos de existência o PT sempre esteve na vanguarda das lutas pela democratização da sociedade brasileira. [...] Na raiz de nosso projeto partidário está, justamente, a ambição de fazer do Brasil uma democracia digna desse nome. Porque democracia tem para o PT um valor estratégico. Para nós, ela é a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 429)

Nessa ocasião, de acordo com Kleber Cerqueira (2010), o PT rejeitou o socialismo burocrático do Leste Europeu e manifestou-se por um programa permeado por liberdades democráticas, contraposto a uma cultura política alinhada ao autoritarismo stalinista. O partido compreendia a democracia não apenas como um caminho para o socialismo, mas o seu próprio caminho. (VALLE: 1995).

O colapso dos países soviéticos foi discutido pelo partido em seu I Congresso, em 1991. Em face da preocupação com o enfraquecimento dos países do socialismo real, o PT reconheceu que:

estamos assistindo ao esgotamento mais recente do ciclo de revoluções socialistas, iniciado com a Revolução Russa de 1917, e do modelo de sociedade por elas gerado. Se aquelas revoluções – bem como as mobilizações anticapitalistas e de libertação nacional que nelas se referenciaram – tiveram sucesso em expropriar o capital em vários países do globo, proporcionando, direta ou indiretamente, avanços políticos e sociais, por outro lado não conseguiram dar respostas a questões como a liberdade individual, a democratização nas relações Estado-indivíduo, desenvolvimento com preservação da natureza, hoje não se constituindo mais em ponto de partida ou caminho para o desenvolvimento do socialismo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 484)

A tese-guia do I Congresso foi a da Articulação. Após inúmeros ajustes, o PT avesso ao socialismo real, rejeitou a extinção do mercado. (SECCO: 2011). Prevaleceu a tese de que o partido deveria rejeitar qualquer espécie de ditadura, inclusive a do proletariado.

Assim, é possível destacar que o *aggiornamento* protagonizado pelo PT “não precisou romper com uma ‘ideologia marxista’, já que nunca teve uma”. (SECCO, 2011: 199). Mas a busca por alguma moderação foi demarcada como nova orientação partidária. Essa nova orientação partidária teve sua elaboração definida pela hegemonia da tendência Articulação.

Desde seu surgimento, a Articulação “jamais viu a si própria como uma tendência igual às outras. Surgiu muito mais como uma antitendência, ditando a política que acabava tornando-se a de todo o partido, como foi o caso da crítica do colégio eleitoral”. (SECCO, 2006: 174).

O principal debate do I Congresso do PT foi entre a proposta de um partido dirigente e a de um partido de interlocução. Venceu o entendimento da Articulação:

Para nós, solucionar os problemas internos do partido supõe exatamente a eliminação do internismo, o justo equacionamento da nossa relação com a sociedade e a nossa capacitação para o embate político. É nesta medida que evitamos a falsa contraposição, proposta por alguns, entre “partido de interlocução” e “partido dirigente”, que se estabelece quando reduzimos o partido a um mero apresentador de projetos à sociedade, pretendendo assim diluir seu caráter de classe e desqualificá-lo como instrumento decisivo para a disputa do poder. (SECCO, 2006: 182)

O PT compreendeu ser fundamental que o partido se estabelecesse como um interlocutor de peso na sociedade civil. Dessa maneira, seria capaz de conquistar o apoio da maioria dos eleitores para seu programa de governo transitando entre um partido dirigente e um partido de interlocução. (SECCO: 2006).

O 8º Encontro Nacional, ocorrido em Brasília no ano de 1993, reforçou a tese de opção pela democracia direta e pela participação popular como elementos centrais do partido. De acordo com o PT, as dimensões sociais e políticas da democracia se confundiam com o socialismo e não se desvinculavam dos valores de liberdade e igualdade. (PARTIDO DOS TRABALHADORES: 1998). Esse Encontro Nacional também trouxe reflexões a respeito da queda do socialismo burocrático e aprofundou a discussão iniciada no I Congresso de 1991. Entre o 8º e o 10º Encontro Nacional:

o PT esteve dirigido, pela primeira vez, pela esquerda do partido. E foi no 8º Encontro Nacional que surgiu a formulação programática da “revolução democrática”, incorporada ao título do programa de governo que Lula e o partido apresentaram nas eleições de 1994. O conceito era uma tentativa do partido de avançar na definição de seu socialismo democrático. (CERQUEIRA, 2010: 135)

Em 1997 e em 1998, durante a realização do 7º Encontro Nacional e do Encontro Extraordinário do PT, Lula e Brizola estiveram juntos na Frente União do Povo – Muda Brasil. Naquelas ocasiões, o PT explicitou que a elaboração do programa de governo para 1998 seria uma tarefa de todos os partidos coligados (PDT, PSB, Pcdob e PCB). O novo programa seria caracterizado como “um programa de ruptura com o neoliberalismo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 675).

Após a derrota eleitoral de 1998, por ocasião do 12º Encontro Nacional, ocorrido em Olinda em 2001, o partido aprovou uma política de alianças mais amplas, explicitadas no texto *Concepções e diretrizes do programa de governo do PT*. Este documento foi a base para as propostas do programa de governo de 2002. Em uma tentativa de rompimento com fórmula da tradição desenvolvimentista brasileira, o documento aprovado ressaltou que o novo modelo de desenvolvimento defendido pelo PT inter-relacionava a dinâmica econômica aos objetivos sociais de inclusão social e de redução das desigualdades. Nesse sentido, destacava que: “colocar o social como eixo do novo significará, ademais, valorizar de forma efetiva políticas públicas voltadas a garantir direitos sociais e, mais geralmente, os Direitos Humanos” (PARTIDOS DOS TRABALHADORES, 2001: 28).

Após os dois mandatos de FHC e de aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, o PT apresentou-se como um partido de oposição dentro da ordem, pois entendeu ser esse o caminho possível para a conquista do poder pela via eleitoral.

Notadamente, a intervenção de José Dirceu no comando do PT contribuiu para conduzir o partido na direção de um projeto mais social-democrata e aberto a amplas alianças político-eleitorais. Um exemplo da força de Dirceu dentro no partido e de sua capacidade de direção em momentos de difíceis decisões ocorreu quando da “intervenção para obrigar o PT fluminense a apoiar Garotinho a fim de viabilizar a aliança com o PDT em 1998” (SECCO, 2011: 200). Todavia, “seus métodos eram vistos como autoritários pela esquerda do partido e como eficientes pela maioria. Mas de toda maneira se alguém foi o maior responsável por obrigar o PT a fazer o seu *aggiornamento* foi ele.” (SECCO, 2011: 200). Entretanto, ao se abrir para alianças mais amplas o partido também afastou outros apoios, como de Leonel Brizola em 2000.

Ainda faltava ao PT, embora já comprometido a não adotar uma postura de “reformismo forte”, uma declaração mais contundente que afastasse o “risco Lula”⁹³ e selasse um compromisso com uma forma atenuada de economia de mercado. Essa explicitação oficial de comprometimento era necessária para neutralizar o temor de alguns investidores, em relação à ascensão de um candidato mais próximo às esquerdas.

O medo parecia ser mais em relação ao que Lula e o PT representavam do que ao que eles efetivamente pudessem fazer caso vencessem a eleição. Para apaziguar o meio empresarial, em junho de 2002 o partido lançou a *Carta ao Povo Brasileiro*, chamada pela

⁹³ Quando Lula liderava as intenções de votos em setembro e o cenário previsível era o de sua vitória, o dólar atingiu R\$ 4,00; os juros reais alcançaram 35% ao ano, a Bolsa caiu a 8 mil pontos. O risco Brasil elevou-se a 2.400 pontos. Isto era o medo de um governo mais identificado com as esquerdas, ou seja, o risco-Lula.

esquerda do PT de “Carta aos Banqueiros”. A *Carta ao Povo Brasileiro* afirmava que o Brasil queria “mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002: 02). A mesma carta ressaltava também que, durante os anos 90, os oito anos de governo FHC não foram capazes de

despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002: 02)

Desse modo, a *Carta*, assinada por Lula apresentava o PT e a ele mesmo como alternativas viáveis e seguras para a presidência da República:

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que tem esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país. A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país. (PARTIDOS DOS TRABALHADORES, 2002: 02)

A rede de apoio à qual a *Carta* se refere pode ser explicitada também na rede formal de coalizão partidária que integrou a coligação “Lula Presidente”, composta pelo PCdoB, Partido Liberal (PL), Partido da Mobilização Nacional (PMN) e PCB. Nota-se uma abertura nas alianças realizadas tendo em vista as presenças do PL e do PMN. A decisão de ampliação de alianças foi explicitada na escolha do candidato a vice-presidente, o empresário mineiro José Alencar⁹⁴, do PL. A chapa Lula-José Alencar fiou o amplo arco de alianças e confiança entre os trabalhadores e o capital.

Além de ampliar o arco de alianças, o PT também buscou ampliar o alcance de sua campanha, afinal, quando perdera em 1989, Lula havia ressaltado que o partido necessitava

⁹⁴ Empresário mineiro do setor têxtil, tendo como principal empresa a Coteminas. Em sua trajetória política, José Alencar já havia sido candidato ao governo de Minas Gerais em 1994, pelo PMDB. Em 1998, elegeu-se senador.

ter um discurso que fosse capaz de alcançar maior amplitude nos diversos setores da população.

Em 1989, o publicitário responsável pela campanha petista à presidência da República foi Carlos Maia de Souza, o Carlito Maia, que também era um dos fundadores do partido. Em pronunciamento durante a plenária do PT em junho de 2002, o professor, e também fundador do partido, Antônio Cândido lembrou Carlito Maia como “um homem que inventava slogans que, numa frase rápida, dizia muito.” (CÂNDIDO, 2002: s/p).

No rol dos slogans rápidos e criativos de Carlito Maia, estava o da campanha eleitoral de 1989, elaborado em conjunto com o também publicitário e diretor do programa eleitoral do PT na televisão, Paulo de Tarso Santos: *Lula-lá*. Simples, curto e direto. Comunicava nada menos do que o desejo do PT de ocupar a presidência da República. O *jingle*, criado por Hilton Acioli, ajudava a completar o slogan de Carlito Maia:

Pra fazer brilhar nossa estrela/ Passa o tempo e tanta gente a trabalhar/ De repente essa clareza pra notar/ Que sempre foi sincero e confiar/ Sem medo de ser feliz!/ Quero ver chegar.../ Lula-lá! Brilha uma estrela!/ Lula-lá! Cresce a esperança!/ Lula-lá! No Brasil criança e na alegria de se abraçar.../ Lula-lá! Com sinceridade!/ Lula-lá! Com toda a certeza!/ Pra você meu primeiro voto/ Pra fazer brilhar nossa estrela!/ Lula-lá! É a gente junto!/ Lula-lá! Valeu a espera!/ Lula-lá! Meu primeiro voto/ Pra fazer brilhar nossa estrela! (FORTES; VIEIRA, 2002: 63)

Em 1989, a campanha publicitária foi realizada por profissionais de alma petista, vinculados ao PT desde sua fundação. Em 2002, também indicando a transformação pela qual o partido passou, a campanha publicitária foi liderada por um profissional do marketing que não possuía vínculo de origem com o partido, como Carlito Maia. O publicitário responsável pela estratégia de marketing político-eleitoral, em 2002, foi José Eduardo Cavalcanti Mendonça, o Duda Mendonça, que já havia sido responsável pelo marketing eleitoral de Paulo Maluf ao governo do estado de São Paulo e à prefeitura da capital.

A estratégia de marketing construída por Duda Mendonça também repaginou a imagem de Lula ⁹⁵. O então candidato foi apresentado com um visual que objetivava ser mais palatável aos setores conservadores nacionais e internacionais. Lula distanciou-se da imagem do sindicalista de “camisa aberta” e fala “braba”, presente na campanha de 1989. Contudo, não só a imagem do candidato mudou. Para além da imagem, também a forma de apresentação do seu programa de governo apresentava consideráveis mudanças quando comparado ao de 1989.

⁹⁵ Vide Anexo G com as imagens de Lula nos fascículos do programa de governo de 1989.

O programa de governo de 2002, claramente, apresentou um partido mais pragmático, aberto e organizado. Dividido em treze fascículos⁹⁶ e em duas cartas⁹⁷, dentre elas a *Carta ao Povo Brasileiro*, não apresentou imagens de Lula, como em 1989. Talvez porque a sua imagem já estivesse suficientemente vinculada ao PT e, no esforço de apresentar-se como um partido amplo, não caberia uma vinculação personalista mais explícita (vide Anexos G e H). Ademais, aquele programa destacou ser representativo de uma coligação partidária ampla, sob o título de “*Programa de governo 2002: coligação Lula presidente – Um Brasil para todos*”. Esse foi, inicialmente, coordenado por Celso Daniel (PT), ex-prefeito de Santo André. Porém, após o seu assassinato em janeiro de 2002, a coordenação passou a ser de Antonio Palocci Filho, militante nos anos 1980 da organização trotskista Convergência Socialista e prefeito de Ribeirão Preto até março de 2002.

O programa petista de 2002 possui um caráter mais informativo se comparado ao programa de 1989. As informações sobre sua coordenação e elaboração estão presentes em todos os fascículos. Isto não ocorreu no programa de 1989. No ano de 1989, não havia qualquer menção à autoria, o que, conforme destacado anteriormente, pode ter se dado em razão do caráter coletivo do PT. Já em 2002, os extensos expedientes apresentados com relação detalhada de autores, colaboradores de áreas específicas do conhecimento, possibilitaram inferir também um PT mais amplo, mais colaborativo e mais profissional. Trazer para o texto colaboradores com conhecimentos específicos das áreas objetos das propostas, mas não necessariamente vinculados ao partido, era uma tentativa de conferir maior legitimidade às proposições apresentadas.

A contracapa de cada fascículo apresentou a formação da chapa da Coligação “Lula Presidente”, contendo os nomes do candidato e do seu vice, a seguir os partidos integrantes dessa coligação e os seus respectivos presidentes, além de conter a menção a Duda Mendonça quanto à elaboração da capa e de disponibilizar telefone gratuito e endereço eletrônico para o envio de propostas e contato com o partido.

As mudanças pontuadas pelos Encontros Nacionais, pelos Congressos, pelos Encontros Extraordinários, também pela imagem do candidato e pela apresentação física do programa de governo de 2002 são significativas da moderação ideológica do PT. A *Carta ao*

⁹⁶ Os fascículos que formavam o “Programa de governo 2002 – Coligação Lula Presidente” eram: *A imaginação a serviço do Brasil; Brasil sem racismo; Combate à corrupção; Compromisso com a soberania, o emprego e a segurança do povo brasileiro; Compromisso com as mulheres; Compromisso com os povos indígenas; Cooperar e desenvolver; Mais e melhores empregos; Meio ambiente e qualidade de vida; O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil; Saúde para a família brasileira; Uma escola do tamanho do Brasil e Vida digna no campo.*

⁹⁷ A outra era a *Carta às pessoas portadoras de deficiência*, também assinada por Lula.

Povo Brasileiro que abriu este item não foi o início deste processo de *aggiornamento*, mas, em uma analogia com uma onda do mar, ela é a espuma, o que há de mais próximo e visível para aqueles que olham à beira mar. (SECCO: 2011).

Desse modo, a partir da “espuma”, foi possível identificar uma maior moderação no discurso do partido conforme afirmado por Lula na *Carta* quando destacou “que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena” e salientou a necessidade de “uma política dirigida a valorizar o agronegócio” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002: 03), diferenciando-se do que afirmara em 1989, quando propunha mudanças radicais na economia e na política agrícola, por exemplo. A análise e a comparação dos projetos para economia, agricultura, educação e trabalho não deixou para trás a alma do Sion, local de fundação do PT em 1980. Apenas moderou-a.

3.3 A questão econômica

A questão chave para o País é voltar a crescer com equilíbrio em todos os ramos de atividade, na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente. 2002: 10*)

As propostas para a questão econômica foram destacadas no caderno geral intitulado *Programa de governo 2002 – coligação Lula presidente: um Brasil para todos* (vide Anexo J.1). Diferentemente de 1989, em 2002 não houve um caderno exclusivo dedicado à economia. No programa de 2002, o social é apresentado como eixo do novo modelo de desenvolvimento econômico proposto, considerando também a ameaça de volta da alta inflacionária e o crescente desemprego, anteriormente destacados como preocupações da população.

O aprofundamento do neoliberalismo no Brasil atingiu seu ápice no governo FHC com as privatizações. Durante a realização de um dos vários leilões ocorridos para venda de empresas estatais, José Serra, ministro do Planejamento, em 1995, anunciou um “ritmo cada vez mais veloz na venda das estatais” sendo corroborado pelo presidente da República, que afirmou “é preciso dizer sempre e em todo lugar que este governo não retarda privatização, não é contra nenhuma privatização e vai vender tudo o que der para vender”. (RIBEIRO JR., 2011:36), consolidando, dessa forma, o programa federal de desestatização, iniciado no

governo Collor. (FARIA: 2010). A respeito do noticiário econômico em 2002, a jornalista Miriam Leitão ressalta que:

tudo pareceu, em alguns momentos, perdido. O dólar disparou e chegou a 4 reais, o que encareceu todos os produtos importados, elevando perigosamente a inflação. Era difícil conseguir crédito no exterior, porque o risco país chegou a 2.400 pontos. A inflação, oito anos depois do Plano Real, corria risco de voltar à mesma espiral dos piores momentos econômicos. (LEITÃO, 2011: 397)

De acordo com o PT, conforme destacado na epígrafe, a questão chave para a economia brasileira referia-se à necessidade de crescimento equilibrado e sustentado. Para alcançá-lo, o programa de governo se comprometeu com ações no sentido de evitar privatizações e afirmou ser:

Indispensável, por isso, promover um gigantesco esforço de desprivatização do Estado, colocando-o a serviço do conjunto dos cidadãos, em especial dos setores socialmente marginalizados e sem voz na sociedade brasileira. Desprivatizar o Estado implica também um compromisso radical com a defesa da coisa pública. A administração deixará de estar a serviço de interesses privados, sobretudo dos grandes grupos econômicos, como até agora ocorreu. Um Estado eficiente, ágil e controlado pelos cidadãos é também a melhor arma contra o desperdício e a corrupção. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 02)

Nota-se uma diferença significativa no tocante à concepção de Estado salientada pelo partido. Em 1989, o PT propunha que o Estado fosse “ocupado pelos trabalhadores”. Em 2002, no bojo de um uma proposta programática mais expansiva, o partido já não direcionava a administração do Estado para os trabalhadores, como em 1989, mas aos “cidadãos”, salientando o respeito à ordem constitucional.

A proposta de “desprivatização” do Estado apareceu novamente em 2002, contudo com outro viés. Dessa vez, sob os contornos assumidos na *Carta ao Povo Brasileiro* e com a escolha do vice-presidente ligado a setores empresariais. No programa de 2002 a proposição de revisão ou suspensão, ainda que *sub judice*, das privatizações já realizadas foi abandonada. Nesse sentido, uma gestão petista deveria prezar pela manutenção dos contratos já firmados, sem, contudo, dar qualquer tipo de continuidade à venda do patrimônio público.

O programa de governo de 2002 para a economia criticou os custos do modelo neoliberal que grassava na década de 1990, com inspirações nas diretrizes do Consenso de Washington. A conjuntura internacional também deu ensejo à incorporação de novos temas programáticos que podem ser verificados na política de integração regional. O PT propôs o

revigoramento do Mercado Comum do Sul (Mercosul), com a expectativa de que os países integrantes pudessem enfrentar desafios macroeconômicos com uma política monetária comum, assim:

A política de regionalização, que terá na reconstrução do Mercosul elemento decisivo, é plenamente compatível com o nosso projeto de desenvolvimento nacional. A partir da busca da complementaridade na região, a política externa deverá mostrar que os interesses nacionais do Brasil, assim como de seus vizinhos podem convergir no âmbito regional. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 06)

Além da proposta de fortalecimento do Mercosul, houve a incorporação de novos temas como a questão da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Neste ponto, o PT reforçou suas preocupações com os interesses nacionais quando afirmou não ser possível assinar o acordo da ALCA que favorecia as medidas protecionistas extra alfandegárias e de proteção à agricultura norte-americana. O partido observou que as condições impostas pelos Estados Unidos para a implantação da ALCA não impunham um acordo de livre comércio, mas “um processo de anexação econômica do Continente, com gravíssimas consequências para a estrutura produtiva de nossos países, especialmente para o Brasil” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 07). O esforço proposto pelo partido era

construir um relacionamento sadio e equilibrado com os Estados Unidos [...] propor aos países do Continente relações fundadas no equilíbrio, na cooperação e em mecanismos compensatórios que favoreçam um desenvolvimento harmônico. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 007)

Além disso, diferentemente de 1989, o programa de governo do PT mostrou-se mais aberto para o diálogo com as economias internacionais e com os organismos multilaterais, propondo uma relação econômica mais ampla no âmbito internacional ao ressaltar que uma

relação equilibrada com os países que integram o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a União Européia e o bloco asiático em torno do Japão permitirá contornar constrangimentos internacionais, diminuir a vulnerabilidade externa e criar condições mais favoráveis para uma inserção ativa do País no mundo. Ao mesmo tempo nosso governo conduzirá a aproximação com países de importância regional, como África do Sul, Índia, China e Rússia. Trata-se de construir sólidas relações bilaterais e articular esforços a fim de democratizar as relações internacionais e os organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 07)

Desse modo, o partido afastou-se da postura mais isolacionista de 1989, que propugnava um maior diálogo apenas com os países vizinhos e um distanciamento de organismos internacionais, como o FMI.

Em 2002, a proposta petista delineou-se pela defesa da reinserção soberana do Brasil no mundo, que possibilitaria “ao Estado brasileiro alargar sua autonomia e dar um sentido socialmente mais democrático às suas bases de contratação” (GUIMARÃES, 2004: 77), sendo possível, pois, destacar a articulação de novas políticas econômicas no campo internacional.

De acordo com o PT de 2002, a política econômica adotada nos anos da gestão de FHC, embora tenha sido capaz de manter a inflação em níveis melhores do que nos anos anteriores, não havia sido capaz de implementar o crescimento sustentado do Brasil. Nesse sentido, o programa de 2002 criticou a gestão de FHC, pois tal gestão considerava que apenas a abertura da economia seria capaz de aumentar a produtividade das empresas e tornar o Brasil competitivo internacionalmente. Para o Partido dos Trabalhadores essa perspectiva governista gerou desequilíbrios sociais significativos. Em contraposição, as propostas petistas para a economia possuíam o social como eixo central, com vistas a minimizar os desequilíbrios provocados pelas políticas liberais.

O novo modelo proposto pelo partido direcionou-se para três aspectos: aumento de emprego, infraestrutura social e geração e distribuição de renda. O desafio que se colocava era o de elaboração de uma proposta para combater a exclusão social e a “privatização do Estado”.

Outro desafio era o “dilema da âncora fiscal”. Para fazer frente a este dilema o PT pretendia:

Preservar o superávit primário o quanto for necessário, de maneira a não permitir que ocorra o aumento da dívida interna em relação ao PIB, o que poderia destruir a confiança na capacidade do governo de cumprir seus compromissos. Mas vai trabalhar firmemente para reduzir a vulnerabilidade externa e com ela as taxas de juros que hoje asfixiam as contas públicas e o setor empresarial produtivo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 10)

O programa do PT em 2002 também considerou que os governos que o antecederam, ao focarem a estabilização econômica, enfraqueceram a política industrial, prejudicando os setores produtivos nacionais. O partido enfatizava que o Brasil deveria adotar políticas de incentivo à indústria científica e tecnológica, de modo a desenvolvê-la.

Portanto, em 2002, a política industrial ocupou lugar de destaque no programa petista que destacou sua importância estratégica para uma política de desenvolvimento e sustentação

do crescimento econômico. O programa de governo de 2002 apresentou uma compreensão de que a política industrial econômica deveria ser objeto tanto de incentivos quanto de regulação por parte do Estado. Dois instrumentos de política econômica foram destacados: a regulação (por meio de uma política de arbitragem concorrencial, como a lei antitruste) e os incentivos (política de crédito, estímulos financeiros, como o crédito e o financiamento em longo prazo).

Em comparação com o programa de governo de 1989, o entendimento da necessidade de articular as propostas referentes à política econômica com os seus desdobramentos sociais pode ser considerado uma permanência, tendo em vista que o partido propôs em 2002:

evitar o crescimento acelerado da dívida pública interna, pela via dos *superávits* primários, exige um esforço enorme de todos os brasileiros, afetando especialmente a viabilidade dos programas sociais do poder público. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 10)

Quando se fala em *superávit*, significa dizer que, ao final de um período, os gastos verificados foram menores do que a receita, pois, do contrário, haveria *déficit*. No caso do *superávit* primário, que se refere às contas do governo, significa que a arrecadação foi superior aos gastos. (WOLFFENBÜTTEL: s/d). Nesse sentido, a política de âncora fiscal, ou seja, a política capaz de garantir o *superávit* primário praticada pelo governo FHC, fundamentada em impostos cumulativos, de acordo com o entendimento do PT, foi limitadora da atividade econômica e das exportações. Além disso, o Brasil se encontrava em um impasse financeiro que o obrigava a constantemente contrair novos empréstimos para quitar os antigos.

Nota-se que, embora discordasse da forma como a âncora fiscal havia sido conduzida, o PT apresentou um discurso econômico moderado, em relação a 1989. O partido mostrou, em 2002, comprometimento com a responsabilidade fiscal e com a estabilidade das contas públicas, embora enfatizasse a necessidade de “reduzir a vulnerabilidade externa”. Ressaltava que:

o nosso governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas. Compromissos internacionais serão respeitados. Mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 11)

O partido comprometeu-se a não realizar reformas abruptas que provocassem rompimentos substantivos com o modelo econômico até então praticado. As mudanças seriam apenas pontuais. Era recorrente no programa de governo de 2002 o destaque para que as

mudanças eventualmente implementadas pelo PT ocorressem de modo a não colocar em perigo as bases macroeconômicas que orientavam o país:

O esforço pelo crescimento será estruturado simultaneamente a uma criteriosa e responsável transição entre o que temos hoje e o que a sociedade brasileira reivindica. [...] A responsabilidade fiscal e a estabilidade das contas públicas marcarão as políticas do nosso governo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo – Coligação Lula Presidente, 2002: 38)

Além do compromisso com o mercado interno, o partido também se comprometeu com os mercados externos. Essa proposta de manutenção de elementos essenciais da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso constituiu-se com um discurso mais palatável aos setores liberais e conservadores brasileiros. Neste ponto, a preocupação com a manutenção de contratos e acordos internos e externos se diferenciou substancialmente do que foi apresentado no programa de governo de 1989, tendo em vista que diversas vezes, em 1989, o PT propôs “rever” ou “auditar” contratos. Em 2002, isso não foi proposto.

Ainda no ensejo de criação de um ambiente economicamente estável, o PT propôs:

viabilizar o incremento das exportações, a substituição competitiva de importações e a melhoria da infraestrutura. Isso deve ser feito tanto por causa da fragilidade das contas externas como porque o Brasil precisa conquistar uma participação mais significativa no comércio mundial, o que o atual governo menosprezou por um longo período. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 11)

A partir desses direcionamentos, o Partido dos Trabalhadores apresentou um novo modelo de crescimento sustentável, baseado na responsabilidade fiscal e no compromisso social, mas mais moderado quando comparado ao de 1989. Em uma perspectiva dinâmica, alargou as suas propostas propugnando uma atuação conjunta entre empresários e trabalhadores. Assim, marcou, novamente, diferença em relação ao programa de governo de 1989 no qual capital e trabalho se opunham. Em 2002 a proposta era de que

governos, empresários e trabalhadores terão de levar adiante uma grande mobilização nacional para fazer renascer a confiança de que podemos investir, criar empregos e combater os abismos sociais existentes. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 12)

Contudo, o PT não deixou de insistir que os altos índices de desigualdade verificados no Brasil durante a década de 1990 estavam relacionados com a supervalorização de políticas macroeconômicas que, direcionadas para a valorização da moeda, levaram a uma abertura

econômica desorganizada, com privilégio para o capital financeiro e desconsideração do capital produtivo. Salientou, também, que considerava um equívoco pensar que o alcance do equilíbrio macroeconômico era condição suficiente para desenvolver o Brasil, ressaltando a interligação da dimensão social com o eixo econômico.

Todavia, tanto o programa de 2002 quanto o programa de governo apresentado em 1989 destacaram a questão do planejamento estratégico. Em 2002, o partido observou ser um equívoco basear a política econômica apenas no equilíbrio macroeconômico e na ação das forças de mercado, consideradas, no modelo neoliberal, como capazes de fazer fluir naturalmente o desenvolvimento econômico e ressaltou que

nos últimos oito anos, esse tipo de política produziu instabilidade cambial, juros astronômicos que asfixiaram o financiamento de novos negócios, desestímulo à inovação tecnológica e enfraquecimento das exportações. O descaso com a capacitação técnica e a eficiência do Estado provocou um verdadeiro apagão no planejamento estratégico, como mostrou a crise aguda provocada pelo governo no setor energético. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 13)

Mas para o partido o “apagão”, entretanto, não se deu apenas no setor energético, mas também no que tange às políticas sociais. Os índices de analfabetismo, concentração de renda, violência urbana, entre outros, continuavam altos. As privatizações não deram ao Estado brasileiro a eficiência pretendida pela equipe econômica de FHC. Desse modo, em contraposição a um modelo de gestão que não relacionou política econômica com políticas sociais adequadas, o PT propunha:

um equilíbrio adequado na administração federal entre os ministérios que cuidam das políticas econômicas e os que se dedicam à produção e ao desenvolvimento social, com requalificação de suas equipes. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 13-14)

Ainda no que diz respeito ao setor produtivo, o programa de governo lembrou, tal qual em 1989, as relações espúrias entre o que chamou de “maus empresários” e “maus governantes”, afirmando que, em uma eventual gestão petista, haveria o empenho para a construção de relações governo/empresariado orientadas pelo interesse público. Um dos passos iniciais para a construção dessas relações seria a realização de uma reforma tributária que colocasse fim ao aspecto regressivo e cumulativo dos impostos. Assim pretendeu:

lutar por um regime tributário mais equilibrado e justo, que desonere a produção e a exportação. Junto com a sociedade e o Congresso Nacional,

negociará uma reforma que seja duradoura. Em resumo, buscará aumentar a eficiência da atividade reguladora e de planejamento do Estado. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 Coligação Lula Presidente, 2002: 14)

O projeto de simplificar o sistema tributário nacional considerava que a carga de impostos diminuía a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo. Segundo o partido, deveria haver diálogo entre a sociedade e o Poder Legislativo com o fim de “corrigir distorções, como o elevado nível de sonegação e o chamado planejamento tributário”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 16). Dessa forma, o programa de governo de 2002 propunha:

Desoneração da produção, com o fim da cumulatividade das contribuições (PIS, Cofins, CPMF); simplificação do ICMS, transformando-o em IVA (Imposto sobre o Valor Agregado); desoneração das exportações; desoneração do investimento produtivo. Ao mesmo tempo nosso governo irá investir na negociação de uma política tributária justa e progressiva, que contemple: tributação da fortuna e da herança, conforme já prevê a Constituição desde 1988; redução da carga tributária que recai sobre os setores médios assalariados; redução da carga tributária sobre os bens de consumo de massa (alimentos, vestuário, material de construção e outros). (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 17)

A proposta de desenvolvimento, distribuição de renda e estabilidade considerava a necessidade de ruptura com a excessiva dependência externa e a superação da alta concentração de renda. Nesse sentido, assim como em 1989, as propostas para a economia apresentaram uma dimensão social que funcionou como eixo articulador do desenvolvimento econômico. Dessa feita, as prioridades para a dimensão social do desenvolvimento econômico eram:

a) ampliação do nível de emprego, para prover ocupação aos que ingressam no mercado de trabalho, reduzir o desemprego e combater a precariedade do emprego; b) melhoria do perfil de distribuição de renda, sobretudo por meio do aumento do salário mínimo e de tributação não regressiva; c) crescente universalização da moradia própria, dos serviços urbanos essenciais (saneamento e transporte coletivo) e de direitos sociais básicos (saúde, educação, previdência e proteção do emprego); d) combate à fome e à pobreza, com assistência social dos excluídos. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 25)

Tratava-se, pois, da proposição de um desenvolvimento econômico e social que recuperasse a capacidade do Estado brasileiro de definir e aplicar políticas econômicas e sociais com maior independência em face dos mercados globais, com o

fortalecimento da capacidade de regulação do Estado direcionada a três objetivos: (a) capacitação tecnológica das empresas nacionais, privadas e públicas; (b) ampliação das fontes de financiamento internas como meio de superar a dependência de recursos externos; (c) reforço à integração econômica nacional por meio da implantação de uma divisão do trabalho mais adequada ao desenvolvimento de cada uma das regiões. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 26)

Assim, as propostas para a gestão da economia apresentadas pelo PT em 2002 possuíam três eixos:

- capacitação tecnológica das empresas nacionais, públicas e privadas;
- reconstrução da infraestrutura econômica do país em parceria com o setor privado;
- ampliação das fontes de financiamentos internos para que o Brasil pudesse superar a dependência em face dos recursos externos.

Em síntese, os principais objetivos do programa econômico de 2002 eram: “estabilidade de preços; eficiência do sistema tributário; financiamento de longo prazo; investimento em pesquisa e desenvolvimento; educação e qualificação da força de trabalho; investimentos seletivos em infraestrutura.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 35).

Dessa forma, as propostas para a economia em 2002 possuíam como eixo central uma atuação voltada para o crescimento econômico com a geração de empregos e distribuição de renda, amalgamada à responsabilidade fiscal e à estabilidade das contas públicas, com redução das taxas de juros. Tudo isso em constante diálogo com a sociedade brasileira, pois o PT “será incansável na arte de ouvir, propor e negociar permanentemente com todos os segmentos da sociedade brasileira, de modo a impulsionar a recuperação da autoestima e da confiança que o País tanto precisa”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo de 2002 - Coligação Lula Presidente, 2002: 38-39).

A proposta econômica elaborada pelo partido em 2002 era a de um desenvolvimento sustentável diferente daquele proposto em 1989, embora também considerasse como nuclear a vinculação da política econômica com a política social. Os eixos basilares da proposta para a economia apresentada em 2002 se distanciaram daqueles elaborados em 1989, tanto pela moderação do discurso, quanto pela aceitação dos contratos vigentes e pelas parcerias propostas. Em 1989, o PT propôs para o Brasil um reformismo radicalmente distributivista. Em 2002, o partido continuou a propor um programa econômico distributivista, mas, dessa vez, o tom era o de um reformismo moderado.

3.4 A questão agrária

O projeto que apresentamos, fruto de um longo acúmulo dos partidos da Coligação Lula Presidente e produto de um amplo diálogo com todos os segmentos partidários e sociais envolvidos na temática rural, define o papel essencial da Reforma Agrária num momento da retomada do crescimento previsto em nosso Programa de Governo. Reafirmar o compromisso com a Reforma Agrária é, antes de tudo, um compromisso de construção de uma nação moderna e soberana. (PALOCCI FILHO⁹⁸ *In: Vida digna no campo*, 2002: 05)

A questão da reforma agrária foi contemplada no programa de governo apresentado pelo PT em 2002 em dois fascículos distintos. Apareceu, de forma discreta, no fascículo *Meio Ambiente e Qualidade de Vida no Brasil*, que tratava da política socioambiental e, de forma mais robusta, no fascículo *Vida digna no campo*⁹⁹ (vide Anexo J. 2). Este caderno teve como foco a apresentação das inter-relações entre o desenvolvimento sustentável, o meio rural, a segurança alimentar, a agricultura e a reforma agrária.

Assim como em 1989, o programa de governo do PT de 2002 destacou a questão agrária como crucial para a inclusão social. A realização da reforma agrária, bem como o combate à intolerância e à criminalização secular em desfavor dos movimentos sociais do campo, conferiram à questão agrária a necessidade de ações estratégicas e continuadas.

Estudos recentes indicam que pelo menos 33% da população vive em pequenos e médios municípios de base econômica eminentemente agrícola (aproximadamente 52 milhões de pessoas), ao contrário dos 19% oficialmente aceitos atualmente. Outras seis milhões de pessoas vivem em áreas rurais no entorno de regiões metropolitanas e de aglomerados urbanos. Neste ambiente, se desenvolve um conjunto de atividades econômicas fortemente inter-relacionadas entre os três setores da economia. Isto demonstra que o meio rural depende de políticas que fortaleçam a sinergia entre estes diferentes setores.

⁹⁸ Trecho da mensagem assinada pelo coordenador do programa de governo de 2002 no caderno *Vida digna no campo*.

⁹⁹ Colaboraram com este fascículo: Adão Pretto, Alberto Ercílio Broch, Altemir Antonio Tortelli, Antonio Maciel B. Machado, Arnaldo de Campos, Assis do Couto, Claudemir José Freire, Clayton Campanhola, Darci Frigo, Edson Barbeiro Campos, Elvino Bohn Gass, Eugenio Peixoto, Gerson Teixeira, João Batista Marré, João Grandão, João Luís Homem de Carvalho, José Graziano da Silva, Jose Idival de Souza, Josias Lech, Lenildo Dias de Moraes, Leonardo Tinoco, Luci Choinacki, Manoel José dos Santos, Maria Idalina de Santana, Maria Thereza Pedroso, Maya Takagi, Nilson Mourão, Nilton Pinho de Bem, Osvaldo Russo, Padre Roque, Paulo André Argenta, Raimundo Pires da Silva, Rolf Hackbart, Roseli M. Oliveira, Simão Pedro Chiovetti, Valter Bianchini, Vicente Marques e Walter Belik.

Inserida no meio rural, a agricultura brasileira é a principal geradora e mantenedora de postos de trabalho. Atualmente ela é responsável por cerca de 24% das ocupações existentes no país. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Vida digna no campo, 2002: 08)

O partido criticou em seu programa a atuação do governo FHC no meio rural que, segundo entendimento petista, em prol de um modelo que privilegiou aspectos macroeconômicos, prejudicou as atividades vinculadas ao meio rural que:

sofreram com a ausência de uma estratégia articulada de desenvolvimento e com a imposição de um modelo econômico concentrador e inibidor de seus empreendimentos. Isto foi agravado pela abertura desordenada da economia e pela desastrada política cambial, que expôs diversos produtos nacionais à concorrência externa de forma abrupta e sem políticas de defesa comercial e preparação para a abertura, ao mesmo tempo em que se reduziu progressivamente os recursos públicos da agricultura. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *in* Vida digna no campo, 2002: 09)

Ênfase especial foi dada à agricultura familiar ao afirmar que esse tipo de modelo era responsável

pela maior parte dos produtos agrícolas destinados ao mercado interno (feijão, leite, mandioca, frango, suínos, ovos, etc.) e boa parte da produção voltada para o mercado externo (fumo, frango, suínos, parte da soja, entre outros). (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Vida digna no campo, 2002: 08)

Desse modo, o partido apresentou propostas para o desenvolvimento de forma sustentável no meio rural que propiciasse melhores condições de vida para seus habitantes, além de favorecer a qualificação dessas pessoas.

De acordo com o PT, a política de FHC para o setor rural agravou o processo migratório e aprofundou as desigualdades regionais. O cidadão do campo sujeitou-se a precárias condições para que pudesse sobreviver. O principal programa de ação para agricultura familiar desenvolvido durante o governo peessedebista foi o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que, adotado em 1996, visava promover o desenvolvimento sustentável daqueles agricultores de pequeno porte que se valiam de mão de obra familiar, daí a denominação “agricultura familiar”. A criação do PRONAF representou

o reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2004: 20)

Naquele contexto, mesmo após o PRONAF, a agricultura brasileira foi bastante atingida pela abertura comercial, pela desregulamentação dos mercados e também pela concorrência com os produtos dos países do MERCOSUL. Ademais, durante a década de 1990, os trabalhadores ligados à CONTAG e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), afetados pela abertura comercial, se mobilizaram pela reivindicação de propostas para uma reestruturação produtiva, como ocorreu nas *Jornadas Nacionais de Luta* e no *Grito da Terra Brasil*. (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER: 2004).

Para o PT, o governo FHC teve uma postura repressiva e de criminalização dos movimentos dos trabalhadores rurais que visou à intimidação do MST e a sua desmobilização política. Àquela época também ocorrera massacres como o de Eldorado dos Carajás e de Corumbiara¹⁰⁰.

Em contraposição à orientação do governo do PSDB, o programa de governo do PT de 2002 apresentou como um dos eixos fundamentais a criação do *Plano Nacional de Reforma Agrária*. Este plano pretendia realizar um programa de reformas controlado pelo Estado, por meio de desapropriação, com o apoio de uma política auxiliar de crédito fundiário. Desse modo, o partido propugnou:

1. Promover o estabelecimento de zonas reformadas, priorizando a desapropriação por interesse social como instrumento de arrecadação de terras improdutivas;
2. Viabilização financeira do programa mediante a utilização das TDAs (Títulos da Dívida Agrária) de acordo com o prazo constitucional, e com medidas para obtenção de eficiência nos processos administrativo e judicial de redução dos custos das indenizações;
3. Garantia dos Direitos Humanos com promoção de ações específicas e permanentes de fiscalização do trabalho rural, do combate à violência no campo e com o fim da repressão institucional aos trabalhadores rurais e suas entidades de representação;
4. Política de recuperação dos assentamentos já efetuados, garantindo infraestrutura social e econômica, assistência técnica, acesso a crédito rural e a políticas de comercialização, em parcerias com estados e municípios;
5. Elaboração dos planos de desenvolvimento dos assentamentos em total sintonia com os objetivos da preservação do meio ambiente. As áreas de elevado valor ambiental, onde não se desenvolveu a agricultura intensiva e que estão geralmente sujeitas à especulação imobiliária, devem ter seus recursos preservados, especialmente no que diz respeito à biodiversidade e recursos hídricos;

¹⁰⁰ “Corumbiara foi assim: as terras do fazendeiro que se dizia proprietário já deveria ter sido retomada pelo Estado porque ele não cumpriu o que a Lei, que permitiu o acesso àquela terra, instituía. Em Eldorado do Carajás ocorreu o mesmo: o fazendeiro que se dizia proprietário da fazenda Macaxeira, na realidade tinha uma autorização para explorar castanha, mas não o título de propriedade da terra.” (OLIVEIRA, 2001: 202).

6. Desenvolver ações específicas para comunidades indígenas e quilombolas, como a demarcação das terras das comunidades indígenas e regularização das terras dos quilombolas;
7. Implantar um processo efetivo de cadastramento dos imóveis rurais, onde as terras griladas sejam retornadas ao Estado e utilizadas na Política de Reforma Agrária;
8. As propriedades que pratiquem trabalho escravo serão confiscadas para fins de Reforma Agrária, conforme a lei. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Vida digna no campo, 2002: 18-19)

A questão agrária foi tratada de maneira mais moderada e pautada nos termos da lei, baseando a desapropriação no aspecto legal do interesse social. As propostas para essa questão visavam:

1. garantir o abastecimento alimentar da população em quantidade e qualidade suficientemente adequadas a um padrão elevado de alimentação e nutrição;
2. gerar divisas para o país [...]
3. manter e gerar postos de trabalho no campo;
4. recuperar e manter nossos recursos naturais [...]
5. implementar um programa de reforma agrária amplo, isto é, centrado na definição de áreas reformadas que orientem o reordenamento do espaço territorial do país via o zoneamento econômico e agronegócio. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *in* Vida digna no campo, 2002: 11)

O pacto negociado entre a agricultura e a sociedade seria alcançado por meio da elaboração de políticas básicas, estruturadas a partir de sete eixos estratégicos:

- promoção e defesa da agricultura nacional;
- fortalecimento da agricultura familiar;
- implantação uma política nacional de reforma agrária;
- geração de renda e empregos de qualidade;
- construção da cidadania no meio rural;
- soberania e segurança alimentar;
- construção de políticas territoriais de desenvolvimento sustentável.

O primeiro eixo, *Promoção e defesa da agricultura nacional*, objetivava inserir de forma qualificada a agricultura nacional tanto no mercado interno quanto no mercado externo, propondo:

Desenvolver um amplo e objetivo conjunto de políticas de promoção das exportações. [...] reconhecer a necessidade da criação e fortalecimento de mecanismos que protejam nossa agricultura da concorrência desleal das importações ou das oscilações especulativas dos preços no mercado internacional, que acabam por afetar os preços do mercado interno. [...] As negociações internacionais terão uma participação ativa do governo brasileiro, respaldada sempre pela interação do governo com os setores produtivos e organizações sociais, no sentido da defesa do interesse

nacional. Mesmo a concorrência no interior do Mercosul deve ser monitorada. [...] Para alcançar a Soberania Alimentar internamente e produzir excedentes exportáveis, o governo vai implementar diversos mecanismos que resultem na proteção de renda das famílias agrícolas e a formação de estoques de alimentos que permitam um mercado mais estável aos consumidores e produtores. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Vida digna no campo*, 2002: 11- 12)

O segundo eixo, *Fortalecimento da agricultura familiar*, considerou a necessidade de geração de empregos e de melhoria nas condições de vida das famílias rurais brasileiras e também a necessidade de políticas de proteção para o meio ambiente e para a diversidade cultural, conforme destacado no programa:

Estimular a capacidade de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar e estratégias de organização da produção (por grupos, associações ou cooperativas), principalmente com vistas a uma produção agroecológica e diversificada.

O governo federal, em nosso projeto, deverá promover intensas articulações com os poderes estaduais e locais visando a construção de sinergias, parcerias e divisão de tarefas no sentido do fortalecimento da agricultura familiar.

Também serão chamadas a participar as organizações da agricultura familiar, de modo que possam contribuir com suas experiências e conhecimentos, além de monitorar e acompanhar a utilização dos recursos. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Vida digna no campo*, 2002: 12)

O terceiro eixo, intitulado *Implantar uma política nacional de reforma agrária*, destacou novamente a necessidade de adoção de um modelo de reforma agrária que fosse amplo e não atomizado, ou seja, baseado no reordenamento do espaço territorial e no zoneamento econômico, sem desconsiderar a questão ecológica.

O quarto eixo, *Geração de renda e empregos de qualidade*, estimou ser necessário gerar para o país em torno de 10 milhões de empregos para reduzir a menores níveis o desemprego no campo, ressaltando a

manutenção dos atuais postos de trabalho da agricultura, acrescidos pela geração de novos postos com a Reforma Agrária. Incentivos ao adensamento das cadeias agroindustriais nas diferentes regiões brasileiras, o apoio à agroindústria familiar e ao cooperativismo e o desenvolvimento de outras cadeias produtivas não agrícolas, como as confecções, calçados, movelaria, turismo e serviços também contribuirão na geração de novos postos de trabalho. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Vida digna no campo*, 2002: 13)

Já o quinto eixo, *Construção da cidadania no meio rural*, ressaltou a necessidade de conjugar a política agrícola com as políticas de saúde, de previdência, de educação e de trabalho com ações

de natureza emergencial (cupons de alimentação e outras) com ações estruturais (reforma agrária, reforma do sistema financeiro, fortalecimento da agricultura familiar e outras), rompendo com a falsa dicotomia entre o econômico e social. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Vida digna no campo*, 2002: 14)

O PT, com propostas voltadas para a cidadania no campo e para fundamentar os resultados do crescimento na geração de oportunidades, baseou o seu programa, novamente, como em 1989, nas experiências de prefeituras petistas. Ainda, como em 1989, o partido destacou a necessidade da participação social na formulação e na execução dessas políticas. Esta era, pois, a estratégia geral deste eixo, visando, de acordo com o partido, modificar “a relação histórica e tradicional do Estado, que era, marcadamente, assistencialistas, paternalistas e inibidoras do potencial humano.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Vida digna no campo*, 2002: 13)

O sexto eixo, *Soberania e segurança alimentar*, tinha como foco central a produção e distribuição sustentável de alimentos, com respeito para as especificidades locais. Coadunava-se com as políticas estruturais de redistribuição de renda, crescimento, produção e geração de empregos. Além disso, para dar sustentação política ao combate à fome por meio da agricultura e assegurar o direito à alimentação, o partido propôs o programa Fome-Zero e a mobilização da sociedade civil para

a tarefa de erradicar a fome e assegurar o direito à alimentação de qualidade não pode ser apenas uma proposta de governo, mesmo que sejam articulados com eficiência todos os órgãos setoriais nos níveis federal, estadual e municipal. É vital engajar nessa luta a sociedade civil organizada: sindicatos, associações populares, ONG's, universidades, escolas, igrejas dos mais distintos credos, entidades empresariais. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Vida digna no campo*, 2002: 14)

Já o sétimo eixo, *Construção de políticas territoriais e desenvolvimento sustentável e solidário*, salientava que não deveria haver segmentação entre as políticas públicas urbana e rural, agrícola e não agrícola. Evidenciou, também, a necessidade da articulação intermunicipal em conjunto com os diversos agentes tanto municipais quanto regionais.

As propostas petistas para adoção de um desenvolvimento sustentável e solidário no meio rural incluíam uma política comercial baseada na defesa da agricultura brasileira e na promoção das exportações com maior valor agregado. Para isso, conforme evidenciado nos trechos acima destacados, o partido propunha um estímulo conjunto ao agronegócio e à agricultura familiar. Distanciou-se, neste ponto, da proposta de 1989, na qual maior destaque era dado ao pequeno agricultor. Havia, ainda, a proposta de criação da Secretaria de Comércio

Exterior, que uma vez vinculada à presidência da República, exerceria a coordenação e a promoção das políticas de exportações agropecuárias por meio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações (APEX). Além disso, o partido propôs:

- redução da carga tributária e o oferecimento de políticas específicas para as pequenas e médias empresas agrícolas;
- criação de mecanismos de salvaguarda para evitar a concorrência desleal de importações, dentro dos limites permitidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC);
- promoção da participação do setor privado na defesa dos interesses nacionais nas negociações internacionais, desestimulando, portanto, a concorrência predatória no âmbito do Mercosul.

Ao longo das propostas para a agricultura, o partido destacou a necessidade de uma política de recuperação da renda agrícola, tendo em vista que a sua queda era compreendida como o principal fator limitador da expansão agrícola brasileira. Esta expansão poderia ser retomada caso houvesse a recuperação da renda dos agricultores. Para recuperação da renda, o partido objetivava estimular o aumento do consumo interno de alimentos e incentivar a desconcentração econômica de setores industriais vinculados à agricultura, com adoção de políticas de redução da taxa de juros e da carga tributária, acompanhada de ampliação da oferta de crédito.

Assim, como em 1989, o PT propôs a criação de cooperativas de créditos. Também propôs rever as dívidas adquiridas pelos setores cooperativistas, bem como a criação de instrumentos para auxiliar tanto a agro-industrialização quanto o comércio por meio do associativismo e do cooperativismo.

A preocupação com as especificidades regionais foi contemplada no item *Política de desenvolvimento regional* que propunha a articulação da política de desenvolvimento regional com a proposta de “romper com a concepção tradicional que tende a ver o regional como problema a ser enfrentado ‘ao lado’ das demais políticas. O corte regional fará parte de todas as políticas do Governo”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Vida digna no campo, 2002: 25-26).

Foi apresentado também projeto de criação de um Conselho Nacional de Políticas Regionais, vinculado à presidência da República e composto por representantes ligados ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo e também à sociedade civil.

Para ampliar o desenvolvimento rural o partido propôs a adoção da seguinte política:

1. Avançar para políticas e práticas multissetoriais e descentralizadas com ação conjunta do poder público e sociedade civil;
2. Valorizar a multifuncionalidade do espaço rural;
3. Promover o desenvolvimento rural que permita a melhoria das condições de vida e de trabalho dos homens e mulheres que vivem no meio rural, tanto nos aspectos econômicos como também no social e cultural e ambiental;
4. Fortalecer a economia de base familiar e todas as suas formas associativas.
5. Incorporar as estratégias de desenvolvimento regional, tendo como referência a diversificação, a flexibilidade e o aproveitamento das oportunidades e potencialidades existentes na esfera local, integrando os diferentes atores e instituições, trazendo novas perspectivas para as populações rurais;
6. Incentivar a organização e a participação das comunidades rurais. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Vida digna no campo, 2002: 26-27)

A agricultura familiar de base estava concentrada no Nordeste. Para aquela região, o PT propôs, além da realização da reforma agrária, medidas para a recuperação dos recursos naturais, superação da escassez de água, infra-estrutura e pesquisa:

1. Recuperação e preservação dos recursos naturais: as ações começam pela implantação de um sistema de utilização racional e de recuperação das grandes bacias hidrográficas do Nordeste: São Francisco e Parnaíba;
2. Abastecimento d'água: Implantação de sistemas de estoque de água subterrânea e superficial em escala e localizados com sistemas de tratamento de água e efluentes;
3. Agricultura: desenvolvimento de produção de produtos nativos, ração animal e vegetais destinados à indústria e ao aproveitamento especializado (medicamentos, óleos essenciais, etc.). Melhoramento da fruticultura, assim como de produtos com certificação orgânica;
- [...]
5. A Reforma Agrária e complementarmente o crédito fundiário devem ser implementados na região levando-se em conta as especificidades da região e das condições socioambientais;
6. Infra-estrutura de Produção e Comercialização: Projetos como a Ferrovia Transnordestina devem ser desenhados atendendo à grande estratégia de desenvolvimento nacional e regional não atendendo a interesses pontuais ou restritos aos interesses do capital privado;
7. Produção Científica: As instituições de pesquisa devem ampliar os seus estudos para a prospecção de sistemas agro-ambientais para a produção sustentável;
8. Inserção no Mercado: Promover programas de capacitação em gestão empresarial e orientação mercadológica. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Vida digna no campo, 2002: 27)

Assim como em 1989, havia, em 2002, preocupação com o desenvolvimento e a inserção da Amazônia no desenvolvimento nacional, destacando-se as seguintes proposições:

- estabelecer mecanismos fiscais e tributários que realizem a equivalência, no mercado, para os preços dos bens de origem sustentável, que ainda não

incorporam o valor dos serviços ambientais que regiões como a Amazônia oferecem para toda a sociedade;

- apoiar a diversificação, modernização e comercialização dos produtos extrativistas, dos sistemas agroflorestais e alternativas para o uso múltiplo da floresta, criando novas reservas extrativistas, juntamente com as comunidades e entidades representativas;
- redirecionar as linhas de financiamento das agências, incorporando critérios de sustentabilidade e valorizando a produção familiar;
- desenvolver incentivos especiais para atividades de ecoturismo, turismo rural e turismo científico. A Amazônia reserva um potencial inestimável para esse setor. Atividades que permite um amplo encadeamento produtivo e social. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Vida digna no campo, 2002: 28)

As propostas para a questão agrária destacaram-se pela moderação em relação ao que foi apresentado em 1989. No ano de 2002, o programa de governo petista não projetou uma desapropriação fundiária ampla. Sequer mencionou diretamente os grandes latifúndios. Ao contrário, tratou a questão agrária a partir da abertura de um canal de interlocução e colaboração tanto com os pequenos agricultores quanto com os agroindustriais, propondo políticas específicas para esses segmentos. Essa moderação no discurso derivou do entendimento de que a propriedade da terra era um assunto bastante delicado para ser tratado em uma campanha eleitoral. Consoante destacou na *Carta ao Povo Brasileiro*, as propostas para a agricultura deveriam contemplar “uma reforma agrária que assegure a paz no campo” (SILVA, 2002: 04-05) e uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar.

No ano de 2002, o que permaneceu das propostas de 1989 foram preocupações referentes ao desemprego no campo, aumento do crédito e melhoria das condições de vida e de trabalho do pequeno agricultor. Essa última questão ganhou destaque com o programa de segurança alimentar intitulado Fome Zero.

Entre permanências e mudanças, destaca-se a moderação nas propostas para a questão agrária que, embora identificassem os problemas estruturais na área rural e criticassem o governo federal, foram menos contundentes do que em 1989, chegando, inclusive, a propor parceria com os empresários agroindustriais.

3.5 A questão educacional

As concepções, diretrizes e metas a seguir apresentadas representam o acúmulo que o Partido dos Trabalhadores e os demais partidos da coligação têm nessa área, fruto da trajetória de

lutas dos movimentos dos estudantes e trabalhadores da educação, das experiências vivenciadas por nossas administrações municipais e estaduais e da atuação das nossas bancadas parlamentares. (PALOCCI FILHO *In*: PARTIDO DOS TRABALHADORES - Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 03)

As propostas para a educação foram apresentadas em um fascículo próprio, denominado *Uma escola do tamanho do Brasil*¹⁰¹ (vide Anexo J. 3). Na apresentação desse fascículo, foi destacado que as propostas educacionais eram frutos das experiências administrativas petistas, conforme ressaltou o coordenador de campanha, Antônio Palocci Filho. O destaque para a experiência administrativa também conferia alguma legitimidade às propostas.

O entendimento manifestado em 1989 de que o direito à educação estava inserido no rol dos direitos sociais básicos, devendo a educação ser gratuita, unitária e laica permaneceu no programa de governo de 2002. Neste programa, o partido apresentou propostas com três diretrizes gerais: democratização do acesso e a garantia de permanência na escola; qualidade social da educação e implantação do regime de colaboração e a democratização da gestão. Tais diretrizes já haviam sido contempladas no programa de 1989, sendo, pois, uma permanência nas proposições apresentadas em 2002.

A perspectiva de uma política educacional integral, inclusiva e realizada sob uma gestão democrática e participativa da sociedade contrariava o modelo neoliberal, “que trata a educação como instrução e com foco nos anos iniciais, com a presunção de que a exclusão é o ‘destino’ da maioria, e a educação em todos os níveis está posta para poucos e privilegiados” (BALDIJÃO; TEIXEIRA, 2011: 11). Nesse sentido, o programa de governo de 2002 criticou a política educacional vigente à época, pois ressaltava que

A capacidade formuladora e de controle está fortemente concentrada no governo federal via mecanismos centralizadores como os Parâmetros Curriculares Nacionais, a exigência de adesão aos programas de reformas educacionais como condição de acesso a recursos, procedimentos de avaliação centralizados e classificatórios. [...] A descentralização executiva incrementada nos oito anos do atual governo, esteve longe de alcançar uma efetiva e conseqüente descentralização e democratização do poder.

¹⁰¹ Colaboraram na elaboração deste fascículo: Eloi Borges, Hécio de Mattos, I Juca Pirama Camargo Gil, Ivanna Sant’ana Torres, João Paulo Diehl, Mary Sylvia Falcão, Valter Amaral Newton Lima Neto (Coordenador geral), Antonio Ibañez Ruiz, Carlos Augusto Abicalil, Cristóvam Buarque, Dilvo Ristoff, Francelino Grando, Gaudêncio Frigotto, Héglio Trindade, Jair Borin, João Monlevade, Jorge Lorenzetti, Lucia Helena Lodi, Lucia Iwanow, Luiz Pinguelli Rosa, Maria Beatriz Luce, Maria José Feres, Miguel Arroyo, Nelson Amaral, Neroaldo Pontes de Azevedo, Pedro Wilson, Rosiver Pavan, Tomaz Aroldo da Mota Santos e Valdemar Sguissardi.

(PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 05)

A democratização do acesso ao ensino e a garantia da permanência na escola necessitavam superar a dicotomia entre qualidade e quantidade que, de acordo com o entendimento do programa petista, não seria vencida apenas pela construção de novas unidades de ensino. Além disso, segundo esse mesmo entendimento, os Parâmetros Curriculares Nacionais deveriam ser flexíveis para se adequar às especificidades de cada comunidade escolar. Desse modo, o PT propunha:

A construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação, responsável por institucionalizar o esforço organizado, autônomo e permanente do Estado e da sociedade, por meio de gestão democrática e cooperativa, fará com que questões como a ampliação de escolas, a manutenção da rede escolar existente e as demais condições viabilizem o acesso e a permanência de todas as crianças nas escolas.

[...] Programas de renda mínima e outras ações destinadas à geração de emprego e renda serão implementados, com prioridade, para que as famílias tenham condições de manter as crianças na escola, e jovens e adultos, condições de nela permanecer. [...] amplo debate nacional sobre a constituição e implantação de políticas de outras ações afirmativas na educação. Onde for possível, será de imediato ampliado o tempo de permanência das crianças e dos adolescentes nas escolas, visando a universalização, no futuro, da escola de tempo integral, tal como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 07)

Para alcançar melhor qualidade social da educação, o partido propunha a abordagem e construção do conhecimento em uma perspectiva interdisciplinar, com elaboração de estratégias que superassem a repetência, a evasão escolar e também reorganizassem o espaço da escola. Desse modo, a proposta era

Tratar o conhecimento a partir do enfoque interdisciplinar, superando a fragmentação e a segmentação; planejar a ação coletiva do trabalho docente e dos demais segmentos da escola; superar a avaliação classificatória e seletiva; estabelecer a avaliação participativa, diagnóstica e formativa; considerar os ritmos e tempos de aprendizagem dos educandos; e firmar compromisso ético e político de promover o acesso ao conhecimento para todos estão entre as ações necessárias a uma escola voltada para a formação de cidadãos plenos, que o governo Lula implantará. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 08)

O PT propugnava para o Brasil uma escola que não tratasse do processo educacional como uma competição, mas que estivesse atenta para a formação dos estudantes. Ademais, valendo-se da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o partido destacou que as políticas educacionais deveriam contar com a participação da sociedade, pois, desse

modo, seriam capazes de articular uma transformação social. Sem a interação com a sociedade, tal transformação não seria possível.

As políticas educacionais deveriam considerar que a escola, constantemente influenciada pelas relações sociais, constituía-se em um espaço investigativo, de construção e organização cultural, com interação social e cultural entre os alunos e a comunidade. Para alcançar esse objetivo, o PT compreendeu que

a qualidade social da educação pressupõe uma organização curricular baseada na interdisciplinaridade, participação e competência técnico-política. A prática social e a experiência de vida dos alunos devem ser incluídas, como elementos fundamentais, na organização do conhecimento e da cultura. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 09)

O programa de 2002 se distanciou de um conceito utilitarista de educação, ao propor uma construção coletiva baseada na colaboração tanto de especialistas quanto da sociedade em geral. Assim como em 1989, destacou a necessidade de valorização profissional da educação com proposta nos seguintes termos:

1. Incentivar a publicação de trabalhos, pesquisas, análises e descrição de experiências pedagógicas bem-sucedidas de autoria dos profissionais da educação básica.
2. Incentivar a criação de centros de formação permanente e aperfeiçoamento dos profissionais da educação, por Estado ou região, articulados com as universidades e os sistemas públicos de educação básica.
3. Implantar um programa de laboratórios de informática, bibliotecas e salas multimídia nas escolas públicas de ensino fundamental e médio.
4. Implantar, para os trabalhadores da educação, piso salarial nacional e progressão funcional fundada na titulação, na experiência e no desempenho aferido pelos compromissos apontados pelo projeto político pedagógico. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 10)

A respeito do regime de colaboração educacional, o PT propôs:

1. Instituir o Sistema Nacional de Educação com a finalidade de articular as ações educacionais da União, Estados e municípios.
2. Implantar um novo Conselho Nacional de Educação, normativo e deliberativo, com representação social das três esferas de administração e das instituições representativas de educadores e estudantes.
3. Criar o Fórum Nacional de Educação, encarregado de organizar e promover as Conferências Nacionais Quinquenais para construir e propor, avaliar e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação e de seus similares em cada esfera administrativa.
4. Fortalecer os fóruns, conselhos e instâncias da educação buscando, sempre que possível, ações integradas que evitem a fragmentação e dispersão de recursos e esforços.

5. Garantir a autonomia político-pedagógica e de gestão financeira às instituições educacionais públicas assegurando-lhes condições materiais e financeiras adequadas.
6. Redefinir as competências no regime de colaboração a ser implantado entre os entes federados buscando reverter o atual processo de municipalização predatória da educação.
7. Estimular a instalação de processos constituintes escolares para definição de planos nacional, estaduais e municipais de educação bem como do orçamento participativo nas esferas de governo e unidades escolares.
8. Estabelecer normas de aplicação dos recursos federais, estaduais e municipais diretamente voltados para a manutenção de prédios, instalações e equipamentos, a partir da definição de um custo-qualidade por aluno, por tipo de escola, por turnos de funcionamento, por localização e modalidade de oferta e tempo de uso.
9. Instituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb), em substituição ao FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério).
10. Regulamentar, em lei complementar federal, o parágrafo único do Artigo 23 da Constituição Federal - “normas para cooperação entre União, Estados e Municípios”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 12-13)

A perspectiva de gestão democrática, salientada pelo partido, possibilitaria atrair a sociedade para o cotidiano da escola e para a participação na discussão de seu projeto político-pedagógico. Sem impor um modelo rígido de diretrizes, o PT propôs, ainda, articular as diretrizes educacionais por meio da criação de um Sistema Nacional de Educação.

O partido afirmou em seu programa de governo de 2002 que houve descompromisso dos governos anteriores para com a questão educacional, com exceção do governo Itamar Franco, que teve como Ministro da Educação, o professor Murilo Ringuel que deu atenção diferenciada ao ensino público.

Contudo, de acordo com avaliação do PT, nos anos pós Itamar Franco, a questão educacional foi novamente colocada à sombra. Desse modo, para dar maior visibilidade a essa questão, o programa de governo de 2002 apresentou uma proposta que descrevia as tarefas necessárias à implementação de um princípio de colaboração no processo educativo. Assim, o partido priorizou uma proposta educacional orientada pela qualidade social, pois:

o acesso às condições de produção de conhecimento, em todos os campos, é um direito sem o qual não poderá haver diminuição das desigualdades, superação da exclusão e produção de conhecimento. (BALDIJÃO; TEIXEIRA, 2011: 12)

A partir dessa proposta de desenvolvimento educacional, que considerava como universal, democrática e inclusiva, o PT apresentou um plano estratégico em 2002 para a educação básica, média e superior, de jovens e adultos.

Para a educação infantil, foi proposto:

1. Estabelecer uma política de financiamento que considere:
 - a) a necessária expansão progressiva do atendimento, com vistas à universalização da educação infantil pré-escolar [...];
 - b) um valor custo-aluno-qualidade para a creche e para a pré-escola;
 - c) a necessidade de superar as desigualdades regionais no atendimento à educação infantil;
 - d) uma ação integrada da União, Estados e municípios para compartilhar responsabilidades quanto à expansão da oferta da educação infantil.
2. Fazer valer, urgentemente, os padrões de qualidade estabelecidos para o funcionamento de instituições públicas e privadas, com vistas a garantir a adequação e a efetividade do atendimento.
3. Estabelecer, por meio de censo escolar, um sistema de informação sobre as demandas da sociedade, bem como da oferta hoje existente, com o fim de projetar os índices anuais de atendimento, de modo a alcançar, no quarto ano de governo, a universalização da educação infantil para crianças de 4 a 6 anos.
4. Promover ações para assegurar, em colaboração com Estados, municípios e empresas, o acesso a creches para todos os filhos de mães trabalhadoras.
5. Criar mecanismos para que, em todas as faculdades de educação, ou em outras instituições de formação, seja oferecida a habilitação em educação infantil.
6. Criar a Câmara da Infância e da Adolescência, a ser composta pelos Ministérios da Educação, da Cultura, da Saúde e de Desenvolvimento Social e Justiça, com o objetivo de estabelecer uma política integrada para a infância e a juventude. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 13)

O ensino fundamental, conforme destacou o partido em suas propostas, deveria ser pensado de forma articulada com ensino infantil e o ensino médio. O desafio que se colocava diante de uma futura gestão era a garantia do acesso, permanência e continuidade dos estudos no ensino médio. Desse modo, para a construção de uma escola inclusiva, democrática e de qualidade seria necessária a adoção de projetos político-pedagógicos inclusivos e comprometidos com a aprendizagem e o sucesso escolar, com as seguintes características:

1. Todos podem aprender: esse é o desafio que uma escola de qualidade deve assumir. A escola propiciará condições para que, no processo ensino-aprendizagem, seus alunos sintam-se motivados a “aprender a aprender”, tornando mais importante o aprender do que o ensinar.
2. Os alunos devem ser considerados como sujeitos de direitos. É esta compreensão que sustenta a busca da igualdade e contribui para transformar em realidade o discurso de que a educação básica é para todos.
3. O projeto político-pedagógico das escolas deve ser elaborado, implementado e avaliado com a participação efetiva da comunidade escolar. [...]
5. O currículo deve ser implementado de forma interdisciplinar e contextualizada, e o trabalho docente deve ser coletivo.
6. A avaliação dos alunos deve ser contínua e formativa, tendo como finalidade a compreensão e a regulação dos processos dos educandos, para

auxiliá-los em sua trajetória escolar, garantindo a progressão continuada das aprendizagens.

7. Os programas especiais devem ser desenvolvidos de forma articulada com os sistemas de ensino, de modo a garantir a correção de distorções idade/série/ciclo, ainda presentes no ensino fundamental.

8. Os tempos e espaços escolares devem ser reorganizados, liberando as unidades-escolares da “prisão” a que se sentem submetidas por força das “grades horárias e curriculares” e permitindo a flexibilização na apresentação dos conteúdos programáticos. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 15-16)

Uma das inovações apresentadas em 2002 foi o programa Bolsa-Escola que

articulado ao Programa Nacional de Renda Mínima, deve ser implementado como parte integrante do projeto político-pedagógico, inclusivo e de qualidade, nos níveis de ensino fundamental e médio da educação básica, uma vez que compõe a política educacional, com o objetivo de garantir a permanência dos alunos na escola. Nessa perspectiva, o programa exige o acompanhamento sistemático da vida escolar do aluno e a interação com as famílias beneficiadas. Além disso, o programa estabelecerá que a bolsa-escola será paga por família e não por criança e que a frequência dos alunos às aulas será fiscalizada de forma rigorosa. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 16)

O Bolsa-Escola foi proposto como um programa de transferência de recursos, inserido em um projeto político pedagógico mais amplo. Seria, pois, um auxílio por família, controlado pela frequência escolar, para que a criança não exercesse trabalho infantil e pudesse se dedicar à atividade escolar. Assim, além de incentivar a permanência na escola, a implementação desse programa poderia se constituir como uma real possibilidade de circulação de moeda em municípios carentes. A ideia de criação do Programa Bolsa-Escola pode ser destacada como uma novidade nas proposições para a educação no programa de 2002, quando comparado ao programa de 1989.

Para o Ensino Médio, o Partido dos Trabalhadores propôs:

1. Universalizar gradativamente o ensino médio para todos os detentores de certificação do ensino fundamental, de acordo com as metas estabelecidas nos Planos Nacional e Estaduais, com o apoio federal de um programa de bolsas de estudo para aqueles que comprovadamente delas necessitarem, de modo a garantir-lhes o direito a essa etapa, com qualidade.
2. Garantir um ensino médio unitário, democrático e de qualidade, para um efetivo domínio das bases científicas, por meio de uma articulação entre governo federal e governos estaduais, para desenvolver ações efetivas como:
 - a) prover prédios, laboratórios e equipamentos adequados;
 - b) formar profissionais de educação competentes e atualizados, e no número necessário;
 - c) adquirir recursos tecnológicos auxiliares no processo pedagógico e devida formação para sua utilização;

- d) implantar um programa de livros didáticos, cobrindo todos os componentes curriculares do ensino médio;
- e) desenvolver mecanismos permanentes de participação dos alunos e da comunidade escolar na discussão do processo de avaliação da escola, do trabalho pedagógico e de seus resultados, bem como da gestão da escola. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 17)

A partir das propostas para as três fases da educação básica (ensino infantil, fundamental e médio), o partido afirmou a necessidade de efetiva cooperação entre estados, Distrito Federal e municípios, que, consoante artigo 211 da Constituição Federal, são os responsáveis por esses níveis de ensino.

O eixo principal das políticas para a educação se concentrou na articulação estratégica entre o acesso, a permanência e o sucesso nesses níveis, coadunados com a ampliação física, o aumento de recursos financeiros por meio do FUNDEB, a gestão democrática, a formação dos profissionais da educação e também a reestruturação do processo avaliativo.

No que diz respeito à educação profissional, o PT se comprometeu a:

1. Colocar a formação profissional como o catalisador da superação da exclusão educacional no Brasil.
2. Implementar uma política pública nacional de educação profissional
3. Envolver e articular as redes públicas e privadas existentes, incluindo o Sistema S, com ampla participação dos segmentos representativos da sociedade nessa política pública de educação profissional.
4. Constituir uma rede pública de educação profissional, incluindo a criação de Centros Públicos de Formação Profissional, que consolide a importância dessa formação e seja uma trajetória opcional de educação profissional para as pessoas na etapa correspondente ao ensino médio e espaço de capacitação permanente para os trabalhadores.
5. Prover a formação profissional [...]
6. Articular a política nacional de formação profissional com a política nacional de geração de emprego, trabalho e renda, com ênfase na promoção da economia solidária e de micro, pequenos e médios empreendimentos sustentáveis.
7. Mobilizar um consórcio de financiamento para a implementação da política nacional de educação profissional com recursos públicos (incluindo recursos do FAT), privados e oriundos de cooperação internacional;
8. Fortalecer a rede de escolas técnicas federais e Centros Federais de Educação Tecnológica dispondo-lhes recursos humanos e materiais adequados;
9. Promover com ampla participação dos segmentos sociais envolvidos a revisão da estrutura do ensino médio e profissional estabelecida pelo Decreto 2.208/97, culminando com o envio de um Projeto de Lei ao Congresso Nacional. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 18-19)

É possível destacar uma mudança no conceito de educação profissional. A proposta do PT visava superar uma concepção de educação profissional como produtivista e

mercadológica que havia sido “historicamente desenvolvida no país por meio do ensino técnico profissional e aprofundada no governo FHC.” (BALDIJÃO; TEIXEIRA, 2011: 32). Em sentido oposto, o partido focou uma concepção de educação relacionada com a qualidade, com o conhecimento, com as relações entre as pessoas, com a tecnologia e com o trabalho. A educação profissional foi pensada de maneira integrada com a educação básica de qualidade, inclusive com a formação de parcerias com o setor privado.

No que diz respeito à educação de jovens e adultos, que se insere na educação básica, ela foi compreendida como fundamental para o Brasil, pois também seria uma forma de minimizar a desigualdade, a discriminação e a exclusão. Contudo, embora a Constituição Federal garantisse no artigo 208, inciso I, a sua obrigatoriedade para o ensino fundamental, o presidente FHC havia vetado o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental para essa área, retirando recursos que a ela deveriam ser destinados. Para minorar a quantidade de jovens e adultos sem a conclusão da educação básica, o PT apresentou as seguintes propostas:

1. Implantar o programa Mova Brasil para erradicar o analfabetismo absoluto de jovens e adultos num prazo de quatro anos, envolvendo os diversos segmentos da sociedade civil organizada e os três níveis de governo, valorizando as experiências locais.
2. Nosso governo, em conjunto com todas as forças políticas e sociais empenhar-se-á para implantar um plano que possibilite o atendimento da demanda para o ensino fundamental e médio para os trabalhadores e trabalhadoras que ainda não os completaram. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 21)

Havia no programa de governo de 2002 uma preocupação de que a educação de jovens e adultos não se voltasse exclusivamente para a alfabetização, mas que tivesse ênfase na qualificação social e profissional do aluno. Desse modo, também o currículo não poderia ter apenas a preocupação imediata com a leitura e a escrita. O currículo deveria estar, pois, em consonância com o contexto social e territorial do aluno.

As propostas para a educação no programa de governo de 2002 foram ampliadas quando comparadas às propostas apresentadas para essa área no ano de 1989. Em 2002, o programa também contemplou três setores específicos da educação: a educação especial, a educação no campo e a educação indígena.

As propostas para educação especial incluíam a meta de “garantir vagas em estabelecimentos públicos e garantir a acessibilidade.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 22). No que tange à educação no campo, o PT apresentou uma proposta que a colocaria em situação de igualdade

com a educação da cidade. A política educacional para campo deveria ser construída a partir da vivência dos sujeitos desse processo. Para tanto, o partido destacou que:

1. Será estabelecido um projeto político-pedagógico para o ensino fundamental no campo, após o que, em cada sistema, será formulada uma proposta de regime de colaboração entre União, Estados e municípios que dê conta das demandas quantitativas e qualitativas de nove anos de escolarização, preserve a frequência dos alunos em escolas no campo, ou na cidade, e assuma uma proposta pedagógica de educação integrada ao desenvolvimento rural sustentado. [...]
3. Será formulado pelo governo federal, em colaboração com os Estados, um projeto político-pedagógico para o ensino médio e profissional do campo. [...]
4. [...] o governo federal instituirá uma política de pesquisa científica e de disseminação tecnológica que sustente um desenvolvimento rural socialmente justo, capaz de responder às demandas de toda a população, propiciando a continuidade de estudos em nível superior para quantos mostrarem desejo, capacidade e aptidão. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 23)

O programa petista de 2002, em atenção à especificidade da educação escolar indígena, reconheceu a necessidade da afirmação cultural, étnica e linguística desse segmento da população brasileira. Desse modo, projetou a formação de uma escola bilíngue, em consonância com as peculiaridades de cada grupo e também a necessidade de formação de índios professores. O compromisso do PT, apresentado em seu programa era o de:

1. Incentivar a implantação, no período de cinco anos, de programas equivalentes à educação básica destinados aos povos indígenas, respeitando seus modos de vida, suas visões de mundo e as situações sociolinguísticas específicas por eles vivenciadas, ampliando gradativamente a oferta da educação básica à população indígena na própria escola indígena.
2. Assegurar a autonomia das escolas indígenas, tanto no que se refere ao projeto político-pedagógico, quanto ao uso de recursos financeiros públicos para a manutenção do cotidiano escolar, garantindo a plena participação de cada comunidade indígena nas decisões relativas à estrutura e ao funcionamento da escola.
3. Estabelecer a colaboração da União em programas estaduais e municipais, para, dentro de três anos, prover as escolas indígenas de equipamentos didático-pedagógicos básicos, incluindo bibliotecas, videotecas, laboratórios de informática e outros materiais de apoio.
4. Criar ou ampliar programas voltados à produção e à publicação de materiais pedagógicos específicos para os grupos indígenas, elaborados por professores indígenas, juntamente com seus alunos e assessores, incluindo livros, vídeos, dicionários e outros.
5. Promover a correta e ampla informação da população brasileira e latino-americana sobre os povos e as culturas indígenas, como meio de combater o desconhecimento, a intolerância e o preconceito em relação aos povos indígenas, bem como de promover a formação dos não-índios que junto a eles atuam direta e/ou indiretamente. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 24-25)

O partido compreendia também a educação à distância (EAD) como fundamental para o avanço educacional, entendido como alternativa indispensável para fazer frente às desigualdades sociais. Desse modo, a EAD deveria ser implantada em consonância com os demais programas para a educação, com:

1. Criação de uma Coordenação Nacional de Educação a Distância do MEC, com orçamento próprio e articulada com o ensino fundamental, médio e superior.
2. Estudos de viabilidade para implantação imediata de programas de formação de professores para educação fundamental e ensino médio, incorporando a EAD entre suas estratégias.
3. Redefinição do papel da Unirede (Universidade Virtual Pública do Brasil) na política nacional de EAD. Esse papel deve ter como princípios norteadores para ação imediata:
 - a) o aumento do número de vagas nas universidades públicas;
 - b) a oferta de cursos de educação continuada aos profissionais em serviço.
 (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 25)

A redução do financiamento público para a educação atingiu patamar elevado no governo FHC. Na contramão dessa política o PT propunha:

1. Ampliar, em quatro anos, as vagas no ensino superior [...]
2. Ampliar a oferta de ensino público universitário [...]
3. Promover o aumento anual do número de mestres e de doutores formados no sistema nacional de pós-graduação em pelo menos 5%, em conformidade com meta estabelecida pelo PNE.
4. Promover a autonomia universitária nos termos constitucionais, vinculando-a à democracia interna [...]
5. Revisar a legislação de escolha de dirigentes nas IFES compatibilizando-a com o princípio constitucional da autonomia universitária.
6. Estabelecer e implantar medidas que visem diminuir a desigualdade de oferta de cursos e vagas de graduação e pós-graduação [...]
7. Planejar e incentivar, na graduação e pós-graduação, a oferta de cursos e vagas em áreas de conhecimento que melhor respondam às necessidades do projeto nacional de desenvolvimento.
8. Estabelecer mecanismos e critérios que superem os limites do atual processo de seleção e considerem a possibilidade de novas formas de acesso ao ensino superior, em especial para negros e estudantes egressos da escola pública. [...]
9. Estabelecer medidas com vistas a reduzir a evasão escolar.
10. Implantar de forma progressiva uma rede universitária nacional de ensino superior à distância, com exigente padrão de qualidade.
11. Ampliar os programas de iniciação científica (PET e PIBIC) e criar programas de iniciação à docência e à extensão.
12. Rever o atual sistema de avaliação que inclui o Exame Nacional de Cursos - ENC ou Provão e implantar um sistema nacional de avaliação institucional a partir, entre outras, da experiência do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

13. Revisar as carreiras e matrizes salariais dos docentes e funcionários técnico-administrativos das IFES (universidades e CEFETs) [...]
16. Aperfeiçoar e aplicar a atual legislação sobre reconhecimento ou renovação da condição de universidade atribuída às IES públicas ou privadas, com base em procedimentos definidos pelo sistema nacional de avaliação institucional.
17. Redefinir os critérios para autorização de funcionamento de novos cursos, para reconhecimento dos cursos autorizados e em funcionamento, e para credenciamento e recredenciamento das IES.
18. Substituir o atual sistema de crédito educativo (FIES) por um novo Programa Social de Apoio ao Estudante, com crédito educativo para 396 mil estudantes, que obedeça a critérios de carência dos candidatos e de qualidade comprovada da IES e dos cursos que freqüentarem, conforme meta do PNE aprovado pelo Congresso Nacional e vetado pelo presidente da República.
19. Criar um Programa de Bolsas Universitárias, no âmbito do Programa Nacional de Renda Mínima [...]
24. Envolver as universidades nos programas de ampliação de emprego e renda, e de formação e qualificação profissional dos trabalhadores.
25. Envolver as universidades nos programas de apoio e difusão tecnológica às micros, pequenas e médias empresas. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Uma escola do tamanho do Brasil, 2002: 29-32)

É possível ressaltar que o PT, no programa de 2002, apresentou propostas que visavam modificar as políticas educacionais vigentes à época. Neste sentido, o partido propôs um novo exame dos vetos realizados por FHC ao Plano Nacional de Educação, para, em esforço conjunto com os demais estados da federação, elevar, em pelo menos 7%, os gastos públicos com educação em relação ao PIB, no prazo de dez anos. Propôs também a revisão da legislação que reconhecia as instituições de ensino superior privadas.

A preocupação com o ensino superior desdobrou-se do que o partido considerava ser um longo período de abandono pelo qual esse setor passou nos governos anteriores. Nesse sentido, o PT destacou a necessidade de adoção de uma política educacional com o objetivo de aumentar a oferta de vagas nas instituições públicas e também recuperar prestígio dessas instituições. Para tanto, previa uma maior valorização profissional dos docentes das instituições federais de ensino superior e a expansão dos *campi*. Essa última medida objetivava levar a universidade pública a locais do interior do país nos quais ela não se fazia presente.

As propostas apresentadas pelo PT no programa de governo de 2002 evidenciaram que o entendimento do partido sobre como deveriam ser elaboradas as políticas educacionais não apresentou modificações em relação ao de 1989. Ou seja, houve permanência da concepção de uma “escola para todos”, da compreensão da educação como um dever do Estado, da necessidade de uma gestão democrática nas escolas e da formulação de políticas dinâmicas e flexíveis que esteja em consonância com o contexto dos educandos.

3.6 A questão do trabalho

É vontade do povo brasileiro mudar muitas coisas na vida de nosso país. Entre elas a questão do emprego tem assumido proporções dramáticas. [...] Sabemos que os objetivos aqui descritos só serão realizáveis se envolverem o esforço de todo o país, de todas as suas lideranças. Enfrentar o desafio do crescimento e do emprego é abrir um caminho socialmente justo para o futuro do Brasil. (PALOCCI FILHO *In*: Mais e melhores empregos 2002, 2002: 02-03)

A questão do trabalho foi discutida em um caderno específico, denominado *Mais e melhores empregos 2002*¹⁰² (vide Anexo J. 4), ocupando um espaço maior do que o destinado ao mesmo tema em 1989. A apresentação do fascículo teve autoria de Palocci e salientou como principal objetivo das propostas para o trabalho a questão do emprego. Por meio dele, seria possível “abrir um caminho socialmente justo para o Brasil”, pois ao final da gestão de FHC, o Brasil, conforme destacou Márcio Pochmann:

Vivia um momento difícil, com ameaça da volta da inflação, de aumento de desemprego, desprestígio internacional, sob o tacão do FMI. Além disso, pouco era feito para mudar as condições de vida da maioria da população, o que agravava a situação de desigualdade social em que vivíamos. O Estado brasileiro estava enfraquecido por anos de desmonte de suas estruturas e a privatização de boa parte de suas funções. (POCHMANN, 2010: 04)

Em face dessa conjuntura, a questão do trabalho, apresentada no programa de governo de 2002, possuía um eixo social, com as seguintes prioridades:

- a) inclusão de 53 milhões de brasileiros, que sobrevivem em condições de extrema precariedade, sem acesso aos bens e serviços essenciais a uma vida digna;
- b) criação de novos empregos numa escala capaz de responder ao desafio representado pelo contingente atual de milhões de desempregados e dos jovens que ingressam no mercado de trabalho a cada ano;
- c) preservação e ampliação do direito ao trabalho e à proteção social de milhões de assalariados, pequenos e médios produtores rurais e urbanos, inativos de baixa remuneração e jovens que buscam ingressar no mercado de trabalho;

¹⁰² Colaboraram na elaboração deste fascículo: Antonio Palocci Filho, Antonio Prado, Bernardo Gouthier Macedo, Carlos Alberto Grana, Clara Ant, HeiguiBERTO Guiba Della Bella Navarro, Jefferson da Conceição, João Antônio Felício, Jorge Eduardo L. Mattoso, José Graziano da Silva, Márcio Pochmann, Paulo Vannuchi, Pedro Paulo Martoni Branco e Telma Feher.

- d) universalização dos serviços e direitos sociais básicos, com a elevação progressiva da qualidade do atendimento prestado e o crescente envolvimento da população na sua gestão;
- e) cumprimento das garantias constitucionais aos portadores de necessidades especiais. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Mais e melhores empregos 2002, 2002: 06-07*)

As prioridades do eixo social se concentraram na criação de novos postos de empregos e na garantia e fortalecimento do direito ao trabalho, tendo em vista que o enfraquecimento do setor produtivo durante a década de 1990 havia provocado também a desvalorização do emprego. Isto pode ser notado quando se observa que, naquela década, o Brasil desceu do 8º para o 14º lugar na economia mundial e subiu do 13º para o 3º no *ranking* mundial do desemprego.

Um dos principais objetivos do programa de 2002 era a recuperação do direito ao trabalho que se relacionava com o crescimento econômico, abrangendo: reforma agrária, política agrícola e de fortalecimento da agricultura familiar, estímulo ao empreendedor rural, investimentos em infraestrutura, sistema público de emprego e trabalho, políticas de redistribuição de renda, inserção social, programas de estágios e primeiro emprego para jovens, formalização de empresas e empregos e o estímulo à indústria do turismo.

Para ampliar e manter empregos, o programa de governo apresentado pelo PT em 2002 destacou treze desafios principais para o trabalho e as respectivas estratégias propostas.

O desafio primeiro era atacar o baixo crescimento da economia que havia dado ensejo ao aumento do desemprego. Conforme destacou o programa: “toda a política econômica no período de 2003 a 2006 deve ser concebida para viabilizar um crescimento médio de pelo menos 5%.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Mais e melhores empregos 2002, 2002: 18*). Desse modo, para a realização de um crescimento econômico maior do que 5% ao ano e capaz de gerar postos de trabalho, o PT propunha:

- 1 - Redução da jornada semanal de trabalho fixada na Constituição para 40 horas, sem redução de salários;
- 2 - Redução das horas extras permitidas pela lei;
- 3 - Combate à imposição ilegal de horas-extras não pagas;
- 4 - Estímulo aos acordos setoriais visando a manter e/ou elevar o número de postos de trabalho, nas respectivas cadeias produtivas;
- 5 - Promover programas emergenciais de emprego, incluindo as frentes de trabalho. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In: Mais e melhores empregos 2002, 2002: 18*)

A abertura e a desregulação econômica durante os anos de 1990 produziram, segundo o PT, um corte de cerca de dois milhões de empregos. A redução desse efeito se daria a partir da proposta de:

- 1 - Realizar política agressiva de promoção de exportações, incluindo medidas tributárias, de financiamento e política de comércio exterior;
- 2 - Promover políticas de incentivo à substituição competitiva de importações;
- 3 - Adotar políticas de salvaguardas, *antidumping* e de reciprocidade no comércio exterior brasileiro, respeitando as regras da OMC. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Mais e melhores empregos 2002, 2002: 19)

Ainda no que tange aos altos juros que prejudicaram o crescimento econômico, foi proposto:

- 1 - Criar condições macroeconômicas e tributárias para redução sustentada da taxa de juro básica e das taxas de juros de longo prazo (TJLP) para criar condições mais favoráveis ao investimento produtivo;
- 2 - Promover desoneração da tributação excessiva sobre a formação de capital fixo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Mais e melhores empregos 2002, 2002: 20)

Essas propostas contrapunham-se ao receituário neoliberal implementado desde o governo Collor e aprofundado nos anos FHC, com a substituição das bases internas do crescimento econômico por bases externas. Para o PT, essa orientação tornou o Brasil dependente de políticas comercial, financeira e produtiva liberalizantes, consoante destacou Pochmann:

A perda de importância relativa da produção e do emprego nacional, em virtude das importações e maior endividamento externo e interno, foi acompanhada da queda do peso da indústria no PIB de 34,2%, em 1985, para 17,2% em 2000. [...] durante o Plano Real (1994), que buscou a estabilidade monetária motivada por valorização artificial da moeda nacional, elevada taxa real de juros e ausência de política de defesa da produção e do emprego nacional. (POCHMANN, 2010: 28)

Ademais, segundo a avaliação dos petistas, o projeto neoliberal aprofundou a desestruturação do mercado de trabalho com o crescimento do desemprego e da precarização das relações de trabalho, tanto que, conforme destacado em gráfico anterior, o desemprego era uma das maiores preocupações da população ao final do governo FHC.

Além dessas propostas, o programa identificou quatro segmentos específicos atingidos tanto pelo subemprego quanto desemprego: menores de 16 anos, idosos, jovens entre 16 e 24 anos e os trabalhadores rurais. Para os menores de 16 anos que se encontravam inseridos de forma inadequada no mercado de trabalho, a estratégia proposta era:

- 1 - Transformar o programa nacional de bolsa escola em uma efetiva transferência de renda para as famílias pobres que mantenham suas crianças na escola;

2 - Intensificar a fiscalização realizada pelos Ministérios do Trabalho e da Justiça. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Mais e melhores empregos 2002, 2002: 21)

Ainda permeado pelo diálogo com as propostas para a educação, para diminuir a taxa de desemprego entre os jovens de 16 a 24 anos, o partido propôs:

1 - Criar o Programa Nacional de Incentivo à contratação de jovens com ensino médio completo;

2 - Combater a evasão escolar no 2º grau, garantindo bolsa escola ou programas de estágio comunitário remunerado. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Mais e melhores empregos 2002, 2002: 22)

No caso dos idosos, a permanência prolongada dos maiores de 60 anos no mercado de trabalho seria evitada com a “construção de um regime previdenciário sustentável e que garanta a aposentadoria digna” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Mais e melhores empregos 2002, 2002: 21), sendo necessária a criação de um regime de previdência complementar. Para o retorno das pessoas com mais de 40 anos ao mercado de trabalho foram propostas medidas no sentido promover uma reinserção qualificada e orientada:

1 - Implementar programas de geração de emprego e renda orientados à reinserção de trabalhadores com mais de 40 anos;

2 - Promover programas de combate à discriminação no trabalho e no recrutamento de trabalhadores;

3 - Mudar a lei do seguro-desemprego no sentido de ampliar a cobertura segundo faixas etárias;

4 - Ampliar e focar melhor os programas de requalificação profissional;

5 - Implantar programas que assegurem igualdade de oportunidades e ações afirmativas;

6 - Desenvolver programas de profissionalização e geração de renda para os membros de grupos excluídos. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Mais e melhores empregos 2002, 2002: 23)

O combate à desigualdade na inserção das mulheres no mercado de trabalho teve como estratégia propostas para:

1 - Desenvolver políticas universais que tenham um grande impacto na vida das mulheres trabalhadoras, como a fiscalização da contratação com carteira de trabalho, direitos trabalhistas, política de incentivo de acesso aos postos de trabalho e às oportunidades de ascensão na carreira profissional;

2 - Desenvolver políticas de ampliação de creches e pré-escolas públicas;

3 - Implantar o PAISM (Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher)
[...]

4 - Garantir a titulação conjunta e o acesso das mulheres chefes de família e solteiras à terra na Reforma Agrária e regularização fundiária. Garantir o acesso das mulheres ao crédito e assistência técnica. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Mais e melhores empregos 2002, 2002: 26)

Além das propostas para geração de empregos e reinserção no mercado de trabalho, o PT tratou de outro problema que era o tempo médio de procura de emprego. Para diminuir esse tempo médio, o partido propunha:

- 1 - Ampliar a multa do FGTS para as empresas que apresentam índices de rotatividade 20% superior à média do setor, conforme prevê a Constituição Federal de 1988;
 - 2 - Ampliar a cobertura do seguro desemprego para um mínimo de 8 meses, podendo chegar a 12 meses nas regiões metropolitanas com taxas de desemprego 40% superiores à média das regiões metropolitanas;
 - 3 - Ampliar e fomentar os sistemas de intermediação de mão de obra via Internet;
 - 4 - Estabelecer convênios com entidades sindicais para operação de terminais públicos de acesso ao sistema de intermediação via Internet.
- (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Mais e melhores empregos 2002, 2002: 24)

Nota-se que o foco das propostas apresentadas pelo PT em 2002 foi distinto daquele apresentado em 1989, embora àquela época o programa de governo também manifestasse preocupação com a questão do emprego. Mas esta não foi central em 1989 como foi em 2002. Em 2002, após o aprofundamento do modelo neoliberal, a preocupação do partido foi com a geração, manutenção e ampliação do direito ao emprego e trabalho, tendo em vista que, à época, a questão do desemprego era uma das maiores preocupações dos brasileiros.

Durante os anos de 1990, com a retração do mercado de trabalho, houve queda do emprego formal e, em sentido oposto, ocorreu o aumento de atividades informais, desprovidas tanto de proteção social quanto de organização sindical. O PT considerava que somente o incentivo ao crescimento da oferta de emprego não seria capaz de incluir esses índices.

Desse modo, em seu programa de governo de 2002, ressaltou que, para promover uma ampla reforma da legislação trabalhista, uma eventual gestão petista convocaria:

todas as entidades sindicais representativas dos trabalhadores e empregadores a constituírem o Fórum Nacional do Trabalho, estruturado de forma triparte. Sua finalidade imediata será a de preparar democraticamente, as propostas de alteração da legislação atual. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Mais e melhores empregos, 2002: 25)

Em interlocução com esse fórum, o PT propunha um conjunto de leis com o objetivo de modernizar a CLT para que pudessem regulamentar o novo sistema de relações do trabalho com objetivo de promover, de acordo com o partido:

a melhoria da qualidade do emprego e principalmente a ampliação da formalização do trabalho, incorporando milhões de trabalhadores ao mercado regulado de trabalho, com reflexos importantes nas contas

previdenciárias e nos fundos públicos. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Mais e melhores empregos, 2002: 25)

Nesse sentido, para viabilizar as discussões a respeito das modificações na legislação trabalhista, o PT propugnou:

- 1- Instituir o Fórum Nacional de Trabalho, de caráter tripartite e permanente, reconhecendo-se as Centrais Sindicais como representantes legais dos trabalhadores;
- 2- Negociar no Fórum Internacional do Trabalho a modernização da CLT. (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Mais e melhores empregos 2002: 26)

Assim, em 2002, o foco do programa de governo para o trabalho recaiu na questão do emprego. Para tanto, o PT conclamou colaboração da sociedade civil para superar a questão do desemprego e favorecer a geração de empregos.

3.7 O reformismo possível no Brasil do século XXI

A esquerda brasileira, as forças democráticas e socialistas estão diante de um enorme desafio: superar a paralisia e a dispersão, reavivando a esperança que animou o povo durante a Campanha Lula e em todas as mobilizações sociais inspiradas na idéia de que o Brasil tem futuro. É preciso barrar já os desmandos de um governo que prometeu levar o país à modernidade e ao Primeiro Mundo, mas que nos precipita no abismo da regressão e da fragmentação social. (PARTIDO DOS TRABALHADORES¹⁰³, 1999: 38)

O II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em Belo Horizonte, entre os dias 24 e 28 de novembro de 1999, direcionou-se não só para os filiados, mas também para “a esquerda brasileira, as forças democráticas e socialistas”, que foram convocadas para enfrentar o desafio de vencer em 2002. Em 1990, Florestan Fernandes afirmou que “o ano de 1989 pode ser considerado o ano do PT” (FERNANDES, 1990: 02). De fato, em 1989, o partido foi capaz de apresentar um programa de governo a nível nacional e com ele disputar o segundo turno. Passados treze anos daquele que Florestan considerou ser o ano do PT, o partido alcançou, com um programa marcado pela moderação, o posto máximo do Poder Executivo Federal. O ano de 2002 foi o ano do sucesso do *aggiornamento* do PT.

¹⁰³ Trecho da resolução aprovada no II Congresso Nacional do PT, realizado em 1999.

Embora tenha implicado em uma moderação do discurso e em alianças, por muitos consideradas contraditórias, o PT de 2002 se tornou mais amplo, aberto e pragmático. Além de se aliar a quadros de esquerda e a forças democráticas e socialistas, o partido também fez alianças, por meio do candidato a vice-presidente, com setores mais conversadores. Abdicou de uma campanha feita por filiados e investiu financeiramente no marketing eleitoral profissional. Despiu Lula de qualquer característica que pudesse identificá-lo como uma liderança radical.

No novo visual, de forma simbólica, o candidato Lula, abotoou a camisa, fez a barba e vestiu um terno. O mesmo Lula que falava em 1989 com uma voz enfática e aguerrida em “radicalização da democracia” recebeu, sem demonstrar constrangimento, o apelido de “Lulinha paz e amor”. (REIS FILHO: 2007).

A eleição do líder sindicalista alcançou a maior votação nominal já ocorrida na história brasileira, totalizando 52.793.364 votos (61,27% dos votos válidos), enquanto o candidato opositor José Serra (PSDB) somou 33.370.739 (38,72%). Lula venceu em todos os estados da federação, exceto em Alagoas, onde Serra foi o mais votado. O PT cresceu na maioria dos estados, conforme pode ser inferido dos dados apresentados por Fortes e Vieira:

No primeiro turno, Jorge Viana conquistou a reeleição no Acre, com 63,58% dos votos válidos e Wellington Dias foi eleito no Piauí com 50,9%. No segundo turno, Zeca do PT foi reeleito em Mato Grosso do Sul [...] Uma indicação da consistência do crescimento do PT foi o seu desempenho na eleição de parlamentares, que superou as mais otimistas expectativas. O partido elegeu a maior bancada federal, 91 deputados, o que representou crescimento de 51,6% em relação aos 60 eleitos em 1998. Duplicou sua representação no Senado, de 7 para 14, com a eleição de 10 senadores, entre eles Aloizio Mercadante, que recebeu em São Paulo o recorde histórico nacional de 10.491.435 votos. Saltou ainda de 92 para 147 deputados estaduais, o maior número entre todos os partidos brasileiros, tornando-se a única agremiação com representantes nos parlamentos de todas as unidades da Federação. Um dado qualitativo da maior relevância nesse crescimento parlamentar diz respeito à representação feminina. O PT elegeu 14 deputadas federais, um terço do número total de mulheres eleitas para a Câmara. No Senado, as seis representantes petistas passam a constituir, 43% da bancada do partido. (FORTES; VIEIRA, 2001: 129-130)

A vitória das propostas do PT em 2002 significou o triunfo de um partido que passou por mudanças significativas desde 1989 e que se afirmou como uma força nacional. Após o anúncio da vitória petista no pleito presidencial, a festa nas ruas foi grande e mesmo os meios de comunicação, na sua maioria, resistentes ao Partido dos Trabalhadores e a seu candidato, tiveram de se render à chegada do PT ao Planalto.

No início da campanha eleitoral de 2002 o PT propôs “fechar um ciclo” na história do Brasil. Esse ciclo ao qual o partido se referia era o do modelo neoliberal abraçado pelos governos anteriores. Entretanto, as propostas apresentadas em 2002, notadamente para a área da economia, apresentaram moderação em relação ao modelo neoliberal.

O projeto político que chegou ao poder em 2002 foi resultante da moderação do discurso partidário e de modificações visíveis na imagem do candidato Lula. Essa moderação era o que estava por debaixo da analogia feita com a espuma da onda do mar quando esta dissertação se referiu à *Carta ao Povo Brasileiro*. Foi preciso mergulhar nas propostas para poder melhor enxergar e compreender o que estava por dentro da “onda”.

Nas propostas analisadas no programa de governo de 2002, o PT apresentou um conjunto de proposições reformistas. Entretanto, um reformismo diferente daquele apresentado em 1989. Para qualificar o reformismo que compunha essas propostas, André Singer cunhou a expressão reformismo fraco:

Quando o comitê de Lula decidiu comprometer-se com as exigências do capital, cujo pavor de suposto prejuízo a seus interesses com a previsível vitória da esquerda levava a instabilidade nos mercados financeiros, foi dado o sinal de que o velho radicalismo petista tinha sido suspenso. Mas poucos foram os que entenderam o simbolismo do gesto. (SINGER, 2012: 96)

Em conformidade com a conceituação de reformismo fraco, as proposições apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores em 2002 ganharam contornos mais próximos de um projeto social-democrata, muito próximo à perspectiva apresentada por Bobbio (2010) sobre a social-democracia. Ou seja, de “atuar dentro de certos limites, aceitando a função positiva do mercado e respeitando a propriedade privada”. (BOBBIO, 2010: 1188) Para tanto, houve um distanciamento estratégico do projeto apresentado em 1989, marcado por uma opção de contornos socialistas.

Mas mesmo tendo incorporado importantes mudanças em sua perspectiva política, em 2002 o PT não chegou a abandonar uma preocupação própria das esquerdas: a apresentação de propostas para a diminuição das desigualdades sociais. Esta pode ser considerada a mais importante permanência no programa de governo petista, pois, embora tenha feito seu *aggionamento*, algo da alma do Colégio Sion permaneceu no projeto político que chegou ao poder.

As propostas apresentadas pelo PT para a economia em 2002, embora tecessem críticas à ordem neoliberal praticada no Brasil durante a década de 1990, apresentaram ações

distantes do reformismo forte proposto em 1989. O partido estava decidido a evitar o confronto com setores mais conservadores, pois como observa Singer:

Lula aproveitou a onda de expansão mundial e optou por um caminho intermediário ao neoliberalismo da década anterior – que tinha agravado para próximo do insuportável a contradição fundamental brasileira – e ao reformismo forte que fora o programa do PT até as vésperas da campanha de 2002. (SINGER, 2012: 21)

O caminho intermediário, ou seja, o do reformismo fraco, perpassou as propostas do programa de governo de 2002, notadamente na questão econômica e na questão agrária. A questão educacional apresentou pontos semelhantes aos abordados no programa de governo de 1989.

As propostas para o trabalho também apresentaram um discurso moderado, minimizando a clássica contraposição entre empregados e empregadores. Notadamente, o PT de 2002 moderou o seu discurso em relação ao capital. Em lugar do confronto, optou por afirmar que “o Brasil não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro”. Além disso, o PT se comprometeu com a responsabilidade fiscal e com os fundamentos macroeconômicos, concluindo quer “governos, empresários e trabalhadores terão de levar adiante uma grande mobilização nacional” (PARTIDO DOS TRABALHADORES *In*: Programa de governo - Coligação Lula Presidente, 2002: 18).

O reformismo forte de 1989 e o reformismo fraco de 2002 explicitam muito bem as transformações pelas quais passou o partido. O que transparece com força na comparação das propostas de governo apresentadas pelo PT em 1989 e 2002 foi um abandono da proposta anticapitalista e um compromisso com a estabilidade econômica, pois “compromete-se com a estabilidade e atira as propostas de mudança radical ao esquecimento” (SINGER, 2012: 97)

Com suas proposições mais pragmáticas e afinadas com um modelo de social-democracia, o PT se realinhou. A contradição entre as duas almas petistas marcam desde então o partido. A alma do Sion, expressa na fundação do Partido dos Trabalhadores e no programa de 1989, quanto a alma do Anhembi, expressa na *Carta ao Povo Brasileiro*, conviveram no programa de 2002. (SINGER: 2012). Com a moderação das propostas, orientadas por um reformismo fraco, não houve uma negação das desigualdades sociais e nem dos objetivos do partido de “acabar com a relação de exploração do homem pelo homem” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002: 25). As mudanças e permanências nas propostas dos programas de governo do PT em 1989 e 2002 são significativas das limitações e possibilidades do partido, do que ele representa e da sociedade na qual surgiu. Conforme

destacou Florestan Fernandes, no I Congresso do Partido dos Trabalhadores em 1991, o PT: “reproduz e supera carências históricas e políticas, mas em algum ponto sofre as determinações estruturais, dinâmicas e históricas das contradições que provocam o seu nascimento e crescimento.” (FERNANDES, 1991: 39).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Partido dos Trabalhadores é fruto da atual sociedade brasileira, de suas contradições e desafios e se relaciona com essa sociedade de diversas formas e maneiras. (PARTIDO DOS TRABALHADORES¹⁰⁴, 1998: 439)

O estudo dos programas de governo do PT e seus aliados para as áreas da economia, questão agrária, educação e trabalho, apresentados pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 1989 e de 2002, iniciou-se pela investigação dos posicionamentos assumidos pelo partido em seus documentos oficiais iniciais, pois conforme destaca Singer, “não se entenderá o significado da virada ocorrida em 2002 sem que se leve em conta a origem radical do PT” (SINGER, 2012: 88).

A partir dos posicionamentos assumidos pelo partido na campanha pelas Diretas Já, no Colégio Eleitoral de 1984, na Assembleia Nacional Constituinte em 1988 e ratificados nas resoluções de seus Encontros Nacionais e Congressos foi possível identificar o radicalismo inicial e a exigência partidária de um compromisso ideológico de seus filiados. Observar o partido nesses momentos foi importante para a compreensão do reformismo forte presente nas propostas do programa de governo de 1989.

O partido, que surgiu em 1980 como uma novidade no cenário político brasileiro, reuniu em seu aspecto organizacional características que permitem destacá-lo como o primeiro partido de massas da história republicana brasileira. Em suas diversas resoluções o PT apresentou preocupações acerca da redução das desigualdades sociais, o que, de acordo com a acepção de Bobbio, permite colocá-lo à esquerda no espectro político brasileiro.

O Partido dos Trabalhadores de 1989 apresentou em seu programa de governo propostas que expressaram o empenho do partido por um conjunto de reformas com linhas socialistas, destinadas a minorar a desigualdade social por meio de políticas governamentais inclusivas, inspiradas no ideário socialista. Para o partido, era necessária uma radicalização da democracia, o que se daria com a participação ativa dos trabalhadores.

Em 1989, o programa *Brasil Urgente: Lula Presidente* projetou um modelo econômico voltado para a democratização do capital por meio de políticas direcionadas para a distribuição de renda. Além disso, com vistas a minorar as desigualdades sociais, o partido propôs uma mudança no papel do Estado. A mudança pretendia pelo PT se daria por meio de

¹⁰⁴ Trecho da resolução *Construção partidária*, aprovada no 7º Encontro Nacional do PT, realizado em 1990.

profundas reformas, principalmente na área da economia – com políticas regulatórias, reforma do sistema financeiro e auditoria na dívida externa – e na área da questão agrária.

A partir das propostas analisadas, foi possível evidenciar que o programa se estruturou a partir de objetivos sólidos de por fim à exclusão social. Para tanto, em 1989, o PT propôs um fortalecimento do Estado, compreendido pelo partido como fundamental para o desenvolvimento econômico e de políticas de distribuição de renda. A proposta reformista desejava reformular o Estado com a ampliação da participação dos trabalhadores em sua gestão. A partir da descentralização do capital, o reformismo petista de 1989 objetivava beneficiar ao máximo a sociedade.

Desse modo, o reformismo do partido se expressou também por meio de um objetivo socialista que perpassava a radicalização da democracia, a ocupação do Estado pelos trabalhadores e a valorização dos interesses nacionais, expressando a alma inicial do partido quando foi fundado no Colégio Sion. (SINGER: 2012).

Contudo, o reformismo forte proposto pelo PT em 1989 foi barrado pelo programa liberal de Collor. As concepções neoliberais, permeadas pelo Consenso de Washington, grassaram no Brasil durante a década de 1990, com uma leve moderação no governo Itamar Franco, mas de forma aprofundada nos anos de governo FHC.

Durante a década de 1990, o PT, em Encontros Nacionais, Congressos e Encontros Extraordinários, discutiu a crise no Leste Europeu, questionou o socialismo burocrático, buscou uma definição de socialismo que se coadunasse com as liberdades democráticas e políticas. O sentido de democracia compreendido pelo partido em seus documentos, notadamente nas resoluções do 7º Congresso e do I Encontro, expresso nos programas de governo de 1989 e 2002 é de que as liberdades democráticas possuem um sentido amplo, ou seja, um valor universal.

Em 1989, conforme pode ser depreendido dos documentos, o PT, ao propor um projeto alternativo de sociedade, não pretendeu representar exclusivamente o interesse dos trabalhadores, mas enfatizou a necessidade de reformas para a emancipação de segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira. Ao propor, em 1989, uma “radicalização da democracia”, o partido compreendia essa radicalização como um aumento da participação popular nas instituições, com o fortalecimento da organização dos trabalhadores e também da sociedade civil.

Ao longo das experiências eleitorais da década de 1990, o PT foi se consolidando como um importante ator político e traçando o seu *aggiornamento*. À medida que foi se tornando um ator político de peso no cenário nacional, o partido centralizou o poder interno

no grupo Articulação e afastou as tendências consideradas por este grupo como mais radicais da direção partidária.

Essa trajetória em direção ao *aggiornamento* político, ao longo da década de 1990, se aproxima, embora com algumas restrições, do que Michels chamou de Lei de Ferro da Oligarquia. A Articulação não se tornou uma tendência única, mas centralizou o poder e afastou aqueles considerados mais radicais. Contudo, não é possível afirmar que houve um afastamento em relação às suas bases, pois a chegada de Lula à presidência da República representou também a chegada dos sindicalistas ao alto escalão do governo. Isto também é representativo de uma mudança na cultura política brasileira.

Mudanças e permanências permearam o *aggiornamento* do Partido dos Trabalhadores. A moderação petista e a vitória eleitoral em 2002 não se relacionam exclusivamente às mudanças no marketing político partidário e na imagem Lula. Em uma trajetória de moderação de propostas, da qual a *Carta ao Povo Brasileiro* é a superfície da “onda”, a profundidade da moderação foi alcançada com as propostas apresentadas no programa de governo daquele ano.

No *Programa de Governo 2002: Coligação Lula Presidente – Um Brasil para todos* o partido aceitou o capital e moderou a sua proposta. Essa moderação que já havia sido sinalizada com a *Carta ao Povo Brasileiro* e a escolha do vice-presidente, José Alencar (PL), costurou a aliança entre o capital e o trabalho.

Em 2002, o partido apostou em um reformismo fraco para a democratização do Estado. Ao aceitar o capital, as propostas para a economia foram despidas do viés radical de 1989 e o partido optou pelo respeito aos contratos já firmados. Não houve menção em colocar as privatizações ou a dívida externa *sub judice*. A inserção soberana do Brasil no cenário internacional se daria, de acordo com a proposta petista de 2002, por meio do diálogo com outros países e com diferentes organismos internacionais.

Enquanto em 1989, a proposta petista deu destaque ao pequeno agricultor e a políticas de desapropriação da terra, em 2002, o partido, embora não tenha desconsiderado a questão agrária, também destacou o agronegócio e a aliança com setores mais conservadores.

O PT de 1989 se preocupou com a organização dos trabalhadores e a garantia de seus direitos. Em 2002, a questão do desemprego e a reforma trabalhista foram temas centrais. A reforma trabalhista, abordada com moderação em 2002, não desconsiderou os diferentes interesses de patrões e empregados.

A área da educação é aquela na qual os programas – 1989 e 2002 – mais se aproximam. É, portanto, demarcadora de permanências de relevantes aspectos do projeto original do partido.

A análise comparativa das propostas de governo de 1989 e de 2002 evidenciou uma moderação, principalmente no que diz respeito à economia e à questão agrária. Desse modo, se em 1989 o PT apresentou propostas para essas áreas, notadamente com um viés anticapitalista, em 2002, o partido, por meio da *Carta ao Povo Brasileiro* e do arco de alianças tecido com partidos como o PL, apresentou um viés social-democrata.

Em 2002, o socialismo dos anos iniciais do PT foi vencido. Um projeto para o Brasil de marca social-democrata, defendido pela tendência Articulação foi vencedor.

Entre contradições e transformações, o Partido dos Trabalhadores que nasceu do sindicalismo do ABC paulista e se tornou um dos principais representantes das esquerdas na América Latina, transitou:

- de um partido de militantes, a um partido cada vez mais inserido nas classes médias assalariadas;
- de um partido de várias tendências à hegemonia da Articulação;
- do compromisso com os movimentos sociais ao compromisso com o calendário eleitoral;
- das campanhas publicitárias domésticas ao marketing político profissional; (REIS FILHO: 2007)
- das propostas reformistas fortes às proposições reformistas fracas;
- da alma do Sion, com propostas radicais à moderação encontrada na alma do Anhembi, com a opção de evitar o conflito;
- do radicalismo à moderação.

Entre mudanças e permanências, o Partido dos Trabalhadores não chegou a desprezar suas concepções basilares. Das propostas apresentadas em 1989 àquelas apresentadas em 2002, houve uma moderação, sem, no entanto, significar um rompimento com os princípios mais gerais defendidos pelo PT. Surgido “dos trabalhadores” em 1980, o partido chegou à presidência da República com propostas para o “povo brasileiro”. As propostas “dos trabalhadores” para o “povo brasileiro” conjugaram tanto a alma do Sion quanto a alma do Anhembi; tanto a cultura política do PT na sua origem, quanto a nova cultura política, mais moderada e mais social-democrata do PT do novo milênio.

FONTES

ARTICULAÇÃO NACIONAL. *Resoluções do Seminário Nacional da Articulação*. São Paulo, 1988. Disponível em <www.articulacaodeesquerda.com.br>. Acesso em: 10 ago. 2012.

BRASIL, Presidente (1985-1990: José Sarney). *Discursos selecionados do presidente José Sarney*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

BRASIL. *Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 24 out. 2012.

_____. *Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. *Lei nº 6.349, de 7 de julho de 1976*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6349-7-julho-1976-357713-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 24 out. 2012.

_____. *Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6767-20-dezembro-1979-357280-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 24 out. 2012.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasil, 1988.

_____. *Lei nº 7783, de 28 de junho de 1989*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17783.htm> Acesso em: 20 out. 2012.

CÂNDIDO, Antônio. *Pronunciamento na plenária do PT em junho de 2002*. Disponível em <<http://www.carlitomaia.etc.br/home.html>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

DULCI, Luiz Soares. Greves históricas. In: ABRAMO, Zilah Wendel; MAUÉS, Flamarion (orgs.). *Pela democracia contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DUTRA, Olívio. *Entrevista programa Roda Vida*. 27 de março de 1989. Disponível em <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia_busca/663/elei%E7%E3o%201989/entrevistados/olivio_dutra_1989.htm>. Acesso em: 10 out. 2011.

_____. Os moços ficam mais velhos e os velhos ficam mais moços. In: ABRAMO, Zilah Wendel; MAUÉS, Flamarion (orgs.). *Pela democracia contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

FAORO, Raymundo. As cegueiras das classes dirigentes. In: ABRAMO, Zilah Wendel; MAUÉS, Flamarion (orgs.). *Pela democracia contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. Para o Bird, não é válido o índice de inflação de 1973. *Primeiro Caderno*. São Paulo, 1977. Disponível em <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1977/07/31/2/>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

_____. Isolado pelo ‘collorgate’, presidente tenta salvar o mandato hoje na TV. *Primeiro caderno*. São Paulo, 1992. Disponível em <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1992/06/30/2/>>. Acesso em: 18 out. 2012.

GUIMARÃES, Ulysses. *Discurso proferido na sessão de 05 de outubro de 1988*. Disponível em <http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/plenario/discursos/escreven_dohistoria/constituente-1987-1988/pdf/UlyssesGuimaraesDISCURSOREVISADO.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2012.

MENDES, Bete. *Entrevista*. In: IBASE. Democracia viva. n. 40, setembro de 2008. Disponível em <http://www.ibase.br/userimages/DV_40_entrevista.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2012.

NEVES, Tancredo de Almeida. Não vamos nos dispersar. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *Tancredo Neves - Perfil parlamentar*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2010.

OLIVEIRA, Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de. Esperanças e Entusiasmos. In: ABRAMO, Zilah Wendel; MAUÉS, Flamarion (orgs.). *Pela democracia contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL. *O programa do PFL*. Brasília, s/ed: 1989.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. *Programa do governo Ulysses Guimarães: vamos pôr o Brasil de pé – propostas para um programa de luta e vitória contra a miséria nacional*. Brasília, s/Ed: 1989.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de encontros e congressos 1979-1998*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. *Programa de governo de 1989. Democracia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1989. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/democracia.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2011.

_____. *Programa de governo de 1989. Economia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1989. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/economia.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2011.

_____. *Programa de governo de 1989. Questão agrária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1989. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/questaoagraria.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2011.

_____. *Programa de governo de 1989. Questão urbana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1989. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/questaurbana.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2011.

_____. *Programa de governo de 1989. Uma nova sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1989. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/sociedade.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2011.

_____. *Resoluções do II Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores*. 1999. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/resolucoesIIcongresso.pdf>>. Acesso em: jan. 2012.

_____. *XII Encontro Nacional*. 2002. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/resolucoes-xii-encontro.pdf>>. Acesso em: jan. 2012.

_____. *Concepção e diretrizes do programa de governo do PT para o Brasil*. 2002. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/concepcaoediretrizesdoprog.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

_____. *Vida digna no campo*. 2002. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/vidadignanocampo.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

_____. *Uma escola do tamanho do Brasil*. 2002. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/umaescoladotamanhodoBrasil.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

_____. *Mais e melhores empregos*. 2002. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/maisemelhoresempregos.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

REVISTA VEJA. *Propostas na mesa*. ano 22, n. 40, ed. 1100. São Paulo, 11 de outubro de 1989. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>> Acesso em: 07 nov. 2011.

_____. *Duelo de argumentos*. ano 22, n. 47, ed. 1107. São Paulo, 29 de novembro de 1989. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>> Acesso em 07 nov. 2011.

RIBEIRO, Devanir. O amadurecimento do movimento sindical. In: ABRAMO, Zilah Wendel; MAUÉS, Flamarion (orgs.). *Pela democracia contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

SARNEY, José. Em entrevista, Sarney diz que sem Lula, o PT se fragmenta. In: *Correio Braziliense*. Brasília, 08 jul. 2007. Disponível em <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/07/08/interna_politica,260272/em-entrevista-sarney-diz-que-sem-lula-o-pt-se-fragmenta.shtml>. Acesso em: 26 set. 2012.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. As greves se alastrarão por todo o Brasil. In: MANTEGA, Guido (coord.). *Cadernos do Presente 02 greves operárias (1968-1978)*. Belo Horizonte: Aparte, 1978.

_____. Compromisso com mudança. In: FORTES, Alexandre; VIEIRA, Maria Alice. *Partido dos Trabalhadores: trajetórias*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Sou o fiel resultado. In: ABRAMO, Zilah Wendel; MAUÉS, Flamarion (orgs.). *Pela democracia contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

VARGAS, Getúlio. In: D'ARAÚJO, Maria Celina. *Série perfis parlamentares*. Brasília: Edições Câmara, 2011.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Claudio; ROSSI, Clóvis; DALLARI, Dalmo de Abreu; SADER, Emir (orgs.). *Constituinte e democracia no Brasil hoje*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade: a greve de 1978 em São Bernardo*. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de São Paulo, 1986.

ABRAMO, Perseu. Proibido ficar perplexo. In: *Teoria e Debate*. São Paulo, n. 3, jun. 1988.

ABREU, Alzira Alves (org.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930*. 5 v. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2001.

ALBINO, Antônio; RUBIM, Canelas. *As políticas culturais e o governo Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

ALMEIDA, Maria Hermínia de Tavares. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. In: *Debate e Crítica*. São Paulo, n.6, 1975.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: EDUSC, 2005.

ANDERSON, Perry. *FHC deixou saldo negativo*. 2002. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1011200228.htm>>. Acesso em: jul. 2012.

AZEVEDO, Clovis Bueno de. *A estrela partida ao meio*. Ambigüidades do pensamento petista. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BAIA, Paulo Fernandes. *A economia política do Partido dos Trabalhadores: um estudo sobre o discurso petista (1979-1994)*. Dissertação. (Mestrado em Economia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

BALDIJÃO, Carlos Eduardo; TEIXEIRA, Zuleide Araújo. *A educação no governo Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

BARBOSA, Imerson Alves. *A esquerda católica na formação do PT*. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, 2007.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Trad. de Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998.

BERTONCELO, Edison Ricardo. *A campanha das Diretas Já e a democratização*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2007.

BETTO, Frei. *Lula: biografia política de um operário*. 3ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

_____; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad. de Carmen C. Varriale et. al., 13ª ed. 2 v. Brasília: Editora UnB, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 23ª reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

_____. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARREIRÃO, Yan de Souza. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, jun. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 mai. 2012.

CARVALHO, Carlos Eduardo. Saídas para economia. In: *Teoria e Debate*. São Paulo, n.3, junho de 1988.

_____. Medo (e gosto) de pecar. In: *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 10, maio de 1990.

CAZELLA, Ademir Antônio; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sergio. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. In: MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi; SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath (orgs.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre, 2004. Disponível em <http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/historico_pronaf.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2012.

CERQUEIRA, Kleber Chagas. *As propostas de política econômica do PT entre 1989 e 2006: um exame sob o referencial teórico das coalizões de defesa*. Dissertação. (Mestrado em Economia). Universidade de Brasília, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

CHAIA, Miguel Wady. *Intelectuais e sindicalismo. A experiência do Dieese, 1955-1990*. São Paulo: Humanidades, 1992.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Rompendo o cerco acerca dos conflitos no campo*. Coleção Cadernos de Estudos CPT. Goiânia: O Popular, 1989. Disponível em <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43/261?Itemid=23>>. Acesso em: 15 set. 2012.

COMPARATO, Fábio Konder. *Muda Brasil: uma constituição para o desenvolvimento democrático*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Hélio. O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (orgs.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964...)*. v. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTO, Cláudio Gonçalves; ABRUCIO, Fernando. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. In: *Tempo social. Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. v. 2, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.

DELGADO, Costa Guilherme. *A questão agrária no Brasil: 1950–2003*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2005. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/rosto_introducao.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2012.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas Já: vozes da cidade. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge (orgs.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964...)*. v. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Elitismo, Intolerância e Discriminação: cassação de deputados operários de Minas Gerais (1964). In: *Perspectivas*, São Paulo, v. 34, p. 15-36, jul./dez. 2008.

_____. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. 2. ed. São Paulo: LTR, 2011.

DUARTE, Adriana; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza In: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 02, jul./dez. 2005.

DUTRA, Olívio. Constituinte dezesseis trabalhadores. In: *Teoria e Debate*. 4ª ed. 01 set. 1988. Disponível em <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/constituente-dezesseis-trabalhadores?page=0,2>>. Acesso em: 10 out. 2011.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Trad. de Noênio Spínola, 2ª ed. Brasília: EdUNB, 1980.

EARP, Fábio de Silos Sá; PRADO, Luiz Carlos Thadeu Delorme. O milagre brasileiro. Crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da Ditadura*. v. 4, 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 23ª reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FARIA, Glauco. *O governo Lula e o novo papel do Estado brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

FAORO, Raymundo. *A democracia traída: entrevistas*. São Paulo: Globo, 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14ª ed. São Paulo: EdUSP, 2012.

FAUSTO, Sérgio; SORJ, Bernardo. O sociólogo e o político: entrevista com Fernando Henrique Cardoso. In: D'INCAO, Maria Ângela; MARTIN, Hermínio (orgs.). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FERNANDES, Florestan. *As lições da eleição*. Editora Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação: Brasília, 1990.

_____. O ano do PT. In: *Primeiro Caderno*. Folha de São Paulo. São Paulo, 08 de janeiro de 1990. Disponível em <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1990/01/08/2/>>. Acesso em 05 mai. 2011.

_____. *O PT em movimento*. São Paulo: Cortez, 1991.

FERRAZ, Max Benjoi. Retomando o debate: a nova política industrial do governo Lula. In: *Planejamento e políticas públicas*, Brasília, nº 32, p. 227-263, jan./jun. 2009.

FERREIRA, Marieta. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p.111-124, mai./jun. 2000.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969-1977)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FORTES, Alexandre; VIEIRA, Maria Alice. *Partido dos Trabalhadores: trajetórias*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Perseu: história, memória e política. Dossiê 1982. Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*. n. 2, ano 2, ago. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

_____. *Perseu: História, memória e política. Dossiê anistia e diretas, ditadura e democracia. Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*. n. 3, ano 3, mai. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

_____. *Perseu: História, memória e política. Dossiê mundo do trabalho: permanências e rupturas. Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*. n. 4, ano 3, dez. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

_____. *Perseu: História, memória e política. Dossiê República, trabalhadores e direitos sociais na América Latina. Revista do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo*. n. 6, ano 5, abr. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Marta; SOHIET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. O motim do vintém e a cultura política no Rio de Janeiro 1880. In: *Revista Brasileira de História*, v.10, n. 20, São Paulo, p. 211-232, mar./ago.,1991.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. *Cadernos do cárcere*, v. 2. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRINBERG, Lucia . Uma memória política sobre a Arena. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. v.4. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.

GUIMARÃES, Juarez. *A esperança equilibrista: o governo Lula em tempos de transição*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. de Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *O Brasil atual e a mundialização*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Dívida interna*. 2007. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2132:catid=28&Itemid=23> . Acesso em: 10 dez. 2012.

JEANNENEY, Jean Noël. A mídia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

JINKINGS, Ivana; MARTINS, Carlos Eduardo; NOBILE, Rodrigo; SADER, Emir (coords.). *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

KECK, Margaret. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Trad. de Maria Lucia Montes. São Paulo: Ateliê, 1991.

KINZO, Maria D'Alva Gil. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, dez. 2001.

KOTSCHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil: diário da campanha das Diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Itamar, primeiro e único, queria o PT no governo*. São Leopoldo: Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/44946-itamar-primeiro-e-unico-queria-pt-no-governo>>. Acesso em 10 mai. 2012

KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. *A igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 1986.

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2011.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da história do tempo presente. In: PÔRTO JR., Gilson (org.). *História do tempo presente*. Bauru: EDUSC, 2007.

LEITÃO, Miriam. *Saga brasileira: a longa luta de um povo por sua moeda*. Rio de Janeiro Record, 2011.

LESBAUPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar. *O desmonte da nação em dados*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. 2ª ed. São Paulo: Senac, 2008.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A armadilha do novo: Luiz Inácio Lula da Silva e uma esquerda que se imaginou diferente. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão

(orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)* As esquerdas no Brasil; v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. Tendências eleitorais ao fim de 21 anos. In: MELO, Carlos Ranulfo; SAÉZ, Manuel Alcántara (orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

MERCADANTE, Aloizio. Plano Collor: armadilha neoliberal. In: *Teoria e Debate*, edição 10, 01 de abril de 1990. Disponível em <www.teoriaedebate.org.br/edicoes/528>. Acesso: em 20 jan. 2012

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Trad. de Arthur Chaudon. Brasília: EdUnB, 1982.

_____. *Os partidos políticos*. São Paulo: Senzala, s/d.

MIGUEL, Luís Felipe. *Eleições, opinião pública e mídia: reflexões a partir das eleições brasileiras de 2002*. Santa Catarina, 2003. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/7081/1/ARTIGO_MidiaEleicoes.pdf> Acesso em: 25 jan. 2012.

MIRAD/INCRA. *Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República - PNRA*. Brasília, mai. 1985.

MOISÉS, José Álvaro. Partido de massas: democrático e socialista. In: SADER, Emir; OLIVEIRA, Francisco (orgs.). *E agora PT?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e os intelectuais. In: *Revista Varia Historia*. Belo Horizonte: v. 12, p. 104-113, dez. 1993.

_____. O conceito de cultura política. In: *X Encontro Regional da ANPUH/MG*, v. 6, p. 83-91, Mariana. LPH: Revista de História. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1996.

_____. *Partido e sociedade*. A trajetória do MDB. Ouro Preto: UFOP, 1997.

_____. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)* As esquerdas no Brasil. v. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, Jun 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300015>. Acesso em: 25 nov. 2012.

OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do antivalor*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. *O apodrecimento da beleza*. In: *Teoria e Debate*, nº 48, jun. 2001. Disponível em <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/o-apodrecimento-da-beleza?page=0,2>>. Acesso em: 26 out. 2012.

_____. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partidos*. Trad. de Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PARANÁ, Denise. *Lula, o filho do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

PEREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio. *Capturando a Terra*: Banco Mundial, Políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

POCHMANN, Márcio. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

POMAR, Wladimir. *Quase lá: Lula, o susto das elites*. 3ª ed. São Paulo: Página 13, 2009.

PÔRTO JR., Gilson (org.). *História do Tempo Presente*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. As esquerdas no Brasil; v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RÉMOND, RENÉ. Do político. In: RÉMOND, RENÉ (org.). *Por uma história política*. Trad. de Dora Rocha, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RENNO, Lucio; SPANAKOS, Anthony P.. *Fundamentos da economia, mercado financeiro e intenção de voto: as eleições presidenciais brasileiras de 1994, 1998 e 2002*. Dados, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, 2006.

RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. *A privatária tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ática, 1990.

_____. e SADEK, Maria Tereza. *El Brasil de Lula*. Buenos Aires: La Crujía, 2004.

_____. *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2006.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A transição no Brasil. Da ditadura à democracia?* São Paulo: Atual, 1990.

SADER, Emir (org.) *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. Brasil, de Getúlio a Lula. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perseu Abramo/Boitempo Editorial, 2010.

SANDOVAL, Salvador Antônio Mireles. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil 1945-1990*. São Paulo: Ática, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. *A atualidade da história do tempo presente*. Revista Historiar, ano I, n. 1, 2009.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. *História do PT: 1978-2010*. 2ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SINGER, André Vitor. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Antônio Ozaí. O Trabalho (OT) – Corrente Interna do Partido dos Trabalhadores. In: *Revista Espaço Acadêmico*, ano I, n. 01, jun. 2001. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/001/01trotskismo.htm>>. Acesso em: 18 nov. de 2012.

_____. A Democracia Socialista (DS). In: *Revista Espaço Acadêmico*, ano I, n. 02, jul. 2001. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/002/02trotskismo.htm>>. Acesso em: 18 nov. de 2012.

_____. A Causa Operária. In: *Revista Espaço Acadêmico*, ano I, n. 04, set. 2001. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/004/04trotskismo.htm>>. Acesso em: 18 nov. de 2012.

_____. Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores. Uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação-PT. In: *Revista Espaço Acadêmico*, ano II, n. 22, mar. 2003. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/022/22pol.htm>>. Acesso em: nov. 18 de 2012.

_____. A esquerda marxista e o PT II. A Nova Esquerda (NE) e o Movimento por uma tendência Marxista (MTM). In: *Revista Espaço Acadêmico*, ano VIII, n. 89, out. 2008. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/089/89ozai.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2012.

SIRINELLI, Jean-François, Ideologia, tempo e história. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Phillipe. *Questões para a história do presente*. Trad. de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Trad. de Mario Salviano Silva. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria do Carmo C. Campelo de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____; LINZ, Juan L. *A transição e a consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Trad. de Patrícia de Queiróz. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

TRAJANO, Janaína. A reforma agrária nos governos FHC e Lula. In: *Anais do II Seminário Sociologia e Política*. Universidade Federal do Paraná. 2010. Disponível em <<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT06/Janaina%20Trajano.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2012.

VALLE, Ruth Del. *A democracia petista nas telas da televisão brasileira (1980-1994)*. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília, 1995.

WEFFORT, Francisco. Consolidar o partido, construir a democracia. In: *Teoria e Debate*, n. 4, set. de 1988.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. *O que é superávit primário?*. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2065:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 25 nov. 2012.

XAVIER, Ubiram. Lula paz e amor: a estratégia da elite para manter-se hegemônica. In: *Revista Espaço Acadêmico*, nº 32, Janeiro, 2004. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/032/32pt_xavier.htm>. Acesso em 26 jan. 2011.

APÊNDICE – Principais¹⁰⁵ tendências do PT (1989-2002)

A realização do Primeiro Congresso do Partido dos Trabalhadores contabilizou dezesseis tendências internas. Embora todos estivessem agrupados debaixo da bandeira petista havia, nos anos iniciais do partido, dois grandes blocos: a Articulação dos 113 e as tendências minoritárias. (AZEVEDO: 1995) Ao longo da década de 1980, a complexidade desses grupos aumentou, pois o PT “conseguiu juntar quase todo o espectro mais importante da esquerda brasileira por cerca de vinte anos”. (SECCO, 2011: 93). A regulamentação das tendências, motivos de debates e crises no interior do partido, ocorreu sete anos após a fundação do PT.

No 5º Encontro Nacional foi lançado o documento *Regulamentação das Tendências Internas*, aprovado pelo Diretório Nacional em abril de 1990. Esse documento definiu tendência como: “um agrupamento de filiados do PT, com atividade estritamente circunscrita ao Partido e cuja existência, funcionamento e atuação obedecerão rigorosamente a esta regulamentação”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998: 357). Desse modo, as tendências estavam submetidas às regras disciplinares e éticas previstas no Estatuto e no Regimento Interno do partido. Não poderiam se constituir enquanto organização autônoma e externa ao PT tendo em vista que a sua autonomia não deveria ultrapassar as deliberações aprovadas pelas instâncias orgânicas partidárias.

Os documentos oficiais do partido consultados não explicitam a dinâmica dessas tendências. Desse modo, este apêndice não pretende contemplar a totalidade das tendências do partido e tampouco todos os seus movimentos (cisões e migrações). É importante destacar que alguns filiados tiveram seus nomes incluídos em mais de uma tendência. Isto significa que os mesmos mudaram de uma tendência para outra. Desse modo, o objetivo é apresentar algumas delas com os seus principais líderes e destacar a amplitude e a dinâmica desses grupos.

Articulação de Esquerda: liderada por Valter Pomar.

¹⁰⁵ Na bibliografia pesquisada não foram encontrados trabalhos que tenham se dedicado exclusivamente à trajetória das tendências no interior do Partido dos Trabalhadores. Na pesquisa documental, foi observado que são escassos os documentos a respeito das tendências minoritárias. Nos documentos do partido não é possível identificar os conflitos, disputas e discussões entre essas tendências, tendo em vista que eles expressam o entendimento do PT, em seu sentido de unidade e coletividade. O documento oficial do partido que tratou expressamente das tendências foi a resolução que as regulamentou em seu 5º Encontro Nacional. Desse modo, este apêndice foi elaborado tendo como referência os trabalhos de SILVA (2001; 2003; 2008); AZEVEDO (1995) e SECCO (2011) Enquanto o SECCO (2011) abordou detidamente a história do PT, AZEVEDO (1995) fez um mapeamento do partido e por isso, apresentou, de forma mais explícita, algumas de suas principais tendências. Já SILVA (2001; 2003; 2008) apresentou a trajetória específica de algumas tendências.

Articulação (Campo Majoritário)¹⁰⁶: surgiu em 1983, inicialmente com o nome de Articulação dos 113, em São Paulo. Defendeu um PT de massas, democrático e de lutas. Era composta pelo núcleo fundador do PT e reunia sindicalistas autênticos, intelectuais, cristãos e militantes da esquerda independentes. O grupo Articulação constantemente saía vencedor dos debates. Em seu início, esse grupo contava com um grande número de militantes e com o peso da figura de Lula. (BARBOSA: 2007) A presença de Lula reforçava os laços do grupo com os trabalhadores sindicalistas. Nos anos iniciais do PT, a Articulação utilizou, como estratégia para se tornar vencedora nos debates, a incorporação parcial de projetos concorrentes de outras tendências. A Articulação criticava as outras tendências argumentando que elas formavam “partidos dentro do partido”, o que dificultava a consolidação de um partido de massas e aberto. (LOPES: 2009) A Articulação, na direção partidária, constituiu-se no principal grupo que orientou as formulações do partido. De acordo com Antônio Ozaí Silva:

sua política, suas teses, sua prática social e partidária dão o tom ao partido. Detentora do controle da direção partidária, com o domínio da máquina burocrática, a maioria dos parlamentares e prefeitos, a ART [Articulação] é a principal responsável pela práxis petista, por suas formulações estratégicas, concepção de socialismo e modelo de partido [...] De qualquer forma, a presença e importância do PT na sociedade brasileira é inquestionável. Nessa trajetória, e independente de valores de juízo moral, o papel da Articulação foi fundamental (SILVA, 2003: s/p).

Alguns integrantes dessa tendência: Lula, José Dirceu, Wladimir Pomar, Olívio Dutra, Luiz Gushiken, Jair Meneguelli, Aloizio Mercadante, Luiz Dulci, Jacó Bittar, João Paulo Vasconcelos, Irma Passoni, Plínio de Arruda Sampaio e Waldemar Rossi.

Causa Operária: oriunda da cisão do Comitê Internacional pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI). De acordo com Alexandre Lopes, a Causa Operária “defendia que o PT estivesse envolvido na formação de comitês dentro dos sindicatos para que fossem organizados a partir de seu lugar de trabalho, nos sindicatos classistas e de massas; um partido operário” (LOPES, 2009: 56). Isolada, com poucos militantes e recusando-se a apoiar as propostas da Articulação, a tendência Causa Operária foi expulsa do partido em 1990. (SILVA: 2001) Era liderada por Anaí Caproni e Rui Costa Pimenta.

Convergência Socialista: tendência minoritária, oriunda do movimento Convergência Socialista na Luta por um Partido Operário Socialista, lançado em 1978. (BARBOSA: 2007). Para a Convergência Socialista, o PT “seria uma proposta pequeno-burguesa, pois em lugar de ter como base as organizações operárias de massas, tinha uma proposta da aliança sindical

¹⁰⁶ Sobre a trajetória da tendência Articulação, ver: Silva (2003).

com grupos pequenos burgueses de esquerda, baseada na formação de núcleos.” (LOPES: 2009) Foi ameaçada de expulsão nos anos de 1990 por desobedecer às decisões oficiais do PT. De acordo com Alexandre Lopes, a Convergência Socialista criticava a direção petista “que estaria conduzindo o partido a uma política de conciliação com a burguesia e ao capitalismo e que o partido estaria caminhando para tornar-se simplesmente eleitoreiro, abandonando as lutas sociais.” (LOPES, 2009: 56) Era liderada por Valério Arcary e José Maria de Almeida.

Democracia Radical: tendência minoritária, à direita do partido. Foi composta por alguns ex-integrantes da Articulação. (AZEVEDO: 1995). Foi liderada por José Genoíno e Tarso Genro.

Democracia Socialista: surgiu em 1979, composta a partir de dissidências estudantis de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Defendeu a independência política da classe trabalhadora e um partido de massas (SILVA: 1986). Tendência minoritária, a Democracia Socialista é identificada como um dos mais importantes agrupamentos trotskistas dentro do PT. De acordo com Alexandre Lopes, a Democracia Socialista pretendia “construir um partido revolucionário que fosse capaz de dirigir a revolução brasileira. Esta revolução abrangeria um processo de massas”. (LOPES, 2009: 58). Após o surgimento da Articulação, a Democracia Socialista estabeleceu maior diálogo com outras tendências. De acordo com Silva, a Democracia Socialista “admite a possibilidade de adaptação do PT à ordem burguesa. Mas isto não estaria determinado *a priori*, nem representaria a única opção política.” (SILVA, 2001: s/p).

Os seus dirigentes em 1988 eram: Raul Pont e João Machado.

Força Socialista: tendência minoritária, liderada por Ivan Valente. Era um dos principais grupos críticos do leninismo. Segundo Azevedo, esta tendência:

nas teses apresentadas ao VII Encontro Nacional do PT, afirmava a respeito do Leste Europeu que ali vigia uma “gestão da economia [que] é em tudo burocraticamente centralizada, sustentada em um regime ditatorial das camadas dirigentes dessa burocracia, mantendo-se basicamente a alienação do proletariado ao trabalho (AZEVEDO, 1995: 131)

Hora da Verdade (Novo Rumo): liderada por Rui Falcão.

Nova Esquerda¹⁰⁷: tendência minoritária. Foi organizada a partir da dissolução do Partido Revolucionário Comunista em 1990. A Nova Esquerda direcionou suas críticas para a

¹⁰⁷ Sobre a tendência Nova Esquerda, ver: Silva (2008).

“ortodoxia marxista. Seus representantes se auto-definiam ideologicamente como socialistas democráticos” (LOPES, 2009: 135). Segundo Ozaí Silva:

A *NE* afirma que “a Revolução não se constitui num projeto imanente à realidade social. Nenhuma classe, grupo ou camada social é revolucionária pela posição que ocupa no modo de produção” O sentido político desta afirmação reside na crítica aos que, a despeito das inovações tecnológicas e da derrocada dos regimes do Leste Europeu, continuam defendendo que o proletariado é a classe historicamente revolucionária, portadora de um projeto histórico que, em sua essência, é universalizante e emancipador. Esta postura não se fundamenta numa crença religiosa, mas nos antagonismos determinados pela posição objetiva ocupada pelas classes na sociedade capitalista. [...] A tendência centraliza sua atuação no parlamento, compreendido como o lugar privilegiado para implementar a reforma do Estado. Esta política se expressou na resistência à palavra de ordem *Fora Collor*; na defesa da governabilidade do governo Itamar Franco; na cruzada pelo parlamentarismo; na proposta de participar *positivamente* da revisão constitucional; na insistência, reiterada em vários momentos, em prol de uma ampla política de alianças da esquerda e centro-esquerda; na defesa da reforma do Estado (SILVA, 2008: s/p).

A Nova Esquerda também se aproximou da ala mais heterodoxa da Articulação, do grupo Vertente Socialista e da tendência PT Vivo.

Mensagem ao Partido: liderada por Tarso Genro.

Movimento PT: liderado por Arlindo Chinaglia e Maria do Rosário.

Movimento dos Trabalhadores: liderada por Augusto Franco.

Movimento por uma Tendência Marxista: de origem comunista, surgido da dissolução do PRC. Segundo Lopes, “o MTM acreditava que a revolução brasileira não poderia ser caracterizada por uma única classe social, o que implicaria a construção de uma união das classes dominadas e oprimidas.” (LOPES, 2009: 136). De acordo com Ozaí Silva, a principal questão para essa tendência consistiu em “saber se o Estado burguês, a despeito das mudanças ocorridas na sociedade capitalista, mantém sua particularidade de classe e o “monopólio coercitivo.” (SILVA, 2008: s/p) Era liderada por Ronald Rocha e Artur Scavone.

O Trabalho: aderiu ao PT em 1985. Tendência minoritária com posicionamento semelhante ao da Convergência Socialista. Também conhecida com o nome de Liberdade e Luta (Libelu). Ignorava que a crise no Leste Europeu se referia ao socialismo e aos desvios dos partidos comunistas. Criticou as teses do V Encontro Nacional do PT, com ênfase para a estratégia “democrático-popular” do Partido. Era liderada por Markus Sokol, Julia Turra, Clara Ant e Misa Boito.

PT de Aço: liderada por Manoel da Conceição.

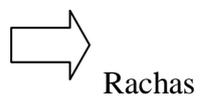
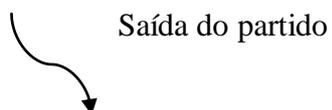
PT de Lutas e de Massas: liderado pela Jilmar Tatto, Ênio Tatto, Jorge Coelho e Mariano Cabreira.

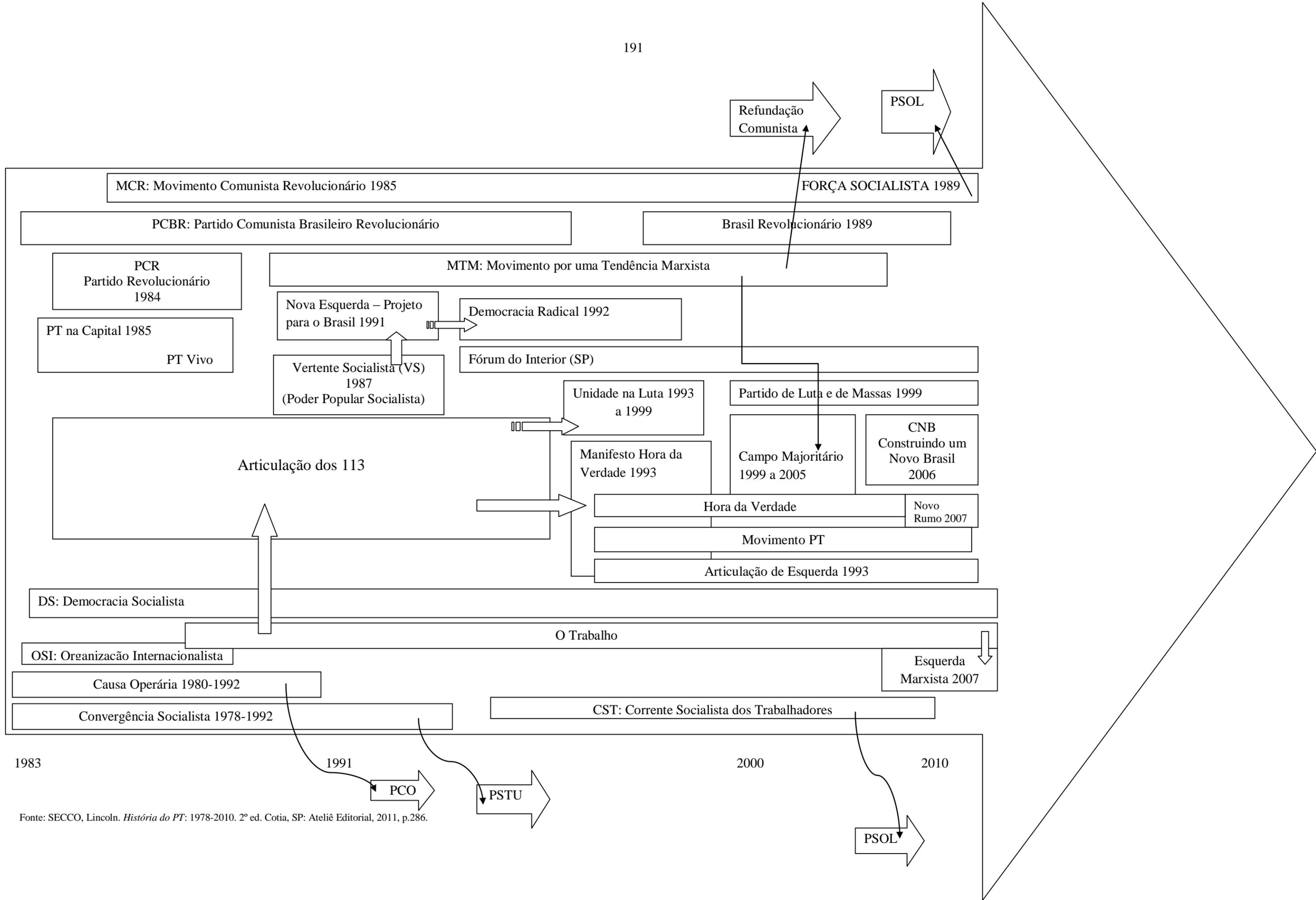
PT Vivo: tendência minoritária. Preocupação em revisar e questionar o leninismo. Liderada por Pedro Dallari.

Vertente Socialista (ex- Poder Popular e Socialismo): tendência minoritária, criada em maio de 1987, como dissidência da Articulação. Formada por membros da Pastoral Operária, militantes da área da saúde da Zona Leste de São Paulo. (LOPES: 2009). Entre seus integrantes estavam Eduardo Jorge, Virgílio Guimarães, Augusto Franco e Pedro Dallari. De acordo com Clóvis Azevedo, essa tendência entendia que a direção partidária havia afastado o “ideal de um partido de massas” (AZEVEDO, 1995: 124)

A seguir, um historiograma das principais tendências do PT. Este historiograma foi reproduzido do livro de Lincoln Secco, *História do PT*.

Símbolos:





Fonte: SECCO, Lincoln. *História do PT: 1978-2010*. 2ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011, p.286.